



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FAMÍLIA NA
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

DIANA LÉIA ALENCAR DA SILVA

**UM JIRAU, UM PILÃO E A EDUCAÇÃO: ANCESTRALIDADE NOS LEGADOS
INTERGERACIONAIS DE MULHERES DO VELHO CHICO**

Salvador
2025

DIANA LÉIA ALENCAR DA SILVA

**UM JIRAU, UM PILÃO E A EDUCAÇÃO: ANCESTRALIDADE NOS LEGADOS
INTERGERACIONAIS DE MULHERES DO VELHO CHICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elaine Pedreira Rabinovich

Salvador
2025

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica. UCSal. Biblioteca Dom Geraldo Majella Agnelo

S586 Silva, Diana Léia Alencar da

Um jirau, um pilão e a educação: ancestralidade nos legados intergeracionais de mulheres do Velho Chico / Diana Léia Alencar da Silva . – Salvador, 2025. 298f.

Tese (Doutorado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Profa. Dra. Elaine Pedreira Rabinovich.

1. Ancestralidade Feminina 2. Objetos de Família 3. Gestão de Famílias 4. Famílias I. Rabinovich, Elaine Pedreira – Orientadora II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação III. Título.

CDU 316.356.2:37

TERMO DE APROVAÇÃO


DIANA LÉIA ALENCAR DA SILVA

“UM JIRAU, UM PILÃO E A EDUCAÇÃO: ANCESTRALIDADE NOS LEGADOS INTERGERACIONAIS DE MULHERES DO VELHO CHICO”


Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 22 de outubro de 2025.


Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **ELAINE PEDREIRA RABINOVICH**
Data: 14/11/2025 09:25:00-0000
Verifique em <https://validar.it.gov.br>


Prof.ª Doutora Elaine Pedreira Rabinovich (Orientadora – UCSAL)

Documento assinado digitalmente
 **HILDÁLIA FERNANDES CUNHA CORDEIRO**
Data: 11/11/2025 05:22:22-0000
Verifique em <https://validar.it.gov.br>


Prof.ª Doutora Hildália Fernandes Cunha Cordeiro (UNILASALLE)

Documento assinado digitalmente
 **ADILBÊNIA FREIRE MACHADO**
Data: 14/11/2025 17:15:22-0000
Verifique em <https://validar.it.gov.br>


Prof.ª Doutora Adilbênia Freire Machado (UFRRJ)

Documento assinado digitalmente
 **SUMAIA MIDLEJ PIMENTEL SÁ**
Data: 14/11/2025 13:52:48-0000
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.ª Doutora Sumaia Midlej Pimentel Sá (UCSAL)

Documento assinado digitalmente
 **JESSICA HIND RIBEIRO COSTA**
Data: 18/11/2025 01:05:48-0000
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.ª Doutora Jessica Hind Ribeiro Costa (UCSAL)

Documento assinado digitalmente
 **ANTÔNIO JOSÉ DE SOUZA**
Data: 12/11/2025 18:54:04-0000
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Doutor Antonio José de Souza (SMED – ITIÚBA)

*Dedico esta tese a Deus,
por tudo o que correu antes de mim
e por tudo o que ainda deságua em mim.
Dedico-a também às minhas avós,
águas mansas e firmes em minha vida, que
abriram caminho para que meu rio
encontrasse a rota na qual escolhi
navegar.*

AGRADECIMENTOS

Elevo os meus agradecimentos iniciais a Deus, fonte maior de tudo o que sou. Como um rio que ganha força ao longo da trajetória, foi a fé n'Ele que me fortaleceu, nas margens mais estreitas e nas corredeiras mais turbulentas e inesperadas da trajetória da pesquisa que aqui apresento. A Ele agradeço pela família que me inspira a ser também nascente, pelos(as) amigos e companheiros(as) de pesquisa e de vida que, como afluentes generosos, se uniram ao meu percurso, tornando-o mais forte e fértil. Cada palavra que ouvi, li e escrevi, foi certamente inspirada por Ele. No mesmo caminho, sou imensamente grata pelos diversos auxílios inesperados que Ele colocou no meu caminho, como uma brisa fresca, para aliviar o cansaço da travessia. Por fim e não menos importante, rendo graças a Ele pela ancestralidade na qual fui inscrita, que me permitiu avançar e perceber, que como um rio, carrego em mim memórias de águas antigas. Tudo o que alcancei, portanto, devo a Ele, leito por onde corre a minha vida e porto seguro de todas as minhas travessias.

A Deus sou grata pelo grupo que me fortalece cotidianamente, na intimidade do meu lar. Ele tornou possível a minha Elis, neta que se fortalece, a cada dia, como fonte de inspiração e alegria da minha vida, a quem agradeço pelos sorrisos que iluminaram os meus dias e por sua sabedoria incrível, ao me apresentar a leveza como um dos mais belos afluentes da aprendizagem. D'Ele recebi Aiala e Thyrsa, minhas filhas, a quem reservo imensos agradecimentos pela paciência generosa e pelo amor que me ofereceram nos muitos instantes em que a escrita desta tese subtraiu o nosso convívio. A elas devo a compreensão que me sustentou e a doçura que, como águas serenas, me lembravam o verdadeiro sentido de tudo o que faço. Minha gratidão a Deus também por Miro, amor inseparável de muitas décadas. A este esposo, amigo, companheiro e amante, agradeço pela presença e cuidado amoroso com a minha saúde, nos momentos em que, mergulhada no trabalho, esqueci que o corpo e mente também reclamam atenção. Foram vocês, com a força da amorosidade, que me fizeram recordar, a todo instante, o valor dos vínculos que nos unem.

A Deus, minha gratidão por meus pais, Alencar e Juraci. Ao meu pai, presença viva nas minhas lembranças, apesar de não mais caminhar neste plano, agradeço pelos exemplos e ensinamentos que me animaram a prosseguir, principalmente nos momentos de incerteza. À minha mãe, agradeço por me ensinar que a aparente fragilidade esconde, por vezes, coragem e resistência. Ambos são o alicerce de

valores e afetos, que ainda hoje sustentam a minha navegação. Agradeço também aos meus irmãos, Nadja, Onasses, Lincoln, Dione e Ruiz que, como rios paralelos, estão também em meu percurso. Cada um, com a sua forma própria de ser, me lembra, a todo instante, que temos a mesma nascente.

À Deus rendo graças por minhas avós, Joaquina e Bárbara, minhas referências, que me inquietaram à mobilidade em navegações, certamente por elas sonhadas, dentro e fora da família. A elas e às ancestrais que as antecederam, meus agradecimentos. Hoje reconheço com clareza que, se me movimento, é porque antes de mim elas navegaram contra a correnteza com a firme certeza de quem sabe que a vida ancestral, como o rio que se transforma e se reencontra, nunca se detém.

Agradeço também à minha família extensa, em especial às mulheres e homens que compartilharam não somente as histórias da nossa família e do espaço geográfico onde viveram as nossas ancestrais, mas os seus saberes, dores e alegrias: à minha tia Maria Chagas, que me acolheu na vida e abriu as portas e a memória da nossa família para esta pesquisa, meus agradecimentos especiais; à tia Ivone, que pacientemente me escutou e me conduziu para perto de parentes que eu não conhecia; às minhas tias, Jaci, Iolanda, Ana Francisca, Neusa, Sonia, Cleusa, Ione e Rita; aos meus tios Ubiratan, Odon, Roberval, Otone e Dão; às minhas primas Cláudia, Bárbara, Andréa, Graça, Zoraide, Marcélia, Roseane, Maridélia, Kelly, Viviam e Patrícia, assim como a todos(as) meus primos, primas e parentes que hoje residem em Barra e diferentes partes do Brasil, meus sinceros agradecimentos. Vocês ajudaram a tornar possível esta pesquisa.

A Deus a gratidão mais terna do meu ser pelas amigas Hildália, Teresa e Janai, que a vida, em sua generosidade, transformou em minhas irmãs. À Hildália, minha mestra há muitos anos, agradeço pelos mergulhos em minha ancestralidade, a que me instigou, com suas interrogações. Esses mergulhos só se tornaram possíveis graças à sua paciência e retornos amorosos, assim como as suas palavras e indicações generosas, que me ofereceram segurança nas águas intensas da pesquisa, principalmente quando julguei que não seria possível escrever mais nada. Obrigada! À Teresa, que tantas vezes interrompeu a sua dura rotina para me servir de porto, no qual pude repousar e animar, quando o cansaço e o desânimo ameaçavam me derrotar, agradeço pela presença constante e pela escuta atenta. À Janai, que em meio do burburinho das crianças e do cotidiano intenso da escola, jamais se furtou em me oferecer não somente a sua cadeira e escuta, mas a sua atenção e coração, minha

gratidão. Nas idas e vindas em um texto no qual a minha mão paralisou, por muitas vezes, vocês foram águas vivas, que me fortaleceram na navegação.

A Deus, minha imensa gratidão pela Prof.^a Elaine, minha orientadora. A ela agradeço profundamente, por jamais ter duvidado do que me propus a estudar e por me guiar, com a confiança plena que é atributo daqueles(las) que sabem que cada rio tem um leito. Cada orientação, realizada com a sabedoria imensa somente possível às mulheres, que como ela, não escrevem apenas teorias, mas também a vida, foi como água que, ao mesmo tempo, guia e nutre.

Agradeço também a todos os colegas do grupo de pesquisa Família (Auto)Biografia e Poética (FABEP), que me fortaleceram a ousar na navegação à deriva nas pesquisas, assim como a todos(as) os(as) professores(as), coordenadores(as) e funcionários(as) do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPGFSC), da Universidade Católica do Salvador. De igual modo, sou grata as colegas de profissão e de percurso, pelo apoio, e em especial a Conceição e a Gisélia, nas traduções que se fizeram necessárias ao estudo.

Finalmente agradeço ao meu grupo de oração, e em especial a Selma, Seu Carlos, Teresa, Selminha e Carla, que muitas vezes serenaram, pelas preces, rezas e acolhimento, as minhas angústias, identificadas muitas vezes sem eu nada dizer. Assim, quer seja pelo sentimento, quer seja pelos aprendizados que nos irmanam, quer seja pela fé que nos une e sustenta, deixo registrado o meu reconhecimento e a minha gratidão.

A Deus, enfim, toda a minha gratidão por aqueles(as) que estão hoje inscritos(as) em minha trajetória e, em especial, aos(às) que reencontrei durante a pesquisa. Obrigada! Se esta tese se tornou possível, foi porque vocês estavam nas margens firmes e nos portos que me acolheram. É nesse fluir conjunto, entre corredeiras e remansos, guiada pelos saberes e aprendizagens compartilhados, que hoje sou, certamente, uma pessoa melhor.

Celebro a ancestralidade que me acolhe
por me fazer nascente, foz e curso de águas,
tudo ao mesmo tempo.
Carrego a memória da primeira margem,
nas palavras, a travessia das águas,
e no olhar, o horizonte aberto para o que ainda virá.

Celebro a minha inquietude e mobilidade,
sonhada por outras que intuíram rotas não vividas,
e ousaram nadar contra a corrente vigente.
Com elas aprendi que somos rios incontidos,
que se transformam, se repartem e se reencontram,
no movimento vivido a cada geração.

Celebro, enfim, as águas que me antecederam,
as que me acompanham e as que nascerão depois,
porque ser filha da ancestralidade é saber
que nunca terminamos, mas nos criamos e recriamos
no fluxo indomável de águas nas quais confluímos.

Diana Alencar

RESUMO

Esta tese centra-se na análise de narrativas de mulheres, guardiãs da memória familiar, com o objetivo maior de apreender os processos associados à ancestralidade feminina e à educação que direcionam as mudanças, as rupturas e as permanências do lugar da mulher na gestão familiar. Especificamente, buscou-se conhecer os processos de transmissão da história cultural das famílias em torno dos hábitos e objetos domésticos, como o pilão e o jirau, relacionados às ancestrais; identificar as estratégias femininas para se constituírem como provedoras e responsáveis pela educação dos filhos em famílias de princípios patriarcais; analisar os sentidos e os significados atribuídos pelas mulheres ao papel de suas ancestrais na gestão da família; e, por fim, compreender as repercussões na gestão da família ocasionadas pelos sentidos e os significados atribuídos pelas mulheres ao seu próprio lugar, nessa gestão. Trata-se de um estudo empírico, norteado pela Autoetnografia Colaborativa à Deriva, realizado entre os anos de 2022-2025, no território do Velho Chico-Bahia-Brasil. Os diálogos teóricos, realizados com referenciais da Educação, da Sociologia, da Antropologia, da Psicologia e da Literatura, partem da Epistemologia Feminista Negra para apreender como as mulheres, ancestralmente, cuidam da gestão das famílias e transmitem essa responsabilidade para as suas descendentes. O recorte do grupo pesquisado, que abrangeu quinze mulheres e um homem com características de guardião e guardiãs da memória de duas gerações distintas, todas integrantes da minha família extensa, incluiu também a participação espontânea de diferentes pessoas da família, que colaboraram principalmente com documentos, informações e fotografias. A coleta das narrativas ocorreu nas casas onde viveram as minhas avós materna e paterna, também mães e avós do grupo pesquisado. As estratégias utilizadas foram a entrevista narrativa, a observação direta do cotidiano familiar, o contato direto com os membros do grupo e a análise de fotos e documentos da família e do território no qual as avós matriarcas viveram. Os resultados apontaram que as alterações e permanências na gestão familiar são implicadas pela educação formal e familiar das mulheres, assim como por transmissões entre as gerações que ainda hoje ocorrem em rodas de conversa dentro das casas de famílias, no entorno dessas residências e nos espaços de trabalho. Nessas transmissões se evidenciaram, entre outros, ações das avós matriarcas para possibilitar às filhas uma realidade diferente da vivenciada por elas no casamento, manifestada principalmente no direcionamento das descendentes para a educação formal. As rupturas provenientes dessas ações são percebidas na mobilidade educacional das descendentes e na reorganização dos grupos familiares que a geração filha constituiu, nos quais os descasamentos prevalecem. Evidenciou-se também que as transmissões através das narrativas orais são protagonizadas principalmente por mulheres que se responsabilizam por objetos relacionados à história do grupo familiar. Por fim, verificou-se que a gestão de famílias por mulheres é sustentada por uma rede de solidariedade entre elas, enraizada na ancestralidade, que se expressa em vínculos de afeto e colaboração mútua, em confrarias informais, fortalecidas e reinventadas a cada geração.

Palavras-Chave: Ancestralidade feminina. Objetos de família. Educação. Gestão de famílias.

ABSTRACT

This thesis focuses on analyzing narratives of women who act as guardians of family memory, with the main objective of understanding the processes related to female ancestry and education that drive changes, ruptures, and continuity in women's role in family management. Specifically, the study investigates the transmission of cultural history within families in relation to domestic habits and objects, such as the pestle and mortar and the jirau, which are associated with the female ancestors; identifies the strategies adopted by women to establish themselves as providers and as those responsible for the education of their children in families with patriarchal principles; analyzes the meanings and significance attributed by women to the role of their ancestors in managing the family; and, finally, explores understand the repercussions on family management caused by the meanings and interpretations attributed by women to their own roles in this domain. This empirical research, conducted between 2022 and 2025 in the Velho Chico region of Bahia, Brazil, was guided by Drifting Collaborative Autoethnography. The theoretical dialogues, conducted with references from Education, Sociology, Anthropology, Psychology, and Literature, grounded in Black Feminist Epistemology in order to apprehend how women have traditionally taken care of their families and transmitted this responsibility to their descendants. The sample group surveyed, which included fifteen women and one man, all guardians of memory from two distinct generations within my extended family, also included the spontaneous participation of other family members, who mainly contributed with documents, information, and photographs. The narratives were collected in the homes where my maternal and paternal grandmothers lived, who were themselves mothers and grandmothers of the group surveyed. Data collection strategies included narrative interviews, direct observation of daily family life, close interaction with group members, and analysis of photos and documents of the family and the territory in which the matriarchal grandmothers lived. The results showed that both changes and continuities in family management are deeply influenced by women's formal and family education, as well as by intergenerational transmissions that still occurs today, in family gatherings, domestic spaces, and work environments. These transmissions highlighted, among other aspects, the actions of matriarchal grandmothers to enable their daughters to have a different reality from the one they experienced in marriage, manifested mainly in directing their descendants toward formal education. The resulting ruptures are reflected in the educational mobility of female descendants and in the reorganization of family groups formed by the daughter generation, in which separation and divorce are prevalent. The study further demonstrates that oral narratives are transmitted primarily by women, who assume responsibility for safeguarding objects linked to family history. Finally, it shows that women's management of families is sustained by a network of solidarity among them, rooted in ancestry, and expressed through affective bonds and mutual collaboration in informal confraternities that are continuously reinforced and reinvented across generations

Keywords: Female ancestry. Family objects. Education. Family management.

RESUMEN

Esta tesis se centra en el análisis de las narrativas de las mujeres, guardianas de la memoria familiar, con el objetivo principal de comprender los procesos relacionados con la ancestralidad femenina y la educación que dirigen los cambios, las rupturas y las permanencias del lugar de la mujer en la gestión familiar. Específicamente, se buscó conocer los procesos de transmisión de la historia cultural de las familias en torno a los hábitos y objetos domésticos, como el mortero y el jirau, relacionados con las ancestrales; identificar las estrategias femeninas para constituirse como proveedoras y responsables de la educación de los hijos en familias de principios patriarcales; analizar los sentidos y significados atribuidos por las mujeres al papel de sus ancestrales en la gestión de la familia; y, por último, comprender las repercusiones en la gestión de la familia ocasionadas por los sentidos y los significados atribuidos por las mujeres a su propio lugar en dicha gestión. Se trata de un estudio empírico, guiado por la Autoetnografía Colaborativa a la Deriva, realizado entre los años 2022-2025, en el territorio de *Velho Chico* (Bahía/Brasil). Los diálogos teóricos, realizados con referencias de la educación, la sociología, la antropología, la psicología y la literatura, parten de la epistemología feminista negra para comprender cómo las mujeres, ancestralmente, se ocupan de la gestión familiar y transmiten esta responsabilidad a sus descendientes. El grupo investigado, compuesto por quince mujeres y un hombre, con características de guardianes y guardianas de la memoria, de dos generaciones distintas, todos miembros de mi familia extensa, también incluyó la participación espontánea de diferentes personas de la familia, que colaboraron principalmente con documentos, información y fotografías. La recopilación de las narrativas se llevó a cabo en las casas donde vivieron mis abuelas materna y paterna, también madres y abuelas del grupo investigado. Las estrategias utilizadas fueron la entrevista narrativa, la observación directa de la vida cotidiana familiar, el contacto directo con los miembros del grupo y el análisis de fotos y documentos de la familia y del territorio en el que vivieron las abuelas matriarcas. Los resultados indicaron que los cambios y las continuidades en la gestión familiar están relacionados con la educación formal y familiar de las mujeres, así como con las transmisiones entre generaciones que aún hoy se producen, en círculos de conversación, dentro de los hogares familiares, en los alrededores de estas residencias y en los espacios de trabajo. En estas transmisiones se evidenciaron, entre otras cosas, las acciones de las abuelas matriarcas para permitir a sus hijas una realidad diferente a la que ellas vivieron en el matrimonio manifestada, principalmente, en la orientación de las descendientes hacia la educación formal. Las rupturas derivadas de estas acciones se perciben en la movilidad educativa de las descendientes y en la reorganización de los grupos familiares que constituyó la generación de las hijas, en los que prevalecen los divorcios. Además se evidenció que las transmisiones a través de las narrativas orales son protagonizadas principalmente por mujeres, que se responsabilizan de los objetos relacionados con la historia del grupo familiar. Por último, se comprobó que la gestión de las familias por parte de las mujeres se sustenta en una red de solidaridad entre ellas, arraigada en la ancestralidad, que se expresa en vínculos de afecto y colaboración mutua, en hermandades informales, fortalecidas y reinventadas en cada generación.

Palabras clave: Ancestralidad femenina. Objetos familiares. Educación. Gestión de familias.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Identificação das parentes-guardiãs, participantes da pesquisa, em minha linhagem materna e paterna	70
Quadro 1	Identificação do guardião e das guardiãs	72
Gráfico 1	Filho por mulher – Brasil	73
Figura 2	Mestre Gerar com algumas das suas esculturas	101
Figura 3	Fotografia do Mercado Municipal de Barra	102
Figura 4	Mapa dos Territórios de Identidade baianos	104
Figura 5	Fotografia de vista da cidade de Barra, ao lado do Rio Grande	104
Figura 6	Fotografia do encontro do Rio São Francisco com o Rio Grande	105
Figura 7	Fotografia do encontro do Rio São Francisco com o Rio Grande	105
Figura 8	Fotografia da Inundação da Barra no ano de 1979. Na imagem está uma das minhas tias, ainda menina.	106
Figura 9	Fotografia da cheia dos rios em Barra no ano de 1992	107
Figura 10	Águas do Rio São Francisco e do Rio Grande na sede do município de Barra	107
Figura 11	Fotografia de uma parte da paisagem do Timbó	108
Figura 12	Fotografia do quintal da casa de vó Joaquina. Ao fundo, a porta que dava acesso ao rio.	109
Figura 13	Fotografia da rua que separa hoje o fundo da casa de vó Joaquina do rio.	109
Figura 14	Fotografia da rampa de acesso ao rio, próxima à casa de vó Joaquina	110
Figura 15	Fotografia do Rio Grande, próximo a uma rampa, em época de cheia	110
Figura 16	Fotografia do Rio Grande, próximo a uma rampa, em época de vazante	111
Figura 17	Fotografia de um banco de areia do Rio Grande	113
Figura 18	Fotografia de um quadro sobre as lavadeiras do Rio Grande	114

Figura 19	Fotografia do vapor Wenceslau Braz navegando pelas águas do Rio São Francisco	116
Figura 20	Fotografia do Vapor São Francisco, o último do São Francisco a ser desativado, em um porto desse rio	117
Figura 21	Fotografia de uma carranca	117
Figura 22	Fotografia das plantas cultivadas no jardim da casa da autora	124
Figura 23	Fotografia das plantas cultivadas no jardim da casa da autora	125
Figura 24	Fotografia do alicerce da casa de vó Bárbara no Timbó 24 anos após a demolição	126
Figura 25	Vista do alicerce da casa de vó Bárbara na caatinga, 34 anos após a demolição	126
Figura 26	Fotografia do telhado da sala da casa de vó Joaquina (vista interna)	129
Figura 27	Fotografia das janelas internas da sala de vó Joaquina	130
Gráfico 2	Proporção de famílias que identificam as mulheres como responsáveis pela família (%)	148
Tabela 1	Distribuição percentual das famílias por tipo de arranjo familiar, segundo sexo do/a chefe de família – Brasil – 3º trimestre 2019 e 3º semestre 2022	148
Gráfico 2	Feminicídio no Brasil: Local de ocorrência do fato ano 2024	149
Figura 28	Representação em diagrama dos valores e referências afro-brasileiros	167
Quadro 2	Núcleos e temáticas de sentidos	173
Figura 29	Fotografia de vó Joaquina	175
Figura 30	Fotografia do pilão de vó Joaquina	175
Figura 31	Fotografia da certidão de casamento de vó Joaquina	182
Figura 32	Fotografia do rol de descendentes de Maria Isabel, irmã de vó Joaquina	190
Figura 33	Fotografia do rol de descendentes de Maria Isaura, irmã de vô Tristão	190
Figura 34	Fotografias de Maria Isabel e Maria Isaura junto aos seus descendentes	191

Figura 35	Fotografia da caixa de guardados de vó Joantina fechada	200
Figura 36	Fotografia da caixa de guardados de vó Joantina aberta	200
Figura 37	Trecho de uma as cartas guardadas na caixa	206
Figura 38	Fotografia da receita de sabão caseiro guardada na caixa	207
Figura 39	Fotografia das balinhas de café produzidas pela Tia-guardiã 2	210
Figura 40	Notícia sobre a bolsa de estudos, prêmio do concurso, conquistada pela Tia-guardiã 2, em rede social	214
Figura 41	Casa familiar no Brejo da Cachoeira em Barra, BA	217
Figura 42	Jirau como fogão – Brejo da Cachoeira em Barra, BA	217
Figura 43	Jirau como pia – no Brejo da Cachoeira em Barra, BA	218
Figura 44	Jirau de temperos, hortaliças e plantas medicinais	218
Figura 45	Fotografia da fachada da capela dos Marques em ruínas, localizada na Av. Cel. Antônio Rodrigues Viana- Buritirama, BA	221
Figura 46	Fotografia da lateral da capela dos Marques em ruínas	221
Figura 47	Fotografia do anverso da carteira identidade de vó Bárbara expedida em 22/11/1989	224
Figura 48	Árvore da família Marques Chagas desenhada por uma neta e duas bisnetas	227
Figura 49	Vó Bárbara à frente da casa do Timbó	229
Figura 50	Fotografia dos picuás: receita da minha avó materna alterada pela Prima-guardiã 1	250

SUMÁRIO

1	PREMISSAS DE UMA NAVEGAÇÃO À PESQUISA	17
2	A INQUIETUDE: UM PILÃO E UM JIRAU EM UMA TRAJETÓRIA FORMATIVA	28
2.1	A NASCENTE DE TUDO: O INÍCIO DO SER PROFESSORA	29
2.2	O FLUXO D'ÁGUA: UMA ITINERÂNCIA FORMATIVA	38
2.3	AS ÁGUAS EM CURSO: O ENCONTRO COM MINHAS RAÍZES	40
3	A ROTA: TRAÇADO E PERCURSO À FAMÍLIA EXTENSA	50
3.1	AUTOETNOGRAFIA COLABORATIVA À DERIVA, NARRATIVAS E OBJETOS	50
3.2	PREÂMBULO DO PERCURSO EM CAMPO: AQUIESCÊNCIA DAS MATRIARCAS	59
3.3	A TRILHA DA PESQUISA: IDENTIFICAÇÕES E SENTIDOS EMERGENTES	66
3.4	GUARDIÃO E GUARDIÃS DA MEMÓRIA FAMILIAR: OS(AS) AUTOETNOGRAFADOS(AS) NARRADORES(AS)	69
4	A BÚSSOLA: TERRITÓRIO, CASA, CORPO E INSURGÊNCIAS	78
4.1	DESVENDAMENTOS: EDUCAÇÃO, ANCESTRALIDADE E INTERGERACIONALIDADE NO MOVIMENTO COM UM MUNDO VIVIDO	82
4.2	TERRITÓRIO: GEOGRAFIA E AFETOS DAS MULHERES DO VELHO CHICO	96
4.3	CASA: MOLDURA PARA A INCOMPLETUDE DE UM BORDADO CHAMADO FAMÍLIA	120

4.4	CORPO: (RES)SIGNIFICAÇÕES SOBRE GESTAR EM FAMÍLIAS	140
4.5	INSUBMISSÕES E INSURGÊNCIAS: REBELDIAS ANCESTRAIS APREENDIDAS NAS RODAS PARA A RASPA DA MANDIOCA	156
5	OS LEGADOS SUBMERSOS: EMERSÕES POSSIBILITADAS PELAS NARRATIVAS E OBJETOS	171
5.1	O PILÃO: A POTÊNCIA NA CONDIÇÃO DE IMPOTÊNCIA	174
5.1.1	O facão: a vida sob controle da violência	192
5.1.2	A caixa de guardados: a reinvenção de profissões	199
5.1.3	As balas de café: propósitos dos aprendizados	208
5.2	O JIRAU: SOBRE ERGUER PARA PLANTAR SONHOS E COLHER MUDANÇAS	215
5.2.1	A foto da casa na roça: saber para ser e ir	228
5.2.2	O caderno secreto de rascunho: a educação oculta	240
5.2.3	A receita de picuá: o atrevimento da mudança	248
6	COMEÇO, MEIO E COMEÇO: CONSIDERAÇÕES SEM FINAL	256
	REFERÊNCIAS	263
	APÊNDICE A – TCLE	
	APÊNDICE B – Roteiro da entrevista narrativa	
	APÊNDICE C – Questionário sociodemográfico	

1 PREMISSAS DE UMA NAVEGAÇÃO À PESQUISA

Em minha trajetória como professora, desenvolvi o hábito de acolher os(as) estudantes à porta da escola, talvez porque inconscientemente sentisse o encontro entre expectativas e possibilidades que ali ocorria diariamente. Ao lado de outros(as) colegas, naquele portal que dava acesso a um espaço de aprendizados, iniciávamos o acolhimento de sonhos, depositados pelas mães, avós, tias e vizinhas que chegavam à escola para entregar ou buscar as crianças ao término do dia, ou para estudar na Educação de Jovens e Adultos (EJA), durante o turno noturno.

À porta da escola, no encontro com as mulheres mencionadas, revivi também a força e a vulnerabilidade que testemunhei nos corpos que não se permitiam descanso, de duas mulheres, ao gestarem as suas famílias, no território do Velho Chico, um dos atuais 27 territórios de identidade do estado da Bahia (Bahia, 2007, 2015). Estas mulheres são minhas avós.

Educadas para plantar, pilar e servir, em um contexto que normalizava as variadas formas de violência e de sujeições da mulher ao homem, minhas avós, ao lado de outras tantas mulheres de um tempo que não se mostra pretérito, não estão imobilizadas em fotografias guardadas. Elas, que estão presentes nos traços que o espelho e o nosso modo de ser desvelam, são forças ancestrais, que rompem a linearidade do tempo para legar aprendizados àquelas que como eu, se permitem, como afirma Vilma Reis (2017), virar a língua, ao partilharem indagações, inquietações e experiências em cenários sociais nos quais ainda se faz necessário resistir para existir. É assim que elas chegam até nós, em fios que interligam gerações e estruturam uma “trilha de liberdade”, definida por Adilbênia Freire Machado e Eduardo David de Oliveira (2022) como ancestralidade. São esses fios que nos fortalecem a não somente reconhecer e afirmar o que somos, mas reclamar os nossos legados. Esta tese, cuja pesquisa ocorreu em minha família extensa, e que tem como objetivo principal apreender os processos relacionados à ancestralidade feminina e à educação que direcionam as mudanças, as rupturas e as permanências do lugar da mulher na gestão familiar, se relaciona a essas mulheres.

Foi entre as inúmeras gestações de filhos e filhas, como muitas ancestrais das mulheres que encontrei na escola, que minhas avós enfrentaram o desafio de gestar

a família. Nessa gestão feita em silêncio, na qual não era possível negar ou questionar o lugar de chefe da família garantido aos maridos, elas foram também provedoras. Em comum a ambas, as mãos calejadas pelo pilar do milho ou pelo ato delicado de revolver a terra em um jirau¹ de temperos, que dava vida ao alimento, caprichosamente preparado em pesadas panelas de ferro no fogão a lenha. Ao lado disso, a preocupação em garantir o acesso à escolarização para as filhas.

Certamente, foi disfarçando os sonhos na batida ritmada do pilão e nas linhas traçadas para as sementes no jirau, que minhas avós imbricaram os seus saberes para resistir e pensar para as filhas um futuro diferente, que na percepção delas, o diploma escolar possibilitaria. Assim, sem conhecer Alice Walker (2021), elas ousaram plantar sonhos que ninguém entendia e viveram a utopia, apontada por Paulo Freire (1992) como sinônimo de esperança, para possibilitar as suas filhas o direito de superar as contradições e os determinismos históricos que oprimem determinados grupos sociais, para exercerem a vocação ontológica de ser e querer mais.

Certo é que na escuta de mulheres, não somente à porta das escolas, mas em encontros convocados, que a escola ainda hoje insiste em nomear como “reuniões de pais”, a despeito do predomínio feminino no público que comparece, reencontrei minhas avós. Nessas reuniões, percebi que as batidas e os traçados continuam, agora disfarçados por subempregos ou pelo acúmulo exaustivo de funções pelas mulheres. Isso porque, se hoje não mais é negado a nós o direito à educação e a profissionalização, ainda nos são imputados os menores salários e a responsabilidade pelas tarefas domésticas e pela educação dos(as) filhos(as). Assim sendo, reconhecer e estudar os legados ancestrais femininos é materializar o papel de mulheres que gestam e transformam as famílias, e, por via de consequência, a sociedade. É esse também um caminho para dar continuidade e consolidar um legado que frutificará e abrirá outras portas desejadas para diferentes gerações.

Os legados mencionados são historicamente moldados em insurgências silenciosas de mulheres nas famílias e nas instâncias sociais que gravitam em torno delas. Esses legados, como observei ao longo da minha trajetória em família, são testificados pela educação recebida ou pleiteada por nós nessas instâncias, e por objetos biográficos, como o pilão e o jirau. Não por poucas vezes, são também

¹ Trata-se aqui de uma armação de madeira semelhante a um estrado, sobre a qual minha avó construía o seu canteiro de temperos, hortaliças e plantas medicinais. Tomo aqui o termo porque era assim que a minha avó materna denominava o espaço.

apresentados nas rodas de conversas, em espaços de pertença, como ratifiquei durante a pesquisa para esta tese. Tais artefatos, tomando aqui como referência os estudos de Violette Morin (1969), Marcel Mauss (2008), Eclea Bosi (1979, 2003) e as pesquisas que participei no grupo de pesquisa Família, (Auto)Biografia e Poética (FABEP) sobre objetos de família (Rabinovich *et al*, 2019), podem ser considerados como objetos biográficos. Isso porque esses objetos se relacionam à experiência vivida, passada ou presente, de seu(ua) possuidor(a), envelhece com o(a) guardião(ã) e lhe confere um lugar singular no tempo. Na mesma medida, podem desempenhar uma função mediadora entre o passado e o presente (Bosi, 1979, 2003; Morin, 1969; Rabinovich *et al*, 2019). Em tal contexto, tomo como referência os estudos de Juliana Eugênia Caixeta (2006), para considerar guardião(ã) da memória aquele(a) que não somente guarda um objeto de família, mas garante a partilha das histórias ao objeto associadas, através de narrativas.

Posso afirmar, em face do que apresento nesta tese, que um artefato preservado por um(a) guardião(ã), pode se constituir também em um objeto ancestral de família. Isso ocorre quando o objeto nos conecta aos antepassados, mediante a recuperação de histórias familiares a ele relacionadas, transmitidas de geração pelo membro da família que o preserva. Por consequência, a pessoa que o guarda é guardiã da memória familiar, e não apenas de recordações individuais. Assim afirmo porque um aspecto é comum a objetos, como os aqui pesquisados: a cada um se entrelaça histórias de diferentes dimensões do cotidiano vivido, muitas vezes secretas, que atravessam parte das vidas contidas em uma ascendência e uma descendência familiar. Foram os reflexos desses legados nas famílias, essencialmente transmitidos e fortalecidos na polifonia de vozes femininas, que busquei observar no percurso trilhado para esta tese, com o intuito de responder a seguinte questão de pesquisa: quais mudanças, rupturas e permanências na gestão familiar são ocasionadas pela educação e pelos vínculos ancestrais entre as mulheres?

A indagação principal ramificou na trajetória da pesquisa em outras perguntas, que longe de me distanciarem do objeto principal, ampliaram a minha compreensão sobre os fatores que condicionam e possibilitam a (i)mobilidade, entre as gerações, da responsabilidade e da percepção da posição da mulher na gestão do grupo familiar, como pretendido. Essas indagações, que foram anotadas no diário que me acompanhou desde o primeiro momento da pesquisa, ampliaram as minhas reflexões

sobre o objeto de pesquisa em estudo e enriqueceram os estudos teóricos e de campo, foram assim registradas, em diferentes notas, sem respostas imediatas: Como a gestão da família se difere da chefia do grupo familiar? Quais são as regras que direcionam essa gestão? Como essas regras se movimentam e são ensinadas entre gerações? Como as mulheres transgridem e transmitem essas normas para suas descendentes? Quais objetos das ancestrais, guardados, se relacionam à gestão da família pelas mulheres? Como a educação familiar e a escolarização se relacionam a gestão da família por mulheres? O que acontece com uma mulher quando se torna gestora da família? Como a mulher se percebe na gestão da família? Como as suas descendentes percebem o lugar das suas ancestrais na gestão da família? Quais responsabilidades, assumidas pelas gestoras de família, são mantidas, refutadas ou alteradas entre as gerações?

Movida por essas perguntas e norteadas pelo questionamento principal, busquei acessar, através da Autoetnografia Colaborativa à Deriva (Almeida; Silva; Rabinovich, 2024; Rabinovich; Bastos, 2012; Rabinovich *et al*, 2013; Rabinovich *et al*, 2019; Rabinovich; Silva, 2025) – o método de pesquisa que balizou a investigação - as percepções de mulheres, assim como os valores e as práticas que direcionam a gestão de famílias. Coerente com os princípios que norteiam uma pesquisa qualitativa (Severino, 2018), esta metodologia foi aperfeiçoada pelo grupo de pesquisa Família, (Auto) Biografia e Poética (FABEP), da UCSal, do qual faço parte desde o ano de 2018. O método, fundamentado em estudos como os realizados pela acadêmica americana Carolyn Ellis (2020) e Heewon Chang (2008), é balizado pela autobiografia, a etnografia e a poética e possibilita a descrição e a análise de experiências e de contextos socioculturais, através de narrativas, com o intuito de compreender a relação entre o eu, o outro e o contexto (Almeida; Silva; Rabinovich, 2024; Rabinovich; Bastos, 2012; Rabinovich *et al*, 2013; Rabinovich *et al*, 2019; Rabinovich; Silva, 2025).

A Autoetnografia Colaborativa à Deriva não foi, todavia, o único norteador que utilizei na trilha investigativa, que percorri para escrever esta tese. Aquecida por exercícios de autorreconhecimento em pesquisas, análises e reflexões registrados em textos lapidados colaborativamente na vivência do método, estreitei o abraço com a coletividade, mediante também a imersão em epistemes que fortalecem uma escrita não separada da vida, como bem reflete Gloria Evangelina Anzaldúa (2000). Neste caminho, ousei responder à indagação da antropóloga Fátima Lima, na carta lida e dirigida à Conceição Evaristo durante o evento *on-line* intitulado “Escrevivência:

Sujeitos, Lugares e Modos de Enunciação - *Corpus Literário em Diferença*”, em 2022: para aqueles(as) que advogam pelo acesso de todos(as) a bens culturais, historicamente negados ou silenciados pelo racismo, sexismo, etarismo, capacitismo, xenofobia ou preconceito regional, entre outros, são as inquietações que convocam as metodologias e estratégias de pesquisa, e não o contrário.

Devo, de fato, também nesta tese, às epistemologias que valorizam outras matrizes do conhecimento e desafiam, por consequência, as fronteiras do eurocentrismo, a ampliação do meu modo de ver, entender e dizer o que pesquisei. Este é o caso da Epistemologia Feminista Negra (Colins, 2019), semente e fruto de estudos de pesquisadoras como Patrícia Hill Collins (2016, 2019, 2022), bell hooks (2013, 2015, 2019a, 2019b), Lélia Gonzalez (2020) e Conceição Evaristo (2003, 2005, 2014, 2016a, 2016b, 2019, 2020a, 2020b, 2020c, 2020d, 2022). Esta escolha me fortaleceu a não somente reviver os mergulhos que há muito realizo nas escrituras evaristianas (2003, 2005, 2014, 2016a, 2016b, 2019, 2020a, 2020b, 2020c, 2020d, 2022), em cujos quadros ficcionados encontrei muito do vivido pelas mulheres da minha família, mas a necessidade de atenção à interseccionalidade de raça, gênero e classe na elaboração do conhecimento e saberes que busquei compartilhar, nas considerações sobre os achados da pesquisa que reconheço ainda como inconclusos.

Certo é que, graças à Epistemologia Feminista Negra (Colins, 2019), ao acessar os silêncios, imposições, escolhas, negociações e transgressões que não imaginei inicialmente existir entre as mulheres do meu espaço de pertença, pude melhor compreender que, de fato, como destaca bell hooks (2013, 2019a), as brechas entre teoria e prática são extintas, quando o experienciado na teorização se relaciona a processos de libertação e autorrecuperação coletiva. Não sem razão, estas autoras me fortaleceram não somente a ir ao encontro das minhas ancestrais e das minhas parentes-guardiãs, mas delinear um espaço de enunciação de mulheres entre as quais também estou incluída, ao narrar um emaranhado de caminhos também para as gerações porvir. Tal movimento não linear, inclui gerações de avó, neta e filha, no ciclo contínuo de começo, meio e começo, evidenciado pelo filósofo Antônio Bispo dos Santos, em livros como “A terra dá, a terra quer” (Santos, 2023).

No total, nove tias e seis primas maternas e paternas, com características de guardiãs da memória, foram selecionadas para participar da pesquisa, a partir dos critérios de inclusão previstos para a pesquisa. No grupo, posteriormente, foi incluído

um tio, em um movimento que adicionou uma camada de desafios, à trajetória metodológica. São estes(as), aqui nesta tese, considerados(as) parentes-interlocutor e interlocutoras, guardião e guardiãs da memória familiar. Esclareço que o parentesco não necessariamente foi determinado pela consanguinidade, mas pelo reconhecimento do grupo dessa condição. É esta uma prática comum em minha família extensa: tenho avós, tios, tias e primas não biológicos, determinados(as), aceitos(as) e respeitados(as) nesta condição pela maioria do grupo. Registro também que a despeito do recorte aqui apontado, recebi a colaboração da minha família como um todo e que não identifiquei em nenhum momento, obstáculos para a realização da pesquisa. Essa abertura me possibilitou o acesso a fotografias, documentos e informações, apresentados por vezes espontaneamente, por meus parentes. O total de colaboradores, nesse caminho, não é possível de ser informado com exatidão. Por essa razão, incluo a minha família extensa, como um todo, nessa colaboração.

Na trajetória percorrida para acessar as narrativas, alguns percursos traçados foram abandonados e outros redefinidos. O campo, de fato, como sinaliza o psicólogo Kurt Lewin (2024), é espaço vital de pessoas, que longe de ser estático e rigidamente limitado pelo traçado do projeto, é vivo, dinâmico e reclama do(a) pesquisador(a), como consequência, em sucessivas aproximações “da verdade” e por processuais mergulhos no desconhecido. Foi dessa forma que ocorreu a minha aproximação com os homens da família, não prevista para a pesquisa, que culminou com a inclusão de um, como parente-interlocutor, guardião da memória familiar.

Combinei na pesquisa o uso de entrevista narrativa, que conforme Sandra Jovchelovich e Martin W. Bauer (2008) possibilita ao(à) entrevistado(a) a expressão livre de sentimentos e pensamentos, em uma narrativa fundamentada na história que ele(a) conta, com a observação participante (Minayo, 2007; Neto, 2012; Minayo; Costa, 2018), que ocorreu nas casas onde as matriarcas do grupo – minhas avós – viveram. Antecederam a essas narrativas e observação a aplicação de um questionário sociodemográfico. A escolha da casa se relacionou ao fato de que é este um espaço anunciado pelos meus parentes e parentas como importante para a minha família extensa. Tal declaração é atestada pelas constantes visitas da maioria, hoje residente em várias partes do Brasil, principalmente durante o mês de junho, mês de festejos juninos, apreciados por toda a minha família, na cidade.

Saliento que há hoje um considerável leque de estudos teóricos sobre as narrativas, em diferentes campos do conhecimento a exemplo da educação, da

literatura, da psicologia da sociologia e da teoria da comunicação, entre outros. Sem negar a importância dos diversos estudiosos que contribuíram significativamente para as teorias narrativas, destaco, no percurso empreendido para esta tese, a importância dos estudos de Mikhail Bakhtin (1997) e de Paul Ricoeur (1991, 2004, 2006, 2011).

Embora fruto de narrativas, que fizeram emergir cronologias e diacronias no curso das gerações, cabe-me informar que a pesquisa aqui apresentada não se traduziu em uma historiografia e, sim, em um estudo autoetnográfico. Apesar disso, busquei reservar a necessária atenção no processo de análise, às possíveis interseccionalidades temporal, geracional, de classe e de gênero que emergiram das narrativas.

Aponto também que sou uma das guardiãs da memória, que possibilitaram esta tese. Assim me inscrevo, não somente pelo uso da autoetnografia no percurso metodológico, mas porque como outras mulheres da minha família, além de guardar objetos da família, como o pilão da minha avó paterna, aceito e sou posicionada como narradora de histórias relacionadas, acompanhadas e transformadas por esses objetos. Como bem desvela Jeovana Vieira (2024) sobre a nossa missão ancestral, em uma ficção que é o retrato do real, pude, com a tese, também compor com a linha da minha existência, o bordado do corredor da memória do grupo familiar extenso no qual sou reconhecida e que reconheço como meu.

As narrativas acessadas, conforme será observado no capítulo quatro desta tese, foram consideradas em uma perspectiva de diálogos com outras, e não tão somente de ilustração e de descrição de quadros históricos ou de vivências cotidianas. Tal perspectiva possibilitou articular cada narrativa não somente ao poder ouvir, mas ao poder dizer e ao poder se reconhecer. Assim foi feito porque concordo que é no movimento de se reconhecer, de reconhecer o(a) outro(a) e de ser reconhecido(a), sem negar as imbricações do eu com o(a) outro(a), conforme lembra o filósofo Paul Ricoeur (1991, 2004, 2006, 2011), que nós mulheres, nos tornamos as plurivozes, evidenciadas por Aline Motta (2022). Como ela aponta, cada mulher traz consigo todo um coletivo de mulheres, capaz de atuar em multimeios e multidireções, dentro ou fora da família (Motta, 2022).

Destaco que a vinculação da investigação ora empreendida com a minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional, é nítida em todo o meu percurso formativo. Se na infância aprendi com minhas ancestrais, pela palavra narrada, o valor da liberdade, descortinei nas pesquisas empreendidas desde os meus primeiros

passos na graduação, a importância de manter o olhar sobre o passado, para resistir hoje e interrogar o futuro. Este processo vem me permitindo desvelar quem eu sou na minha incompletude, sem a pretensão de dar conta da totalidade de aprendizagens; ao lado disso entrelaça-se ao compromisso que firmei com os segmentos historicamente excluídos.

Não sem razão, durante minha dissertação de mestrado debruicei-me sobre os fatores que poderiam favorecer o desenvolvimento humano para uma parcela da população brasileira, vitimada pelas desigualdades e exclusão socioeconômica. Tais estudos frutificaram em variados escritos, publicados em eventos e livros diversos, assim como em projetos, para educandos(as) e educadores(as) de escolas públicas. A esses se somaram ações de formação e reflexão em cursos de licenciatura, em componentes curriculares que ministrei, a exemplo de Fundamentos e Metodologia para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Da mesma forma, o aprofundamento dos estudos sobre os vínculos e configurações da família, no grupo FABEP, vem me possibilitando compreender o processo de autoinscrição na família que reconheço como minha. É a totalidade deste movimento que fortalece as minhas interrogações e me conduz ao encontro de pessoas que ousam teorizar a partir da luta e da dor, sem se furtarem de expor as suas feridas e de nos oferecer as suas experiências, como guias, em diferentes trajetórias de pesquisa (hooks, 2013, 2019a).

Cabe-me elucidar que a minha simpatia pela poética, que se fortaleceu em vivências de pesquisas experienciadas no grupo FABEP, me desafia a identificar rostos e corpos nas informações de pesquisas que algumas categorias insistem em transformar somente em números. Para apresentá-los, acostumei-me a reservar o tempo necessário para encontrar as palavras certas, no intuito de impregnar cada verbete escrito com as vidas e sentidos que emergem da pesquisa. Nesse contexto, sem deixar de atentar para as normas acadêmicas esperadas de uma pesquisa, não me furto em dialogar com outros gêneros literários, como defendem os geógrafos Eduardo Marandola Junior e Lucia Helena Batista Gratão (2010), em suas pesquisas geoliterárias. Tais gêneros, na aparente ficção do vivido, desvelam e denunciam o sentido, como ensina Conceição Evaristo, em suas escrituras. Assim também ocorreu nesta tese. Em cada arranjo de palavras, sem desviar a atenção do caminho metodológico escolhido, permito-me expressar empatia por minhas parentes-interlocutoras, guardiãs da memória, ao registrar em tinta as contradições sociais que emergem do que elas relatam.

A organização da escrita nesta tese não foi fácil. A ampla articulação entre as teorias estudadas e os fenômenos que observei em campo, por exemplo, não me permitiu isolar, em nenhum momento, a teorização dos fenômenos observados, durante o processo de escrita. Foi assim que entre idas e vindas, o campo escapou por brechas para se unir à teoria e vice-versa. Ao final, após aceitar a quebra de limites que a escrita me apresentou, pude finalmente alicerçar a ordem pleiteada, em capítulos que não prima por arbitrar divisões estanques.

Após as premissas iniciais, o segundo capítulo elucidava não somente o meu percurso como pesquisadora e a vinculação do que até aqui estudei com o meu desenvolvimento pessoal e profissional, mas a gênese da inquietação que fundamenta esta tese em minhas avós, mediante principalmente os objetos que a elas me remetem: o pilão e o jirau. Para desvelar tal itinerância, sirvo-me do meu lugar, como ribeirinha, para compartilhar recordações junto as minhas avós, no curso de águas, potencializadoras de mudanças para àqueles(as) que como eu, são privilegiados(as) por esta condição.

No terceiro capítulo apresento o percurso e o processo metodológico que fundamenta o estudo aqui em tessitura. Para tal, a partir das minhas recordações e vivências, situo inicialmente as narrativas femininas entre as estratégias que parecem colaborar para a sobrevivência e as identidades das mulheres no território do Velho Chico. Na sequência, apresento a autoetnografia colaborativa como estratégia de pesquisa. Apresento também os instrumentos de pesquisa e as demais informações que são necessárias para a compreensão da delimitação do objeto aqui em estudo. Ainda neste capítulo, narro a minha itinerância na busca de aquiescência das matriarcas para realizar a pesquisa desejada, assim como as minhas estranhezas e descobertas, nesses primeiros contatos. A autorização verbal das mais velhas é uma prática necessária em minha família extensa em tudo que se refere ao grupo. Por ética e principalmente pela lealdade ao grupo, não poderia prosseguir, se elas assim não autorizassem. Por fim, apresento os(as) parentes-interlocutores(as), guardiões(ãs) da memória familiar, que colaboraram para o estudo.

No quarto capítulo apresento os suportes teóricos e epistemológicos que atravessam este estudo. Parto, para tal, dos desvendamentos sobre educação, ancestralidade e intergeracionalidade que o mergulho teórico, à luz do vivido no contexto estudado, possibilitou. Na trajetória, busco conduzir um mergulho no território do Velho Chico, com espaço geográfico afetivo e adentro às casas da minha família

extensa, como espaços de afeto e cuidados. Na sequência, procuro desvelar os corpos que gestam as famílias e chego, após, às insurgências das gestoras da família.

Finalmente, no quinto capítulo apresento os achados da pesquisa, possibilitados por minha imersão nas narrativas, em duas seções, que assumem a condição de núcleos principais, cada um correspondendo a uma raiz da minha família extensa. Nestas seções estão contidas as narrativas e análises, em seis núcleos de sentido, cada um correspondendo a um(a) guardião(ã) e ao objeto por ela/ela guardado. Os princípios para esta organização foram fundamentados no processo de análise de pesquisas autoetnográficas colaborativas à deriva organizadas pelo grupo FABEP, como foi o caso da pesquisa sobre religião, religiosidade e família, da qual fui uma das organizadoras (Almeida; Silva; Rabinovjch, 2024). Para esta organização, considere também que um sentido, conforme evidenciam Wanda Maria Junqueira Aguiar e Sergio Ozella (2006) pode se relacionar tantos processos cognitivos, afetivos e biológicos da subjetividade que narra, quanto com o contexto social, político, econômico no qual ela se insere contém mais do que aparenta.

No total, seis narrativas foram selecionadas, a partir de critérios descritos no capítulo 2 desta tese. Decidi assim fazer, pois, ao ler as transcrições, encontrei em cada uma textos completos sobre pessoas e contextos, todos compostos por verbetes que somente as “palavramundo” de Paulo Freire (1997) e o conceito de oralitura de Vania Martins (2003) parecem bem produzir. Assim, pela completude emergente das narrativas e em consonância com os pressupostos de análise da Autoetnografia Colaborativa à Deriva consolidada pelo grupo de Pesquisa FABEP, apresento cada uma em um texto, a partir da ideia central que dele emergiu, com muitos trechos transcritos como a voz do(a) narrador(a) o anunciou. Não sem razão os textos demandam ser lidos não como ponderações sobre o dito acerca das vivências e revivências narradas, mas como portas abertas à possibilidade de apreender, a partir da polifonia de vozes neles presente.

Certo é que na investigação, mergulhei nos processos relacionados à ancestralidade feminina e à educação que direcionam as mudanças, as rupturas e as permanências do lugar da mulher na gestão familiar, através das teorias que estudei e dos sentidos que emergiram das narrativas. Tais sentidos, nem sempre traduzidos por meus/minhas parentes-guardiões(ãs) em palavras, estão também no que é sugerido ou simbolicamente representado nas narrativas e nos objetos da família guardados e compartilhados durante a pesquisa. Apreendê-los exigiu considerar que

os saberes ancestrais, oralmente compartilhados, são, sobretudo, legados de pessoas que não podem ser suprimidas da palavra escrita. Em um contexto como o brasileiro, no qual as condições sociais vivenciadas pelas mulheres ainda convocam a posicionamentos, o externar desses legados, que revelam insurgências e estratégias de resistências e transgressões, conforme narraram as minhas parentes-guardiãs, é bem-vindo.

Permito-me, a partir da investigação empreendida, ousar na continuidade de um processo reflexivo e essencialmente formador sobre os legados ancestrais de mulheres para a gestão de famílias, em um movimento que já abriu para mim, novas rotas de pesquisa que me ajudaram fortalecer a minha. O legado para tal, conforme registro na sequência, plantado por ancestrais para mim e outras mulheres em jardins que reclamam ser visitados, já temos. Basta-nos acessar e os ampliar.

2 A INQUIETUDE: UM PILÃO E UM JIRAU EM UMA TRAJETÓRIA FORMATIVA

Nasci em um município baiano, localizado no Território do Velho Chico, agraciado pelas águas do Rio São Francisco e do Rio Grande. Certamente por essa razão, aprendi há muito tempo com os(as) moradores(as) locais que é necessário conhecer o(a) barqueiro(a) que conduzirá a embarcação, antes de abrir a carta náutica na qual estão sinalizadas as áreas de fundeio, os contornos da costa e outros elementos do rio que nos conduzirá até um destino desejado. Isso porque os percursos desses(as) navegadores(as) quase sempre desvelam mapas secretos, que sinalizam não somente perigos escondidos nas correntezas e no entorno das águas, mas os seus trechos dóceis. Desta forma, longe de se constituir em desvio ou atraso da viagem, pausar para conhecer a história daquele(a) que conduz um barco é apreender um pouco mais não somente sobre o rumor das águas e o silêncio das margens, mas sobre o próprio sentido do trajeto.

De forma semelhante, a conexão entre vida e saber também é valorizada por pensadores(as) de diferentes áreas do conhecimento. Este é o caso de Conceição Evaristo (2003, 2005, 2014, 2016a, 2016b, 2019, 2020a, 2020b, 2020c, 2020d, 2022), que em suas escritas retrata uma escrita profundamente marcada pela experiência individual e coletiva de ser uma mulher negra no Brasil. É assim também com bell hooks (2013, 2015, 2019a, 2019b), que destaca o valor dos saberes emergentes de trajetórias pessoais e do conhecimento coletivo e enraizado na realidade, como pontos de partida legítimos para análise e fundamentação de teorias, como práticas libertadoras. Embora de outro lugar, é esse também o caso de Pierre Bourdieu (2017), para o qual o olhar reflexivo ao *habitus* e trajetórias, longe de enfraquecer, fortalece a plausibilidade histórica do conhecimento científico. Assim, quer seja por também me perceber como a barqueira responsável pela navegação na pesquisa que possibilitou o estudo aqui compartilhado, quer seja pela estreita relação entre a gestão de famílias por mulheres, objeto aqui investigado, com meu o percurso de vida, apresento a nascente e o fluxo da trajetória que me conduziu ao coração desta tese.

Aponto que narrar o fluxo de vivências significativas e formadoras que marcaram a navegação à esta tese é revelar a inquietude de me reconhecer em uma

ancestralidade de mulheres que sonharam para outras mulheres uma futura realidade que não lhes permitiram viver. Suas histórias de resistência silenciosa ainda não escritas, anunciadas por narrativas e por objetos preservados por suas descendentes, são fortemente vivas e sentidas nos saberes e práticas que teci até então. Estas histórias, que estão entrelaçadas ao meu percurso de vida, se relacionam também à investigação empreendida aqui.

Destaco que o termo vivência, que assume significações diversas no campo filosófico e semântico, traduz, neste capítulo, os sentimentos e significados possibilitados por cada experiência do meu percurso pessoal, profissional e de pesquisa que é, sobretudo, formativo. Algumas delas, relacionadas a desta tese, são lembradas neste capítulo pelo retorno possibilitado pelas minhas recordações, ao tempo e espaço em que aconteceram. Como tais, as interpretações dessas recordações são singulares, realizadas do lugar de percurso onde hoje estou, algumas já elaboradas e outras em aberto, ainda a serem revisitadas.

Como apontam as primeiras pistas deste capítulo, tomo como fio condutor no relato das aprendizagens que reconheço ainda como incompletas, a concretude de um elemento que simboliza a transformação na terra árida onde nasci: o rio. É ele potencializador, para ribeirinhas como eu, já a partir da quase invisível nascente, de uma ousada esperança em movimento, que garante não somente a água desejada, mas a própria vida. Daí porque ao rio me conecto para seguir adiante e revelar as imbricações deste trabalho com minhas avós. Elas são, certamente não apenas minhas ancestrais, mas plurivozes (Motta, 2022), que ao lado de outras tantas mulheres, deixam aberto o convite para voltarmos ao nosso próprio umbigo, não como um simples ato de espelhamento narcisista, mas para ter acesso à chave necessária à decifração dos enigmas de uma história maior em movimento cujo desenho, que nos invisibiliza e deturpa, é ainda imposto para muitas de nós.

2.1 A NASCENTE DE TUDO: O INÍCIO DO SER PROFESSORA

Minha fascinação pela educação iniciou muito cedo: recordo-me ainda bem menina espiando, encantada, da porta da sala, as formas traçadas em um quadro verde, por minha mãe. Professora pública da educação primária, ela é nestas lembranças, o retrato de uma força que o Transtorno Bipolar, que a martiriza há muitas

décadas, não fragilizou. Após muitas crises, que a fez conhecer variadas instituições psiquiátricas, ela tomava como prêmio o retorno às aulas, caprichosamente planejadas e executadas.

Não era raro reproduzir o que via nas brincadeiras com outras crianças, à tarde, na porta da casa da minha avó materna. Ali, à sombra de uma amendoeira, que recordei ao ler Calila das Mercês (2022) em sua Planta oração, transformávamos o chão fofo de areia em quadro de uma sala de aula imaginária, números e letras eram traçados. Nessa escolinha a céu aberto eu reclamava, disputando com outras primas, o lugar de professora.

Distraía-me, por vezes, da brincadeira, o cheiro suave que lembrava coentro e erva doce, da minha avó Bárbara. À porta da casa, nas raras vezes que se afastava da cozinha ou do jirau, no qual cultivava temperos, ervas medicinais e hortaliças, ela se permitia observar os muitos netos e netas que ajudou a educar.

É válido aqui, a meu ver, indagar: Quais sonhos não vividos ali lamentava? O que ansiava para si e para nós? Qual força, desconhecida, a impulsionava? Talvez, como a santa², da qual herdou tanto o nome, quanto a religiosidade e a resiliência, lembrasse o momento em que, isolada não na torre de um castelo, mas na roça onde nasceu, questionou, em silêncio, os preceitos de uma época que lhe imputou o casamento, para sonhar outros rumos para as filhas, distante do jirau, onde colhia muitos cheiros e sabores. É fato que se rebelou, tal qual Iansã, orixá guerreira, também associada ao seu nome, senhora dos ventos, das tempestades, dos raios e relâmpagos e das almas. Foi assim, com a fé engradecida pelas preces que se entendiam para outras regiões divinas, fortalecida por pedidos a Deus e, certamente, à Santa Bárbara, bem semelhante as crenças descritas na prosa-poética de “Sabela” (Evaristo, 2016b), que ela teimou em garantir as filhas o direito de estudar.

Ainda desses primeiros aprendizados recorde a minha avó paterna, que também abrigou a mim e a meus irmãos, nos momentos de crise da minha mãe. Nascida em vinte e quatro de junho, no dia de São João Batista, foi registrada com a versão feminina do nome composto desse conhecido discípulo, mas talvez por sua leveza, era chamada de Joaninha. Sobre a sua história ela me contou muitos recortes,

² Santa Bárbara viveu no século III d.C., na região da Nicomédia (Ásia Menor). Seu pai, muito rico, para resguardá-la ao casamento, decidiu fechá-la numa torre, onde era ensinada por tutores da confiança de seu pai. Porém, aquilo que parecia um castigo, lhe deu voz e ela não aceitou casamento, imposto pelo pai, para viver a fé cristã, mesmo depois de torturada (Santos, 2019).

ao final da sua pesada lida diária, em narrativas acompanhadas do cheiro doce das balas de café, que me ensinava a dar a forma e embalar, em tiras de papel amanteigado. Tais balas, comercializadas por mim no dia seguinte na escola pública onde estudava, traziam consigo uma recomendação que ela repetia com insistência, sem nunca levantar o timbre da voz: “venda, só no recreio! Você precisa estudar para ser professora”. Ao retornar para casa, após as aulas, vinha o momento esperado: a divisão do apurado, igualmente repartido entre ela e eu.

Nos relatos de vó Joaninha, entrecortados por vários silêncios, costurei retalhos que me abriram portas para vislumbrar um pouquinho da história dela e, por consequência, da minha história: filha de uma mulher negra, considerada a época, como minha avó dizia, “de vida suspeita” – ela nunca esclareceu o termo -, foi alvo de uma proteção inusitada: era trancafiada em casa pela genitora, que necessitava sair à noite, para garantir o sustento de casa em um bar. Em defesa dela, minha avó explicou que o intento foi protegê-la da violência, pois era comum, no lugar onde morava, que adolescentes como ela, ainda na tenra idade, serem violentadas. Contou-me também que posteriormente, foi confiada pela mãe a uma família “respeitável”, sob a garantia que estudaria em uma escola, em troca de trabalhos domésticos. Do combinado, sem jamais ser considerada, pelo menos, como “quase da família”, a despeito do acesso à intimidade daquele grupo, restou a minha avó somente o trabalho exaustivo. Essa realidade guardava semelhança com o cotidiano vivenciado por outras mulheres negras à época não somente aqui Brasil, mas em contextos com o estadunidense, como bem aponta Collins (2016). Para minha avó, ao trabalho se somavam muitas surras na casa onde passou a viver.

Posteriormente devolvida à mãe, após muitos rogos aos algozes, ainda apenas assinando o nome, tornou-se, nos dizeres dela, “respeitável pelo casamento”, que não a livrou da pobreza extrema nem da agonia diária de pensar o que comer.

Repetindo a saga da mãe, e, certamente, da sua avó e bisavó, como milhões de mulheres negras aqui no Brasil, vó Joaninha gestou vários filhos e filhas, alguns precocemente ceifados, ainda nos primeiros meses de gestação. Ainda assim, sem tempo para se entorpecer na dor e no cansaço, ela, responsável pelo sustento da casa, trabalhava em uma pensão dia e noite, sem direito a feriado, dia santo ou folgas aos finais de semanas. Tal processo de repetição de um tempo não tão distante da escravização, atualizava os ranços da colonização, ao permitir a exploração de mulheres negras à exaustão e tentar estabelecer para as suas descendentes um

cotidiano no qual “o futuro está interdito enquanto o passado permanece produzindo o presente”, conforme bem aponta a narrativa e contramemória colonial de Fernanda Rodrigues de Miranda (2019, p. 22). Era dessa forma que ao trabalho no pilão, onde refinava o milho para o cuscuz já nas primeiras horas do dia, somava-se para minha avó a lida na cozinha e o dever de cuidar dos filhos e filhas, que ia da costura das roupas ao acompanhamento na escola. Nesse acompanhamento, embora interdita de quase tudo também pela obediência servil ao meu avô, certamente estava o desejo de transmitir aos(às) seus(uas) descendentes “um legado de respeito pelas possibilidades – e o desejo de agarrá-las” (Walker, 2021, p. 218). Era assim que, embora interdita de várias forma, buscava. É válido aqui também, a meu ver, indagar: Quais sonhos não vividos lamentava? O que ansiava para si e para suas filhas? Qual força, desconhecida, a impulsionava?

É fato, certamente, que recuperando os sonhos nela silenciados, vó Joaninha rompeu a maldição de Bertoleza³ e se rebelou, pois, todas as filhas estudaram para se fazerem inicialmente professoras. A primeira, apoiada por ela, foi além: desfez um noivado forjado sob as bênçãos do meu avô e foi para o Distrito Federal, à época em construção, para prosseguir os estudos, como pedagoga, em um curso superior de uma universidade pública. Hoje, ao refletir sobre o percurso dessa tia, percebo-me diante de um abebé, aqui considerado a partir do conceito elaborado por Hildália Fernandes Cunha Cordeiro (2023) em sua tese doutoral, pois o que vejo devolve não apenas o movimento dela no mundo, mas também a possibilidade de me reconhecer em sua travessia, já que também sou pedagoga. É assim que neste reflexo, entre memórias e ressonâncias, conforme destacado por Cordeiro (2023), percebo que encontro também a mim mesma.

Afirmo que o meu percurso pessoal e profissional como pesquisadora que se faz professora traz as marcas destas duas importantes mulheres, que formaram e gestaram minha família, em uma invisibilidade que merece ser desvelada. Acessá-las, como “presenças que fogem dos retratos e estão fortemente costuradas nas palavras e nos atos daquele que narra a sua história”, a exemplo do evidenciado por Julia Bolssoni Dolwitsch, (2014, p. 46) elucidam as imbricações dos sonhos que minhas avós intuíram e edificaram para as suas descendentes nas diferentes dimensões do

³ Bertoleza é uma personagem de o romance “O cortiço”, de Aluisio Azevedo, Bertoleza é uma quitandeira, ex-escravizada, que empresta sua força de trabalho e economias a um português. Após enriquecê-lo, foi rejeitada por ele e comete suicídio.

meu existir, entre as quais está a docência. Neste movimento, de rastrear os “guardados da memória⁴” para recuperar minhas heranças, aceito o meu legado e assumo a responsabilidade para redescobrir, completar e atualizar o que legarei em meus saberes e fazeres (Bern, 2012). Este processo, que possibilita acessar e apreender, de um outro lugar as minhas aprendizagens para potencializá-las no meu percurso de formação e ação, conforme destaca o professor Elizeu Clementino de Souza (2006), ressignifica e amplia os sentidos que tem o ser professora e pesquisadora em minha vida, para além das experiências que já percorri, norteadas pelo respeito e compromisso com os(as) educandos(as).

Nos anos que se seguiram, já crescida e alfabetizada, prossegui no ensaio de ser professora, embora ainda não remunerada, pois recebi, ainda no Ensino Fundamental, a responsabilidade de ensinar o dever de casa aos meus irmãos, em uma simulação diária de “banca escolar⁵” improvisada à mesa da sala. A eles se juntavam, por vezes, alguns primos, a quem eu, detentora do título de estudiosa, mas sem me furtar de ser parte das brincadeiras, buscava também ajudar.

Ao findar o primário, hoje correspondente à primeira etapa do Ensino Fundamental, fui agraciada, por intervenção de uma tia, com uma bolsa de estudos para uma conceituada instituição da cidade. Tratava-se de uma instituição católica particular, dirigido por freiras, que por muito tempo formou exclusivamente professoras para o magistério. Recordo a recomendação solene da minha tia: “Se ficar em recuperação de qualquer disciplina, perde a bolsa!” Rígido, o colégio, em muitos aspectos, reproduzia, à época, o contexto socioeconômico de estado autoritário, de medo e pouca liberdade para a educação que o Brasil ainda vivenciava, fruto de decretos como o Ato Institucional nº 5 (Brasil, 1968), que restringiu direitos diversos entre os quais a participação de professores e estudantes do ensino público e particular em manifestações públicas ou protestos. Sentíamos, assim os reflexos ditadura, que nos legou um período marcado pela forte repressão política e social, caracterizada por uma severa restrição de liberdades, que incluía o controle de jornais, rádios, televisões e até da produção cultural, através da censura, para silenciar críticas e impor uma visão única dos acontecimentos. Nesse contexto, muitos(as)

⁴ Expressão atribuída à poeta Ana Cruz por Bern (2012).

⁵ Banca escolar traduz um espaço ou serviço de acompanhamento pedagógico e reforço escolar, que auxilia os estudantes com os deveres de casa. Apesar de ser geralmente uma atividade remunerada., não era esse o caso aqui relatado.

cidadãos(ãs) foram perseguidos(as), presos(as) ou obrigados(as) ao exílio, por expressarem opiniões contrárias ao regime, como bem retrata o livro "Brasil: Nunca Mais", idealizado por um grupo de religiosos e advogados, organizado através da Arquidiocese de São Paulo (1985). Esse livro, que é resultado de um extenso projeto de documentação dos crimes cometidos durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), explica, certamente, o medo e vigilância que se refletia também na escola onde eu estudava.

Em sala de aula o ensino ocorria, basicamente, através da transmissão de conteúdos. Enfileirados(as) em cadeiras e mesas que nunca mudavam de posição, permanecíamos sentados(as) para receber os conteúdos transmitidos pelos(as) professores(as), para depois reproduzi-los em provas escritas. Falávamos somente quando indagados(as) pelos(as) professores(as) ou nos breves e esperados intervalos.

Tímida, longe da escola que até então era bem familiar e com a pesada responsabilidade da bolsa, adaptei-me ao novo espaço, esforçando-me para não somente ser aprovada em tudo, mas ser pontuada com as melhores notas. Como o ato de estudar nunca foi para mim desagradável, alcancei o que pretendia, mas a timidez persistia. Recordo como característico desse período, talvez, como marcas de uma ancestralidade cujos corpos foram, repetidamente, invisibilizados, o desejo de não ser percebida, que resultava, entre outros, no frio paralisador, quando era inquirida oralmente pelos professores. Hoje, ao revisitar essa etapa do meu percurso, entendo melhor a minha vigilância em sala não para impor silêncio, mas para abrir espaços às palavras, que tantas vezes, no passado, foram caladas. Desta forma, embora reconheça que algumas vezes me sinta tentada a desejar a invisibilidade como forma de proteção, principalmente em alguns ambientes acadêmicos nos quais a vaidade de quem deveria ensinar ou provocar aprendizagens é utilizada para constranger e se sobrepõe ao saber, busco ser presença que se recusa a ser apagada, alimentada pela força viva do que me tornei.

Aos quinze anos cheguei à etapa que correspondia a profissionalização para o exercício do magistério nas séries iniciais do ensino fundamental, ainda no mesmo colégio. À época, a inquietude em mim, antes satisfeita em longos mergulhos na leitura de obras literárias da biblioteca da escola e de outros espaços da cidade, entrou em ebulição: teimei em fazer também o curso de Contabilidade no turno noturno, em uma instituição que até algumas décadas antes, não admitia mulheres. Vencida a

resistência do meu pai com o apoio de minha avó paterna, fui eu mesma fazer a matrícula para experiências que descortinaram para mim novas formas de aprender e estar na escola: ali participei de vivências plenas, quer seja no grêmio, que eu ajudei a organizar, na liderança da turma quer seja nos debates em sala, que se prologavam à saída das aulas.

No segundo ano do curso de magistério, iniciei o estágio, através da observação das aulas, em salas dos primeiros anos do ensino fundamental. Às aulas nos turnos matutino e noturno e à essa nova empreitada diária, somaram-se a participação em cursos, que incluiu, entre outros, o uso do método fônico “Casinha Feliz”, todos proporcionados pela instituição onde cursava o magistério.

No colégio o processo de preparação para o estágio, alicerçado na Pedagogia Tradicional amplamente difundida a partir do século XIX, era, ainda na fase de observação, rígido e direcionado para a reprodução no período de prática. Em linhas gerais, assimilávamos a ação das professoras observadas para reproduzi-la, de uma forma generalizadora, sem olhar para as particularidades dos estudantes. Assim, cheguei ao último ano de estágio, assumindo, durante todo o ano letivo, uma turma do quarto ano, composta por trinta e cinco crianças, repletas de energia reprimida. Na ampla sala, organizadas em filas distanciadas, com lugares que nunca eram alterados, as crianças aparentavam uma obediência muda, demonstrada principalmente quando a elegante professora estava presente.

Com a ação didática rigidamente planejada e observada, não tive dificuldades em ministrar as aulas, no período do estágio. Vigiada, palestrava, longe dos(as) alunos(as), no alto do tablado – a mesa da sala de aula ficava em um plano mais alto - sobre os conteúdos previstos na grade curricular da escola, como observei antes. A essa ação se somava a correção, de incontáveis cadernos e de atividades, nos quais os erros e as advertências eram assinalados com a gritante cor vermelha.

A aparente ordem e sucesso da prática do estágio, todavia, não era plena: incomoda-me o silêncio de três meninas, sentadas nos penúltimos lugares da fila de carteiras. Quietas, com baixas notas, elas pouco interagem, quer seja nas brincadeiras informais, ausentes do plano de aula e logo reprimidas, quer seja nos raros momentos abertos para a expressão discente. Sem espaço para discutir tal inquietação – minhas aulas durante o turno da manhã consistiam em aprender teorias e planejar, conforme a orientação recebida – silencieei-me. Essas vivências deixaram em mim a inquietação para buscar outras formas de ensinar e aprender.

Certo é que as marcas do que vivi na escola como aprendente que ainda sou, foi como um rio que, mesmo ferido em alguns trechos das suas margens, não deixa de seguir o seu curso. Foi assim que, certamente, defini as minhas escolhas e aprendi, a despeito dos obstáculos, a alargar os meus horizontes em aprendizagens mais amplas, que contempla não somente educação para as relações étnico-raciais e inclusiva, mas a diversidade, capaz de acolher diferentes afluentes. Não sem razão, busco aprender, como o rio que alarga em diferentes afluentes, para contemplar a diversidade e efetivar uma escola plural, na qual cada estudante possa encontrar espaço para fluir.

Após minha formatura no curso de Magistério e de Contabilidade ao final do ano de 1987, com colação de grau em cerimônia e comemoradas com festa na casa da minha avó paterna, recebi o honroso convite da freira que administrava o colégio para lá atuar, como professora. Sem cogitar aceitar, contei ao meu pai, que, para minha surpresa, me recomendou acolher a proposta. Esclareço que fui surpreendida porque era fato comum em todas as conversas em família a continuidade dos meus estudos, em Brasília, local onde já residiam minhas tias, dada a aplicação que eu demonstrava. Contrariando o meu pai, recusei a proposta.

Com o desafio de definir novos rumos para um futuro que eu julgava até então, certo, recebi o apoio de uma tia (a mesma que possibilitou a bolsa de estudos) para vir a Salvador. Na cidade morava uma minha tia paterna, a primeira graduada em curso superior, que dois anos antes assumiu a cidade como residência para si e para a família; um primo, filho da tia materna que me apoiou, e um namorado, mais tarde transformado em marido, com o qual estou casada até hoje. Do local, conhecia apenas a rota clássica apresentada aos turistas, a qual fui apresentada durante uma excursão que fiz com minha turma do colégio, no último ano do curso.

Acolhida na capital baiana por minha tia paterna, poucos meses depois, me casei e aos dezenove anos, fui mãe. Em casa, conciliava os afazeres domésticos e a rotina de cuidar da minha filha com o ensino não formal e remunerado, de várias crianças, que chegavam diariamente a mim nos turnos matutino e vespertino para reforço das aprendizagens da escola. Acredito que fui vitoriosa na empreitada, pois em um dado momento necessitei recusar alunos, por falta de espaço.

No início do segundo ano de vida da minha primeira filha, fui aprovada em uma seleção e passei a compor, aqui em Salvador, o quadro do corpo administrativo de uma instituição privada. Criada por militares, essa instituição proporcionava, em casas

assistenciais, a educação formal para as crianças e o fortalecimento das famílias, para apoiá-las. No ano seguinte, fui aprovada em um concurso público que selecionou professores para o estado da Bahia, sendo nomeada, por escolha minha, para atuar na Educação de Jovens e Adultos (EJA), em uma escola da periferia da cidade. Passei, assim, a conciliar necessidade de cuidar da família com a rotina do trabalho na instituição particular e as demandas do ensino à noite.

Na EJA reencontrei o respeito de minhas avós à educação, como riqueza incalculável, em homens e mulheres que chegavam à escola, depois de um dia exaustivo de trabalho para buscar a dignidade em letras e números que ainda não traçavam. Às suas mãos calejadas, que tentavam, desajeitadamente, segurar o lápis para desenhar sonhos subtraídos, somavam-se às falas tímidas, das quais muito me lembro, que entre outros indagavam: “Será que eu aprendo, minha pró?” Experimentei assim, dúvidas, incertezas e dilemas a cada prática experienciada, aproximando-me do peso da opressão, geradora da exclusão de uma parte expressiva da população. Tal opressão, motivada pelo racismo, sexismo, discriminação pela condição de pobreza e preconceito linguístico, entre outros, não isolava esses aspectos, mas os interligavam, para atingir os(as) educandos(as) da EJA de forma integral. Como bem observado por Audre Lorde (2020), ao denunciar a violência de gênero, classe e raça vivida por mulheres negras, não há, de fato, hierarquia na opressão.

No contexto aqui narrado, o peso da opressão para as mulheres era ainda pior. Isso porque, concomitante à dificuldade de equilibrar as demandas do trabalho, da casa e dos filhos, à necessidade de manter a regularidade da vida escolar, as estudantes eram vítimas de uma sociedade que ainda hoje discrimina e se silencia sobre as práticas de violência contra o corpo feminino. Assim, independentemente da idade, era comum desistirem de estudar, principalmente quando os seus agressores, disfarçados em companheiros, que ainda não sentiam os reflexos de legislações como a Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), usavam a palavra e não raro a força física, para assim determinarem. Tal contexto clamava, como denuncia hooks (2013), pela politização da educação, para denunciar ranços cujas raízes estão em grande parte, aqui no Brasil, na experiência colonial. Este, ainda concordando com hooks (2013) seria um dos caminhos para produzir outras teorias e políticas capazes de produzir deslocamentos positivos nos sujeitos do processo educativo, inseridos em contextos etnocêntricos perversos.

Nessas múltiplas vivências fui fortalecendo a percepção que necessitava estudar para transformar a minha prática na EJA, não para me adaptar às propostas prontas que recebia na escola, mas para definir as que melhor guardassem relação com as demandas dos educandos. Inquieta, ansiava por mudanças, apesar da complementariedade entre a família que eu tinha constituído e a minha profissão, com reflexos positivos em meu amadurecimento como pessoa. Até aí, todavia, o movimento das águas sonhado, que me levariam a um curso superior, permaneceu, na superfície, transcorria lentamente.

2.2 O FLUXO D'ÁGUA: UMA ITINERÂNCIA FORMATIVA

Quem mergulha nas águas de um rio, aprende que a placidez da sua superfície é apenas aparente. Movidas por fluxos que se deslocam em distintas direções, suas águas não permanecem paradas, movimentando-se o tempo todo. Assim foi também o meu desejo de ampliar os estudos em um curso superior, que hoje percebo infiltrado inclusive no interstício de tempo que dediquei, exclusivamente, à família e ao trabalho. Em outras palavras, o desejo de dar continuidade aos estudos em um curso superior, não foi extinto. Aponto, todavia, que mesmo sem ainda acessar o curso desejado, não paralisei meu percurso formativo, pois participei de diferentes formações promovidas pela Secretaria de Educação à qual estava vinculada, como foco em estratégias de ensino e aprendizagem. Ao lado disso, buscava ampliar os conhecimentos para aprimorar o meu fazer pedagógico, durante as reuniões de planejamento, na própria instituição escolar. A despeito disso, a inquietação continuava.

Ao final do ano de 1995, em uma viagem de férias a cidade onde nasci, reencontrei minha avó paterna e ela me indagou sobre os estudos. Relembro que nada respondi e nem ela insistiu, talvez por ler o desejo que eu julgava acalmado dentro de mim.

Ao retornar a Salvador, dei, finalmente, vazão ao fluxo das águas e assim, em 1996, incentivada por meu marido e por minhas colegas de trabalho, usei, pela primeira vez, tentar o ingresso em um curso superior, escolhendo a Universidade Católica do Salvador (UCSal). Conceituada no colégio onde estudei, a UCSal formou as poucas professoras graduadas que atuavam no curso de Pedagogia na cidade, à época. A ideia, nesse momento, era verificar os meus conhecimentos para ampliá-los,

possivelmente, em cursos de pré-vestibular, tendo em vista o transcurso do tempo, desde a conclusão do curso de magistério. Para a minha alegria, fui aprovada nesse primeiro vestibular, com uma ótima classificação.

Matriculei-me e um percurso instigante foi iniciado. Recordo a emoção da primeira aula, no majestoso *campus*, próximo à estação da Lapa. Ali, comecei a pensar com liberdade, motivada pelas leituras e por diferentes alargamentos de repertórios que meus professores iam proporcionando durante as aulas. Ao lado disso, a minha própria prática se tornou meu objeto de análise, principalmente em se tratando da atenção à diversidade, permitindo-me ampliar o leque de escolhas e de possibilidades pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos. Concluí o semestre com êxito, mas infelizmente, por motivos financeiros, não efetivei a matrícula para o semestre seguinte. Senti, assim, as consequências das políticas públicas de então, pouco favoráveis ao ingresso da classe trabalhadora no ensino superior, já que os financiamentos estudantis eram escassos e inacessíveis para a maioria. Não sem razão, recordei a denúncia nas narrativas das minhas avós de cada não silencioso que receberam em seus percursos. Como um barco puxado por uma correnteza imprevista o ensino superior retornou à condição de sonho.

No início do ano de 1997, resolvi tentar ingressar na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Concorrido, o vestibular abria portas para que eu prosseguisse os estudos iniciados, mas trazia consigo o desafio de uma carga horária difícil de ser conciliada com o trabalho. Incentivada por meu marido, fiz a inscrição, participei da seleção e, para minha alegria, fui aprovada, também com boa colocação, para o curso de licenciatura plena em Pedagogia, com habilitação em magistério das matérias pedagógicas do segundo grau.

As vivências na UNEB descortinaram novos horizontes, principalmente em se tratando da formação de professores do magistério, uma das habilitações do curso. Conteí, no percurso, com excelentes professores(as), em um processo muito denso, no qual a relação entre a teoria e prática era cotidianamente vivenciada e estudada. Apoiada nos estudos de grandes pensadores, como Paulo Freire, compreendi que a educação, mesmo em tempos de contradições e incertezas é lugar privilegiado de interrogação, reflexão, autoavaliação e transformação.

No processo de muitas descobertas vivenciado na UNEB, inaugurei meu reconhecimento como professora pesquisadora, que percebe a sua própria capacidade e responsabilidade de decidir, não como executora de decisões alheias,

mas como uma profissional que ao confrontar suas próprias ações com as teorias, pesquisa e produz conhecimentos necessários a um fazer pedagógico comprometido com a formação cidadã e com o desenvolvimento humano, científico, cultural e tecnológico dos estudantes que busca atender, como evidenciado por Selma Garrido Pimenta e Maria Socorro Lucena Lima (2017). Foi com esse espírito que, no penúltimo semestre do curso, ao lado de outras colegas, me aproximei também da Educação Inclusiva, até então pouca abordada nos cursos de formação dos professores. Empenhadas, conseguimos o espaço para estudar sobre Inclusão e compartilhamos os resultados não somente em diferentes espaços da instituição, mas com as escolas, em palestras e oficinas para professores e estudantes da Educação Básica.

Ao processo formativo que vivenciei na UNEB no decorrer da graduação somaram-se outros cursos proporcionados pela secretaria de educação a qual estava vinculada. Entre esses, destaco, no ano 2000, um curso de aperfeiçoamento para dirigentes da rede pública ofertado pela Fundação Luís Eduardo Magalhães. Após o curso fui aprovada, em um amplo processo seletivo, para compor a gestão da escola estadual na qual trabalhava. Tal seleção foi ratificada posteriormente por eleição, que contou com a participação de estudantes, professores e pais. A essa certificação e seleção seguiram-se outras, no decorrer dos anos seguintes, sempre ratificadas pela comunidade escolar, mediante eleição.

No segundo semestre do ano de 2001 concluí o curso de graduação na UNEB. Longe se constituir no término de um processo formativo, dei continuidade a um movimento que Donald Schön (2003) denomina de ação-reflexão-ação. Escolhi este caminho porque compreendi que somente a pesquisa, desenvolvida em um processo de educação continuada, me possibilitaria subsídios para fomentar uma prática educativa capaz de atender estudantes, com necessidades diferentes, presentes a cada ano na escola. O curso das águas estava assim, definitivamente, restaurado

2.3 AS ÁGUAS EM CURSO: O ENCONTRO COM MINHAS RAÍZES

Após concluir a graduação, motivada pelas demandas que emergiam dos educandos jovens e adultos com os quais trabalhava e instigada pelos estudos até então realizados, iniciei um curso de especialização em Educação de Jovens e Adultos (EJA), ainda na UNEB. Em uma extensa carga horária, tive a oportunidade,

no curso, de estudar com outros educadores que já atuavam com grupos sociais mais vulneráveis, em diferentes espaços educacionais.

Entre os vários diálogos estabelecidos no curso com os colegas e com autores como Moacir Gadotti, Vera Masagão Ribeiro e Maria Clara Di Pierro e, é claro, Paulo Freire, verifiquei o quão árduo era o caminho para que a educação, como um direito humano, não se desvinculasse dos direitos sociais e não limitasse as crianças e jovens que a ela tem acesso na idade considerada correta. À época também conheci os estudos da professora Ana Célia da Silva, docente na instituição, sobre os estereótipos e preconceitos contra a pessoa negra em textos e ilustrações de livros didáticos que não somente me motivou a repensar o livro como um instrumento pedagógico de uso sistemático, mas despertou em mim várias interrogações sobre a origem e os caminhos para desconstruir o racismo na sociedade brasileira.

Concluí o curso de especialização com a apresentação de uma monografia, orientada pelo professor doutor Eduardo Nunes, intitulada “Da Língua das mãos à língua escrita: o processo de aquisição da língua portuguesa escrita por jovens e adultos surdos da EJA”. Nos estudos, prossegui também com a investigação sobre Educação Inclusiva iniciados na graduação. Nesse estudo, em parceria com uma colega da graduação, também cursista da especialização e professora de longa data de uma instituição educacional exclusiva para surdos, refleti sobre a alfabetização da pessoa surda jovem ou adulta, que chegava à escola sem utilizar a Libras. Nos resultados que evidenciaram, entre outros, a diversidade como um valor a ser legitimado individual e socialmente em todos os espaços da sociedade, ratifiquei a minha escolha para advogar pelo reconhecimento da dignidade como inerente a todos os membros da família humana, e, em especial, dos segmentos ainda à margem da sociedade, por sua condição de ser.

No ano de 2003, após a promulgação da Lei 10.639/2003 (Brasil, 2003), iniciei uma caminhada de desvelamento e identificações, ainda hoje trilhada. Olhando para traz, vejo o exato momento do começo: estava, com algumas colegas, na sala de professores de uma escola onde trabalhava no turno noturno, aguardando o início das aulas. Era costume do nosso grupo compartilhar, um pouco antes das aulas, não somente um tradicional cafezinho, mas angústias, alegrias e descobertas, que nos ajudavam, sobremaneira, na educação dos jovens e adultos dos quais éramos professoras. Nesse dia em especial, uma das colegas, a quem reservo um especial carinho até hoje, nos convidou para um encontro, que ocorreria em uma escola

pública, aqui em Salvador – BA. A reunião teria por pauta as temáticas estabelecidas pelas Lei 10.639/2003. Recebido o convite, confessei a ela o meu estranhamento pela necessidade de evidenciar temáticas que na minha visão, até então, era de conhecimento de educadores. Ainda assim, fisgada pela curiosidade que guia a quem se educa, ao educar, fui ao primeiro encontro, sem saber que aquela reunião seria a primeira de outras tantas, que desvelariam muito sobre minha ancestralidade.

Ao primeiro encontro, seguiram-se muitos outros, nos quais aprendi, e, não por poucas vezes, reaprendi, a história dos nossos ancestrais africanos, com grandes mestres, entre os quais destaco Hildália Fernandes, Magno Santos e a professora Jô Bahia. Através deles, fui apresentada aos estudos de Kabengele Munanga, a quem devo grande parte a honra da minha autoafirmação como afro-brasileira; Neuza Santos, que me ajudou a entender as perversas configurações das violências delegadas aos nossos ancestrais africanos, assim como as tentativas intencionais de recusa e anulação do corpo negro; Cuti, destacado poeta, ficcionista, dramaturgo e ensaísta, militante da causa negra, e um dos fundadores e mantenedores da série Cadernos Negros, cujas linhas traçam palavras fortes de denúncia e resistência; Nilma Lino Gomes, pedagoga, que, esclareceu para mim, com maestria, como o racismo aqui no Brasil é fortalecido, quando negamos sua existência; e Ana Celia Santos, de cujos estudos sobre o preconceito contra o negro no livro didático me aproximei no curso de especialização. A estes autores se juntaram outros muitos, pouco conhecidos por mim até então.

Nos encontros que se seguiram ao primeiro, atravessamos noites, perdendo, não por poucas vezes, a noção do tempo, em estudos e discussões ainda vivos em minha memória. Irmanada em reflexões com o grupo, comecei a identificar-me em uma história da qual conhecia apenas pálidos reflexos, distorcidos pelo discurso dominante. Como um rio preenchido pelas águas de uma enchente, vi-me, no processo, tomada por interrogações, em um caminhar contínuo de desvelamento de uma história marcada por tentativas cruéis de silenciamento, que reconheci também como minha, em um processo de rompimento com certezas apreendidas. Constatei, assim, que as máscaras de silenciamento, que anos mais tarde conheci através de Grada Kilomba (2019), são, de fato, mecanismos estruturais de opressão colonial. Máscaras que silenciam não somente a boca, mas o existir pleno. Como ela diz, diante do muito que ainda a ser dito sobre a nossa história, “Existe um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, a/o colonizadora/or terá de ouvir. Seria forçada/o a

entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da/o “Outra/os”. Verdades que têm sido negadas, reprimidas, mantidas em silêncio” (Kilomba, 2019, p. 41). Esses silêncios, que como ela bem aponta, persistem como segredos sobre os ranços da colonização, da escravização e do racismo, foram denunciados nos encontros aqui anunciados. Não sem razão ressignifiquei no movimento muito do meu ser e reconheci a herança ancestral que há muito estava presente não somente em meu corpo, mas em valores e costumes apreendidos em família. O olhar, agora bem mais inquieto, ampliou o raio de visão em busca das minhas raízes para além da família que conhecia.

No curso d'água estabelecido, ministrei, junto com o grupo e sob a liderança de Jô Bahia, diversas formações, abertas gratuitamente a educadores. Foram momentos singulares, que abrangeram mais de vinte e sete escolas, três creches e quatrocentos professores, nos quais não somente compartilhamos o que estudamos, mas delineamos com outros educadores, em sua maioria mulheres, diferentes caminhos para desconstruir as barreiras nos impediam de olhar positivamente a nossa ancestralidade africana. Na interlocução com essas mulheres, professoras, mães e abertas a aprender, netas, como eu, de outras tantas contadoras de histórias, parideiras de famílias que legam palavras não silenciadas pela discriminação, pela violência e pelo preconceito, pude entender melhor a dinâmica do meu percurso formativo e a interrelação entre o meu passado, o meu presente e o meu futuro.

Somaram-se a esses encontros outros, realizados em escolas. Em um deles acolhi o convite de uma professora, também coordenadora geral de uma faculdade recente em Salvador, para realizar uma oficina no 1º Encontro Científico da instituição. Após o evento, fui convidada e aceitei o desafio de exercer a docência, no curso de licenciatura em uma instituição de ensino superior. A generosidade da estudiosa Hildália Fernandes Cunha Cordeiro, que me orientou neste momento, foi, mais uma vez, ímpar.

No ano de 2006, movida pela curiosidade de conhecer uma modalidade de ensino considerada uma opção inovadora principalmente por romper com limites impostos pela presencialidade em espaços físicos, chamou minha atenção. Justifico tal interesse porque era essa uma das causas apontadas pelos meus educandos da Educação de Jovens e Adultos, em sua maioria, trabalhadores, para a evasão. Além disso, sabia que tal modalidade poderia ampliar meu leque de conhecimentos sobre os conteúdos e estratégias educativas, pautados em Tecnologias da Comunicação e

Informação. Retornei, então, ao Ensino Superior como estudante, para um curso de licenciatura em Letras na modalidade EAD. Esse movimento, posteriormente, favoreceu também o meu acesso e atuação como docente, nessa modalidade, no ensino superior.

Em coerência com o meu percurso, conclui o curso de licenciatura em Letras, com a apresentação dos resultados de um estudo sobre o panorama do ensino de literatura afro-brasileira no ensino fundamental, aqui em Salvador. Nesses estudos encontrei referências basilares em escritoras negras brasileiras, como Carolina Maria de Jesus, que denunciava com lirismo, em seus papéis catados nos lixões, a crueldade e frieza de seu cotidiano de mulher que a sociedade insistia em camuflar. Tais autoras descortinaram para mim novos lugares para as mulheres e ressignificam os que eu já percebia, principalmente por romper com as invisibilidades que gestoras da família, como as minhas avós, sofreram, no decorrer de suas histórias. A inquietação, todavia, persistia: desejava saber mais.

No início do ano de 2007 um curso ofertado pela Fundação Visconde Cairu, em Salvador, chamou a minha atenção, pelas linhas de pesquisa que possibilitava. Tratava-se do Mestrado profissional Interdisciplinar em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social, que se caracterizava por abrir espaços para profissionais de diferentes áreas do conhecimento, para estudar o desenvolvimento humano como centro do processo organizacional e os caminhos para práticas profissionais socialmente responsáveis. Vi no mestrado a oportunidade para pesquisar não somente os obstáculos que as diferentes instituições sociais, formadoras, entre outros de ideologias, crenças e culturas, colocavam à frente da construção das identidades individual, social e profissional da pessoa negra, mas caminhos para revertê-los positivamente.

Com os objetivos definidos participei da seleção e fui aprovada para um período de intensas experiências de pesquisa e de vivências em uma turma heterogênea, constituída por outros professores, assistentes sociais, médicos, advogados e juizes, entre outros. Ao lado desses profissionais, todos inseridos em instituições públicas ou privadas, aprendi com professores como Edivaldo Machado Boaventura, advogado, sociólogo e escritor brasileiro, ex-secretário estadual da educação da Bahia, presidente da Academia de Letras da Bahia e um dos fundadores a Universidade do Estado da Bahia, sobre a relevância da responsabilidade social para a compreensão

das instituições públicas e privadas, no que se refere ao respeito aos direitos humanos.

Com outras educadoras, como Nívea Maria Fraga Rocha e Elizete Silva Passos, ainda no mestrado, refleti sobre a similaridade e interrelações entre os pressupostos da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável, no que se refere aos caminhos para preservação do meio ambiente, com foco na satisfação das necessidades das gerações presentes também em contextos sociais excludentes, respeitando esse mesmo direito às gerações futuras. No mesmo caminho, me aproximei de estudos que evidenciaram para mim a liberdade como fim e meio para desenvolvimento humano e, por via de consequência, os caminhos possíveis para superar as muitas fontes de exclusão que diferentes espaços sociais sujeitam ao ser humano, a exemplo da carência de oportunidades econômicas, fruto da negligência dos serviços públicos e da intolerância ou interferência excessiva de Estados, do preconceito e da discriminação. Esse foi o caso das pesquisas de Amartya Kumar Sen (2000).

Concomitante aos estudos realizados conheci e vivenciei durante o mestrado projetos de intervenção, em diferentes espaços sociais que me forneceram importante subsídios para ações mais tarde de pesquisa-ação, na educação. Somaram-se a essas experiências a apresentação de artigos em congressos, eventos e livros, como foi o caso da obra “Metodologias qualitativas de pesquisa”, organizada pelos professores Nívea Maria Fraga Rocha, Raimundo Santos Leal e Edivaldo Boaventura (2008), da qual participei com um artigo, escrito em parceria com uma colega do curso.

Ao final de 2008, orientada pela prof^a Elizete Silva Passos, conclui o mestrado, com a apresentação da dissertação denominada “Implicações do ensino de história e cultura afro-brasileira para o Desenvolvimento Humano”. O objetivo da investigação foi identificar e analisar as implicações do ensino de história e cultura afro-brasileira para o desenvolvimento humano. Os resultados evidenciaram que o desenvolvimento humano no Brasil foi e ainda é influenciado pela hierarquização das culturas que aqui se instituiu, infelizmente, de forma negativa. Isto porque essa não somente impede que muitos brasileiros construam uma concepção positiva sobre a sua ancestralidade negra e indígena, mas também contribui para obstaculizar o acesso destes às oportunidades que possibilitam as condições habilitadoras econômicas, políticas e sociais básicas para expansão e usufruto das liberdades reais, objetivo do desenvolvimento humano. Por outro lado, evidenciou também que a educação,

através do ensino de história e cultura afro-brasileira, livre de distorções, pode contribuir para minimizar as discrepâncias geradas pelos estereótipos e visões preconceituosas que fortaleceu, principalmente através do seu silenciamento histórico e, por via de consequência, cooperar para o Desenvolvimento Humano. Anos mais tarde, partilhei esses resultados em um livro nomeado com o mesmo título da dissertação, movida pelo desejo de compartilhar com outros(as) educadores(as) e educandos(as) não apenas o muito que aprendi sobre a nossa história, mas principalmente os caminhos que me possibilitaram acessá-la, em um estudo que se fortaleceu na coletividade.

Aquietada em um curso do rio mais tranquilo, a despeito da recomendação da banca para o doutorado, escolhi dedicar um tempo maior a minha família. No percurso profissional, outros cursos d'água me desafiavam: assumi, como professora pesquisadora, a coordenação geral do núcleo pedagógico dos cursos de graduação à distância da Universidade Aberta do Brasil (UAB), no projeto desenvolvido em parceria com a UNEB, no qual permaneci por mais de nove anos. No projeto, além das diversas ações formativas para professores que atuavam na EAD e tutores, tive a oportunidade de organizar, ao lado dos professores Hélio Campo, Carlos Amorim, Francisco Pitanga, sobre as experiências vivenciadas na Educação a Distância, na Bahia ao qual se somaram outras publicações

Ainda no curso tranquilo do rio, assumi a coordenação da Comissão Própria de Avaliação da faculdade onde trabalhava, que havia sido transformada em Centro Universitário. Nesta instituição, que vivencia, ainda hoje, um crescimento acentuado, coordenei, em diferentes anos, a autoavaliação, um processo contínuo que conta com a participação de diferentes segmentos, para subsidiar, através dos resultados, os planos institucionais de curto e médio prazos.

É válido acentuar que também nesse percurso do rio encontrei várias mulheres, nos cursos que atuei como professora ou coordenadora, que desmascaram o imaginário imposta pelos colonizadores de que a família nuclear no Brasil é, essencialmente, patriarcal. Muitas, primeiras em suas famílias a concluir um curso superior, são filhas e netas de mães solteiras ou, como minhas avós, solitárias na gestão da família. Tais mulheres enfrentam o desafio de buscar a dignidade na profissionalização, traduzida em melhores condições de salário e trabalho, e o anseio de transformar em realidade o acesso à educação superior, a despeito da dura jornada

diária. Prosegui, assim, em minhas leituras sobre os saberes e a resiliência feminina, em um exercício de pertencer a um mundo que ainda necessita desfazer os ranços.

No ano de 2017, a convite da professora Teresa Leal sobre os estudos que realizava na UCSal, compareci, pela primeira vez, a um encontro do grupo Família, (Auto)Biografia e Poética (FABEP). Relembro que essa reunião foi realizada em uma sala ampla, em virtude do número significativo de participantes, entre os quais estavam não somente membros do grupo, que muito pouco tempo depois foram inscritos em minha trajetória com uma força difícil de ser apagada, mas outros convidados, que como eu, desejavam saber mais sobre o que ali ocorria.

Despertos os sentidos pelo ritmo instigante da professora Elaine Rabinovich e pela prosa que agita, em uma aparente calma, da professora Ana Cecília Souza Bastos, iniciei uma navegação na plena enchente de um rio, em trajetórias que se entrecruzam com outras perspectivas de perceber e conceber o conhecimento. No percurso conheci a Autoetnografia Colaborativa à Deriva (Almeida; Silva; Rabinovich, 2024; Rabinovich; Bastos, 2012; Rabinovich *et al*, 2013; Rabinovich *et al*, 2019; Rabinovich; Silva, 2025) e não somente conheci, mas passei a experienciar a escrita sobre um grupo, a partir do lugar daquele(a) que escreve.

No movimento de estudos do grupo, venci a timidez e ousei propor ao grupo que também realizássemos também tertúlias literárias. Essa ideia, acolhida pelo grupo, nos possibilitou dialogar sobre clássicos poética e da literatura universal, em encontros nos quais, longe de buscar uma interpretação única, abria-nos para reflexões coletivas de significados, a partir das ideias e experiências de todos nós, presentes a cada encontro. Foi assim que voltei à minha família, para desvendar, em imbricados labirintos constituídos por múltiplas raízes, os sentidos e significados atribuídos a minha própria ancestralidade. Fortalecida pelas narrativas compartilhadas, ampliei os questionamentos sobre minhas representações e, motivada pela extensa produção do grupo, retomei a minha dissertação para publicá-la em um livro.

Nos anos que se seguiram, vivenciei diferentes pesquisas autoetnográficas, posteriormente compartilhadas em livros como “Irmãos, o outro em mim: uma autoetnografia colaborativa” (Sá *et al*, 2019) “Objetos de Família: vozes e memória” (Rabinovich *et al*, 2019), “Raízes da família extensa no Brasil: (re)conexões colaborativas” (Rabinovich; Bastos; Cardoso, 2020), “Envelhecimento & pandemia: autoetnografias em prosa e verso” (Silva *et al*, 2022) ; “Religião e religiosidade em

família: o *relegere* e o *relegare* em família” (Almeida; Silva; Rabinovich, 2024) e Teoria e Prática da Autoetnografia à Deriva (Rabinovich; Silva, 2025). Tais experiências fortaleceram a lapidação do meu objeto de pesquisa durante o doutorado, especialmente no que se refere ao uso da Autoetnografia Colaborativa à Deriva, como método na investigação.

É certo que, como Kehinde⁶, personagem-protagonista da obra “Um defeito de cor” de Ana Maria Gonçalves (2014), ser parte do grupo me possibilitou o encontro com uma memória que se revelou, ao mesmo tempo, individual e coletiva, conforme define o sociólogo Maurice Halbwachs (2006). Nessas revisitas vislumbrei legados das minhas ancestrais. Irmanada com o grupo, em instigantes e inquietantes relatos, na mais perfeita tradução de alteridade, fortaleceu para mim que cada pessoa, sem deixar de ser única, somente existe através na inscrição em um coletivo de “nós”.

Na pulsação das memórias compartilhadas percebi, indaguei e refleti sobre os lapsos da minha própria memória e elaborei um “Cuaderno de Bitácora”, ainda em aberto, como fez Manuel Zapata-Olivella (2010), que longe de encerrar as indagações com respostas, alimentaram a minha inquietude para outras pesquisas. Tal movimento fomentado pelo grupo, dialoga com os saberes que se encontram à margem – ou na fronteira – dos grandes sistemas de pensamento e investigações. Por assim se constituir, guarda, por consequência, relação com o pensamento contracolonial, que se caracteriza, pela pluralidade de visões e concepções de mundo e pelo compromisso com a produção contra hegemônica de conhecimento, fundamentalmente etnocêntrica, monolítica e centralizadora da modernidade, conforme observou o pesquisador brasileiro Antônio Bispo dos Santos (2015, 2019, 2020, 2023). É este o caso das escrevivências de Conceição Evaristo (2003, 2005, 2014, 2016a, 206b, 2019, 2020a, 2020b, 2020c, 2020d, 2022) nas quais os registros em tinta se entrelaçam ao vivido e sentido para revelar a denúncia e a resistência de mulheres empoderadas pela ancestralidade. Posso seguramente afirmar, a partir da minha trajetória, que essas ousadias são necessárias.

Certo é que as águas que me conduziram até aqui nem sempre foram plácidas. Na navegação, vivenciei também correntezas agitadas, frutos de questionamentos

⁶ Kehinde é a personagem-protagonista da obra “Um defeito de cor” de Ana Maria Gonçalves (2014), que, aos oitenta anos, ao narrar história da sua vida, revela, imbricados a suas memórias, episódios históricos da vida nacional. Na reconstituição do seu passado, ela traz quase um século de Brasis e Áfricas, silenciados em narrativas privilegiadas nos livros, por ela recontados, a partir do lugar de quem viveu e sentiu os reflexos da história.

que desenharam margens e desvelaram diferentes afluentes. Fui, dessa forma, desafiada não a me desviar, mas a mergulhar mais fundo, guiada pela confluência de experiências que semelhante ao murmúrio do rio, fez crescer perguntas, fecundas de sentidos sobre as trilhas de superações de mulheres que moldaram, como minhas avós, o sonho de liberdade, potencializador de direitos que elas não viveram, mas anteverem e moldaram para outras gerações de mulheres. Nesse percurso, que revelou a minha ancestralidade, identifico que sou parte também do sonho de outras mulheres negras, descendentes de escravizadas. Como destaca Walidah Imarisha (2016, p. 8) “essas pessoas Pretas recusaram a confinar seus sonhos ao realismo, e em vez disso elas nos sonharam. Assim elas curvaram a realidade, reformularam o mundo, para criar-nos”. Foi assim que elas ladrilharam um caminho para que as pedras machucassem menos os pés de nós, suas descendentes. Não sem razão, reconheço que cada passo que dou hoje repousa sobre os legados de resistência e persistência, que elas deixaram como herança.

Desta forma, a exemplo de um rio que reconhece a premência de chegar até o mar, que compartilho, através desta tese, os legados que chegaram até a mim pelos fios da ancestralidade, em um movimento que hoje reconheço como contínuo e inacabado. Quanto a mim, sem me desviar dos ventos da memória que transformam narrativas em saberes, prosseguirei, entre erosões e, certamente, criações, para outras jornadas de pesquisas, fortalecida por tudo o que até aqui apreendi.

3 A ROTA: TRAÇADO E PERCURSO À FAMÍLIA EXTENSA

Este capítulo tem o intuito de apresentar a rota que de fato trilhei para esta tese, junto aos(às) meus/minhas parentes-guardiães e as memórias associadas aos seus objetos. Ouso inscrever-me plenamente nesta trajetória não somente porque sou um(a) destes(as) guardiões(ãs), mas porque aprendi com bell hooks (2013) que teoria e pesquisados(as) não se separam da pessoa que pesquisa. Assim, ratifico minha identificação com o objeto em estudo, que é apreender as mudanças, rupturas e permanências na gestão familiar ocasionadas pelos vínculos ancestrais entre as mulheres e pela educação. Certamente pelas razões anunciadas, não me limitei durante a pesquisa a observar e escutar passivamente, mas me inseri no *ethos* investigado, de forma reflexiva e certamente me transformei, a cada narrativa e palavra lida ou escrita. Dessa forma, do mesmo modo que percebo as minhas transformações e mobilidade relacionadas ao que pesquisei, há, certamente relação entre os resultados anunciados e a minha própria subjetividade.

3.1 AUTOETNOGRAFIA COLABORATIVA À DERIVA, NARRATIVAS E OBJETOS

Para o traçado metodológico da rota que possibilitou a imersão em meu contexto familiar na posição de pesquisadora, como já esclareci anteriormente, utilizei os princípios da Autoetnografia Colaborativa à Deriva, uma metodologia lapidada pelo grupo de pesquisa FABEP do qual faço parte e que experienciei, em diferentes trajetórias investigativas. Esta metodologia amplia, através da colaboração e por perspectivas de pesquisa à deriva, o “modelo triádico” da autoetnografia desenhado por Heewon Chang (2008), também evidenciado nas reflexões de Carolyn Ellis (2020) e nos conceitos alternativos, presentes nos estudos de Daniela G. C. B Versiani (2005). Tal tríade fundamentalmente baliza três orientações: a orientação metodológica, cuja base é etnográfica e analítica; a orientação cultural, que tem como princípio a interpretação dos fatores vividos (a partir da memória), e do aspecto relacional entre o pesquisador e os sujeitos (e objetos) da pesquisa e dos fenômenos sociais investigados; e a orientação de conteúdo, cuja base é a autobiografia, aliada

a um caráter reflexivo (Elis, 2020; Chang, 2008; Santos, 2017; Versiani, 2005). Não sem razão, o seu próprio nome traduz o caminho que é trilhado nos estudos autoetnográficos: auto refere-se em si mesmo; *ethnos* alude a um povo ou grupo de pertencimento e *grapho* à escrita.

Certo é que como estratégia metodológica, a “autoetnografia corresponde a uma história que pertence tanto à pessoa quanto ao mundo onde ela se movimenta, sendo tanto o processo quanto o que é produzido neste processo” (Rabinovich, 2025, p. 20). Na Autoetnografia Colaborativa à Deriva este processo é ainda mais ampliado, pois ao possibilitar ao(à) pesquisador(a) se perceber, como pessoa, junto a um coletivo e ao mundo em um fluxo, que é, ao mesmo tempo, temporal e atemporal, abre espaço para uma experiência de tempos que ascende à transcendência na e da poética. Na fissura onde se edifica essa experiência, são ampliadas as possibilidades de intervenções criativas, quer no ato poético, quer no ato prático, concreto. Em ambas as vias, emerge um processo transformador para cada pessoa (Rabinovich, 2025).

Antes de detalhar o percurso anunciado e para elucidar melhor os motivos da escolha metodológica para a trajetória de pesquisa, cabe-me apontar que as sólidas portas de massaranduba, sucupira ou jatobá, comuns no interior do nordeste brasileiro até meados do século XX, ainda aprisionam histórias de mulheres nas casas de famílias, que reclamam serem contadas. Essas histórias, tais quais as árvores nobres que sobrevivem nos entalhamentos sem refinamento nas entradas das residências de mulheres rendeiras, doceiras, bordadeiras, quituteiras, rezadeiras, pescadoras ou pequenas agriculturas, também resistem e teimam em escapar pelas frestas do tempo para chegar às rodas de conversa, que ainda ocorrem nos alpendres e quintais das casas. Entendê-las, em uma perspectiva de pesquisa, demanda em abertura às epistemes que não somente problematizam o caráter eurocêntrico e excludente das epistemologias hegemônicas, mas valorizam a pluralidade de matrizes pautadas em referenciais teóricos, metodológicos e ético-políticos que questionam silenciamentos históricos, denunciam o racismo e abrem espaço para outras racionalidades, modos de saber e de existir. Este é o caso Epistemologia Feminista Negra (Colins, 2019) que, como um fio certamente tecido por mãos ancestrais, me ajudou a transformar o silêncio em palavra.

Cresci ouvindo histórias, semelhantes as aqui anunciadas, narradas por mulheres para outras mulheres, no interior do município do Velho Chico. Como suas

ancestrais⁷, elas compartilhavam, por vezes entre risos, as artimanhas criativas que estabeleciam com outras mulheres para sobreviverem, mas também denunciavam e acolhiam, entre lágrimas não contidas, as dores pelas violências testemunhadas ou sentidas, em instâncias familiares e contextos sociais nos quais se inseriam. Desta forma, elas, nesses encontros, fortaleciam uma confraria⁸ (Evaristo, 2022), sem estatuto ou documento escrito, cujos pilares eram a amizade, a cumplicidade e a solidariedade.

Nas tramas narradas, de escrituradas (Evaristo 2020a; 2020b) ainda não escritas, não por poucas vezes, eram e ainda são motivadas ou alimentadas pelo olhar para objetos biográficos (Bosi, 1979; 2003; Mauss, 2008; Morin, 1969; Rabinovich *et al*, 2019), como um bastidor de bordado, um tacho de cobre, um ferro aquecido a brasas, uma fotografia, ou mesmo um jirau ou um pilão. Estes objetos, herdados, apropriados ou reclamados, se caracterizam por um considerável valor subjetivo atribuído e relacionado à memória e à trajetória de vida da pessoa que se responsabiliza ou é responsabilizada por esses artefatos, em família. Em outras palavras, essas pessoas não somente preservam um objeto de família, mas garantem a transmissão de histórias a ele associadas, através de narrativas, muitas vezes sem a clara percepção deste legado e do compromisso que parece assumir, com a continuidade da história familiar. Por assim se constituírem, elas são aqui consideradas não apenas guardiãs da memória (Caixeta, 2006), mas guardiãs da memória familiar⁹.

Por concordar que as narrativas, assim como os objetos a elas relacionados e preservados, são importantes “acervos geracionais” que podem, como tais, “conter todas as temporalidades: o passado, uma presentificação do passado e uma dimensão distópica de futuro” (Motta, 2022, p. 334), são aqui nesta tese os fios condutores para apreender os processos relacionados as mudanças e permanências na gestão de famílias por mulheres.

No caminho metodológico evidenciado, aponto a premência de se considerar as narrativas, associadas aos objetos, como acervos socioculturais, cuja

⁷ Nesses encontros são comuns as menções de vivências, ainda na infância, em reuniões idênticas. Embora elas relatassem que quando crianças apenas observassem os diálogos das avós, mães, avós, primas, elas posteriormente reproduziam encontros semelhantes, quando adultas. Daí porque considero aqui essas reuniões como frutos de aprendizagens ancestrais.

⁸ Baseio-me aqui na noção de confraria formulada por Conceição Evaristo (2022) no livro "Canção para ninar menino grande". Nessa obra ela associa e utiliza o termo confraria para traduzir e sintetizar a solidariedade e a união das mulheres em suas vivências e lutas, fortalecidas em encontros cuja tônica são os laços de cumplicidade, empatia e ajuda mútua.

⁹ Termo criado para traduzir a ideia de guardiã da memória, no contexto familiar.

compreensão demanda em um exercício de “fabulação crítica”¹⁰, a exemplo do proposto pela escritora e professora Saidiya Hartman (2020, 2021, 2022). Essa abordagem, como feito por ela em suas obras, reclama não apenas apreender os significados que emergem de narrativas e questionar as problemáticas sociais, culturais e políticas anunciadas e denunciadas, mas convoca o(a) leitor(a) a engajamentos, de maneira mais reflexiva, a partir de uma compreensão mais ampla e crítica de realidades outrora silenciadas ou narradas apenas pelos privilegiados nos livros de história.

Por assim considerar, busquei compreender as narrativas no processo de análise “não como uma prática de hierarquização que nomeia, categoriza e constrói cânones e narrativas hegemônicas, mas a partir de uma perspectiva de desenvolver uma criticidade” em torno desses acervos (Motta, 2022, p. 333). O intuito desse movimento foi melhor entender as raízes que também são minhas, na erosão histórica ainda hoje alimentada, que insiste em ocultar as histórias reais de mulheres que desafiaram as adversidades e os ditames impostos socialmente, para edificarem outros caminhos, principalmente para as suas descendentes.

Saliento que há hoje um considerável leque de estudos teóricos sobre as narrativas em diferentes campos do conhecimento, a exemplo da educação, da literatura, da psicologia, da sociologia e da teoria da comunicação, entre outros. Sem negar a importância dos diversos estudiosos que contribuíram significativamente para as teorias narrativas, destaco, no percurso empreendido para esta tese, a importância dos estudos de Mikhail Bakhtin (1997) e de Paul Ricoeur (1991, 2004, 2006, 2011). Das ideias de Bakhtin (1997) me aproximei em minha trajetória como professora. Com ele refinei o olhar para o valor do diálogo e para a polifonia de vozes presentes nas narrativas dos(as) estudantes, em especial das mulheres da Educação de Jovens e Adultos. Pela perspectiva desse teórico, aprendi que o diálogo não se traduz tão somente em troca de palavras, mas em uma multiplicidade de vozes, que revelam

¹⁰ Essa abordagem, elaborada e utilizada por Saidiya Hartman (2020, 2021, 2022) em suas investigações sobre a experiência negra e a história da escravidão no contexto afro-americano, se caracteriza pela combinação da pesquisa histórica com a análise literária, mediante a própria literatura e a teoria crítica, descortina a complexidade das identidades, memórias e resistências de pessoas negras na América, assim como a premência de cuidados éticos para evitar a reprodução de violências sobre esses os corpos das mulheres negras. Ao “exumar” em seus escritos esses corpos, como texto “Vênus em dois atos” (Hartman 2020) ela evidencia o desejo de restituir a elas a dignidade. Embora sem aplicá-la integralmente na pesquisa para esta tese, baseio-me em seus princípios ao refletir sobre as narrativas orais das minhas parentes-guardiãs e ao olhar para os contextos, também mediante registros em documentos, como a legislação da época e cartografias, conforme demonstrado nos capítulos anteriores desta tese.

incontáveis perspectivas, em uma situação comunicativa. Essa coexistência de diferentes vozes e ideias com valores e significados próprios, torna a narrativa complexa e dinâmica, principalmente porque reflete a diversidade humana em uma situação narrativa e que é traduzida por Bakhtin como polifonia, constatei também nas narrativas do meu parente-guardião e das minhas parentes-guardiãs (Bakhtin, 1997).

Durante o doutorado, fui apresentada aos estudos do filósofo Paul Ricoeur (1991, 2004, 2006, 2011), em um dos componentes do curso. Ao mergulhar em seu conceito de tempo e narrativa, aprendi que as histórias narradas moldam não somente a nossa percepção sobre o tempo, mas abrem caminhos para a construção de significados, a partir dessas. Nessa perspectiva as narrativas nos ajudam a dar sentido à nossa experiência, mediante a estruturação do tempo vivido, geralmente fluído e inconstante, ao possibilitar um começo, meio e fim, durante a partilha de uma história (Ricoeur, 1991, 2011, 2006). Essa partilha, conforme ratifiquei ao recordar nesta tese minhas vivências nas rodas para raspa de mandioca, inscreve a plateia como personagem ativa nas tramas compartilhadas, principalmente porque essas são comuns ao público presente. Dessa forma, a partilha não se resume a meras apropriações, mas em diferentes leituras, interpretações, incorporações e ressignificações realizadas pelas subjetividades presentes ao evento narrativo, necessárias às ações muitas vezes reclamada na própria narrativa (Ricoeur, 2011). Esse parece ser um dos fatores que contribui para a continuidade da tradição de partilha de narrativas sobre as ancestrais, com atualizações a cada geração, em rodas de conversa femininas no interior do território do Velho Chico, conforme verifiquei no percurso de estudo para esta tese.

Quanto às teorias relacionadas a objetos, necessárias ao olhar interpretativo sobre os artefatos preservados pelo guardião e pelas guardiãs em estudo nesta tese, embora não tão múltiplas quanto os estudos sobre as narrativas, foi possível mapear algumas abordagens conceituais, cujas ênfases e lentes interpretativas próprias contribuíram para os desvendamentos pleiteados. Este foi o caso dos estudos de Violette Morin (1969) que, em uma publicação de 1969 intitulada *L'objet biographique*, distingue os objetos como biocêntricos ou biográficos e cosmocêntricos ou protocolares. Ela explica que a diferença entre ambos está na relação que os(as) proprietários(as) estabelecem com tais artefatos. Assim, enquanto os primeiros se relacionam à experiência vivida, passada ou presente, de seu(ua) possuidor(a), envelhece com o(a) guardião(ã) e lhe confere um lugar singular no tempo e no espaço,

os segundos são transitórios e facilmente substituíveis. São dos primeiros que se aproximam os objetos em foco nesta tese: fortemente relacionados à “simbiose viva” (Morin, 1969) não somente das mulheres que se responsabilizam e são responsabilizadas por sua guarda, mas do grupo familiar, são acessados pela família, mediante principalmente as narrativas dos(as) seus(uas) guardiões(ãs), e talvez por esta razão não se esvaíam na ampulheta do tempo.

Se os objetos, como sugere o antropólogo e etnólogo Thierry Bonnot (2015) podem ter legitimamente vida, desde que sofram transformações técnicas, físicas, habituais ou simbólicas, os artefatos aqui em estudo estão, de fato, vivos para a minha família extensa. Reafirmo que neste estudo família extensa é compreendida como o grupo familiar alargado que inclui não somente pais, filhos(as) e parentes próximos, como avós, tios(as) e primos(as) consanguíneos, mas pessoas vinculadas ao grupo pela longa convivência e por laços de afeto (Silva, 2020b).

Sem aqui pretender traçar a biografia de objetos, como propõe Igor Kopytoff (2008), percebo que os artefatos preservados pelas guardiãs da minha família parecem carregar consigo uma “alma”, um “espírito”, como evidenciado por Marcel Mauss (2008). É desta forma que embora sem existência autônoma, parecem compor “[...] uma complexa rede de relações sociais e cósmicas, nas quais desempenham funções mediadoras fundamentais entre a natureza e cultura, deuses e seres humanos, mortos e vivos, passado e presente, cosmos e sociedade, corpo e alma [...]” (Gonçalves; Guimarães; Bitar, 2013, p. 8).

De igual modo, tal qual descrito por Ecléa Bosi (1994; 2003), alguns, especialmente aqueles relacionados ao cotidiano da pessoa que o guarda, passam a compor parte da história e a ser alvo de afeto do(a) seu(ua) guardião(ã). Por assim se constituírem, podem se transformar também em objetos biográficos (Bosi, 1994; 2003), para não somente envelhecer com quem o guarda, mas se incorporar a sua vida. Este é caso, por exemplo, da fotografia¹¹, preservada por uma das guardiãs que participou deste estudo.

Um aspecto merece ser destacado aqui em relação à teoria de objetos biográficos de um modo geral, os estudos que acessei (Bosi, 1994, 2003; Morin, 1969), em conformidade com os sentidos que o termo “biográfico” parece traduzir, partem da ideia de que determinados objetos, embora possam circular e assumir, no

¹¹ A fotografia em pauta será apresentada no texto “A foto da casa na roça: saber para ser e ir”, no último capítulo desta tese.

movimento, outros valores e significados, à medida em que mudam de mãos carregam em si a história de vida de uma pessoa.

No caminho aqui evidenciado, embora reconheça que a biografia de uma pessoa se vincule às histórias e contextos sociais, podendo, nesse sentido, abranger um coletivo de pessoas que com ela se relaciona, afirmo que o termo “objeto biográfico” não traduz, plenamente, os sentidos emaranhados aos objetos preservados pelo guardião e pelas guardiãs que participaram do estudo aqui apresentado. Isso porque, como um rio que corre há séculos, tais objetos carregam em si e permitem a recuperação não somente da memória de uma única vida, mas do grupo familiar. Como tais, suas marcas e desgastes, depositados ao longo do tempo, ou mesmo a recordação da sua existência, permitem a recuperação, via narrativas, de histórias familiares que os cercaram e dos silêncios que os acompanharam. Por assim se constituírem, tais objetos não são apenas biográficos, pois não se associam a uma só pessoa, mas às famílias, em uma história maior que, recuperada, pulsa em cada geração. Dessa forma, assim como o rio não pertence a uma única nascente, esses objetos, que não possuem necessariamente um valor venal ou a existência física em alguns casos, também não pertencem a um só passado — eles são a confluência, onde memórias se entrelaçam para ajudar a explicar, como partes de grupo chamado família, de onde viemos e alimentar o que somos.

Embora sem serem utensílios funcionais, certo é que, como as bilheiras¹² investigadas por Rabinovich (1997), os objetos aqui em estudo são também artefatos sócio-culturais-familiares, que se relacionam a diferentes dimensões da vida familiar e do entorno. Como tais, podem desvelar aspectos não somente das moradias e do lugar onde essas se inserem, mas de histórias, práticas, relações e vínculos que se moldam em grupos familiares. É assim que esses objetos implicam e têm reflexos nas subjetividades que compõem o meu grupo familiar extenso, em uma temporalidade que transversaliza gerações, em uma perspectiva que a ancestralidade bem explica. Desta forma, à luz do que apresento nesta tese, ousou afirmar que um objeto de família, quando preservado por um(a) guardião(ã), transcende sua materialidade, funcionalidade ou valor venal, e se torna também objeto ancestral de família. Nele repousa a ponte com os antepassados, o sopro das histórias familiares que o atravessam, transmitidas pelo(a) guardião(ã) que o preserva.

¹² Trata-se de um móvel de madeira, semelhante a uma estante, com prateleiras, sobre as quais são colocadas grandes talhas ou vasos de barro com água para uso doméstico.

É certo, assim, que as recordações que se entrelaçam aos objetos familiares, transmitidas e atualizadas oralmente de uma geração para outra, pulsam e urgem à escrita, em contextos nos quais, conforme destaca David Lowenthal (1998, p. 77) “cada lembrança sustenta o nosso sentido de identidade”. É desta forma, em contextos, nos quais o lembrar e o compartilhar parecem confirmar o que somos, que as narrativas, interpenetradas nos lugares privados que cada família habita, parecem se transformar em referenciais importantes de acesso a memórias individuais e coletivas, que tanto desvelam permanências quanto transgressões positivas na vida e nas relações construídas nesta instância, com reflexos nos grupos e espaços maiores nos quais este nosso primeiro grupo de convívio social se insere.

Considerar as narrativas e os objetos na perspectiva aqui em pauta, requer um exercício de interiorização e exteriorização, semelhante ao apontado por Jorge Larossa (1994) para vislumbrar as imagens que permitem a pessoa ver a si mesma ao se revelar para outro, na narrativa. Requer também não perder de vista que a memória do(a) narrador(a) se situa nas fronteiras das lembranças individuais e coletivas e está sujeita a flutuações e alterações a cada tempo e espaço (Halbwachs, 2006). Ainda assim, as recordações evocadas nas narrativas, como aqui pretendido, permitem vislumbrar relações humanas de outrora e o vivido em instâncias sociais que, não por poucas vezes, explicam, justificam, consolidam e abrem espaços para reconfigurações não somente de uma pessoa, mas de um grupo social e, por consequência, da própria humanidade (Evaristo 2020a, 2020b). Em uma sociedade como a brasileira, fortalecida por décadas de opressões, de privilégios a poucos em detrimento ao direito de muitos e de silenciamentos às diferenças sob a ideologia da igualdade, a memória é, conforme bem aponta Marilena de Souza Chauí (1992), um valor, e, sobretudo, um direito, ainda a ser a conquistar nestas terras.

Fato é que no decorrer da pesquisa, acessei memórias, que se revelaram, sobretudo, coletivas (Halbwachs, 2006), através de lembranças, conhecimentos e experiências compartilhados pelos(as) narradores(as). Tais recordações, que incluíram também a descrição etnográfica de lugares e espaços, em temporalidades múltiplas, desvelaram o modo de ser e de conviver de coletividades e ratificaram que de fato, conforme lembra Luiz Antônio Simas (2018), as raízes civilizatórias brasileiras estão imbricadas à multiplicidade de manifestações presentes em cotidianos de várias partes do Brasil. Em outras palavras, entre tesões e contradições na formação cultural brasileira, que teima em colocar à margem saberes da tradição oral, por exemplo, as

manifestações populares, como festas religiosas, crenças de origem indígena e afro-brasileira, e figuras como benzedoras, rezadeiras, sambistas e capoeiristas, resistem, para contar outras histórias do nosso país (Simas, 2018). Este é também o caso das mulheres que ainda hoje se reúnem para a raspa de mandioca em casas de farinha, das lavadeiras que se irmanam na cumplicidade com o rio e das guardiãs da memória do Velho Chico que participaram deste estudo.

É válido destacar também que a trajetória de pesquisa trilhada para o estudo aqui apresentado não desconsiderou ou menosprezou as estruturas, assim como os propulsores sociais, históricos, econômicos e culturais que são objetos de estudos específicos de diferentes áreas do conhecimento. Reclamou, sim, o olhar para percursos de pessoas e de grupos sociais ainda anônimos, em temporalidades e espaços múltiplos, com vistas a desvendar as tramas e engrenagens sociais que ainda definem, consentem e legitimam o discurso absoluto de poucos, em detrimento ao respeito à singularidade de muitos. Esse é, seguramente, um caminho para desvendarmos os percursos que ainda se fazem necessários às reconfigurações e posicionamentos para que a humanidade, e em especial as mulheres, vivenciem uma realidade menos predatória, no presente e no futuro.

A perspectiva aqui em pauta, em se tratando das famílias e mais especificamente das mulheres que se encarregam ou são encarregadas desta primeira instância social, implica que as tramas das pesadas portas que reforçavam a segurança das famílias no passado sejam retiradas por nós mulheres, que estamos encarregadas ou nos encarregamos pelas famílias, também no âmbito das pesquisas, para possibilitar um olhar para os aprendizados, assim como para as mazelas, que atrás das portas ainda se desenham. Este movimento, conforme pode ser verificado na sequência, requer muito além do consentimento livre e esclarecido dos participantes, mas a identificação e respeito à forma de ser e de conviver de cada um(a), também no grupo pesquisado.

Aposto que a liberdade para desvendar saberes que descortinam realidades vividas também sob a perspectiva de quem fez, faz e sofre os reflexos dos contextos sociais nos quais se inserem, nos foi legada por ancestrais como as minhas avós. Dos postigos em janelas das suas portas, que elas conservavam estrategicamente abertos para olhar a vida que se desenvolvia para além dos espaços privados de suas moradias enquanto coziavam e cozinavam, elas nos conclamam a conhecê-las para nos conhecermos, sem a pretensão de possuí-las. Este é, certamente, um movimento

autoformativo e, muitas vezes de autorrecuperação (hooks, 2019b, 2023), que nos permite desvendar os seus percursos, para tanto nos (re)posicionarmos em nossa própria trajetória, quanto revisarmos o nosso legado para as gerações que nos sucedem.

3.2 PREÂMBULO DO PERCURSO EM CAMPO: AQUIESCÊNCIA DAS MATRIARCAS

Acessar as famílias como pesquisador(a) é uma ação difícil, mesmo para aqueles(as) que fazem parte do grupo familiar no qual a pesquisa é realizada, como é o meu caso. Isso porque aos parâmetros que definem a ética e a rigorosidade da pesquisa, indispensáveis ao acesso às narrativas de vida no contexto social em que estão e estamos situados(as), se somam o reconhecimento à sabedoria da ancianidade e o respeito às relações hierárquicas que direcionam cada grupo familiar.

Para nordestinas do interior da Bahia da minha geração, descendente também dos povos originários e dos povos africanos, a deferência e respeito aos mais velhos, característicos de nossas raízes ancestrais, são comuns. O ato de pedir a bênção ou de escutar um conselho de um parente mais velho, ligado a nós ou não pela consanguinidade, por exemplo, faz parte da nossa cultura. Esses valores e aprendizados, que se relacionam à importância dos mais velhos na rememoração e partilha de saberes, certamente, explicam as escolhas e posicionamentos de muitas de nós, também na acadêmica. Não sem razão, nos conduzem à busca do conhecimento não somente na literatura, mas através do contato direto com pessoas que compartilham memórias do vivido e do apreendido com outras gerações, para escutar, dialogar, entender, comparar e, por consequência, aprender para transformar. Neste movimento o convite para olhar a rugosidade dos troncos daqueles(las) que identificamos como os(as) nossos(as), longe ir em busca de desgastes provocados pelo tempo, nos convoca a reverenciar e aprender com as testemunhas vivas do pretérito. É assim que Eduardo Oliveira (2005, p. 90), certamente inspirado pela ancestralidade, nos ensina:

A pele do tronco é, na verdade, sua alma. Toda a antiguidade de um troco está nos caminhos (in)visíveis de seu corpo. Ao pousar a mão levemente sobre sua superfície e escorregá-la como quem faz um

carinho poder-se-á sentir toda a irregularidade de um tronco. Eles jamais são lineares. São resultados de muitas dobras. Pequenas dobras de celulose que se avolumam sobre outras camadas de celulose. Uma dobra de um tronco é um universo escondido que esconde outros universos. Não há padrão! Elas – as dobras – seguem caminhos próprios e desenham a própria face da diversidade. A rugosidade dos troncos é um encontro de dobras. São dobras do tempo no corpo de um vegetal. Ou, melhor ainda, é o corpo do vegetal tecendo o tempo do tempo. Em cada micro-cavidade está a paciência de um ponto do tempo, como fazem idosa senhoras ao delinear seus pontos de tricô, crochê ou rendas. Cada nódulo de tronco é o resultado de um nódulo de tempo. Um a um são pacientemente tecidos na superfície majestosa dos troncos. No conjunto formam um mosaico de nódulos e trilhas microscópicas que dão a exata medida da tessitura do tempo. Tempo profundo, denso, rugoso (Oliveira, 2005, p. 90).

Adentrar a própria família na condição de pesquisadora, no contexto aqui anunciado, implica em reconhecer o muito a desvendar na rugosidade nossos mais velhos(as), conforme nos convida Oliveira (2005). Da mesma forma, demanda também no reconhecimento que transitamos em um grupo bem próximo a nós, em uma posição diferente daquela que até então ocupávamos. É um lugar de trânsitos, por vezes, relacionais, difícil, mas que nos respalda a (re)pensar a nossa subjetividade, a nossa intersubjetividade e as nossas diferentes trajetórias a partir também do (re)construído na pesquisa. Ao mesmo tempo, reclama a nossa responsabilidade para decidir o destino que daremos às nossas apropriações da pesquisa. Neste trabalho, com o apoio da minha orientadora, de dentro e de fora ao mesmo tempo, de um grupo familiar, decidi não escolher sozinha.

A condição inicial foi compartilhar com cada parente e interlocutor(a) da pesquisa os escritos que emergissem do que ele/ela narrou. Coerente com a etnografia recíproca proposta por Luke Eric Lassiter (2005) que requer, não somente a análise do que foi produzido com os(as) interlocutores(as) mas também na sua participação na escrita final, é esta uma posição que implica em negociações éticas e em responsabilidades, assim como clareza e sentido da proposta, para todos que participaram da pesquisa. Assim sendo, a minha responsabilidade outorgada pela pesquisa e pelas mais velhas da família se estendeu para além de registros pautados na autoria singular, de modo a abranger o(as) parente(s) interlocutor(as) no que fosse elaborado. Como assim não decidir se imaginava preliminarmente, como um dos pressupostos, que teria acesso a segredos e a não ditos da família? Desta forma, como Bosi (2003) em sua pesquisa sobre a memória e a vida de imigrantes e operários

da cidade de São Paulo, elaborada a partir de depoimentos de pessoas idosas, optei por não expor a inteireza do que me foi revelado nas confidências, se assim decidissem o(as) parente(s) interlocutor(as).

Como o campo e a temática me possibilitou escolher a minha própria família, assumi também como condição para a pesquisa não desmerecer a importância respeitosa que as diferentes gerações da minha família extensa atribuem aos(as) parentes mais velhos(as), entre os quais se destacam as mulheres, em todas as etapas da pesquisa. São elas também que assumem, por via de regra, a posição de narradoras-protagonistas nas rodas de conversa. Essas rodas ainda hoje ocorrem, notadamente com mais frequência no mês de junho, período em que os membros da família que residem hoje em diferentes partes do Brasil, retornam às casas nas quais viveram minhas avós.

Um primeiro passo lógico emergiu, após as decisões iniciais: cumprir um preâmbulo à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que consistiu na visita a cada uma das guardiãs mais velhas - minhas tias - para pedir a aquiescência para a pesquisa. Assim fiz porque em minha família autorização das mais velhas é o movimento natural, ainda hoje respeitado e realizado pela maior parte dos(as) meus(minhas) parentes, em questões relacionadas as decisões que se relacionam a nossa família.

Desloquei-me a viagens em distâncias consideráveis para apresentar a cada guardiã a proposta da pesquisa e o pedido de autorização. Fui por exemplo, não somente à Barra, mas à Brasília para encontrar as mais velhas. Nada foi assinado, então. A força da tradição, neste sentido, como bem destaca Amadou Hampaté Bâ (2010), está na palavra falada. É assim em minha família: o contrato verbal antecede o escrito. Conversamos, acordamos e depois escrevemos. A partilha no grupo, inclusive de heranças, ocorre dessa forma: localizamos o que foi herdado, decidimos o que cabe a cada um e somente depois oficializamos o registro. Assim foi feito, por exemplo, quando os herdeiros decidiram o destino de um terreno que pertenceu a um dos meus avós. Coube a cada um uma parte, decidida por sorteio, assim como o destino futuro que cada herdeiro poderia dar ao que recebeu: cada parte recebida somente poderia ser vendida ou doada para outros da família. Ainda que sem um registro público ou mesmo inventário, que poderia contribuir para oficializar tal decisão, nada do que foi acordado oralmente foi contestado, mesmo já tendo decorrido mais de uma década desse contrato oral.

Percorri uma trilha de encontros, nos primeiros contatos com as candidatas a interlocutoras desta pesquisa, no primeiro preâmbulo em busca de aquiescência. Era junho de 2022. Vivíamos nesse ano o fim de um período de distanciamento social, ocasionado pela COVID-19, a doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que restringiu os contatos presenciais nos dois anos anteriores, inclusive no mês de junho. É nesta época que grande parte da minha família, levada por fluxos migratórios para diferentes partes do Brasil, retorna ao município, como muitas da região, tendo por justificativa as festas juninas. Entre aqueles que migram, principalmente para o centro-oeste e sudeste brasileiro em busca de melhores condições de vida, estão também as guardiãs. É nessa época que elas também retornam a casa na qual viveram na infância. Não sem razão, havia escolhido esse mês para direcionar as narrativas. Essa etapa da pesquisa estava prevista para junho de 2024.

Foi assim no mês destinado aos santos juninos, após o período de distanciamento social com sentimentos nunca experimentados, que retornamos ao encontro e festejos, que iniciei os primeiros contatos com as minhas tias-guardiãs da memória, que chamo aqui de guardiãs-interlocutoras.

Registro que não havia estabelecido no projeto a ordem de consulta às guardiãs. Sabia apenas, em virtude da morte das minhas avós, que a autorização inicial seria solicitada às minhas tias. Em minha família extensa, elas são matriarcas, pois embora distantes de uma ginecocracia, são matrizes e criadoras de sentidos que sucessivamente geram outras mães, na intimidade do grupo familiar. Neste caminho são mães, não restritas ao sentido biológico da palavra, que traduzem a ação de criar, de fazer nascer não somente os filhos e filhas, mas as condições que sustentam a continuidade da família em um tempo mais longo. É desta forma, sem os privilégios que advêm das posições de poder nas instâncias sociais públicas, ainda garantidas ao masculino, que elas implicam na continuidade da família, em um tempo mais longo. Este é principalmente o caso de uma das minhas tias mais novas, a primeira a quem solicitei a anuência para a pesquisa: respeitada e sempre consultada pelas irmãs mais velhas, ela hoje reside na casa “da cidade” na qual a família morava, no decorrer dos anos letivos. Foi para esta casa que ela retornou, após a morte da mãe, para cuidar do pai adoecido. É lá hoje, entre os móveis de madeira escura e as poucas louças de vó, preservadas em uma cristaleira que conheço desde a minha infância, que ela acolhe a família durante todo o ano, como vó fazia e de onde parte para cuidar das

irmãs adoecidas. Ao escrever, percebo que a minha escolha por ela não foi, como pensei a princípio, aleatória.

Registro que tinha como pressuposto que o pedido de autorização não seria fácil, já que tudo o que se refere à minha família e principalmente aos meus avós é defendido com veemência por minhas tias. Por essa razão, me preparei para a primeira interlocução, atenta à responsabilidade ética advinda da pesquisa em um ambiente tão íntimo. Mais ainda: semelhante ao cuidado respeitoso que tenho antes da mediação em uma aula, estudei e preparei a argumentação que julgava necessária ao pedido. Não previ, todavia, o retorno que obtive nesses primeiros encontros.

O primeiro encontro de busca à aquiescência ocorreu na casa da minha avó materna, sem agendamento. Aproveitei apenas um momento que estava sozinha com a tia escolhida e falei de vó, do jirau, das minhas interrogações e dos meus pressupostos e pedi a autorização. Portava na ocasião um caderno, transformado em diário de campo, pois entendia que este instrumento, nesses primeiros contatos, traria elementos significantes para a minha pesquisa, como um todo. Assim fiz porque pretendi nele registrar minhas impressões, os meus medos e desencantos, enfim as minhas percepções subjetivas, reveladoras também da minha própria atuação como pesquisadora. São esses sentimentos e impressões, certamente não meros adereços da pesquisa, mas elementos constitutivos da investigação, conforme destaca Florence Weber (2009).

Enquanto eu falava ela apenas me olhava e escutava, sem nada revelar no corpo e no olhar. Quando eu concluí, ela disse: “mãe era assim: uma chefe sem ser”. Compreendi que diversos sentidos e histórias estavam implícitos nesta declaração, mas nada mais perguntei. Apesar disso, ela, nativa da pesquisa (Weber, 2009), deu continuidade à narrativa, intercalada por breves pausas, sempre acompanhadas pelo olhar dela para os objetos da casa.

Enquanto narrava sobre a chefia da família que a originou e sobre o grupo familiar que constituiu, ela, ali na casa onde viveu durante grande parte da infância e adolescência e rodeada por objetos conhecidos, parecia não somente lembrar, mas reviver. À medida que a escutava e observava, corroborarei que “vale mais a pena escutar os nativos do que interrogá-los, não somente para ouvir suas próprias classificações, mas também para evitar receber as respostas que não seriam senão espelho das questões e das expectativas do pesquisador” (Weber, 2009, p.29). Neste caminho, confirmei o ouvir, o estar e o sentir como componentes da minha pesquisa.

Outros encontros se seguiram com as demais tias, sem que eu as procurasse. A notícia sobre a pesquisa havia se propagado e passei a ser interrogada, sem hostilidade ou desconfiança, sobre o meu objeto de estudo. A cada encontro, no qual pedia a autorização e era acolhida, objetos guardados eram revelados, sem que eu perguntasse por eles, em fluxos narrativos impossíveis de serem contidos: com uma, a caixa de madeira que pertenceu a minha avó, contendo cartas, fotografias e pequenos objetos acrescentados pela guardiã, como foi o caso de uma camisa do meu pai; com outra, a certidão de casamento dos avós; com outra, uma panela de ferro e um caderno de rascunho, feito por minha avó com papel de embrulho para que as filhas fizessem a primeira versão do dever de casa e ela corrigisse, antes do registro no caderno da escola; com outra, uma foto da casa da roça, que não mais existe, tendo minha avó e um filho do coração à porta; com outra, a máquina de costura; com outra, uma receita do picuá apreendida pela mãe com nossa avó e transmitida à filha.

Em cada aproximação, à medida que escutava as narrativas, não deixei de ser parente e me permiti sentimentos não verbalizados, que iam da identificação à indignação. Apesar desta aproximação em uma intimidade conhecida, eu me percebia também em um lugar diferente até ali desfrutado: estava agora no grupo também como pesquisadora.

Enquanto eu solicitava as autorizações às matriarcas, as rodas de conversa nas casas das minhas avós materna e paterna foram ampliadas pelas novidades que emergiram dos anos anteriores. Sem reuniões no período da pandemia, as narrativas sobre as mudanças sofridas pelo grupo se multiplicavam: sequelas decorrentes da COVID-19, amigos perdidos para a pandemia, desemprego, rompimentos, mas também vários relatos de superação e de solidariedade, principalmente entre as mulheres, durante o período de distanciamento social. A prosa, represada pelo distanciamento, irrompia. Todas tinham algo a relatar. Falavam, por vezes, todas ao mesmo tempo, em diálogos que aparentavam monólogos para os de fora. Naquele momento peculiar de retorno aos encontros presenciais, fui aos poucos percebendo a mudança, em minha qualificação dentro do grupo familiar extenso. Ao expor a minha condição em campo, percebi que não fui afastada dos lugares de neta, de sobrinha e de prima que constituem também a minha identidade, mas qualificada pela família extensa também como pesquisadora.

Ainda em junho de 2022 observei a organização da família extensa para dois encontros no mesmo mês de 2023. Até então esses encontros dos descendentes

maternos e paternos ocorriam anualmente, de forma assistemática. Diante da adesão da maioria, dois grupos de *whatsapp* foram criados para a organização. Foi assim que vi avançarem os preparativos, que incluíram definição do local e de camisetas, entre outros. Ao final das festas juninas, experimentei um sentimento estranho a um período de férias, caracterizado por cansaço e por satisfação. Inseria-me na pesquisa e era alvo das suas consequências.

Registro que, a despeito do consentimento da maioria das tias-matriarcas, duas até então não haviam sido por mim consultadas porque não foram à cidade no mês em pauta. Como residiam em Brasília, decidi ir lá pessoalmente, o que fiz no mês de janeiro de 2024. Temia um encontro porque uma delas se destaca particularmente na defesa das recordações dos meus avós, inclusive na divulgação de imagens deles. Na casa dela, entre os sons alegres de crianças da família que na ocasião se encontraram, ela acolheu plenamente a proposta da pesquisa, ao me escutar. Após me autorizar a prosseguir, ela saiu da sala e retornou com várias fotografias da minha avó. Em uma delas, minha avó estava à porta da casa da roça, junto a uma das várias crianças que cuidadas por ela. Além das filhas e netas consanguíneas, como era comum em muitas famílias extensas do Velho Chico, ela acolheu e assumiu a responsabilidade por várias crianças, todas transformadas em nossas parentes de coração. Na sequência, minha tia falou da sua relação com minha avó, de como se recusou a ir para a escola, para ficar mais tempo com ela; falou das estratégias da minha avó para alfabetizá-la e da rede de cuidados entre as irmãs. Enquanto ela falava, eu senti um cheiro conhecido de uma receita que minha avó fazia: minha prima, filha da tia que narrava, preparava picuás. Ali estava mais uma guardiã.

Nos passos seguintes, que se seguiram à assinatura do TCLE, estabeleci a proximidade necessária para a escuta das narrativas, o que fiz, principalmente no ano de 2024, nas casas onde viveram minhas avós. Este foi o movimento que tornou possível, entre idas e poucas vindas, percorrer a trilha de pesquisa, na sequência evidenciada.

3.3 A TRILHA DA PESQUISA: IDENTIFICAÇÕES E SENTIDOS EMERGENTES

No total, quinze parentes-guardiãs e um guardião colaboraram diretamente para o estudo. Desses, após a gravação em áudio e das transcrições das falas, selecionei seis narrativas, para apresentação e análise. É válido aqui um destaque: não descartei nenhuma narrativa. Cada palavra que as minhas parentes-guardiãs compartilharam estão entrelaçadas, de modo implícito e sutil, ao que escrevi nesta tese. É assim que, embora pouco visíveis aos olhos, todas as mulheres que colaboraram com este estudo fluem junto ao curso do meu próprio rio.

Assim dito, registro que para a seleção que deu origem aos textos específicos apresentados no último capítulo desta tese, considerei dois aspectos: o primeiro, se referiu à (des)construção de sentidos evidenciados pelo(a) próprio(a) narrador(a), relacionados ao objeto por ele(a) preservado; no segundo, considerei a clareza da narrativa como prática social constitutiva da realidade, necessária à compreensão do narrado sobre a vida social e familiar e, em especial, sobre a gestão do grupo familiar por mulheres. Por essa razão a leitura das transcrições que antecedeu à seleção das seis narrativas, a exemplo do apontado por Elliot Mishler (1986) e Pedro Garcez (2002), foi considerada no estudo como uma etapa interpretativa introdutória, balizada pelos dois aspectos anteriormente mencionados.

Não é demais ressaltar, como destaca Fernando González Rey (2003), que um sentido pode se referir a uma necessidade, muitas vezes não atendida, capaz de mobilizar e impulsionar uma pessoa à atividade ou inatividade. É, nesse caminho, relacionado a uma subjetividade. Por assim considerar, a apreensão dos sentidos, que possibilitou a formação dos núcleos nesta tese, não tem a pretensão de elaborar uma resposta ímpar, absoluta e completa, mas sim de partilhar sentidos e percepções de pessoas, que embora algumas vezes contraditórios e parciais, podem apresentar, nas palavras de Aguiar e Ozella (2006), desvelamentos sobre as formas de ser e de processos sociais vividos por cada pessoa. Esse cenário, como reflete Lev Semenovitch Vigotski (2001), demanda em olhar cada pessoa como ser social, ao mesmo tempo singular e síntese de múltiplas determinações.

Para a definição e análise dos núcleos de sentido, estruturei e segui algumas etapas, fundamentadas nos pressupostos de análise da Autoetnografia Colaborativa à Deriva, consolidada pelo grupo de Pesquisa FABEP (Almeida; Silva; Rabinovich, 2024; Rabinovich; Bastos, 2012; Rabinovich *et al*, 2013; *et al* 2019; Rabinovich; Silva,

2025). Essas etapas, embora não sejam rigidamente seguidos em cada pesquisa, guardam pressupostos que direcionam a análise, nas diferentes investigações do grupo. Considerei ainda na estruturação dessas etapas, em especial no momento de análise, fundamentada pelo estudo de Bakhtin (1997), que uma narrativa e, por consequência, também um núcleo de sentido, presentifica diferentes vozes e perspectivas, que pode, como sugere Ricoeur (2011), dar acesso ao sentido atribuído pelo(a) narrador(a) à sua própria existência no tempo.

As etapas que possibilitaram a definição e análise dos núcleos de sentido foram as seguintes: submissão, de todas as transcrições à uma leitura geral; levantamento e registro após uma segunda leitura, em um quadro de análise, dos conteúdos temáticos que emergiram de cada narrativa; definição dos núcleos de sentidos, a partir das ideias centrais e de elementos-chave em torno dos quais cada narrativa se estruturou; análise dos núcleos; e, por fim, apresentação das narrativas e dos objetos, com a respectiva análise, em textos, com foco nos elementos principais, que incluíram, entre outros, personagens, valores e conceitos centrais.

É importante dizer que a trajetória até os achados da pesquisa não foi linear, mas desenrolada a partir de um emaranhado de linhas que embora previamente traçadas, demandou em escolhas e redefinições durante o próprio percurso da pesquisa. Assim, algumas rotas inicialmente pensadas foram abandonadas e outras revistas. Como bem reflete o poeta espanhol Antônio Machado¹³, o caminho, em verdade, se fez plenamente na caminhada. Foi assim com os objetos e as narrativas, que chegavam também por caminhos inicialmente não previsto.

Entre as contribuições imprevistas cito, como exemplo, dois traçados simples, feitos à mão por duas sobrinhas de minha avó paterna que moram em outro estado. No pequeno mapa, elas registraram nomes e sobrenomes dos descendentes de uma irmã da minha avó e de outra, irmã do meu avô, que fugiram juntas para o estado de Minas Gerais. Junto com estes mapas, feitos em uma folha de caderno, estavam duas antigas fotografias das irmãs dos meus avós paternos e várias fotos dos descendentes delas, em diferentes gerações. Em ambos, os sobrenomes evidenciaram o predomínio da constituição de grupos mononucleares, tendo a origem vinculada a uma mulher. Neste achado da pesquisa tive acesso não somente a informações sobre a genealogia

¹³ Refiro-me aqui à afirmação "Caminhante, o caminho se faz ao caminhar", atribuída ao poeta espanhol António Machado.

e a dispersão da família, mas a ligações biológicas e de afinidade, entre os meus parentes de gerações diversas. As duas mulheres que deram origem aos grupos retratados nos mapas, por exemplo, não eram parentes consanguíneas, mas foram, de acordo com o relato da prima que me entregou os mapas e as fotos, próximas até a morte. Essa afinidade, que parece ter se fortalecido durante a fuga delas em um vapor pelo Rio São Francisco, une, ainda hoje, as duas famílias que elas constituíram.

Outra rota importante na pesquisa está relacionada à colaboração dos homens. Eu não havia previsto a escuta dos homens da família, pois, além de ter como pressuposto que eles pouco podiam colaborar com o objeto, tinha por intento fazer da pesquisa um espaço de enunciação de mulheres. Foram eles que me procuraram, em um encontro não programado. Nesse encontro, longe das mulheres, eles falaram. Curiosamente sentados em círculo como as mulheres do grupo faziam, eles recordaram a construção da casa que os abrigou, na qual tiveram participação ativa, na cidade onde viveram. Lembraram dos tijolos que meu avô transportava pelo rio e que eles carregaram pela rampa do cais, próximo à construção. Falaram de minha avó paterna na lida diária da pensão que ela mantinha para atender aos brejeiros e mascates que buscavam a cidade. Descreveram o esforço que ela fez para que eles estudassem, da luta dela para garantir os recursos necessários para encaminhá-los a Brasília e do valor mensal, em dinheiro, que ela enviava, para a subsistência deles, enquanto ainda não trabalhavam. Ao lado disso, a remessa de produtos da terra, como doces, farinha, feijão e tapioca, sempre que era possível, através de viajantes que se deslocavam de Barra à Brasília.

Vários objetos emergiram também nas narrativas durante o encontro não programado com os meus tios. Em cada descrição, era apresentado um conjunto significativo de costumes, hábitos e comportamentos, comuns à época da sua infância e da adolescência, não somente na família, mas também em outras instituições locais. Do enorme pote de barro no qual minha avó armazenava água, emergiu a desassistência no saneamento básico do município, caracterizada por constantes interrupções do fornecimento de água tratada, a despeito da cidade ser ladeada por dois rios perenes; do tacho de cobre, no qual minha avó fazia os doces de murici e saeta que servia na pensão, foi apontada a função de provedora ocupada pela mulher na subsistência da família, do facão do meu avô guardado a cada noite debaixo do seu travesseiro, foi denunciado o medo da minha avó, que a ele se submetia. Ratificou-se mais uma vez para mim, neste momento, o valor das estratégias de

investigação qualitativas, que partem de narrativas. Delas, sem dúvida, emergem quadros únicos, ora com bordas e ora sem, relacionados à leitura de mundo, sentimentos, percepções e interações com o contexto social em que estão situados cada narrador(a), fundamentais à compreensão das pessoas, das instituições e instâncias sociais que moldam valores, ideais ou crenças de uma determinada coletividade.

Registro que as contribuições indiretas para esta tese, a exemplo de documentos, fotografias e outros registros que não imaginei ter acesso, abrangem um grupo expressivamente maior, que será certamente revisitado, em escritas futuras. Pela limitação de tempo e pelos objetivos desta tese, não pude mergulhar na totalidade dessas contribuições. Posso seguramente afirmar, todavia, que não encontrei resistência em nenhum(a) membro da minha família extensa para realizar a pesquisa. Este é um dos principais motivos para considerá-los(as) não somente como herdeiros(as) de um legado preservado pelos(as) guardiões(ãs) da memória que serão aqui apresentados(as), mas como autores(as) de escritos que bordam a história da nossa família e todo um coletivo ancestral que sobreviveu, até então, nas narrativas e objetos de mulheres do Chico. Antes, todavia, de adentrar o corredor da memória, para lembrar como nossas ancestrais desenharam e alicerçaram para nós o caminho para cada uma de nós ser senhora do nosso orí¹⁴. Cabe-me apresentá-las.

3.4 GUARDIÃO E GUARDIÃS DA MEMÓRIA FAMILIAR: OS(AS) AUTOETNOGRAFADOS(AS) NARRADORES(AS)

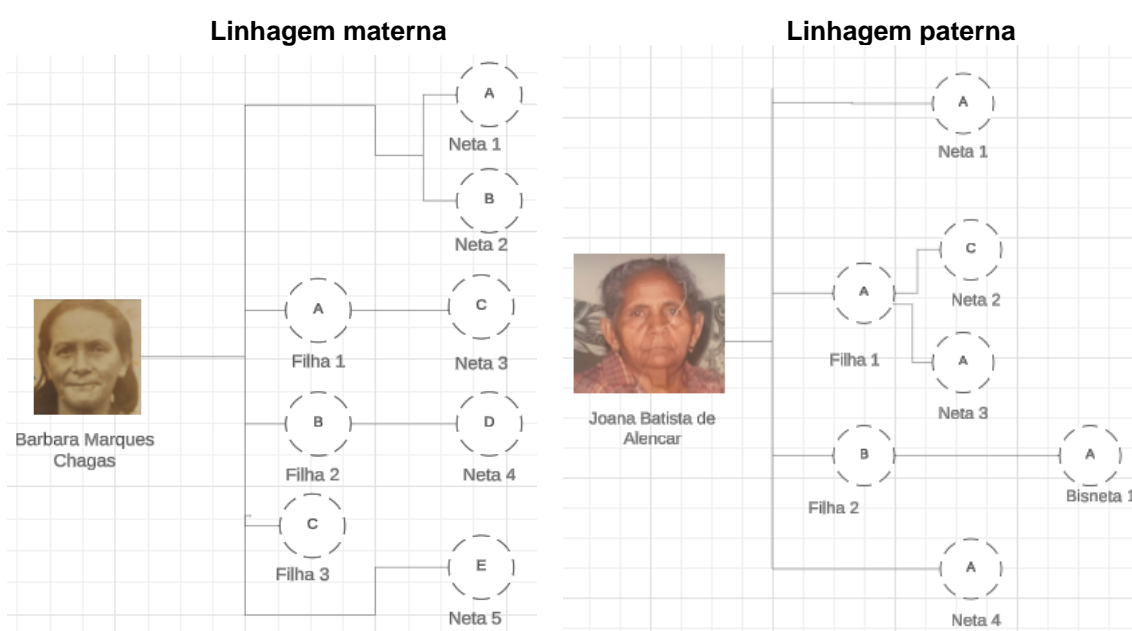
Conforme já anunciado, sou uma das narradoras, guardiãs da memória, que possibilitaram esta tese. Assim me inscrevo porque embora a minha narrativa não componha o rol de textos que serão no capítulo seguintes apresentado, minhas recordações transversalizam as análises e reflexões que aqui compartilho. Tal possibilidade, aberta pelo uso da Autoetnografia Colaborativa à Deriva, é fortalecida pelo fato que, como outras mulheres da minha família, além de guardar herdades, como o pilão da minha avó paterna, aceito e sou posicionada como narradora de

¹⁴ A palavra Orí, originária do vocabulário da língua iorubá, O termo descreve a consciência que se constitui como uma integração de pensamentos e emoções. Orí é considerado uma divindade por sua capacidade de criar pensamentos, de raciocínio e proporcionar entendimento (Nogueira, 2024).

histórias relacionadas, acompanhadas e transformadas por esses objetos (Caixeta, 2006). É assim, de fato, que cada objeto se entrelaça a histórias de diferentes dimensões do cotidiano vivido, muitas vezes secretas, que atravessam parte das vidas contidas nas ascendências e descendências que são afirmadas também pelos(as) guardiões(ãs).

É importante reafirmar que não recrutei as guardiãs. Embora previstas no projeto inicial, as estratégias de recrutamento se mostraram desnecessárias, pois elas chegaram até a mim no movimento que se seguiu ao anúncio da pesquisa em minha família extensa. A representação a seguir retrata as linhagens nas quais estão estas parentes, a partir da descendência de minha avó materna avó paterna:

Figura 1 - Identificação das parentes-guardiãs, participantes da pesquisa, em minha linhagem materna e paterna



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2024.

Longe de ser essa uma situação cômoda, a inscrição espontânea mencionada se constituiu em um desafio, que foi ampliado também pela presença dos homens, nesse processo. O desafio, nesse momento, foi estabelecer uma estratégia de seleção, que não afetasse negativamente as relações no grupo familiar, já que todas as mulheres candidatas atendiam aos critérios de inclusão previstos no projeto, que estabeleciam como necessário, entre outros, ser mulher, guardiã de um objeto da família e descendente e ter convivido com minhas avós. Como, então, privilegiar

umas, em detrimento de outras? Quanto aos homens, o único critério de exclusão, que impossibilitava a participação era, de fato, o gênero.

Talvez porque a ausência de certezas seja a realidade aprendida pelas mulheres do lugar onde nasci, decidi, com o auxílio da minha orientadora, explorar novas possibilidades para a seleção. Consideramos que, se, como Ponciá Vicêncio¹⁵ (Evaristo, 2003), pouco conhecimento tinha sobre as minhas raízes ancestrais, a ampliação do número de narradores(as) poderia favorecer o acesso a informações relativas à história, à memória e às experiências das mulheres na gestão de famílias, como pretendido na tese.

Como estratégia para organizar os encontros individuais com as candidatas elaborei um calendário, com dias e horários para a gravação das narrativas, nas casas das minhas avós materna e paterna. Expliquei, na ocasião, que as remarcações, em virtude das datas possíveis no mês de junho e da própria dinâmica do grupo familiar nas casas, não seriam possíveis. Essa condição reduziu o número de candidatas para onze, pois as demais não puderam comparecer. A essas se somaram um dos tios, que compareceu ao encontro previamente marcado. Adicionada essa camada de complexidade à pesquisa, resolvi explorá-la, principalmente porque o projeto previa, ao lado da escuta das guardiãs, a observação direta do cotidiano da minha família extensa. Desse cotidiano os homens também faziam parte. Após a transcrição das narrativas, seis foram selecionadas, a partir dos critérios já compartilhados, para apresentação em textos individuais.

A leitura inicial das narrativas selecionadas favoreceu vários desvelamentos, ainda que eu não os buscasse. Pretendia apenas, nesse momento, percorrê-las em uma leitura rápida, como faz um(a) leitor(a) ao folhear um jornal ou revista, na busca de informações principais ou de palavras-chave, sem mergulhar na compreensão detalhada, posteriormente pretendida. Não consegui. Um desses desvelamentos foram as identificações, reveladas pelos(as) próprios(as) narradores(as), ao apresentarem os seus objetos. São eles(as), em suas próprias palavras, guardiões(ãs), que relacionam essa condição ao objeto guardado. Assim, o quadro a

¹⁵ Trata-se da personagem principal do livro Ponciá Vicêncio de Conceição Evaristo. No livro *Conceição* narra as dores e desafios cotidianos de mulheres negras, sob um ponto de vista feminino e negro. Ponciá nasceu no interior do Brasil, onde vive numa população de descendentes de escravizados. Seu pai e seu irmão trabalham no cultivo da lavoura da família Vicêncio, donos do sobrenome dos habitantes da vila, como a família de Ponciá. Depois de perder o pai, ela parte para a cidade grande em busca de uma vida melhor (Evaristo, 2003).

seguir, que identifica cada um(a) a partir também da nomeação que utilizo ao me dirigir a eles(as) na família (tios, tias e primas), caracteriza, a partir do questionário sociodemográfico, o guardião, as guardiãs e os seus objetos:

Quadro 1 – Identificação do guardião e das guardiãs

Identificação do(a) Guardiã(o)	Raíz familiar	Parentesco com a matriarca de linhagem	Formação escolar	Estado civil	Profissão	Renda individual
Tio-guardião 1: facção do pai	Paterna	Filho	Ensino médio técnico	Casado	Técnico em telecomunicações	08 salários
Tia-guardiã 1: caixa de guardados	Paterna	Filha	Superior completo	Casada	Professora	04 salários
Tia-guardiã 2: receita de balinha de café	Paterna	Filha	Superior completo	Divorciada	Professora	04 salários
Tia-guardiã 3: caderno de rascunho secreto	Materna	Filha	Ensino médio (magistério)	Divorciada	Professora	03 salários
Tia-guardiã 4: fotografia da casa (Timbó)	materna	Filha	Superior completo	Divorciada	Professora	06 salários
Prima-guardiã 1: receita de picuá	Materna	Neta	Superior completo	Divorciada	Professora	04 salários

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2024.

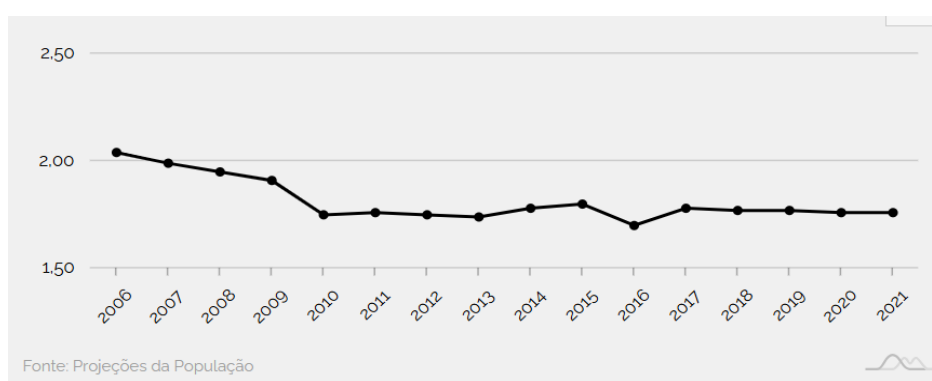
O quadro 1 revela uma mobilidade educacional visível, entre as mulheres que participaram da pesquisa. Assim afirmo porque todas as que são identificadas como filhas descenderam de mulheres sem escolaridade, que bem longe estavam da condição de donas de casa “limitadas à casa de boneca dos preconceitos vitorianos”, sustentadas financeiramente pelos maridos, como aponta Betty Friedan (1971, p. 110). Esse perfil de dona de casa, associado normalmente às mulheres também no nordeste brasileiro à época dessas ancestrais, é comum em estudos feministas clássicos no ocidente, a exemplo do publicado pela autora mencionada originalmente em 1963, no livro *The feminine mystique*. Em verdade, devido à preocupação constante com a sobrevivência econômica de suas famílias — como a maioria das mulheres do Velho Chico na época — essas ancestrais se aproximam do perfil de mais de um terço das trabalhadoras, negras principalmente. Esse grupo, ausente em

pesquisas como a de Friedan (1971), é pauta de destaque em estudos como os de hooks (2015) e Davis (2016), que destacam, entre outros, como as mulheres negras, pobres e marginalizadas, assumem posições de liderança doméstica e comunitária mesmo diante de estruturas opressivas de gênero, raça e classe.

No contexto evidenciado, considero importante ampliar a reflexão sobre como os desafios, a exemplo das barreiras culturais, das responsabilidades familiares e das desigualdades econômicas, podem, como destaca Cláudia Fonseca (2005), obstaculizar a mobilidade educacional, foram superados entre as gerações. Essa mobilidade aparenta também ter relação direta com a renda individual, pois todas as mulheres que participaram da pesquisa não somente a declararam, mas informaram que no atual grupo nuclear a maior renda é a delas. Tais informações são coerentes com os dados publicados pelo IBGE que a despeito de sinalizarem a renda menor das mulheres, quando comparada com os vencimentos dos homens, apontam, entre outros, para a evolução da renda das mulheres brasileiras (IBGE, 2024).

As informações possibilitadas pelo questionário sociodemográfico corroboram que somente uma das participantes não possui filho e que a média entre os demais é de três filhos. Esses dados, quando comparados ao total de filhos gerados pelas avós matriarcas, apontam a diminuição de filhos nas famílias e confirmam a queda na taxa de fecundidade das mulheres brasileiras, calculada pelo IBGE a partir de projeções da população. Conforme gráfico que segue, essa taxa totalizava, ao final de 2021, 1,7 filho por mulher.

Gráfico 1 – Filho por mulher - Brasil



Fonte: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores>

Outro dado importante que emergiu do questionário sociodemográfico se referiu aos divórcios, predominantes entre as guardiãs, e ao fato de que somente uma

delas, estabeleceu uma nova união, após o divórcio. Desta forma todas, como as matriarcas, formalizaram matrimônio com um parceiro do gênero oposto, para estabelecerem uma família nuclear constituída por pai, mãe e filhos. Essa estrutura guardava relação com o ideal de família presente, por muito tempo, no imaginário dos brasileiros, cuja organização social privilegiava as famílias e os clãs patriarcais (Flexor, 2015; Sarti, 2005).

A mudança na estrutura dos núcleos familiares, evidenciada pelos divórcios das guardiãs, certamente se relaciona com alterações verificadas nas sociedades ocidentais contemporâneas, notadamente a partir do final da década de 1960. Essas mudanças, como lembra Maria Auxiliadora Dessen (2010), impactaram, entre outros, nos arranjos, papéis e, sobretudo, nas concepções sociais sobre as famílias e o ser mãe e pai. De igual modo, parece ter relação também com as insubmissões (Evaristo, 2016) no modo de ser das ancestrais retratadas nesta pesquisa, que se distanciava do feminismo hegemônico e se aproximava mais do modo de ser e resistir das mulheres, descrito em textos como os de Lélia Gonzalez (2020) e Oyèrónké Oyèwùmí (2021). Isso porque, minhas avós, como outras mulheres do Velho Chico, embora casadas, eram provedoras que não se limitavam a aceitar os ditames à ordem estabelecida, inclusive em relação à educação formal das filhas. Tal modo de ser, silenciado nos discursos ocidentais de gênero, fortaleceu e assegurou, como declarou a guardiã da fotografia, a certeza de que era um direito encerrar o casamento, quando o parceiro não mais respeitou o pacto de fidelidade e de cuidado mútuo acordado. Esse direito, como ela declarou, foi possibilitado pela mãe dela, minha avó, mediante o exemplo legado e a garantia do seu acesso à educação.

O questionário sociodemográfico também evidenciou o predomínio do magistério como profissão, nas duas gerações de guardiãs que precederam as minhas avós. Embora outras profissões sejam hoje eleitas pela última geração da família, posso assegurar que ser professora é, de fato, a profissão que prevaleceu entre as mulheres da minha família extensa, até a geração da qual faço parte. Esse quadro é coerente com as evidências de feminização do magistério aqui no Brasil, notadamente observadas a partir do final século XIX, época de intensos movimentos, projetos e discussões a favor da democratização do ensino, como apontam Juliana Keller Nogueira e Analete Regina Schelbauer (2007) e ratificam Carolina Mafra de Sá e Walquíria Miranda Rosa (2004).

A feminização do magistério, todavia, não parece ser a única evidência que determinou a escolha da profissão pelas guardiãs. Entre as descendentes da minha linhagem materna, a admiração por minha avó, que, sem escolaridade, alfabetizou as mais velhas em casa, se refletiu inclusive em estratégias pedagógicas adotadas por elas, posteriormente, em sala de aula, conforme apontado nas narrativas das guardiãs. Reflexos como esses não são incomuns, pois como destaca Isabel Maria Sabino de Farias *et al* (2011) em seu estudo sobre profissionalização docente, a trajetória de vida do(a) professor(a) é um dos elementos constitutivos da escolha e prática da profissão. Assim, como Evaristo (2020), que anuncia o nascimento da sua escrita na grafia-desenho materna, as guardiãs reconhecem que o magistério brotou dos cadernos secretos, nas quais a minha avó as conduziu às primeiras escritas e ao registro dos cálculos, feitos no chão, com grãos de feijão. Essa escrita, comprometida com a vida (Evaristo, 2020), teceu e compôs o caminho decisivo que as conduziram ao magistério, como profissão.

Todas as guardiãs e o guardião, identificados como filhos no quadro 1, no momento da pesquisa, já estavam aposentados. Quanto à rotina atual, entre as atividades declaradas pelos guardiões aposentados foi evidenciada a divisão do tempo entre os afazeres domésticos, os cuidados médicos com a própria saúde, as viagens de lazer, o apoio aos filhos, no que se refere principalmente aos cuidados com os netos e as atividades religiosas. A pergunta, todavia, sobre a carga horária de trabalho, de afazeres domésticos e de educação dos filhos fez emergir reminiscências, sobre um passado que se mostrou bem próximo, principalmente para as mulheres. Com detalhes, elas relataram a dificuldade em conciliar a educação formal e familiar dos filhos, hoje na maior parte independentes financeiramente, com a carga horária de trabalho remunerado, superior a 40 horas semanais para todas. A essas atividades se somou, para a maioria, o desafio da continuidade dos estudos no ensino superior.

Como elemento que tornou possível a conciliação dessas demandas, elas apontaram o apoio recebido da família extensa. Três relataram, por exemplo, que o trânsito de sobrinhas e irmãs em suas residências, que se deslocaram da cidade natal para as ajudarem a cuidar os filhos pequenos, foi constante. Esse movimento, comum em minha família extensa, possibilitou a essas sobrinhas e irmãs o acesso ao estudo que conduziu muitas delas à educação superior ou técnica, na capital. No mesmo caminho, o apoio recebido das genitoras é ratificado pela guardiã identificada no questionário socioeconômico como neta, que após o divórcio, voltou a residir com a

mãe. Deste modo, confirma-se entre as mulheres do meu grupo familiar extenso, que o vínculo intergeracional (Pichon-Rivière, 1988), a dinâmica de papéis e o modo de viver e de pertencer ao grupo, são caracterizados não somente pela solidariedade e reciprocidade, mas, sobretudo, pelos princípios de um termo cunhado por Vilma Piedade (2017): a dororidade. Tal palavra parece bem traduzir a transformação a dor em potência, nas irmandades que estabelecemos também em família para sobrevivermos.

A análise dos dados coletados por meio do questionário socioeconômico descortina o perfil de cada guardião(ã), com desvelamentos sobre as suas inscrições, nos contextos familiares de pertença. Essas informações permitiram confirmar, entre outros, que todos, com exceção da guardiã identificada como neta, são naturais de Barra, BA, município do Velho Chico onde viveram as minhas avós, e que as idades dos respondentes, embora situem a maioria em uma mesma geração, variam significativamente. De igual modo, permitiu situar cada um(a) na descendência e grau de parentesco com vó Joaquina ou vó Bárbara, as ancestrais que se constituem em ponto de partida para esta tese.

Quanto a rotina profissional e na família, embora a maioria no momento da pesquisa já estivesse aposentada, as reminiscências sobre um passado conservado na memória evidenciaram que a carga horária de trabalho remunerado, de afazeres domésticos, de cuidados com os filhos e de formação educacional se pautou na multiplicidade de tarefas e responsabilidades enfrentadas, especialmente pelas mulheres. No mesmo caminho, a renda familiar e individual declarada se constitui em um aspecto que desvela a importância estratégica da mulher no que se refere ao sustento das famílias, descortinando desafios, mas, sobretudo, oportunidades, possíveis de serem abordadas em futuras intervenções sociais.

Finalmente, o estado civil das guardiãs e do guardião, assim como o total de casamentos ou uniões estáveis por eles declarados, possibilitou ampliar o olhar sobre as estruturas familiares, situando-as em um processo de mudança, que parece pouco a pouco as distanciar das estruturas patriarcais que por muito tempo moldaram o modo de ser das famílias e dos contextos sociais, econômicos e culturais aqui no Brasil.

Em síntese, é possível afirmar que as informações do questionário socioeconômico não apenas desvelam o perfil das guardiãs e do guardião da memória familiar aceitos como narradores(as) nesta pesquisa, mas permitem entender melhor

as relações familiares e sociais nos contextos em que elas e ele se inserem. Ademais, descortina também a complexidade do perfil da pessoa que preserva e transmite as histórias, tradições e valores, para moldar, embora sem muitas vezes assim pleitear, o modo de ser das famílias. Como tais, não apenas ajudam as novas gerações a conhecerem suas raízes, mas fortalecem os vínculos familiares, mediante principalmente o acesso ao legado, sobretudo, de resistências ancestrais, em um todo maior denominado família, conforme visto a seguir.

4 A BÚSSOLA: TERRITÓRIO, CASA, CORPO E INSURGÊNCIAS

Nos percursos que trilhamos, não são exclusivamente as ideias, alicerçadas na racionalidade que nos foi ensinada e não por vezes imposta, que impulsionam e direcionam nossos caminhos. Muitas vezes é o corpo que sente, que respira, que vibra e que estabelece conexões com outros corpos e com legados ancestrais, o responsável pela antecipação do nosso próximo movimento. Nosso corpo, neste caminho, não se relaciona tão somente a uma localização no mundo, mas sim ao nosso sentir e à nossa presença nos espaços e instâncias sociais nos quais estamos inseridos(as). Não sem razão o corpo, como destaca o filósofo Maurice Merleau-Ponty (2006, p. 203), é tanto a nossa morada de “ser-no-mundo”, como o “nosso meio geral de ter um mundo”.

Certo é que nosso corpo concretiza o nosso encontro com o mundo. Nas palavras de Andreia Santos Gonçalves (2014), é mediante esse encontro entre o eu, o outro e a sociedade que cada um de nós se transforma em um corpo-vivido. Tal transformação nos permite vislumbrar o porvir e o que precisa ser “expressado, falado, não contido” mediante articulações que ora escondem e ora desvelam as “linhas de força e vidas dentro da vida” de um mundo que também pode nos incluir, através sobretudo, do sentir (Motta, 2022, p. 1). E sentir é existir (Merleau-Ponty, 2006), é nutrir os alicerces para exercer e expressar a liberdade revolucionária de ser. E ser, nas reflexões de Audre Lorde (2019), tanto nos provoca a questionar certezas, como nos fortalece a interagir e aprender com a vida, não apenas como um problema a ser resolvido, mas como uma possibilidade real de ser-com-outros ao existir (Merleau-Ponty, 2006). Foi assim comigo, no percurso que possibilitou os desvendamentos para esta tese.

Não é, todavia, dentro das instâncias de poder unilaterais e excludentes que silenciam o sentir e o subjugam ao pensar, semelhante à submissão esperada das mulheres aos homens (Lorde, 2019), que a liberdade aqui aludida se torna uma possibilidade real, para nós mulheres, e sim em estruturas nos quais não somos socializados(as) para temer. Tais espaços não desconsideram a pessoa no mundo (Merleau-Ponty, 2006) nem as possibilidades abertas pelos percursos de reconhecimento de cada subjetividade (Ricoeur, 2006). É assim nos recantos e

cantos do Velho Chico, nos quais as mulheres reexistem e recriam vínculos comunitários na dignidade de um cotidiano que devolve ao mundo a inteireza do existir.

Acessar as trajetórias e saberes orgânicos de mulheres como as aqui em destaque, transmitidos fora das academias e dos moldes coloniais, demanda em abertura para pesquisas que se ancoram também em epistemologias compartilhadas, como é o caso, aqui no Brasil, dos saberes afro-pindorâmicos (Santos, 2015). Esse pensamento essencialmente contracolonial (Santos, 2023), que requer uma *práxis* ética e política de conexão profunda com a terra e nossas origens ao acessarmos saberes e formas de existir silenciadas na academia, se constitui em uma importante gênese epistêmica, verificada em estudos como os de Conceição Evaristo (2003, 2005, 2014, 2016a, 2016b, 2019, 2020a, 2020b, 2020c, 2020d, 2022), de Ângela Davis (2016), de Neusa Santos Souza (2021) e de Paulo Freire (1979, 1992, 1997, 2000; 2005), que entre outros(as), referenciam esta tese.

São, certamente, as epistemologias dissidentes à colonialidade que tornam possível acessar os saberes da partilha, que transformam a prática cotidiana em memória, cultura e resistência comunitária, como aqui pretendidos. Tal pensamento acadêmico, que torna também possível o diálogo entre a ciência, a literatura e a poética ao olharmos cada pessoa na complexidade dos espaços e percursos por ela percorridos, se caracteriza por colocar no centro da produção do conhecimento sociedades e pessoas historicamente excluídas ou silenciadas. Não sem razão, são férteis para uma ousadia necessária à esperança, que não se reduz à espera. Esperança é não desistir, é levar adiante e não somente de forma solitária ou reduzida a interesses que nega direitos a muitos, para beneficiar a poucos. É, assim, juntar-se com outros(as) para (re)fazer-se e fazer o que é necessário para extinguir os abismos que separam, excluem e perpetuam a violência entre as pessoas (Freire, 1992),

É em cenários de esperança que as palavras se tornam grávidas de denúncias e sonhos (Freire, 1992), paridoras de sentidos para nós, mulheres. Tal forma de resistir para existir se traduz, nas palavras de Mary Garcia Castro (2001), em uma forma de “feminismo territorializado”, verificado em nossa ação no âmbito doméstico e na interação que podemos estabelecer entre o público e o privado para garantir, sobretudo, a subsistência da família e o acesso aos bens culturais e econômicos das gerações que gestamos. Não sem razão, a compreensão dos sentidos aqui evidenciados, essencialmente necessária à nossa mobilidade social, política e

econômica em instâncias sociais diversas, se constitui na busca de muitas de nós, também nas pesquisas que empreendemos. É este o caso desta tese, cuja gênese está em minha família e mais especificamente em minhas avós. A exemplo de outras avós do lugar onde nasci, elas são “plurivozes ancestrais”, como bem caracteriza Aline Motta (2021) ao refletir sobre as heranças recebidas de suas próprias avós. A performance delas, certamente como herança ancestral, as permitiam sobreviver, “atuando e enfrentando camadas afetivas, por vezes, traumáticas” (Motta, 2021, p. 333). Não sem razão, ao reverberar e ser reverberada por todo um coletivo de mulheres, está presente não apenas em uma, mas em diferentes linhagens de mulheres (Motta, 2021).

Considerando o aqui exposto, neste capítulo, tendo como bússola também epistemes que escapam às categorias coloniais (Santos, 2015, 2023), apresento os suportes teóricos que atravessam este estudo, sem refutar as implicações entre o corpo e o sentir de cada subjetividade, nas relações visíveis e invisíveis com outras tantas subjetividades (Mearleau-Ponty, 2006). Este caminho tomou como base para o estado da arte a leitura de dissertações e teses, assim como livros e artigos de periódicos da área, categorizados por descritores para o processo de busca e estudos.

Todos os desvendamentos teóricos são aqui apresentados não de forma isolada, mas em diálogo com as reminiscências que emergiram das narrativas e da escrita autoetnográfica colaborativa à deriva (Almeida; Silva; Rabinovich, 2024; Rabinovich; Bastos, 2012; Rabinovich *et al*, 2013; Rabinovich *et al*, 2019; Rabinovich; Silva, 2025).

Saliento também que, nos escritos, não me distanciei da Literatura, pois concordo que a ficção descortina e refina em prosa e poesia experiências e saberes apreendidos nem sempre desvelados pelas ciências. É assim que fazem os(as) escritores(as), transformados(as) em “[...] ficcionistas, que têm o segredo de criar personagens e colocá-los em um cenário cotidiano, como expressão de vida, penetrando e identificando múltiplas realidades [...]”, como bem destacam Eduardo Marandola Junior e Livia de Oliveira (2009, p. 502). Por essa perspectiva, Literatura e Ciência não se rejeitam, mas se somam com tal flexibilidade que amplia, entre outros, o acesso ao vivido por pessoas em diferentes grupos, assim como aos processos de transformação do espaço, mediante a descrição de paisagens e personagens em uma determinada temporalidade, quase sempre real (Castro, 2016). Aos diálogos teóricos e aos vieses da literatura aqui apresentados, portanto, se entrelaçam as discussões e

problematizações que as narrativas do guardião e das guardiãs da memória e os seus objetos biográficos provocaram.

Entre os aportes teóricos que emergiram como necessários a este trabalho está a educação institucionalizada, aqui fundamentada nos estudos de Paulo Freire (1979, 1992, 1997, 2000, 2005), de Moacir Gadotti (1992, 2011) e de Barbara Freitag (2005), delimitada ao contexto social brasileiro e circunscrita a uma breve retrospectiva histórica. Tais referências teóricas são necessárias para a compreensão da educação no período histórico no qual viveram minhas avós, ancestrais das mulheres que compõem esta pesquisa. Ainda inicialmente são tecidas reflexões sobre ancestralidade, apoiados pela leitura de obras de Ailton Krenak (2019; 2022), de Marcos Ferreira Santos (2005), de David Eduardo de Oliveira (2005; 2021) e de Adilbênia Freire Machado (2019, 2020, 2022), centrais para a análise das narrativas coletadas durante a pesquisa aqui apresentada. Após, é realizada uma breve discussão sobre intergeracionalidade, apoiada em textos de Alda Motta (2010), de Andrea Seixas Magalhães e Terezinha Féres-Carneiro (2004). Início o diálogo com esses aportes no sentido de evidenciar os caminhos teóricos que foram trilhados no decorrer dos estudos para esta tese.

Após os desvendamentos iniciais, parto de um olhar para o território do Velho Chico, fundamentada, entre outros, nas cartografias de Félix Guattari e de Suely Rolnik (1996) e nos pressupostos que fundamentam o conceito de território de identidade, delineado em Leis do estado da Bahia (Bahia, 2007, 2015). Busco nesse movimento desvendar também o contexto geográfico afetivo das ancestrais que possibilitaram esta pesquisa, a partir da leitura de Conceição Evaristo (2019), de Jan Simon Hutta (2020) e de Maria da Graça Jacintho Setton (2011), entre outros. Na trajetória, traço o caminho para a casa, como símbolo, corpo, tempo e poesia do modo de habitar de cada uma delas (Rabinovich, 1997a), espaço das relações de afetos e de cuidado das mulheres na família, como destaca Fonseca (2005). Por fim, ainda neste capítulo, busco os fundamentos para apreender o legado de um corpo que é, sobretudo, insubmisso (Evaristo, 2016) e insurgente: a mulher que gesta a família.

4.1 DESVENDAMENTOS: EDUCAÇÃO, ANCESTRALIDADE E INTERGERACIONALIDADE NO MOVIMENTO COM UM MUNDO VIVIDO

Minhas avós se moviam tão logo o frescor matinal anunciava as primeiras horas do dia, antes mesmo que o alaranjado tomasse o céu do sertão. Seus corpos ativos, que transformavam intenção em ação, pareciam sincronizados por um relógio invisível, marcador de um tempo que somente elas pareciam sentir: era a hora de perfumar a casa com o cheiro do café e do cuscuz, preparado com o milho pilado no pilão, para dar início a mais um dia de demandas, que exigia de cada uma delas uma constante disponibilidade, criatividade e (re)organização, no decorrer do dia. Era hora também de acordar, alimentar e encaminhar os filhos e as filhas para irem a um espaço do qual elas apenas sabiam que existia: a escola. Entender o que movia e ainda move mulheres como elas requer refletir sobre os fenômenos que caracterizam o corpo-mundo (Merleau-Ponty, 2006) para além da lógica formal ou puramente científica, de modo a dar conta das relações e do próprio movimento necessário à existência humana.

No movimento incessante para atender a todos(as), seus corpos pareciam se dilatar para dar conta, dentro da casa e fora dela, de tudo que fosse necessário para garantir a subsistência da família: elas cuidavam dos(as) filhos(as), cozinhavam, lavavam e também plantavam e colhiam. A complexidade neste sentido, parecia estar em descobrir a energia necessária e o melhor caminho para responder às demandas, nem sempre regulares, das famílias pelas quais elas se responsabilizavam, que iam da casa à garantia dos recursos necessários à sobrevivência do grupo. Desta forma, sem ser consideradas chefes de famílias, mas extremamente responsabilizadas pela subsistência familiar, era assim que minhas avós, como outras mulheres do território onde nasci, labutavam no dia a dia.

Compreender o legado de mulheres como elas, especialmente para outras mulheres, tecido e construído em um cenário de silêncio e não por poucas vezes de violência, é certamente um caminho para nos fortalecer. Tal compreensão se reveste de importância principalmente ao considerarmos o contexto brasileiro atual, no qual os retrocessos parecem superar os avanços que conquistamos no que se refere, por exemplo, ao respeito que merecemos e aos direitos que a legislação já nos garante. Entre esses direitos está o acesso à educação institucionalizada, negado a muitas mulheres, mas reivindicado por elas para as suas descendentes.

Minhas avós não frequentaram escolas. Brasileiras, elas nasceram em um período histórico que ainda sofria os reflexos do período colonial e no qual o acesso à escola foi negado às meninas e reservado aos homens. Tal organização contava inicialmente com um sistema educacional coordenado pelos jesuítas. Posteriormente, em 15 de outubro de 1827, foi sancionada uma Lei por D. por Pedro II (Brasil, 1827), que versava sobre a educação institucionalizada, mas, no quadro geral, o que persistia era a timidez nas políticas educacionais estatais. A época dessa lei, sofria-se aqui os reflexos do modelo agroexportador implantado na época da colônia, fundamentado na produção de produtos primários agrários para as metrópoles, que perdurou até a década de 1930 (Freitag, 2005). Assim sendo, o acesso à educação formal para as meninas, que ocorria em suas casas ou em conventos, era limitado a poucas, geralmente àquelas de classe econômica privilegiada.

Certo é que o acesso à educação formal para as mulheres aqui no Brasil ocorreu de forma tardia. Para aquelas que moravam no interior nordestino, de cujo trabalho as famílias dependiam, mas não anunciava, o acesso era ainda mais difícil. Este era o caso de minhas avós. Ainda que nascidas nos primeiros anos do século vinte, elas não sentiram os reflexos da Lei de 1.827, a primeira Lei Brasileira do Ensino Elementar, que instituiu, entre outros, a obrigatoriedade de “escolas de meninas nas cidades e villas mais populosas” (Brasil, 1827, Art. 11º). Da mesma forma, as mudanças estruturais ocasionadas pela crise mundial de 1929, que forçaram os grandes latifundiários, aqui no Brasil, a dividirem o poder com uma classe burguesa emergente e que possibilitaram a reorganização dos aparelhos de repressão do Estado e da educação institucionalizada em instituições de ensino não-confessionais (Freitag, 2005), também não abriram o caminho delas para a escola. À elas restou seguir o fluxo da maioria das mulheres nordestinas à época: a formação de uma família, mediante o casamento civil e religioso. E elas seguiram.

Em 1934 uma nova Constituição (Brasil, 1934) estabeleceu aqui no Brasil a obrigatoriedade do ensino primário. Uma parte significativa dos ditames desta carta legal foi posteriormente absorvida pela Constituição de 1937 (Brasil, 1937), que não somente instituiu o ensino profissionalizante para os menos privilegiados, mas delegou também às indústrias e sindicatos a obrigação de ofertar instituições de aprendizagem, na área de atuação de cada indústria, para os filhos de seus empregados. Ao lado disso, o quadro de dirigentes e de privilegiados, oriundos em grande parte da antiga “aristocracia” rural, era formado em escolas particulares de

elite. Tal sistema, fortemente regulamentado pelo Estado, transformava a outrora educação institucionalizada controlada pela Igreja em um “aparelho ideológico do estado”, voltado ao treinamento da força de trabalho para os diversos ramos da indústria (Freitag, 2005).

É válido também registrar que à época uma nova força de trabalho passou a ser recrutada entre os imigrantes e entre a população nacional que migrava do campo para os centros urbanos, pois nem a elite nem tão pouco a burguesia que buscava a ascendência através de um título acadêmico, estavam disponíveis para o ensino profissionalizante. Entre eles estavam muitos jovens da minha família. Como consequência se fortaleceu aqui no Brasil “a dualidade de um sistema educacional que além de produzir e reproduzir a força de trabalho para o processo produtivo, garantia a consolidação e reprodução de uma sociedade de classes, mais nitidamente configurada”: de um lado, “a escola para os filhos dos outros”, ou seja, para os(as) desprivilegiados(as), e do outro, a escola para o fortalecimento da elite (Freitag, 2005, p. 94).

Sem revelarem posicionamentos sobre a dicotomia que estruturou a sociedade de classes brasileira, minhas avós migraram do campo para a sede do município de Barra ao final da década de 1940, com o único intuito de possibilitar o acesso à escola para os(as) filhos(as). À época, as camadas populares, historicamente ausente da educação institucionalizada, ousavam ensaiar, aqui no Brasil, seus primeiros passos para essa instância social, conforme evidencia Marcos Ferreira Santos (2005). Mesmo sem ter frequentado uma, elas sempre verbalizavam que a escola abria caminhos, principalmente para as mulheres. Posso assim afirmar, pois cresci ouvindo essa afirmação. Hoje vejo que elas acreditavam na possibilidade de uma mobilidade educacional intergeracional ascendente, que, conforme Flávia Vitor Longo e Joice Melo Veira (2017, p. 1), “pode ser entendida como a situação em que os filhos superam a escolaridade de seus pais”. Tal percepção parece avançar em direção a um empoderamento desejado por elas, como “mais do que algo”, “dado por” ou “fixado em”, mas que usualmente toma a forma de um processo, uma conquista almejada e comumente considerada como “um meio para ter voz”, ainda que através dos(as) seus(uas) descendentes (Castro, 2001, p. 3).

A crença e o desejo delas na educação institucionalizada eram tão fortes, que mesmo com o expressivo número de filhos(as) e dos poucos recursos que elas dispunham, todos(as) estudaram e a maioria concluiu a última etapa da escolarização,

correspondente atualmente ao Ensino Médio, disponível à época na cidade somente para os que pagavam. Foi assim, graças ao pilão de uma, na ação incessante em uma pequena pensão, e ao movimento intenso de outra entre o jirau e a roça, que eles puderam estudar. Era desta forma que elas se rebelaram em um movimento que parece assim atestar: “Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Esta é a diferença profunda entre o ser condicionado ou determinado” (Freire, 1997, p. 59).

Com o intuito de elucidar o olhar para a escolarização esta pesquisa, relembro que a educação traduz uma doutrina pedagógica, implícita ou explicitamente, fundamentada em uma filosofia de vida, de concepção de pessoa humana e de sociedade (Freire, 2005; Gadotti, 1992). Em uma realidade social concreta, a educação é também um processo que se dá através de instâncias sociais específicas (família, igreja, escola, comunidade) para propagar uma determinada doutrina pedagógica (Freire, 1979; Freitag, 2005). Infelizmente, tais preceitos aqui no Brasil são direcionados para uma seletividade presente não somente nos momentos iniciais da educação institucionalizada, mas em uma trajetória ainda em percurso.

É fato, por exemplo, que em 1972, onze anos depois de sancionada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 4024/61 (Brasil, 1961) - que instituiu a educação como dever do estado e como direito para todos os cidadãos e cidadãs, mais de quatro milhões de crianças permaneceram fora da escola; é fato também que entre aqueles(las), que conseguiam o acesso, as taxas de reprovação atingiam principalmente os estudantes da classe pobre que quando ascendiam, alcançavam apenas os níveis mais baixos do ensino (Freitag, 2005; Santos, 2005). Para agravar o quadro, a seletividade ocorria antes mesmo da tentativa de acesso pelas classes populares, dada a distância entre as residências e as escolas, a falta de transportes e a inserção precoce das crianças no trabalho. Assim sendo, “a política educacional de maior relevância não se encontra nos textos da lei (pertencentes à sociedade política), mas se realiza efetivamente na sociedade civil, onde adquire uma dinâmica própria”, notadamente para privilegiar a classe alta e média (Freitag, 2005, p. 108).

O quadro educacional brasileiro não foi, assim, favorável aos filhos e filhas de minhas avós. Nascidos(as) em um contexto que omitia a realidade de um mundo do trabalho arraigada na exploração da mão de obra inicialmente escravizada dos povos

originários e africanos, nossos ancestrais, eles(as) sentiram os reflexos de uma estrutura de classes e de divisão do trabalho pautada em desigualdades sociais. Conforme Mary Del Priore (2006) esclarece embora no século XIX as mulheres começassem a sair do recolhimento, ao qual eram submetidas, para ocupar espaços públicos até então exclusivamente masculino, etnia e gênero ainda eram determinantes, à época, para o acesso escolar. Em virtude disso, por muito tempo aqui no Brasil, o lugar da mulher negra ou indígena pouco se distanciou daquele determinado nos primeiros momentos da colonização: servir aos portugueses e à miscigenação no povoamento do país. Tal estrutura, reforçada por um regime autoritário que teve início com o golpe militar em 31 de março de 1964, exilou, mas não calou, os(as) brasileiros(as) que trabalham em prol de uma educação libertadora, como foi o caso de Paulo Freire, inicialmente acusado de subversão e preso em 1964. Ainda assim, buscaram, sob o estímulo das minhas avós, ascender à etapa correspondente hoje ao Ensino Médio, custeada por elas com muito sacrifício, já que, na época, não existiam colégios gratuitos com essa oferta na cidade.

Quanto à titulação acadêmica, somente duas das mulheres conseguiu, a despeito de quase todos terem migrado, após a conclusão do Ensino Médio, com essa aspiração para a capital federal, à época em construção. Isso porque em Brasília, o estudo e o trabalho simultâneo permitiram à maioria apenas o acesso aos cursos profissionalizantes noturno, pagos por eles(as). Tal realidade é coerente com os resultados da pesquisa realizada por Joly Aparecida Gouveia e Robert J. Havighurst (1969), ao final da década de 1960, sobre a origem socioeconômica a seleção, a evasão, a reprovação e a permanência dos jovens na educação, no cenário de urbanização e industrialização vivenciado aqui no Brasil.

É válido evidenciar que, no contexto histórico aqui em pauta, o ensino ofertado pelo setor privado, ocorria com mínimo aparato e qualificação dos professores, se tornou uma empresa lucrativa. Tal empreendimento se caracterizava por motivar à classe trabalhadora, que pagava os cursos com muitas horas de trabalho, para o ensino profissionalizante. Esse ensino estava longe, muitas vezes, de ofertar a qualificação anunciada (Gouveia; Havighurst, 1969). As universidades, enquanto isso, continuavam reservadas aos membros das classes privilegiadas, devidamente preparados para o vestibular, responsável pelo controle de acesso ao Ensino Superior (Freitag, 2005).

Certamente, considerando a diversidade de enfoques e posicionamentos existentes sobre os limites e as possibilidades da educação institucionalizada, como é o caso das teorias de Émile Durkheim¹⁶ (2014), de John Dewey¹⁷ (2002), de Burrhus Frederic Skinner¹⁸ (2011) e de Paulo Freire¹⁹ ((1979, 1992, 1997, 2000, 2005), entre outros, possíveis críticas poderiam ser tecidas à crença das minhas avós no poder transformador da educação. Da mesma forma, um olhar, ainda que breve, para a história da educação do Brasil aponta que a escola, desde o seu nascimento, esteve longe de se constituir em uma comunidade democrática (Dewey, 2002), de desenvolvimento e crescimento e mais próxima aos ideais de preparação e conformidade.

É fato também que a educação institucionalizada assumiu e reforçou em seus primeiros momentos nestas terras a manutenção e a transmissão intergeracional de uma ordem social reproduzida e perpetuada (Durkheim, 2014), moldada para garantir os benefícios das classes historicamente privilegiadas. Ainda assim, olhar para essa escola, a partir também do lugar de quem desejou, sem obter o acesso a ela, talvez evidencie aspectos ainda não desvelados sobre essa instância social e principalmente sobre a educação por ela possibilitada. Este é o caso das minhas avós e das muitas mulheres com as quais convivi e aprendi, como professora, na Educação de Jovens e Adultos e no Ensino Fundamental.

Herdeiras de silêncios e de exclusões, mas também de resistência, as estudantes da Educação de Jovens e Adultos, também mães, tias ou avós das crianças que chegavam à escola durante o dia, não faziam parte de movimentos organizados que apregoam a educação como instrumento de transformação ou de

¹⁶ Para Émile Durkheim (1858-1917), pensador francês que influenciou os pressupostos da pedagogia tradicional em todo o mundo, a função da educação é integrar o homem a sociedade, mediante a transmissão de um patrimônio cultural. Ainda de acordo com ele, é através da educação que as gerações adultas agem sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social, razão pela qual é essencial na formação da moral coletiva (Durkheim, 2014).

¹⁷ John Dewey (1859-1952), filósofo norte americano, desenvolveu uma filosofia fundamentada na crença que “democracia é liberdade e na defesa da unidade entre a teoria e a prática. Para ele as crianças não chegam à escola destituídas de saberes. Assim como os adultos, elas são seres ativos e não passivos, que aprendem mediante problemáticas que emergem em atividades que despertem o seu interesse (Dewey, 2002).

¹⁸ Cada pessoa humana, de acordo com o psicólogo behaviorista Burrhus Frederic Skinner (1904-1990), é produto de uma série de combinações. Entre essas combinações, está o encontro entre a herança genética e as experiências no decorrer da vida da pessoa. Por assim considerar, para ele na educação são essenciais os estímulos que reforçam o processo educativo (Skinner, 2011).

¹⁹ Paulo Freire (1921-1997) teceu em sua obra uma pedagogia que é, sobretudo, de liberdade cujo foco principal é a partilha de conhecimentos, de forma mútua, entre educandos e educadores. Por essa perspectiva, o professor é mediador no processo de ensino e aprendizagem, que fomenta análises e conclusões pelo educando e não apenas a internalização de informações.

outros que, no lugar oposto, consideravam a educação como reprodução mecânica da sociedade (Freire, 1979). Como parte de um dos grupos mais vulneráveis social e economicamente, extremamente afetado pela pobreza e com menos acesso aos campos de tomada de decisão do que os homens (IBGE, 2018), elas atestam o expressivo fosso da desigualdade de gênero em nosso país. Desta forma, versadas na leitura de mundo (Freire, 1989), o acesso à palavra escrita, continuamente obstaculizado pela violência e pela necessidade de garantir a sobrevivência de suas famílias, se constituiu por muito tempo, em um plano adiado para elas, mas sonhado por todas para os seus filhos e filhas.

Desta forma, diante do quadro aqui evidenciado, considero válido questionar: como não olhar essa escola para pensar, sob a perspectiva dos(as) que sempre estiveram à margem, como é o caso das minhas avós, o quadro educacional, político, econômico e social do nosso país no percurso da história, no intuito de melhor compreender o momento atual e traçar o devir? Em um momento no qual os milhões de jovens e adultos trabalhadores, ainda ausentes da Educação Básica aqui no Brasil, são invisibilizados no documento mais atual que se propõe a ser a referência aos currículos escolares brasileiros - A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), tal indagação, mais do que nunca, se reveste de sentido.

Em um dos últimos livros de Paulo Freire (2000), organizado por Ana Maria Araújo Freire após a morte dele, esse pensador elegeu uma das mais antigas modalidades textuais para compartilhar a sua indignação, mas também a sua esperança, sobretudo, nas pessoas: a carta. A escolha deste educador-político por um gênero textual dialógico que por muito tempo, foi o elo íntimo entre os(as) brasileiros(as) de camadas populares, que se deslocaram principalmente do Nordeste para o Sudeste brasileiro, é, no mínimo, instigante.

Se, por um lado, as cartas de Freire (2000) atestam o valor da antropologia política, pautada na compaixão e solidariedade humanista e na crença e fé na pessoa humana, sob a forma de uma epistemologia histórico-cultural, reforçam, na mesma medida, a certeza na superação da contradição opressor/oprimido, mediante uma filosofia sociológica de esperança (Freire, 2000). Por essa perspectiva a “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo” (Freire, 1979, p. 84). E como tornar viável essa utopia, sem indignação e esperança?

É neste caminho que a escolha do gênero textual no livro de Freire (2000), aliada às reflexões que ele instiga, reforçam o convite à leitura dos desejos, da indignação e da esperança das pessoas que sempre estiveram à margem de tudo, aí incluídos(as) muitos(as) dos nossos(as) ancestrais. Suas narrativas pessoais, eternizadas em cartas, ainda hoje guardadas pelas famílias, são certamente, valiosos objetos biográficos, ávidos por serem desvendados para revelarem outras facetas do percurso do nosso país e, por consequência, do nosso percurso. Basta-nos, como herdeiros(as) desse legado, desvelá-lo, como busco fazer nesta tese.

Na perspectiva aqui em evidência o passado, o presente e o futuro são fios que nos permitem compor o bordado da nossa realidade existencial individual e coletiva, reveladora das constâncias e inconstâncias produzidas pelas e nas interações com o nosso próprio percurso, com os grupos nos quais estamos e nas relações que esses grupos estabelecem com outras coletividades (Halbwachs, 2006). Em tais entrecruzamentos, nos quais o tempo está longe de ser estável e homogêneo (Halbwachs, 2006), o devir se entrelaça tanto às tessituras pretéritas quanto às atuais. Essa perspectiva, que não nega a gênese da invisibilidade e da violência contra as mulheres, evidencia tanto o legado de lutas daquelas que nos antecederam para tornar a realidade, que hoje vivenciamos, mais justa e equânime quanto a responsabilidade de nos posicionarmos diante desta herança. É neste contexto que o passado pode assumir “um caráter libertário insuspeito. Não qualquer passado livresco de uma prática histórica enviesada, mas o passado mais radical: a nossa *ancestralidade*”²⁰ (Santos, 2005, p. 213).

Como uma “trilha de liberdade” (Machado; Oliveira, 2022), tecida em uma coletividade e que interliga gerações, a ancestralidade é também legado que transcende a nossa existência (Santos, 2005), presente entre os fatores processualmente incluídos, excluídos ou modificados em nossa formação identitária. Como tal, é “fonte de pertencimento” e [...] regra desregrada” (Machado; Oliveira, 2022, p. 8) constituída no movimento ininterrupto da existência humana, que alimenta o enraizamento comunitário de um grupo e, por consequência, de cada um(a) de nós (Santos, 2005; Trindade, 2006). Mais ainda: ao se relacionar aos processos identitários que transversalizam gerações, transporta também memórias de uma

²⁰ Grifo da autora

coletividade, sem se distanciar dos processos históricos transgeracionais verificados, por exemplo, em uma dada genealogia familiar.

Como legado e parte do processo aberto no qual se insere a nossa formação identitária a ancestralidade possibilita apreender e experienciar a vida a partir de um tempo não linear (Halbwachs, 2006), para também (re)criar futuros possíveis e desejados por diferentes gerações de um povo ou linhagem. Neste caminho, pode se constituir em uma bússola importante, em contextos nos quais as re-existências e resistências, indispensáveis à afirmação da identidade, ainda são necessárias (Oliveira, 2005). Certamente por essa razão, a ancestralidade hoje ultrapassa as dimensões dos espaços religiosos, como inicialmente ocorria entre os povos de santo brasileiros, para se somar à militância cotidiana daqueles(las) cuja própria sobrevivência ainda se constitui em um risco. É este o caso de nós, mulheres.

Somos, indiscutivelmente, herdeiras de diferentes temporalidades, que não se reduzem a meras sínteses de um passado contado por outros, ou de um presente que ainda reclama por mudanças. Como os retalhos de tecidos, guardados cuidadosamente pelas minhas avós para tecerem à mão as colchas que me aqueceram na infância, somos parte de um todo que contém a inteireza deste mesmo todo. Por consequência, como mulher, sou parte e tenho em mim toda uma linhagem de mulheres que certamente, resistiram, para eu existir. Neste cenário, no qual o passado, o presente e o futuro ora se fundem e ora se atravessam, cabe-me também a responsabilidade com aquelas que me sucederão. É aí que reside nossa ancestralidade: dela emerge um pilar, localizado dentro de cada uma de nós, que se opõe à ideia de fraqueza e de impotência (Lorde, 2019). Tal pilar, que é fortalecido pela possibilidade de nos religarmos àquelas que consideramos nossas, pode estar presente em nossas performances e na futuridade que ora desenhamos para nós e para outras mulheres. Resta-nos descobrir como acessá-la.

Certamente não são as estruturas sociais assimétricas, direcionadas por posicionamentos que excluem muitos em benefício de poucos, que nos direcionam para o acesso aqui apontado. Certo é também que “em um tempo especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida” (Krenak, 2019, p. 13), geradoras das desigualdades sociais, da intolerância, da exclusão e da violência são reclamadas outras formas de ver, interpretar e viver a experiência de ser e estar no mundo com todos(as). Este movimento de *religare* e *relegere* (Santos, 2005), que amplia o olhar e a ação do(a) próprio(a) religante nas

instâncias e contextos de pertença ou de relação, são coerentes com percepções e teorias que ensinam formas menos predatórias de habitar o planeta e de conviver com o outro. É este o caso dos povos originários e dos povos africanos, ancestrais dos brasileiros.

Os povos originários ensinam historicamente que “o futuro é ancestral porque está aqui” (Krenak, 2022, p. 9) e que precisamos aprender com ele a existir na terra de forma mais suave. Essa percepção, que evidencia como a ancestralidade ressignifica a linearidade do tempo ao possibilitar entrecruzamentos entre o passado, o presente e o futuro, aponta na mesma medida, a premência de estabelecermos uma relação de natureza-pessoa mais biocêntrica e menos antropocêntrica, a partir também desses entrecruzamentos, (Krenak, 2019). Para aqueles(as) que testemunham e sentem os efeitos da exploração predatória da natureza, a proposta de aprendermos também com os(as) nossos ancestrais a colocar todas as formas de vida lado a lado em nossa existência, sem hegemonia de uma sobre a outra, reveste-se de todo o sentido. Este é o meu caso: aprendi, com as minhas ancestrais, sobre a grandeza do Rio São Francisco e do Rio Grande, que garantiram a vida no território onde nasci, e testemunhei os efeitos nefastos da exploração de suas águas, coroadas por uma transposição, que invisibiliza a existência do(as) ribeirinhos(as). É neste contexto de herdeira de um legado, a quem cabe a responsabilidade de também legar, que hoje me posiciono como ribeirinha.

Sem negar ou se distanciar de tal reconhecimento, os saberes legados por nossos(as) ancestrais africanos(as), forçosamente trazidos para esta terra na condição de escravizados, nos desafiam a ser “aprendizes de corpo inteiro” em um coletivo, para também perceber a presença de outros(as) em nosso próprio corpo e em nossa vida (Brandão, 2006, p. 19). Compreender tal pressuposto implicar em olhar para a ancestralidade a partir de uma epistemologia que considera e valoriza a relação, “[...] pois não há ancestralidade sem alteridade. Toda alteridade é antes uma relação, pois não se conjuga alteridade no singular. O Outro é sempre alguém com o qual me confronto ou estabeleço contato [...]” (Oliveira, 2005, p. 258). Não existimos, neste caminho, sem um coletivo, fora da relação com o outro. A ancestralidade se presentifica e desenha essa relação.

As percepções aqui apresentadas tanto reclamam apreender com a vida que habita o mundo de diferentes formas (Krenak, 2022), como evidencia a premência de criamos juntos(as) outras realidades a partir de um universo de sentidos que considera

não somente a nossa própria potência propositiva, mas o encantamento como vetor da ciência, da condição de estar na vida e, sobretudo, da (re)criação de mundos (Oliveira, 2005). Tais constatações nos provocam a direcionar o olhar para um cotidiano pretérito, ausente quase sempre da literatura, mas fortemente presente nas narrativas compartilhadas em rodas de conversa que atravessam gerações, com o intuito de recuperar as nossas heranças ancestrais. Essas heranças serão certamente, atualizadas e posteriormente legadas por nós àqueles(las) que nos sucederão, no movimento possibilitado pela ancestralidade.

No caminho aqui evidenciado há muito a aprender também conosco sobre os contextos sócios históricos e dialéticos nos quais (re)construímos o sentido vivo de existir. No miúdo do cotidiano cada uma de nós é, sobretudo, corpo-mundo (Merleau-Ponty, 2009) que na arte complexa de viver, aprende e ensina a necessidade de olhar para o todo que nos constituiu, sem nos desobrigar de olhar e cuidar do outro. Talvez por assim entenderem minhas avós incluíam um tempo diário, na dura rotina de gestar a família, para unir retalhos pacientemente coletados, em colchas que aqueceram diferentes gerações da minha família.

Na tessitura de colchas de retalhos de várias cores e texturas, realizada geralmente no início da tarde, elas, rodeadas sempre por outras mulheres, se permitiam instantes de silêncio e de aparente quietude, nos quais pareciam se transportar para um lugar que somente elas acessavam. Em respeito a uma regra nunca verbalizada, mas por todas nós respeitada, recordo que nada ousávamos perguntar, nesses momentos. Tais instantes eram intercalados por outros, nos quais elas não somente compartilhavam a arte de costurar as colchas, mas as histórias guardadas em cada retalho: os conflitos durante o casamento de um filha e os desafios da locomoção em carroças e animais, recuperados em um retalho de um vestido de noiva; o nascimento da neta mais velha, durante o período de inundação da cidade pelas águas dos rios, eternizado em uma parte de um dos seus cueiros; o vestido azul comprado com o primeiro salário de uma das filhas, usado por outra filha mais nova na primeira visita à escola. Era assim que os silêncios e narrativas desvelavam tramas inscritas em quadros da história local e mais ampla em movimento, por elas revividos, plenos de sentidos para as muitas outras que ali pareciam (re)viverem a sua própria história. Hoje percebo que ali, acolhida por elas, eu recebia como uma herança feita a mão (hooks, 2019), ao vivenciar e fortalecer, embora sem ainda saber, a conexão

com a minha ancestralidade, entre e com diferentes gerações de mulheres da minha família.

Destaco que a palavra geração traduz aqui um fenômeno cuja natureza se aproxima também da dinâmica social e não tão somente da idade (Mannheim, 1972). O termo, neste caminho, em uma perspectiva sociológica, “designa um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social, têm aproximadamente a mesma idade e compartilham alguma forma de experiência ou vivência, ou têm a potencialidade para tal” (Motta, 2010, p. 229). Tal compreensão, portanto, embora não desconsidere o fator idade, reclama também atenção para a dinamicidade e complexidade que emergem das vivências relacionadas e direcionadas por processos de socialização (Setton, 2011), nas diversas instâncias e grupos nos quais cada pessoa se insere.

Embora não de forma igual para todos(as), certamente as experiências em pauta têm reflexos ao longo da vida de cada pessoa (Debert, 1994), tanto em se tratando do lugar e ação junto aos pares da própria geração quanto nas relações que uma geração estabelece com outra. É fato também que a “[...] subordinação etária ou geracional muda no tempo – tanto no sentido cíclico da vida ou trajetória dos indivíduos como no percurso histórico das sociedades [...]” (Motta, 2010, p. 227). Neste caminho, não é demais lembrar que um contexto social não afeta em igual medida a todos(as), ainda que pertençam à mesma geração: para muitos(as), em especial para aqueles(as) silenciados(as) e colocados(as) historicamente à margem de tudo, a exclusão socioeconômica e a violência, por exemplo, direcionadas e alimentadas por discriminações étnicas, raciais, religiosas e de gênero, são multidimensionais e mais fortemente sentidas.

Fato é que uma geração está longe de se caracterizar pela homogeneidade, estabilidade e unidade. Ademais, cada uma está sujeita também aos referenciais que definem e alimentam a lógica da reprodução social de território, em um dado período histórico (Bourdieu; Passeron, 1975). Tais pressupostos, que imputam padrões e lugares sociais, econômicos e culturais, agregam ou separam pessoas, ainda que de idades próximas e provenientes de um mesmo espaço geográfico, mediante semelhanças ou dessemelhanças, não restritas as ideias ou ideais compartilhados. São essas identificações que direcionam as pessoas de uma mesma geração a trajetórias sociais, culturais e políticas, não por poucas vezes, opostas (Motta, 2010). Assim, enquanto um grupo, por exemplo, fortalece as engrenagens para manter os

privilégios ainda que em detrimentos aos direitos de muitos, outros se inserem na luta para fazer valer direitos, muitas vezes já garantidos na própria legislação. Este é o caso, da atual geração, na experiência brasileira de ser nação.

É válido registrar que as gerações não se alternam e coexistem de forma isolada, em períodos históricos diferentes. Em cada cenário sócio-histórico diferentes gerações vivenciam experiências e trajetórias de vida simultaneamente, em interações alimentadas não somente por vínculos positivos, mas também por tensões que definem a aproximação ou o distanciamento intergeracional e, por consequência, a partilha ou não de experiências. Tal movimento é feito em uma teia (Geertz, 1978), cuja tessitura, realizada por um coletivo, é alimentada por entrecruzamentos de aprendizados e (pré)conceitos, forjados e não por poucas vezes compartilhados, por diferentes gerações.

Em se tratando especificamente da minha família, embora sejam percebidas nas interações entre as gerações a horizontalidade e os conflitos apontados como corriqueiros na intergeracionalidade (Magalhães; Féres-Carneiro, 2004), se sobressai no vínculo (Pichon-Rivière, 1988) que define os papéis e o modo de viver e de pertencer ao grupo, a predominância da solidariedade e da reciprocidade, principalmente entre as mulheres. Mais ainda: nas interações intergeracionais, a própria identidade e a afirmação de pertença ao grupo pelas diferentes gerações parecem se fortalecer.

Entre as ações concretas que alimentam a pertença aqui mencionada é possível citar, como exemplo, as reuniões da família, como as que ocorrem anualmente no mês das festas juninas, no município onde viveram as minhas avós. Nesses encontros, coordenados pelas mulheres, além da partilha informal de narrativas sobre a história dos(as) ancestrais, são apresentadas as crianças que nasceram, assim como compartilhadas informações sobre o destino daqueles(as) que não se fizeram presentes. Essa é uma das ações que parece possibilitar a (re)afirmação do pertencimento de cada geração ao grupo, atestado não somente pelo acolhimento de todos(as) por todos(as), mas em registros em tinta, como ocorreu em um dos encontros de família: no desenho das folhas e dos galhos de uma árvore produzido por uma neta com a colaboração de uma bisneta, constam os nomes de todos(as) os(as) filhos(as), netos(as) e bisnetos(as) consanguíneos ou identificados pelo convívio familiar, como tais. No tronco dessa árvore, desenhada após um levantamento minucioso realizado pelas autoras do desenho com o auxílio da família,

estão os avós, aparentando sustentar todos(as). Como atesta esse desenho e a afirmação que o acompanha, os galhos e folhas formados pelas gerações da família são múltiplos e estão em todas as partes, mas a raiz e o tronco são os mesmos.

É certo que nas relações intergeracionais, principalmente entre as mulheres da minha família, autoridade e afeto não são necessariamente elementos divergentes, mas se entrecruzam e se entrelaçam. É desta forma que uma geração, na mesma medida que ensina, aconselha e não por poucas vezes, direciona, como faziam minhas avós, não se furta à escuta, à aceitação do pensamento e de ação divergentes do(a) escutante, ainda que com refutações, a princípio. É neste movimento que nos responsabilizamos pelo(a) outro(a), em uma relação que é, sobretudo, de cuidado recíproco: cuidamos dos(as) mais velhos(as) e nos responsabilizamos pelos(as) mais novos(as). Esse aprendizado familiar, forjado no contexto social, histórico e cultural no qual nasci e vivi por muito tempo, ainda hoje tem reflexos na relação que estabeleço com as gerações que antecederam ou sucederam a minha. É desta forma, por exemplo, que mantenho a deferência e o respeito aos(às) mais velhos(as), por considerá-los fonte de experiência e apoio, na mesma medida que me responsabilizo por eles(as) e porque aqueles(as) que me sucederam.

Os desvelamentos aqui suscitados sobre os elos estabelecidos em um grupo familiar evidenciam a complexidade de olhar para as famílias, como instâncias de vínculos e legados alimentados por diferentes gerações. Múltiplas e dinâmicas como os próprios grupos que as constituem, as famílias definem relações e posições, ensinadas e não por poucas vezes, apropriadas, pelas pessoas que as compõem, ao longo de um tempo ancestral ainda em movimento. Tais definições parecem criar não somente a coerência de cada família como grupo, mas os vínculos estabelecidos em uma geração e entre gerações de uma família. O mergulho em tal contexto em um momento histórico no qual a recomposição e a restituição do compromisso com a família e com a humanidade, como um caminho possível e não como uma missão fadada ao fracasso ainda é premente, emerge como indispensável (Magalhães; Féres-Carneiro, 2004). É, certamente, aí que as mulheres, como aqui evidenciado, podem também ensinar não somente sobre a diversidade de adversidades que vivenciam em diferentes grupos familiares, mas, sobretudo, sobre as estratégias que constroem para sobreviverem, enquanto gestam suas famílias, na coexistência com outras, em territórios construídos também por elas.

4.2 TERRITÓRIO: GEOGRAFIA E AFETOS DAS MULHERES DO VELHO CHICO

Aprendi com as minhas ancestrais ribeirinhas que o rio, no movimento e ciclos incessantes, é sábio e inquieto. Entre as calmarias e as enchentes das águas doces, que garantem a vida no território onde nasci, elas, herdeiras de outras que aprenderam a verter e a enxugar lágrimas com as próprias dores (Evaristo, 2019) me ensinaram que também a vida, como a corredeira das águas, sempre segue, ora aparentemente plácida, quando entre margens conhecidas, ora insubmissa, para desaguar em um oceano desconhecido de saberes. Neste movimento seguimos por diferentes cursos e nos entrelaçamos a outros percursos, mas, não por poucas vezes, guiados(as) pelas recordações, retornamos às nossas origens. Não é assim também com o rio? Suas águas, de memória admirável, sempre o fazem tentar retornar para onde antes corria, ainda que o seu curso original seja alterado (Morrison, 2007).

É também no retorno as minhas origens que busco não somente entender os sentidos de um território, mas sobretudo apreender e refletir sobre os aprendizados junto às minhas ancestrais no lugar onde nasci. Neste território, para o qual sempre retorno, busco escrever a vida que não é somente minha, mas de todo um coletivo de mulheres que trago também em mim, mediante heranças e encontros nem sempre pontuais, geradores de afetos²¹ potencializadores da minha forma de ser e de agir no mundo (Deleuze, 2002, 2019; Spinoza, 2007). Esses afetos, certamente, que desafiam e reverberam na forma como escolho habitar ou deixar um território (Hutta, 2020), continuam a me impelir a deslocamentos e a imprimir metamorfoses constantes em minha caminhada, nas várias instâncias nas quais fui inscrita ou que escolhi me inscrever.

²¹ Na parte três do livro *Ética*, Spinoza (2007, p. 163) define afetos como as “afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções”. Já Deleuze (2019, p.38), pautado nas ideias de Spinoza, assim diz: “afeto, variação contínua da força de existir ou da potência de agir”. Assim considerando, como experiência que continuamente varia, o afeto exprime o que se passa não somente na mente, mas também no corpo. Quanto a afecção, é aqui compreendida a partir das proposições de Deleuze (2002) no livro “*Espinoza: Filosofia Prática*”, que apontam três formas de compreensão desse conceito: “1ª) As afecções (*affectio*) são os próprios modos. 2ª) Em um segundo grau, as afecções designam o que acontece ao modo, as modificações do modo, os efeitos dos outros modos sobre este. 3ª) Afecções-imagens ou ideias formadas a partir de certos estados do corpo e do espírito afetado”. (Deleuze, 2002, p. 55). É, em síntese, “um efeito, ou a ação que um corpo produz sobre um outro”, quer seja na própria conduta, na forma de ser, ou na percepção e perspectiva acerca da realidade (Deleuze, 2019, p. 44).

Não sem razão, por perceber que me construo na mobilidade possibilitada por essas heranças e encontros para me tornar o que sou, em um movimento que não rompe a conexão com o meu lugar de origem, me oriento aqui também, ao dissertar sobre o meu território de pertença e no qual esta investigação doutoral foi realizada, por uma cartografia que é, sobretudo, de aconchego²². Tal escolha é explicada pelo fato de que essa forma de cartografar um território, de abordagem notadamente afetiva, embora não negue o uso do afeto nas relações de poder, se caracteriza por não ocultar ou silenciar a dinâmica relacional de nos aninhar, como pessoas, em um contexto espacial notadamente intersubjetivo, coletivo, material, narrado ou imaginado que sobretudo nos abriga, ou no mínimo, nos permite abertura às espacialidades desejadas (Hutta, 2020).

Ademais, por concordar que “não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes” (Haesbaert, 1999, p. 172), destaco que, para além do sentido corriqueiramente atribuído ao termo ou da sua multiplicidade semântica, a palavra território assume, nestes escritos, um sentido amplo, próximo à ideia de um espaço de vidas e de encontros de pessoas, mas também de silenciamentos, de conflitos e de anseios. Nesse caminho são também espaços-tempos indissociáveis da vida que o habita, relacionados, não por poucas vezes, ao sentimento de parentesco com a terra e com todos os seres e fenômenos que nela existem (Freitas, 2012).

A compreensão aqui aludida não é estranha, já que “o território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente em casa” (Guattari; Rolnik, 1996, p. 323). Não sem razão, minha morada mais ampla é o Velho Chico, território do estado da Bahia localizado no semiárido nordestino, assim chamado em homenagem ao Rio São Francisco, outrora conhecido pelos primeiros habitantes como Opará (Hohenthal, 1960). Esse rio, cuja extensão aproximada é de 2.863 km, nasce na Serra da Canastra em Minas Gerais e desagua no oceano Atlântico. À suas águas o geógrafo Américo Vespucci chegou em 1501, antes mesmo da exploração desse importante via fluvial pelos portugueses

²² Hutta (2020) explica que o termo, no contexto da cartografia, está relacionado à noção alemã de ‘Geborgenheit’, palavra que na Língua Portuguesa pode ser traduzida como aconchego. Ainda de acordo com Hutta (2020), esse tipo de cartografia afetiva, a despeito de não desconsiderar a topofilia (o amor pelo lugar) ou o seu oposto, a topofobia e o medo, quase sempre associadas a afirmação de território e de pertencimento, está mais focada no papel da intensidade do aconchego, constituído através de intensidades afetivas positivas, nos processos contingentes de desterritorializações e reterritorializações.

(Hohenthal, 1960). Hoje suas margens é casa de mais de dezoito milhões de brasileiros, compostos em grande parte por comunidades tradicionais, como é o caso de povos originários, de ribeirinhos(as), de sertanejos(as), de caatingueiros(as), de geraizeiros(as) e de pescadores(as) artesanais, entre outros (Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), 2023).

Em um lugar do território aqui em evidência, denominado hoje de município da Barra, é que eu me sinto de fato, em casa. Aqui, como em muitos municípios nordestinos, a escassez de trabalho remunerado, a pobreza e o descaso governamental, que direcionam o êxodo dos(as) nordestinos(as) para os grandes centros urbanos, em especial para o centro-sul do Brasil, são históricos. Como tal, fomenta o movimento, pois ao mesmo tempo em que impele saídas, não exclui o desejo de retorno nas pessoas que identifica como suas. É desta forma que daqui saímos, quase sempre forçosamente, na esperança de uma vida melhor, e chegamos a outros territórios. Como Ponciá Vivêncio (Evaristo, 2003), é assim que as experiências pretéritas, conforme bem destaca Fernanda Rodrigues de Miranda (2019. p.22), continuam a moldar permanências no presente, ao delinear para a maioria, “uma espacialidade que poderia significar qualquer lugar onde existiu a *plantation*, pois não pertence a uma geografia particular e sim à cartografia colonial”, inclusive nos grandes centros para os quais migramos. Ainda assim, este espaço para os que saem, como casa na qual a saudade reside entre o tempo pretérito e o presente (Bosi, 2018), atrai continuamente os seus, entre os quais me incluo, para o retorno ao lar, lugar onde estão os nossos afetos (Morisson, 2016).

Cabe-me explicar que as mulheres aqui, no movimento de saídas e retornos de filhos(as), irmãos(ãs) e maridos, sempre se encarregaram ou foram encarregadas pelo sustento e manutenção das famílias, ainda que as estatísticas do modelo social dominante invisibilizassem o lugar de mulheres provedoras ou co-provedoras nesta primeira instância de convivência humana. Como outras empreendedoras doceiras, costureiras, bordadeiras, pescadoras ou agricultoras familiares, elas eram retratadas apenas como mães, esposas e donas de casa, tradicionalmente mantidas pelo homem, o “chefe da família” (Davis, 2016).

Concomitante ao trabalho, sem se distanciarem dos muitos afazeres, as mulheres narravam sobre a vida pretérita e presente, assim como os seus anseios e medos futuros, em enredos que escapavam dos registros fechados e homogêneos da história mais ampla, encerrada nos livros que poucas delas leram. Foi assim que

conheci e aprendi, ao lado de outras crianças, sobre o local e a vida das mulheres que me antecederam.

Era em espaços cotidianos de trabalho, como é o caso da beira do rio e das casas de farinha, ou mesmo nas rodas de conversa em suas casas, que as mulheres partilhavam o vivido e aprendido, mediante narrativas sobre os seus lugares de pertença e principalmente de existências femininas. Nessas narrativas, durante as quais as mãos das narradoras e da plateia, rotineiramente ocupadas com um bordado, um tricô, ou com a costura de uma colcha de retalho nunca descansavam, a vida irrompia em acontecimentos sem anúncios (Derrida, 2012).

Tudo acontecia em um tempo ancestral cujo movimento parecia reclamar rupturas com lógicas e crenças, geradoras de inúmeras desigualdades e hierarquias, responsáveis pelos privilégios de uns, em proveito de outros. Este era o caso das mulheres presentes a essas narrativas. Como muitas de nós, ainda hoje, as diversas violações de direitos nas quais predominam variadas formas de violência, como é o caso do feminicídio, foram sentidas. Tal quadro, que não ficou no passado, continua a ser desenhado em tempos mais recentes, e não somente em épocas de distanciamento social, como foi o caso da pandemia vivenciada a partir do ano de 2020, no qual uma em cada quatro mulheres sofreu algum tipo de violência, mas na história maior, ainda em delineamento (ONU Mulheres, 2022).

Fato é que as narrativas aqui em evidência pulsam por serem escritas, em perspectivas abertas a diferentes formas de perceber e sentir o vivido, principalmente ao se anunciar e denunciar o experienciado em diversos lugares sociais, por diferentes pessoas, entre os quais se inclui o(a) próprio(a) narrador(a). Nesses contextos narrativas como as das mulheres aqui em questão, são heranças importantes que podem ter reflexos não somente na vida um grupo de mulheres, mas de muitas de nós.

No cenário aqui em pauta, o cotidiano das mulheres forjadas no entorno dos rios por exemplo, pode desvelar um “[...] conjunto de projetos e de representações nos quais vai desembocar em uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos[...]” da sociedade como um todo, para tanto apresentar denúncias importantes, como fortalecer os caminhos que nós mulheres buscamos edificar (Guattari; Rolnik, 1996, p. 323). Essas perspectivas são, certamente, importantes caminhos de cura, edificados por pessoas que protagonizam outras formas de ser e de agir no mundo, ainda pouco visibilizadas.

Curar, neste sentido, envolve não somente identificar feridas, ao recontar histórias que são, sobretudo, de resistência, mas apreender com a nossa ancestralidade, na interlocução principalmente com outras mulheres, sobre os caminhos para transformar dor em potência e direito pleno de ser e existir, também em estruturas e instâncias sociais que historicamente silenciaram (Evaristo, 2020a; hooks, 2023). É este o caso de muitas mulheres, como é caso das ribeirinhas, do município de Barra, onde a pesquisa para esta tese foi realizada.

A origem da Barra não é recente e nem se distancia da realidade de violência e usurpações que nós, brasileiros(as), pouco a pouco desvendamos em nossa história. Assim aponto porque o local é casa de povos originários brasileiros, como os acroás (também chamados pelos não nativos de acoroázes ou acoranes), que habitaram a margem esquerda do Rio São Francisco, e dos mocoazes, na direita, além dos Tupiniquins, Xacriabás, Caiapós, Cariris e Aricobés (Câmara Municipal de Barra, s/d.; IBGE, 2016).

Posso afirmar como barrense que a história dos primeiros habitantes da área em questão é pouco conhecida pela população local, a despeito das inúmeras heranças, que hoje lá identifico, desses ancestrais. Além do modo de ser, verificado, entre outros, nas rodas de conversa, essas herdades estão presentes nos produtos artesanais lá confeccionados, como é caso do bocapiu, um tipo de sacola que levamos à feira para as compras, e das esteiras, ambos trançados em palhas. A esses se somam o artesanato de moringas e de potes moldados no barro retirado do rio, utilizados por muito tempo para armazenar e refrescar a água nas residências.

Hoje a utilização do barro do rio aparece também em esculturas, como é o caso da arte do Mestre Gerar²³, que cria, em um estilo próprio, esculturas em cerâmica de santos católicos e de elementos sagrados em religiões brasileiras de matrizes africanas, como é o caso dos orixás, conforme visto a seguir:

²³ José Geraldo Machado nasceu em Barra, em 17 de maio de 1953. Hoje abriga sua casa um terreiro de candomblé, que é também uma escola, intitulada Escola de Arte Escultórica. Lá ele transmite técnicas e conhecimentos tradicionais para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. Disponível em: <https://artesanatodabahia.com.br/cidades/barra-bahia/> Acesso em: 01 dez.2023.

Figura 2 - Mestre Gerar com algumas das suas esculturas



Fonte: Secretaria de trabalho, emprego renda e esporte da Bahia²⁴, 2023.

Destaco que também o estudo da chegada e a história dos nossos ancestrais africanos em Barra merece ser aprofundado, não somente para desvendar nossas heranças, como estabelecido inclusive em textos legais, como é o caso da Lei 10.639/2003 (Brasil, 2003), mas para corrigir as injustiças históricas que ainda ocultam esses legados e alimentam o racismo, o preconceito e a discriminação racial (Brasil, 2003; Silva, 2020a). Em tal contexto as esculturas e a escola do mestre Gerar, assim como a arte esculpida por artesãos(ãs) negros(as), a exemplo de Otavio Pompilio da Silva, avô do pai das minhas filhas, ainda hoje preservada nas fachadas de edificações como o mercado da cidade, como mostra a foto a seguir, merecem não somente serem a eles creditadas, mas, sobretudo, estudadas e valorizadas.

²⁴ Disponível em: <https://artesanatodabahia.com.br/cidades/barra-bahia/> . Acesso em 01 dez.2023.

Figura 3 - Fotografia do Mercado Municipal de Barra



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2023.

Foi por volta da década de 1670 que as terras do local começaram a ser subtraídas dos seus donos naturais, pois data desse período o surgimento de uma fazenda de gado, pertencente à Casa da Torre, chefiada por Francisco Dias d'Ávila (Câmara Municipal de Barra, s.d.; IBGE, 2016). Esta informação é ratificada em estudos como os de William Hohenthal Jr. (1960) sobre os povos originários que habitavam o baixo e o médio São Francisco. Ele explica que “[...] no fim do século XVII o governador Dom João de Lencastro ordenou que se criasse um arraial (ou acampamento) de índios mansos na parte superior do Rio São Francisco o qual seria uma barreira contra as constantes depredações dos Acaroazes [...]” (Hohenthal, 1960, p. 43). Foi nesse arraial, que a cidade da Barra se originou (Câmara Municipal de Barra, s.d.; Hohenthal, 1960; IBGE, 2016).

A presença dos povos originários ao longo do Rio São Francisco e em especial no sertão brasileiro, foi, por muito tempo, pouco abordada em textos que dissertavam sobre essas terras, a despeito da existência de cartografias importantes, como os registros e mapas elaborados por Curt Nimuendajú (1883-1945), com informações sobre diversas nações de povos originários brasileiros (Schröder, 2023). Mais ainda: como denuncia Alexandre Ferraz Herbeta (2011) a própria classificação da população como “sertaneja” parecia silenciar a presença desses povos no sertão e, por consequência, os direitos previstos na legislação brasileira para os seus descendentes. Ademais, por muito tempo, os olhos exteriores para o sertão, pouco

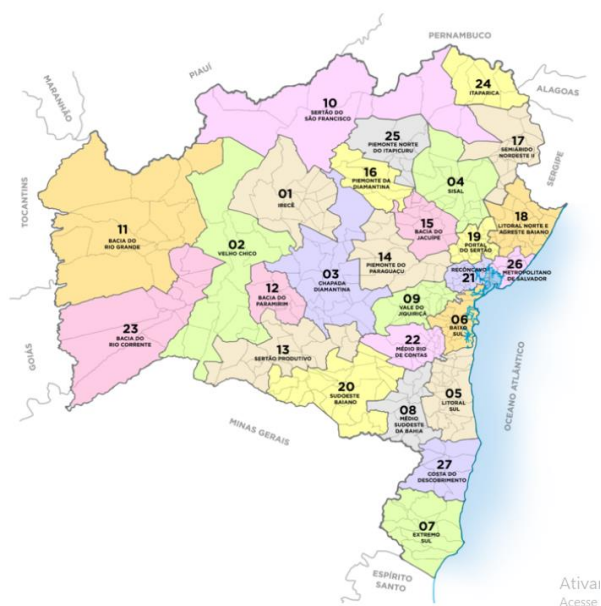
capturaram e muito menos entenderam a grandiosidade dessa terra, assim descrita nos versos atribuídos ao poeta Félix Augusto de Athayde (2015, p.1) “Sertão: Ser tão sem/ Sem ser tão/ Tão sem ser”. Hoje, o crescente avanço do agronegócio no oeste baiano evidencia o muito que nos reserva o sertão, de inúmeras possibilidades para aqueles(las) que ousam desvendar sua forma de ser.

O processo de invisibilidade dos povos originários sofreu alterações a partir da luta pelos direitos territoriais indígenas, que possibilitou, entre outros, o ressurgimento de várias comunidades de descendentes desses povos. Uma das estratégias utilizadas para essa identificação ocorreu mediante “[...] um sistema genealógico que envolve de um lado, os “troncos velhos”, representados pelas famílias que viviam nos aldeamentos, e do outro, as “pontas de rama”, as comunidades atuais [...]” (Herbetta, 2018, p. 3). Apesar disso, as informações sobre os primeiros habitantes que habitaram ao longo do Rio São Francisco, são ainda escassas e fragmentadas, embora, inegavelmente presentes no modo de ser, de utilizar os recursos naturais, de ocupar o território, assim como nas culturas, símbolos, crenças e valores da população descendente. Assim sendo, certamente, de fragmento em fragmento, talvez seja possível não somente recuperar e dar nome às diversas comunidades originais dessas terras, mas também desvelar encadeamentos de fatos e legados dos nossos ancestrais, presentes no lugar e na vida de brasileiros(as), como é o caso dos(as) barreenses, dignos de serem recuperados.

Fato é que o município, denominado em 1752 de “Vila de São Francisco do Rio Grande do Sul”, e posteriormente chamado “Barra do Rio Grande”, em 1873, é terra de povos originários brasileiros. Hoje a Barra, assim nomeada a partir de 1931, é também um dos 16 municípios do território do Velho Chico.

É importante elucidar que o termo “Territórios de Identidades” se refere à regionalização territorial de municípios do estado da Bahia, mencionada pela Lei nº 10.705, de 14 de novembro de 2007 (Bahia, 2007) e posteriormente ajustada, em 2015, pela Lei nº 13.468 (Bahia, 2015). A cartografia que possibilitou essa divisão, cuja origem é relacionada a movimentos sociais, reuniu os 417 municípios baianos nos atuais 27 territórios (figura 03) e considerou para tal tanto os aspectos físicos comuns a esses municípios, quanto às convergências de fenômenos sociais e culturais. Esse agrupamento é hoje um importante norteador na elaboração das políticas públicas baianas (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2018).

Figura 4 - Mapa dos Territórios de Identidade baianos



Fonte: Secretaria de Cultura BA (SECULT) ²⁵, 2024

Beneficiada por dois importantes rios, como já evidenciado aqui, a Barra, está situada em uma das margens do Rio Grande, conforme registra a foto na sequência:

Figura 5 - Fotografia de vista da cidade de Barra, ao lado do Rio Grande



Fonte: Paulo Leonel. *In* facebook de Barra ²⁶, 2024.

²⁵ Disponível em <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=314>: Acesso em: 11 jan.2024

²⁶ Disponível <https://www.facebook.com/groups/1637227489826423/?ref=share&mibextid=KtfwRi>: Acesso em 02 jan.2024

O percurso do Rio Grande, que nasce na Serra Geral de Goiás, localizada no município de São Desidério (BA), não é totalmente solitário. Isso porque, em Barra as suas águas se unem às de outro rio – o Rio São Francisco – sem que um se dilua no outro, como mostram as fotos que seguem:

Figura 6 - Fotografia do encontro do Rio São Francisco com o Rio Grande



Fonte: Avany Maura Belem Rabelo, *In* facebook de Barra²⁷, 2024.

Figura 7- Fotografia do encontro do Rio São Francisco com o Rio Grande



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2024.

Certo é que o Rio Grande e o Rio São Francisco, como as mulheres que labutam lado a lado ainda hoje nas suas margens, compartilham um espaço em Barra, em um encontro de cumplicidade no mesmo leito que não anula o que cada um é. Neste encontro visível, sem implicar ou reclamar homogeneidade, as águas escuras

²⁷ Disponível em

<https://www.facebook.com/groups/1637227489826423/?ref=share&mibextid=KtfwRi> em Acesso em 02 jan.2024.

de um se irmanam à cor de barro do outro, em um movimento que somente a confluência de seres que compartilham a mesma cosmovisão parece explicar (Santos, 2023). Certamente foram e são assim também os encontros das mulheres às margens destes dois rios: elas se juntam, se misturam, se fortalecem, mas não deixam de existir ao se unirem para compartilharem e são, pois “[...] a confluência é uma força que rende que aumenta, que amplia. [...]”, sem apagar ou diminuir ninguém (Santos, 2023, p.14).

Certamente foram a pesca e a agricultura de subsistência, aprendidas também com os povos originários, que garantiram a vida dos(as) ribeirinhos(as) e da população que residia em terras distantes dos rios neste município, de extensão territorial considerável. Ainda hoje, nas pequenas roças agraciadas pelos rios que independentemente de estiagens, não secam, são cultivadas pelas famílias milho, feijão, maxixe, melancia, abobora e mandioca, entre outros. Mais ainda: as cheias, que inundavam as casas, conforme as imagens que seguem, tornavam férteis as margens dos rios para possibilitar colheitas fartas aos agricultores familiares, sem os investimentos em adubos e fertilizantes, certamente inacessíveis para as famílias de camadas populares que habitam, ainda hoje, o seu entorno.

Figura 8 - Fotografia da Inundação da Barra no ano de 1979. Na imagem está uma das minhas tias, ainda menina.



Fonte: arquivo da família da autora, 1979.

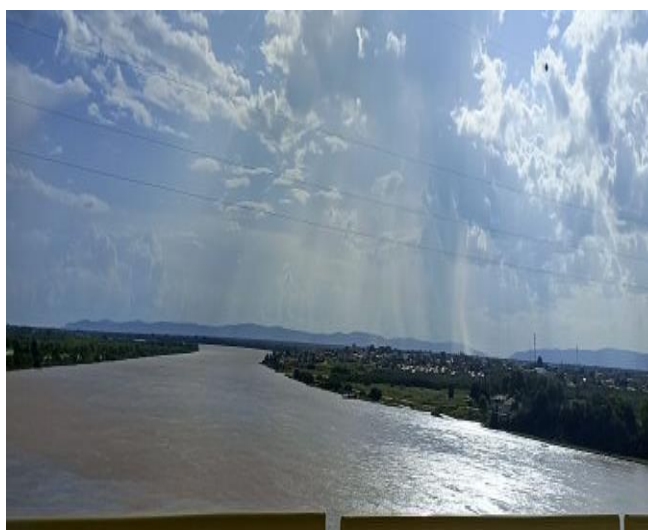
Figura 9 - Fotografia da cheia dos rios em Barra no ano de 1992



Fonte: Ed Carlos Pereira. *In* facebook de Barra, 2024.

Contraditoriamente, a seca, tal qual a abundância de água, também é sentida fortemente pelos moradores. Assim ocorre porque muitos distritos, vilarejos e roças, situados em áreas distantes dos rios, dependem principalmente das escassas chuvas para sobreviverem. As fotos a seguir, em um mesmo período do ano em duas partes da área em questão, evidenciam o contraste dessas duas realidades:

Figura 10 - Águas do Rio São Francisco e do Rio Grande na sede do município de Barra



Fonte: arquivo pessoal da autora, 2022

Figura 11 - Fotografia de uma parte da paisagem do Timbó

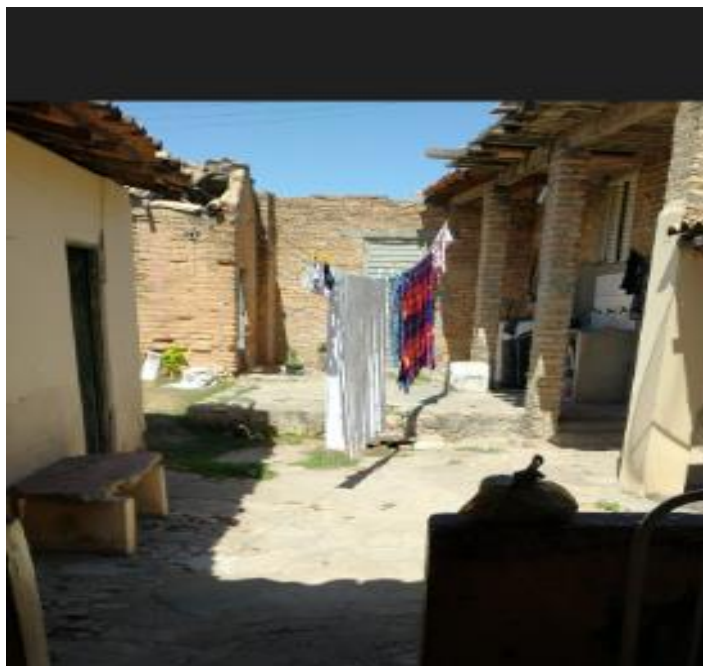


Fonte: arquivo pessoal da autora, 2022

As dificuldades relacionadas ao não acesso à água potável das famílias longe dos rios, a despeito de hoje minimizadas pelas cisternas distribuídas na região semiárida até o ano de 2018 pelo Governo Federal, ainda são comuns (Jayo; Caldas, 2017), até porque a transposição do São Francisco não contemplou essas áreas. Em um desses distritos, que compõe o desmembramento de parte das terras de Barra e que deu origem, no ano de 1985, ao município de Buritirama, está o Timbó, a fazenda onde viveu a minha avó materna, retratada na fotografia 08. Foi desta forma que conheci de perto a realidade da seca.

Tenho, assim, uma estreita relação com a seca e com os rios, já que, em virtude dos constantes adoecimentos da minha mãe, alternei morada, por muito tempo, entre as residências das minhas avós. Uma dessas residências, que era casa da minha avó paterna, está localizada à beira do Rio Grande, conforme registram as fotos que seguem:

Figura 12 - Fotografia do quintal da casa de vó Joaquina. Ao fundo, a porta que dava acesso ao rio.



Fonte: arquivo pessoal da autora, 2022.

Figura 13 - Fotografia da rua que separa hoje o fundo da casa de vó Joaquina do rio.



Fonte: arquivo pessoal da autora, 2022

Figura 14 - Fotografia da rampa de acesso ao rio, próxima à casa de vó Joaquina.



Fonte: arquivo pessoal da autora, 2022

Figura 15: Fotografia do Rio Grande, próximo a uma rampa, em época de cheia



Fonte: arquivo pessoal da autora, 2023.

Figura 16: Fotografia do Rio Grande, próximo a uma rampa, em época de vazante



Fonte: arquivo pessoal da autora. 2024.

Certo é que bastava abrir o portão do quintal para, a poucos passos, após descer a rampa, estar nas águas do Rio Grande. Daí porque eu estava lá sempre. Não sem razão, por nascimento e sobretudo pela identificação e relação que escolhi ter com os rios, sou ribeirinha. Mais ainda: além de ribeirinha, nas palavras do meu terceiro irmão – foi dele que ouvi o termo pela primeira vez – sou também uma “beiradeira”, pois tenho, de acordo com ele, o jeito cismado das mulheres que habitam as margens das correntes de águas que dão vida ao meu lugar de nascimento. Ele não mentiu. Entre os gracejos que acompanharam essa afirmação na ocasião, percebi o quão exato era o termo, já que, de fato, não somente morei por um considerável período da minha vida nas margens do Rio Grande, mas fui, em suas margens, apresentada a uma geografia, certamente norteadora do meu percurso de vida e de pesquisas.

É importante registrar que nem todos os que residem às margens de um rio se reconhecem ou são reconhecidos como ribeirinhos, quer seja pelos usos que fazem de suas águas ou pelo modo como se relacionam com o rio (Lamas, 2013). Ribeirinho ou ribeirinha é aquele(a) que “compartilha, além de um evidente traço identitário coletivo e o apego ao rio, a preocupação em protegê-lo (da transposição, inclusive) e o desejo de revitalizá-lo” (Lamas, 2013, p. 66). Afirmo que reconheço em mim não somente os reflexos das culturas que se fortalecem às margens dos rios, mas tenho pelas águas doces um forte apego. Por consequência, sou partidária da ideia de

protegê-las. Tais escolhas são forjadas quase sempre em trincheiras de “sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade” (Castells, 2018, p. 56), principalmente quando esses desvalorizam, estigmatizam e excluem determinados segmentos da população, em proveito de outros. É nessa “resistência de trincheira” (Castells, 2018; Lamas, 2013) que estão os(as) ribeirinhos(as) e que, por consequência, como um (a)a deles(as), eu também estou.

Entre os vários aprendizados que os rios e as ribeirinhas me proporcionaram nas “resistências de trincheira” mencionadas (Castells, 2018; Lamas, 2013), recordo as minhas vivências, ao lavar roupa às margens do Rio Grande. Relembro que era ao nascer do sol, à beira do rio, que as mulheres iniciavam a lida, certamente motivadas pelas muitas tarefas da casa, as quais se somavam diferentes ofícios remunerados. Algumas eram também responsáveis por pequenos empreendimentos, como era o caso da minha avó paterna. Outro motivo é que o sol predominantemente escaldante, comum na região, impossibilitava a permanência em áreas descobertas até mesmo dos(as) nativos(as) acostumados(as) às altas temperaturas do oeste baiano. Esse é o caso das margens dos rios, nas quais a remoção das matas ciliares já era comum.

Hoje os efeitos da extração da vegetação do entorno do Rio São Francisco e do Rio Grande, intensificados ao longo dos anos e agravados pela exploração excessiva desses aquíferos, são sentidos no assoreamento de trechos significativos dos seus percursos. Tal assoreamento, que faz emergir grandes bancos de areia, conforme registrado na foto a seguir, dificulta não somente a navegabilidade que tornou possível o trânsito de embarcações de grande porte no Rio São Francisco até a segunda metade do século XX (Pereira, 2020), mas o aproveitamento dos seus cursos d’água pela população ribeirinha (Baggio, 2019; Coelho; Barros; Santana, 2014).

Figura 17- Fotografia de um banco de areia do Rio Grande



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2024.

O movimento nas margens do rio era intenso também aos sábados, dia em que eu, ainda menina, ia ao rio para lavar as pequenas peças de roupa. Antes de me dirigir ao rio, relembro que minha avó sempre fazia as mesmas recomendações: “sabão à toa, na água, é desperdício; roupa é como gente: algumas prejudicam outras, se misturadas; não deixe de quarar e de enxaguar bem a roupa e mais importante: nada de banho no rio! Água não tem cabelo²⁸.”

Era entre os barcos e paquetes, que chegavam à rampa com os pescados na alvorada, que as mulheres se acomodavam para dar conta das trouxas de roupas que levavam ao rio. Conforme registra a arte de Fernando Queiroz no quadro a seguir, em um movimento que parecia sincronizado, elas ensaboavam, esfregavam e quaravam as peças ao sol ou em grandes bacias de alumínio, com água de São Caetano²⁹:

²⁸ Significa, nas palavras da minha avó, que as águas do rio não ofereciam um recurso, como os cabelos, para que alguém se segure em uma situação de afogamento.

²⁹ Planta não nativa trazida para o Brasil por nossos ancestrais africanos, cujo nome é *Momordica charantia*. O seu fruto é usado popularmente no tratamento da diabetes e de problemas de pele (AGRONEWS, 2020). Já as folhas, conforme testemunhei na minha infância e adolescência, eram usadas pelas lavadeiras em Barra para clarear a roupa.

Figura 18 - Fotografia de um quadro sobre as lavadeiras do Rio Grande



Fonte: Fernando Queiroz

Enquanto lavavam roupa, sem dar descanso as mãos, como bem evidenciam não somente as minhas recordações, mas a imagem eternizada na tela de Fernando Queiroz que na cidade de Barra viveu por um considerável período, elas também conversavam. Ali elas compartilhavam não apenas as barras de sabão de dicuada³⁰, mas as lutas, dores e alegria para garantir o sustento de suas famílias e a sobrevivência de cada uma. Assim, tal qual as cinzas transformadas no sabão que elas utilizavam para a limpeza das roupas, cada uma parecia se fortalecer, ao revelarem o que viviam e sentiam nos contextos que as silenciavam. Desta forma, na cumplicidade de um coletivo que atribuía sentido ao narrado, elas compartilhavam e, certamente, ali reconfiguravam a vida. Não sem razão, eu aprendi a experienciar o sentido ontológico de ser, principalmente onde me sinto acolhida, sem desconsiderar as heranças que recebi e escolhi aceitar.

No decorrer das conversas era comum também a compra de peixes, que chegavam nos pacotes. Hábeis negociadoras, as mulheres regateavam a aquisição

³⁰ Sabão artesanal, feito antigamente com a adição de cinza recolhidas nos fogões caseiros a lenha. Dicuada, que dá nome ao produto aqui em pauta, é um processo pelo qual as cinzas são preparadas para adição à mistura que dará origem o sabão. Esse processo envolve peneirar as cinzas recolhidas, colocá-las em um recipiente poroso e misturar com água, antes dos demais acréscimos necessários à produção do sabão.

de curimatás, de surubins e de mandins, entre outros, pagos com as notas e moedas, embrulhados em papel de pão, que elas traziam na alça do sutiã. Outras, enquanto as roupas quaravam, aproveitavam o tempo para pescar os mandins e pequenos piaus que passavam entre nossas pernas, enquanto a roupa era lavada, tendo por isca pequenas bolotas de pão.

Após a compra ou a pesca dos peixes, nos afastávamos um pouco da área de lavagem das roupas para “tratar”³¹ o pescado, em um ritual que consistia em extrair com maestria as escamas, retirar as vísceras e raspar a cavidade interna de cada peixe com a faca, para retirar resíduos de vísceras e de sangue. O rio então, que fornecia generosamente o peixe, recolhia os dejetos não desejados, atirados pelas mulheres na correnteza. Por fim os peixes eram retalhados simetricamente, com rapidez e habilidade dificilmente copiadas pelas não nativas. Era assim que eu, assim como as crianças ali presentes, presenteadas ou pescadoras de pequenos piaus ou mandins aprendemos, aos poucos, essa arte. Em casa, mais tarde, os peixes eram transformados em alimento das famílias, graças à generosidade do São Francisco e do Rio Grande.

Hoje, ao recordar essas vivências, penso que as águas também levavam as imposições e as negações que ali as mulheres evisceravam, ao compartilharem o vivido a uma irmandade conhecida e inscrita nos enredos narrados. Era assim que elas pareciam se fortalecer para a luta diária de não somente garantirem a subsistência da família, mas de também sobreviverem junto aos agressores, comuns nos grupos nos quais elas estavam inscritas, que as faziam viver realidades também sentidas por suas mães e avós. Certo é que ali juntas elas ousavam sonhar outros caminhos de mais liberdade para as suas filhas. Como ouvir muitas dizerem “[...] Deus vai me socorrer e me dar forças para trabalhar. Essa sina não será para as minhas filhas”.

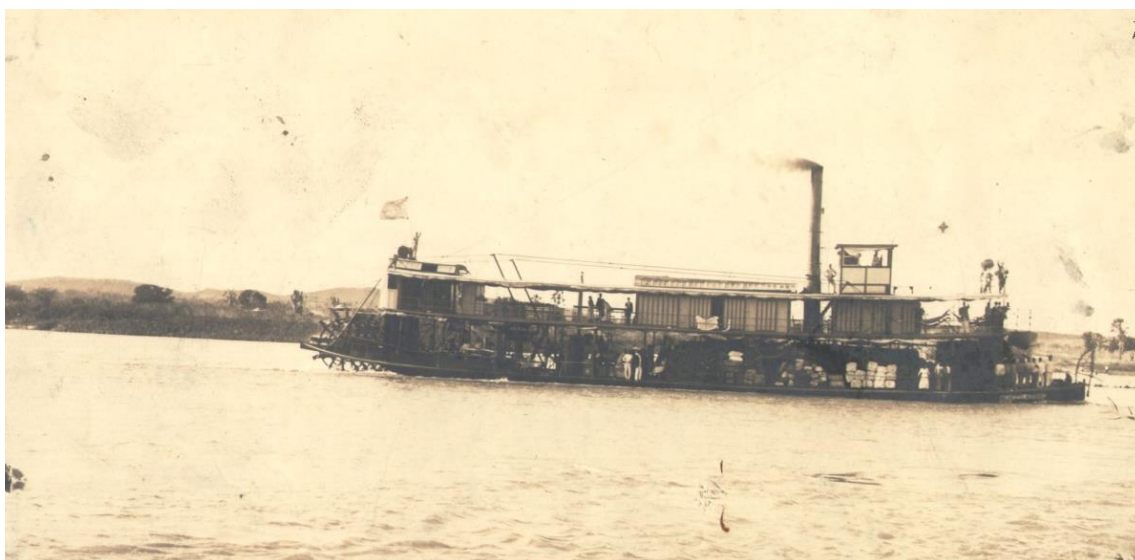
Embora a beira do rio não fosse o único local onde as ribeirinhas barrenses trabalhavam, o recorte aqui apresentado atesta que as atividades delas não se limitavam às suas casas. Nesse caminho, a forma de se organizarem, de resistirem de protestarem e de se organizarem não se caracterizava por manifestos com denúncias escritas e publicadas ou por passeatas com faixas e cartazes em prol de

³¹ É assim, ainda hoje na cidade onde nasci, que é chamado o ato de escamar, eviscerar e retalhar os peixes para o cozimento ou fritura.

autonomia individual (Léon, 2001), mas sim por encontros, em confrarias, em seus locais de trabalho, que as fortaleciam para sobreviverem. Desta forma, mesmo cerceadas pelas assimetrias de gênero verificadas nas instâncias sociais à época, é fato que as ribeirinhas resistiam.

Através das narrativas das minhas ancestrais na beira do rio conheci também a história de grandes embarcações, como foi o caso do vapor Wenceslau Braz, conforme imagem a seguir, que percorria os trechos entre Juazeiro, na Bahia, e Pirapora, em Minas Gerais, através do Rio São Francisco. Tais embarcações, que evidenciavam a outrora grandiosidade das águas desse rio, transportavam mercadorias e possibilitavam também o trânsito de passageiros na região. Essas embarcações foram por muito tempo o principal meio de ligação de cidades ribeirinhas como a Barra, localizadas em áreas distantes dos grandes centros urbanos baianos.

Figura 19 - Fotografia do vapor Wenceslau Braz navegando pelas águas do Rio São Francisco



Fonte: Arquivo Nacional. BR_RJANRIO_PH_0_FOT_01790_107,s.d.

Relembro que animadamente as mulheres conversavam sobre a alegria gerada pelo apito do vapor São Francisco (Figura 20), por exemplo, que anunciava e antecipava a chegada desse grande barco ao cais. Nesses dias, de acordo com elas, a população se deslocava de todas as partes do município à beira do rio para não somente receber os viajantes e ter acesso aos produtos que chegavam, mas

comercializar os seus produtos. À frente do vapor, as carrancas (figura 21), entalhadas em madeira. De acordo com o que aprendi, os navegantes do São Francisco acreditavam que para entrar nas águas necessitavam respeitar o rio, caso contrário seriam vítimas de maus agouros. As carrancas, consideradas um sinal desse respeito, eram e ainda são usadas para espantar os maus espíritos, frutos desses agouros.

Figura 20 - Fotografia do Vapor São Francisco, o último do São Francisco a ser desativado, em um porto desse rio.



Fonte: Blog da cidade de Xique-Xique ³², 2023.

Figura 21 - Fotografia de uma carranca



Fonte: CBHSF³³, 2023.

A importância do trânsito fluvial para diversas cidades da região evidenciada pelas ribeirinhas pode ser verificada em documentos legais, como é o caso do Decreto Federal n. 9.963 de 26 de dezembro de 1912 (Brasil, 1912). Nesse documento, entre outros, era estabelecido às empresas responsáveis pelos vapores a obrigatoriedade e a periodicidade de viagens em partes distantes da Bahia. O município da Barra, conforme se verifica a seguir, também estava incluído:

³² Disponível em <http://xiquexiquense.blogspot.com/2013/01/vapores-do-rio-sao-francisco-vapor-sao.html>. Acesso em: 01 dez. 2023.

³³ Disponível em: https://issuu.com/cbhsofrancisco/docs/chico_04_28x40. Acesso em: 05 dez. 2023

O contractante obriga-se a fazer: quatro viagens mensaes de ida e volta entre Joazeiro e Pirapora com as seguintes escalas obrigatórias: Santa Anna, Casa Nova, Sento Sé, Remanso, Pilão Arcado, Chique-Chique, Icatú, **Barra**³⁴, Morporá, Bom Jardim, Urubú, Lapa, Carinhanha, Manga, Morrinhos, Jacaré, Januario, S. Francisco, S. Romão, Extrema e Guaicuhy; e as seguintes escalas facultativas: Oliveira, Queimadas, Marrecas, Extrema do Urubú, Igarahy, Bôa Vista, Sitio do Matto, Malhada, Pedra da Maria da Cruz e Barra do Paracatú (BRASIL, Decreto n. 9.963/1912. Artigo único)

Considerando o exposto, a geografia afetiva (Evaristo, 2020b), que traduz o vivido no espaço de pertença das minhas ancestrais, tanto evidencia o papel empreendedor das mulheres em famílias, silenciado na história contada nos livros, quanto conforma fatos históricos, como evidenciado e ratificado pela citação anterior.

Nas narrativas e no olhar das mulheres também era visível a tristeza, ao relembrem os irmãos, os pais, ou companheiros, vítimas do êxodo, comum no sertão, através dos vapores que navegavam no rio São Francisco. Elas lembraram que no movimento que conduziu a migração da população nordestina para outras partes do estado e do Brasil, era fato comum a partida de membros das famílias em busca de melhores condições de trabalho ou de continuidade na educação formal. Não por poucas vezes, compartilhavam também a desilusão, configurada pelo desemprego e pela dificuldade de acesso à educação dos imigrantes, mais vulneráveis às desigualdades nos grandes centros urbanos. Como elas registravam, o retorno sonhado por muitos que saíam, se limitava ao planejamento, como bem registrou Patativa do Assaré nos versos do cordel “A triste partida” [1965], cantados por Luiz Gonzaga: “Trabáia dois ano/ Três ano e mais ano/ E sempre no prano/ De um dia inda vim/ Mas nunca ele pode, só vive devendo E assim vai sofrendo/ Tromento sem fim” (Assaré, 2007, p. 53).

Era assim, incentivados pelo crescimento das indústrias e das grandes metrópoles, notadamente a partir da década de 1930 (Abreu, 1992), que muitos(as) jovens da cidade de Barra, entre os quais estavam também membros da minha família, migravam, com a expectativa de retornarem. Como o trânsito e a malha rodoviária, até recentemente, eram precários na região, o deslocamento (deles) ocorria através utilização dos vapores e barcos. As águas, em boa parte do território

³⁴ Grifo nosso

do Velho Chico, foram assim, por muito tempo, o caminho mais fácil para quem necessitava viajar.

Hoje os vapores não mais navegam na região. Vitimadas pelo baixo volume da água do Rio Grande e do Rio São Francisco, na maior parte do ano, mesmo as pequenas embarcações que ainda teimam em transportar pessoas, se deslocam com dificuldade por esses rios. Desta forma, “trajetos feitos anteriormente em linha reta devido à baixa vazão do rio, atualmente precisam de longos deslocamentos para desvios dos diversos bancos de areia” (Coelho; Barros; Santana, 2014, p. 15-16).

Apondo que no cenário atual a situação socioeconômica do território ainda pouco favorece a permanência da população nativa na região (Pereira, 2021). Ao lado desta realidade a abertura para o uso múltiplo das águas, possibilitada por legislações como a Lei Federal nº 9433/97 (Brasil, 1977) preocupa os(as) ribeirinhos(as), pois o assoreamento dos rios, conforme aqui relatado, se tornou comum, inclusive em trechos nos quais antes somente as águas corriam. É desta forma que a Política Nacional de Recursos Hídricos (Brasil, 1977), ao enfatizar a democratização desses recursos, motiva muito mais a exploração das águas pelo setor elétrico, de irrigação, de indústrias e de saneamento, e, por consequência, projetos relacionados à transposição, e bem menos a população ribeirinha (Coelho, Barros; Santana, 2014).

Considerando o exposto, é válido questionar: o que restará aos ribeirinhos e ribeirinhas para os quais rios como o São Francisco e o Rio Grande são primordiais? Como sobreviver, se a população nativa não mais desfruta plenamente da navegação, da pesca ou mesmo do contínuo abastecimento público dos outrora fluxos das águas dos rios? Um caminho possível talvez conduza àqueles(as) que devem pensar as políticas públicas ao encontro das mulheres que bebem e legam a sabedoria dos rios, para aprender a desatar os nós de um cotidiano que ainda reclama reinvenções.

O olhar para um território, conforme aqui evidenciado, revela não somente legados silenciados em práticas e afazeres do dia a dia de pessoas anônimas, mas palavras grávidas de dizeres, abertas à diálogos e reencontros com si e com os(as) outros(as), em coexistências que tornam possíveis a liberdade (Freire, 2005). As ribeirinhas, que ainda hoje vivem no território do Velho Chico, estão entre essas pessoas. Suas narrativas e modos de ser são retratos vivos de saberes, fundamentais não somente para o território onde também suas ancestrais viveram, mas para aqueles(as) que compreendem que os legados forjados por pessoas plurais, em vivências múltiplas, podem nos afetar positivamente, ao provocar rupturas com lógicas

e crenças apreendidas, e apontar os caminhos para seguir adiante, no tempo presente e no devir.

Assim sendo, por me reconhecer como uma dessas ribeirinhas, aceito o legado que recebi das minhas ancestrais para assumir a responsabilidade esperada de uma ribeirinha em um tempo ancestral que é, sobretudo, vivo e dinâmico. Neste sentido, se a elas coube possibilitar o percurso que escolhi trilhar, cabe-me ampliar o que recebi, para também legar, até porque, como os galhos generosamente doados pela natureza, que já trazem dentro de si as carrancas, esses legados estão em nós. Eles estão muitas vezes, ainda em galhos, em um lugar profundo dentro de nós (Lorde, 2019), silenciados, quietos, ansiando para serem desvelados para espantar os agouros que ainda nos cerceiam. Cabe-nos a lapidação para transformá-los em carrancas e trazer à luz o que ainda permanece à sombra ou em nossas utopias.

4.3 CASA: MOLDURA PARA A INCOMPLETUDE DE UM BORDADO CHAMADO FAMÍLIA

O bordado delicado que dá forma e unidade a cada família na multiplicidade de outros grupos, assim também denominados, revela tessituras complexas, de vínculos e experiências, que parecem traçar o nosso pertencimento a um coletivo identificado por cada um de nós como nosso e que, ao mesmo tempo, nos acolhe como seu. Este movimento no cotidiano da família na qual fomos inscritos(as) ou que escolhemos nos inscrever, se emaranha aos percursos de outras múltiplas pessoas para concomitante ou não, tornar única cada pessoa e a própria família.

É fato que o bordado de cada família, feitos e refeitos por muitas mãos, com variadas linhas e cores, em contextos tão diversos como os desenhos que formam, são infinitos. É fato também que cada um desvela lugares, experiências, papéis e sentidos, em constante mutação, que moldam instâncias complexas, organizadas e reorganizadas no tempo e no espaço. Olhar esses bordados sob o viés de uma pesquisa como aqui pretendido é uma ação instigante e exigente que demanda em atenção cuidadosa não somente em relação ao fenômeno a ser estudado e ao *lócus* onde esse ocorre, mas no desenho e operacionalização da pesquisa como um processo mais espiral e menos linear, aberto, por consequência, ao refinamento de conceitos e reflexões durante a evolução da pesquisa.

Aponto que um processo de pesquisa assim delineado, embora desvele diferentes engrenagens de fechaduras e chaves que protegem a intimidade das famílias, fomenta outras tantas interrogações em se tratando desses grupos. Nesse sentido, como percebi durante a investigação para esta tese, o desafio maior que emerge não é tão somente identificar as chaves e fechaduras que dão acesso a uma família, principalmente quando dela fazemos parte, mas apreender, neste movimento, porque uma determinada fechadura corresponde às chaves sob a posse dos seus membros (Morrison, 2016). Em outras palavras, é apreender porque a partilha da intimidade, dos cuidados, dos segredos, e dos ditames não escritos, mas aceitos pelo grupo, é possibilitada para aqueles(as) que se reconhecem e são reconhecidos como pertencentes ao grupo e não para as pessoas de fora, ainda que do grupo se aproximem. É neste movimento que eu me insiro.

Olhar para uma família implica quase sempre em também olhar para as casas nas quais o grupo reside, com abertura suficiente para perceber os significados e memórias vinculados a esses espaços íntimos, aos quais poucos têm acesso. Não sem razão Bosi (1994, p. 436) traz as seguintes reflexões sobre casa e família:

[...] o espaço que ela vivencia, como o dos primitivos, é mítico, heterogêneo, habitado por influências mágicas. A mesa da família possui um lado onde é bom comer, o lado fasto onde senta-se mamãe e é agradável estar; no lado de lá, o retrato do tio-avô que me olha fixo, às vezes feroz, torna o lado nefasto onde eu recuso comida e choramingo. Tudo é tão penetrado de artefatos, móveis, cantos, portas e desvãos, que mudar é perder uma parte de si mesmo; é deixar para trás lembranças que precisam desse ambiente para reviver

Adentrar esse ambiente íntimo, ocupado por pessoas, objetos, valores e lembranças, como destaca Bosi (1994), demanda também em se considerar que a casa nem sempre é limitada por paredes e restrita a um grupo, mas em muitos casos, aberta à partilha e a convivência comunitária. Esse é caso do modo de ver, de fazer, de sentir e de viver pindorâmico e africano, verificados na forma como habitamos no território do Velho Chico, também notadamente presentes nos quilombos e nas comunidades de povos originários aqui no Brasil (Munduruku, 1996; Santos, 2023). Não poderia ser diferente, pois cada casa é, realmente, um “[...] marco delimitado e destacado do entorno, referência da identidade individual e familiar [...]” (Fellipe, 2010, p. 201). Acessá-la implica em se considerar não somente a complexidade da casa,

como lar da família (Rabinovich, 1997a), mas a incompletude das diferentes subjetividades que foram inseridas ou que escolheram coexistir nessa primeira instância social.

Nas palavras do filósofo Gaston Bachelard (2008, p.200), entender uma residência como lar implica em reconhecer que “[...] a casa é o nosso canto no mundo. Ela é, como se diz frequentemente, o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos [...]” e, por consequência, um ninho que habitamos geralmente com o grupo chamado família, antes de sermos inseridos(as) em outros espaços e instâncias sociais e mais amplos. Como tal, é quase sempre um elemento de estabilidade, abrigo não somente contra as intempéries da natureza e da violência, mas também das tempestades da vida. Não sem razão, a casa como habitação, é (re)criada também por aqueles(las) que sofrem os efeitos mais severos da exclusão socioeconômica (Rabinovich, 1997a), mediante configurações arquitetônicas, nem sempre desejadas pelo entorno, mas plenas de sentidos e usos para os(as) seus(uas) habitantes. Por essa razão, apreender os sentidos de uma casa, principalmente como lar de famílias, reclama em predisposição para desaprender ideias em muitos(as) de nós inculcadas e enraizadas, com a abertura necessária para outras aprendizagens.

O caminho aqui evidenciado, se aceito para ser trilhado, descortina, por exemplo, que quando não morador(a), o nosso olhar por binóculos para as favelas tem a tendência de enxergar nessa paisagem tão somente barracos amontoados, precariamente improvisados, somente aceitos quando esses são situados longe das cidades, mas próximos o bastante para que os seus(uas) moradores(as) atendam ao chamado da escravidão reconfigurada em trabalho.

No contexto em pauta, um olhar distante dificilmente apreenderia a representação de uma casa para aqueles(las) que buscam, como Ponciá Vicêncio (Evaristo, 2003), uma vida melhor para si e para a sua família na cidade “território artificialmente humanizado”, desenvolvido e, por via de regra, contrário ao envolvimento entre as pessoas e entre essas e a natureza (Santos, 2023, p.18). De igual modo, não entenderia o desespero do velho pedreiro Vitorino José Fortunato, após o massacre da sua mão, ao perceber que não mais poderia comprar e levar para

a casa que ele mesmo construiu, o piano sonhado por Yá Dulcina³⁵ (Evaristo, 2020d). Na mesma trajetória, bem pouco compreenderia sobre as transformações no modo de morar no Brasil a partir de temporalidades que se desenrolaram em torno de uma bilheira³⁶, no interior do estado do Piauí-Brasil (Rabinovich, 1997b) ou sobre o sentido dos enfeites e dos quadros improvisados nas “casas dos sem-casa”, construídas sob ou sobre viadutos (Rabinovich, 1992).

No caminho de diálogo entre a realidade e uma aparente ficção, no qual as residências imprimem tramas não planejadas e discriminadas às paisagens, ousou indagar: como nos desobrigar de apreender a legitimidade e o valor de cada moradia, a partir também do olhar das famílias que a habita?

Alice Walker (2021), ao compartilhar as suas recordações sobre a sua mãe descortina que o exercício criativo feminino, em especial das mulheres negras, na dura rotina de sobreviverem em contextos excludentes, não se volta apenas para fins utilitaristas nos lares que habitavam. Elas também plantavam e ainda plantam jardins em torno de suas casas, certamente para expurgarem não somente o cansaço a partir de encontros consigo e com a beleza, mas para atribuírem outros significados, através das flores, a um mundo que pouco as acolhiam: Assim, ela diz,

Percebo que minha mãe fica radiante somente quando cuida de suas flores, quase a ponto de se tornar invisível – a não ser como criadora: mãos e olhos. Ela se envolve com o trabalho de que sua alma precisa fazer. Organizando o universo à imagem de sua concepção pessoal de beleza. Seu rosto, enquanto elabora a arte que é seu dom, é um legado de respeito que ela deixa para mim, por iluminar e valorizar a vida. Minha mãe transmitiu um legado de respeito pelas possibilidades – e o desejo de agarrá-las. Para ela, tão interrompida e invadida de tantas formas, ser uma artista ainda tem sido ainda uma porção diária da vida. Essa capacidade de persistir, ainda que das maneiras mais simples, é um trabalho que as mulheres negras realizam há muito tempo. (Walker, 2021, p. 218).

Ao ler o belo ensaio de Walker (2021) lembrei os lírios, avencas e roseiras, cultivados em latas e vasos quase sempre reciclados, por mulheres como minhas

³⁵Yá Dulcina e José Fortunato são personagens da série-folhetim “Um piano para Yá Dulcina”, escrita por Conceição Evaristo. Fortunato, pedreiro, aposentado, fazia biscate para presentear a sua esposa Yá Dulcina com um piano, ao saber que ela, anos antes, havia aprendido tocar piano sozinha e escondido, enquanto lavava e cozinhava nas casas nas quais havia trabalhado como doméstica. Em um desses biscates, a construção, que ela já havia apontado perigo sem ser escutado pelo engenheiro responsável, Fortunato tem a mão esmagada (Evaristo, 2020d).

³⁶A bilheira é uma peça do mobiliário móvel de madeira, semelhante a uma estante com prateleiras, nas quais são colocados talhas ou vasos de barro para armazenar água.

avós, nas casas simples do local onde nasci. Entendi finalmente que elas eram artistas, que davam, através deste cultivo, vazão à beleza que o corpo intuía e reclamava.

Certamente, como herdeiras de mulheres como minhas avós, muitas de nós são hoje autoras dessa arte apreendida. Este é não somente o meu caso e da minha mãe, mas também das minhas tias e primas, como constatei durante a pesquisa para esta tese. O cultivo das plantas, nesse caminho, parece reforçar os laços que nos unem não apenas umas às outras, mas também à presença viva de ancestrais como minhas avós, mediante as lembranças do vivido ao lado delas. É assim que cada folha e raiz parecem trazer um pouco das suas mãos, que sabiam transformar o simples em remédio e o gesto em afeto. Hoje, esse saber floresce em nós, não apenas no cuidado com as plantas ornamentais, que enfeitam e alegam os espaços, mas também nos chás e unguentos que aprendemos com nossas avós e que transmitimos às nossas descendentes, como herança de cura, memória e continuidade. É desta forma que ao olhar as plantas que cultivo em minha casa (fotografias 22 e 23), como a minha avó me ensinou, percebo que faço não por obrigação, mas movida pelo desejo de repetir experiências que parecem unir recordações, afetos, fruição e reflexão em uma relação renovadora de fazer e receber. Não é assim a arte?

Figura 22 - Fotografia das plantas cultivadas no quintal da casa da autora



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

Figura 23 - Fotografia das plantas cultivadas no jardim da casa da autora



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2023.

Certo é que a casa, espaço também de flores e ervas nem sempre curativas, é chão de famílias, e por consequência, o nosso chão, mesmo quando a casa não mais existe, como é o caso da casa na roça da minha avó materna. Lá, o alicerce (figura 24) feito com os recursos da caatinga, ainda hoje resiste, embora as paredes e o teto que outrora me abrigaram não mais existam. A caatinga, que resiste à ignorância externa sobre o potencial da sua fauna e flora (Santos, 2023), permitiu que as raízes de plantas como a aroeira e a jurema, preservassem a base da casa, sem encobri-la, vinte anos após a sua demolição (figuras 24 e 25).

Figura 24 - Fotografia do alicerce da casa de vó Bárbara no Timbó 24 anos após a demolição



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

Figura 25 - Vista do alicerce da casa de vó Bárbara na caatinga, 34 anos após a demolição



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2022.

Ao percorrer o chão que ainda preserva a outrora terra batida, compreendi o sentido pleno dos versos de Mário Quintana (2005, p. 760) que assim diz: “[...] Quem disse que eu me mudei? Não importa que a tenham demolido: a gente continua morando na velha casa em que nasceu [...]”. Leio, na liberdade permitida pela poética, que assim habitamos quando na casa germinaram e brotam os nossos afetos. De fato, percebi que a casa de vó Bárbara no Timbó, hoje sem paredes e teto, abriga também os meus afetos. Foi assim que localizei o espaço ventilado da sala, onde sempre havia

água fresca, em grandes potes de barros e em moringas. Após alguns passos revi o espaço de cobertura de palha e aberto para o quintal, na qual eu, meus irmãos e primos nos revezávamos para sentar, em um dos dois grandes bancos de madeira, ao redor de uma mesa simples, esculpida sem refinamentos ou verniz. Ali, em uma escala organizada pela idade recebíamos nas primeiras horas do dia, cuscuz, beiju, batata doce, mandioca, picuás ou petas, feitos por nossa avó, com a ajuda dos mais velhos de nós. No movimento que se repetia nas demais refeições do dia éramos apresentados a uma ética não registrada nos livros, que envolvia a extensão do grupo para incluir parentes e vizinhos(as) sempre presentes à casa, o cuidado com o outro, em especial com os mais novos, a valorização e o respeito aos mais velhos, além da partilha e do uso racional dos recursos, pois o pouco que não consumíamos se somava ao alimento de galinhas e porcos criados no entorno da casa.

Cheguei, finalmente à cozinha, local no qual eu, como uma das netas mais velhas, protagonizei muitas vezes o lugar de ajudante. Relembrei o cheiro do coentro, colhido no jirau no quintal da casa, que acompanhava os desejados cozidos de galinha, nos dias que assim era possível. Entre um riso e outro, vislumbrei o medo que eu superei de sangrar uma galinha no quintal, após a minha avó explicar que aquele ser, antes vivente, deu a vida por nós e por essa razão não poderíamos nada dele desperdiçar. Enquanto o sangue gotejava em uma mistura de limão com outros temperos, recordo que ela, muito séria, também me disse que nós mulheres sangrávamos, e não somente pelo ciclo natural, daí porque deveríamos estudar. Na ocasião eu não entendi e nada perguntei, pois na pedagogia da roça criança mais observava e escutava do que perguntava. Hoje vejo que ela me alertava sobre a violência comum e aceita socialmente. “Honra”, até então, se lavava com sangue, o sangue das mulheres que não aceitavam se submeterem à violência física, moral e psicológica.

Registro que não me lembro de cansaço relacionado ao lugar de ajudante da minha avó, até porque esse tempo de ensaio na vida adulta era curto, pois ela logo me direcionava para as brincadeiras com as outras crianças. Pelo contrário: tal a posição, ansiada pelos mais novos, despertava em mim o orgulho de acessar alquimias que possibilitavam não somente o alimento, mas os chás e beberagens

destinados à cura do corpo e ao acalanto da alma. Os chás de catinga de porco³⁷, por exemplo, não eram os únicos responsáveis pela cura das nossas dores de barriga, quando exagerávamos no consumo dos frutos de jatobás, mas também o disputado cafuné da minha avó, no banco da entrada da casa, após ela concluir as suas últimas tarefas do dia.

A força desses aprendizados era e é tanta que eu não somente reproduzia o apreendido nas cozinhas que improvisávamos nas brincadeiras à sobra da vegetação da caatinga, mas estão comigo hoje, nas plantas que cuido no quintal da casa que hoje habito. Nesses espaços minhas filhas, e hoje também a minha neta, têm acesso a um legado que certamente implica não somente no modo como elas percebem o mundo, mas na forma como elas escolherem se posicionar principalmente diante das imposições ainda comuns ao coletivo feminino.

Certo é que a casa também é teto de famílias, e por consequência, o nosso teto, principalmente quando este ainda existe. Teto muitas vezes construído por um pedreiro, sem o desenho de engenheiro, mas com o auxílio de pessoas que irão embaixo dele se abrigar. Assim talvez ainda seja feito porque muitos que pouco tem entendem que quem faz a casa é o pedreiro e não aquele que faz o desenho, inacessível para a maioria (Santos, 2023).

Foi assim que refleti ao olhar recentemente o telhado da casa da minha avó paterna (figura 26). Relembrei na ocasião que a estrutura original do telhado foi feita por meu avô Tristão, com o auxílio dos meus tios e tias. Um tio e uma tia paternos me contaram que as telhas, produzidas por meu avô em uma olaria improvisada no meio do Rio São Francisco, era recebida por eles(as) na rampa do cais e carregadas para a casa, em construção. Ali o barro do rio moldado em telhas, ia pouco a pouco dando forma ao telhado, que depois nos abrigaria.

³⁷ *Caesalpinia pyramidalis*, popularmente conhecida no município onde nasci com “catinga de porco” ou “catingueira é do bioma da caatinga utilizada no tratamento caseiro de diarreia, mal-estar estomacal e disenterias.

Figura 26: Fotografia do telhado da sala da casa de vó Joaquina (vista interna)



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2023.

Sob o teto da minha família paterna, enfeitado com as bandeirolas que lá sempre estão presentes nas festividades juninas, fui acolhida também durante esta pesquisa, ainda que muitos(as) que habitaram originalmente a casa não mais lá estivessem. Entre as muitas recordações, revi as mãos da minha tia mais velha, que recortavam bandeirolas coloridas, ao som dos busca-pés e ao sabor do bolo de puba assado no forno a lenha da cozinha da casa de “vó”. Lembrei que ela, aos meus olhos de criança, parecia brilhar, pois logo faria a viagem sonhada para estudar e trabalhar em Brasília.

Recordei ao relembrar o teto da casa, também o enfrentamento silencioso da minha avó ao meu avô para apoiá-la nesse sonho e valorizei ainda mais o legado desta minha ancestral sobrevivente a tudo: ao trabalho infantil durante a infância e adolescência dela, aos abusos de um casamento com um homem branco e às atividades exaustivas em uma pensão por toda a sua vida.

Ainda sob o teto da casa, cheguei à uma das janelas da sala (figura 27), que enchia a sala de luz e ressaltava os ladrilhos por onde nossa família caminhou, e avistei o lugar no quintal, agora vazio onde antes ficava o pilão de madeira, que guardo em minha casa.

Figura 27 - Fotografia das janelas internas da sala de vó Joaninha



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2023

Recordei, ao pensar no pilão, o pesado socador que parecia se transformar em um terceiro braço da minha avó, no movimento de subir e descer, enquanto ela transformava milho em fubá. Em silêncio, era dado o ritmo da moagem dos grãos, tão duros como o dia a dia que ela aprendera a suavizar. Era certamente também aí que ela planejava, como exímia estrategista, a difícil operação de gerir o dinheiro, guardado longe dos olhos do meu avô e ao alcance da sua mão nos bolsos à frente do seu vestido: o alimento, que sustentaria a família e as muitas pessoas que ela socorria, também deveria prover aos hóspedes da pensão pela qual ela se responsabilizava, pois, caso contrário, no dia seguinte, faltaria. Tal empreitada era solitária, pois meu avô, amante da arte de fazer filhos também com outras mulheres e da submissão de minha avó a ele, pouco se envolvia nesse trabalho. Nessa rotina arduamente repetida, no qual trabalhar e cuidar pareciam ser as palavras de ordem, ela acendia o fogo a lenha para aquecer as pesadas panelas de ferro. Enquanto isso um filho ia ao mercado, outro à padaria e os demais se dirigiam para a lida de limpar,

abastecer e atender os mascates e viajantes no pequeno empreendimento, também casa da família, que recebera o pomposo nome de Hotel Sertanejo, antes de ir à escola.

Aponto que não me recordo de dias de folga para a minha avó paterna, nem mesmo naqueles em que comumente as famílias iam à igreja. A dura rotina de responsabilidades com a pensão e os familiares, de domingo a domingo, era exigente e cobrava dela a mesma posição de “viga mestra”, responsável pelo sustento e pela subsistência da família, imposta às nossas ancestrais negras, no período que sucedeu a abolição aqui no Brasil, como denuncia Lélia Gonzalez (2020). Em tal contexto parar para rezar era um luxo que a ela não parecia ser permitido, mesmo diante dos santos do oratório simples, pendurado na parede do quarto dela.

Hoje penso que vó Joaquina rezava enquanto sobrevivia, ao pilar, cozinhar e cuidar de todos nós na casa que por vezes parecia aprisioná-la. Talvez por essa razão ela, assim como a minha avó materna, apreciava mais o quintal e bem pouco a sala da casa. Ali, fora da aparente proteção dos telhados, entre girais, plantas e roupas estendidas em varais, elas pareciam gente solta, tais quais as nossas ancestrais em terras africanas ou na proteção dos quilombos ou das comunidades sem muros dos povos que primeiro habitaram essas terras. Ali ela se fortalecia em encontros com as outras mulheres vizinhas e parentas, nem sempre por laços sanguíneos, que a procurava nesse espaço transformado em espaço de partilha feminina. Era assim entre conselhos, acolhimentos, escuta e provimentos mútuos que ela confluía com outras, em uma circularidade que certamente lhe permitia traçar outros percursos para si e para a família, sem dela se desconectar (Santos, 2023). Não sem razão, vejo esses encontros como uma estratégia de resistência e sobrevivência.

É importante lembrar que os postulados do patriarcado, verificados no modelo de família nuclear brasileira, e mais especificamente nordestina, direcionavam não apenas a organização da família subordinada ao parentesco masculino, mas a crença em uma estrutura social, cuja origem e liderança foram atribuídas ao poder paterno “[...] O termo designa também toda estrutura social que nasça de um poder do pai. Numa organização assim, o Príncipe da Cidade ou o chefe da tribo têm poder sobre os membros da coletividade quanto o pai sobre as pessoas de sua família [...]”. (Badinter, 1986, p. 95). Tais ideias e ideais delegavam à mulher na família a condição de bem doméstico, de substrato biológico, cuja sexualidade e procriação eram legitimadas pelo casamento (Jelin, 1994, 1995). Ao lado disso, silenciava o

protagonismo da mulher, ainda que essa, dentro da estrutura patriarcal, assumisse, sem reclamar os méritos, a responsabilidade pela gestão da família. É este o caso das minhas avós, cujas histórias busco recuperar, a partir dos muitos retalhos recuperados nas narrativas delas e de mulheres da família.

Lourdes Bandeira (2014) aponta que as dissimetrias de poder entre homens e mulheres nas instâncias privadas e públicas são produtoras ou, no mínimo, associadas às estatísticas da violência física, sexual, psicológica, patrimonial ou moral, contra as mulheres. Gonzalez (2020) destaca que para as mulheres negras as consequências dessas dissimetrias são piores, pois a essas se somam a neutralização do racismo cultural que naturaliza, sob o mito da democracia racial, a exploração das mulheres negras nos trabalhos domésticos em casa e fora dela, por exemplo, para que as mulheres brancas acessem outros espaços de trabalho. Aponto tal registro como indispensável, pois o silêncio que fortalece a neutralização e a naturalização que silenciam expressivas e variadas formas de violência contra as mulheres negras, ainda é fortemente presente nestas terras. Esse é um dos motivos pelo qual a convocação de Audre Lorde (2019, p. 55) se reveste plenamente de sentido para nós: “[...] o fato de estarmos aqui e de eu falar essas palavras é uma tentativa de quebrar o silêncio e de atenuar algumas das diferenças entre nós, pois não são elas que nos imobilizam, mas sim o silêncio[...]”.

Embora eu hoje identifique os reflexos das dissimetrias em pauta em minhas avós, destaco que não reduzo o legado delas à submissão, subalternidade e violência que a cultura patriarcal impôs às mulheres, aqui também no território do Velho Chico. Ao contrário: o legado delas emerge em formas resistir e de sobreviver insubmissas, ainda que subordinadas, principalmente na instância íntima de convívio chamada família. É, assim, fortalecida por um saber defendido por Donna Haraway (1995) como “não inocente”, forjado pelas mulheres que me antecederam. que permitem e partem da partilha de experiências entre as mulheres, que busco também denunciar e resistir aos efeitos do fenômeno que as afetaram e que ainda persistem, agora também em novas roupagens, nas casas das famílias e em torno delas.

Certo é que cada moradia, como ninho de uma família, parece não apenas direcionar o modo como habitamos e vivemos, mas as nossas raízes mais profundas. Nela percursos e histórias se entrecruzam e se alimentam em um tempo mais longo, mediante lógicas legitimadas pelo grupo familiar, muitas vezes estranhas para o olhar externo. Assim, percebi também ao reviver, durante uma pesquisa realizada pelo

grupo FABEP sintetizada no texto “Tessituras de missangas: o desafio identitário de ser o fio em relatos de irmãos” (Silva, 2019a, p. 137-146), publicada no livro “Irmãos: o outro em mim” (Sá *et al*, 2019), os períodos na infância que eu e os meus irmãos habitamos uma casa com os nossos pais. Nesse retorno, revivi não somente as memórias felizes relacionada à família, algumas constantemente revisitadas, mas as experiências dolorosas que escolhi deixar de fora da minha vida. Percebi, nesse movimento, que nossas impressões e sentimentos em relação a nossa primeira casa, quer seja pela relação que estabelecemos com as demais pessoas que nela habitam ao longo do tempo, quer seja pelos sentimentos que o espaço suscita, embora sofram alterações no decorrer do tempo, tem implicações em nossas escolhas. Ademais, comprovei também que tais impressões e sentimentos se diferem para os que habitam a casa, ainda que tenham nela residido no mesmo período e compartilhado experiências familiares idênticas, como é o caso dos irmãos (Silva, 2019a).

É fato que o olhar para uma moradia familiar revela que cada família é, inegavelmente, um coletivo que se inscreve em processos complexos, nos quais os percursos individuais se entrelaçam aos itinerários do grupo, para elaborar histórias, em constante escrita. Tais escritas são, sobretudo vivas e revelam a força do grupo, potencializadora da subjetividade dos seus membros, e de valor essencial à vida em sociedade. As dimensões que delineiam os seus contornos, ainda que na moldura de uma casa ou de um entorno maior de um coletivo, não são simples ou estáticas, pois em cada grupo são descortinados, mesmo na contemporaneidade, realidades multirreferenciadas em constante mudança e percursos diversos, que definem, não somente a lógica dos lugares ocupados por seus membros, mas a pertença de cada um ao grupo.

Delimitar – ou pelo menos tentar delimitar – os contornos de cada de família, essencialmente tecida na coletividade, demanda ir além de um modelo ou conceito e reclama especial atenção à temporalidade e à espacialidade nas quais o grupo se insere. Neste caminho, implica em se considerar a subjetividade, aqui compreendida como o mundo interno de cada um de nós, que torna uma pessoa singular, no todo que constitui a família (Pierron, 2010). É desta relação, frequentemente em processo de afetos nem sempre mútuos, que parece advir parte significativa das crenças e conhecimentos definidores não somente das nossas concepções de famílias, mas da forma como nos relacionamos e afirmamos o nosso pertencimento ao grupo.

Não é demais lembrar que as famílias, como objeto principal de estudo ou como categoria emergente em investigações científicas, são temas recorrentes de pesquisas em diferentes áreas do conhecimento. Compreendê-las ou, no mínimo, apreender os seus significados em múltiplos grupos humanos demanda que o(a) pesquisador(a) supere o isolamento, que ainda teima em separar as diferentes áreas do conhecimento, para considerar as diferentes concepções que implicam e são implicadas por esta complexa instituição. Ademais, na contemporaneidade “leve”, “líquida”, “fluida” e infinitamente mais dinâmica que outros períodos históricos, o tempo parece insuficiente para consolidar as relações humanas, estabelecidas também nesta importante instância social (Bauman, 2021). Por essa razão a transversalidade e o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento, particularmente nos estudos sobre as famílias, são indispensáveis. Reforça essa necessidade a emergência da subjetividade e da heterogeneidade, que suplantaram, após a pós-modernidade, à ideia de estabilidade e homogeneidade do imaginário de família.

Mas como ver e pensar, de fato, esse coletivo de pessoa chamado família, que dizemos serem os nossos? (Pierron, 2010). O que povoa o imaginário e a idealização de família? Há de fato, princípios que instituem o que é a família? O “desejo de família” contemporâneo, verificado, de acordo com Roudinesco (2003), inclusive nos grupos que a contestavam como instância colonizadora e opressora, parecem justificar não somente essas, mas outras reflexões sobre esses conjuntos de pessoas que ao se reconhecer como famílias, constituem, em cada grupo, um todo.

Na complexidade e, por vezes, na radicalidade dos pensamentos para os quais se enveredam as discussões sobre as famílias, as divergências ontológicas, epistemológicas e éticas emergem. Em um aspecto, todavia, as reflexões parecem convergir: conceituar família é um desafio, por ser este um “[...] tema muito amplo, que muda, na linha do tempo de longa duração, em função das características sociais, econômicas, culturais, educacionais e legais; por isso mesmo, continua incompleto e, frequentemente, já está ultrapassado [...]”, conforme reflete Helene Ochi Flexor (2015, p. 23). Desta forma, sujeito a um processo revisional para o qual não se vislumbra um fim, o conceito de família está longe de convergir para uma unidade de pensamento, revelando olhares tão múltiplos quanto os grupos que nomeia (Flexor, 2015). Assim sendo, se parece coerente o próprio uso do verbete no plural, já que falamos de famílias e não de família, é também lógico falar em conceitos e não em conceito de

famílias. Neste caminho um possível quadro conceitual sobre o verbete é, por consequência, um recorte, que dificilmente esgota a polissemia da palavra, em seu sentido real ou simbólico. É nesta perspectiva e na busca de entender a subjetividade que se associa ao termo, que, na sequência, alguns conceitos são apresentados.

Martine Segalen (1999) diz que as famílias são espaços de resistência, em constante processo de mudanças, não lineares ou simples. A força das famílias como instituição residiria, nesse sentido, em sua capacidade de se reestruturar, diante das mutações sociais. Neste contexto de mudanças Maria Rita Kehl (2013) traz a “família tentacular contemporânea”. Tal família, de acordo com ela, caracterizada por novas uniões de casais separados, distancia-se dos modelos aparentemente estáveis do passado, mas trazem, também, sonhos e esperanças que fizeram sentido nas antigas uniões, legadas, com sorte, aos filhos.

Para Helene Ochi Flexor (2015) a família é condição indispensável à vida em sociedade, sendo, portanto, um valor. Cynthia Andersen Sarti (2004) aponta a família como um mundo emaranhado de relações. Roberto da Matta (1987) destaca que a família, para além da genealogia ou ditames jurídicos, é grupo cuja existência é justificada pela convivência humana em sociedade ao longo da história. Já em Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron (1975) emerge a compreensão de família como um princípio coletivo de construção de uma realidade coletiva, edificada socialmente. Neste caminho a família é também “eixo estratégico ao longo do qual se organizam a socialização e a sobrevivência cotidiana e pelo qual passam necessariamente ações de controle social, no sentido da conformidade ou da emancipação” (Bastos *et al*, 2015, p. 14).

Nas reflexões instigadas pela contracolonialidade e direcionadas por cosmovisões forjadas em saberes oriundos dos povos originários destas terras e dos nossos ancestrais africanos, outras provocações emergem ao se pensar sobre as famílias: Antônio Bispo Santos (2015, 2023) aponta que uma comunidade não dividida em grupos se faz com os diversos no compartilhamento de uma ação por outra ação, de um afeto por outro afeto como ensinado ainda hoje pelo modo de ser quilombola, e não em trocas. Assim sendo, a família é instância não isolada, mas aberta ao envolvimento e a confluências entre as pessoas e o mundo. Daniel Munduruku (1996) nos desafia a apreender com os povos pindorâmicos a pensar e a caminhar em uma coletividade que se fortalece em relações de confiança, de cuidado, de alegria e de transcendência nas quais ao mesmo tempo em que tocamos, somos tocados. Nessa

“família-comunidade”, como destaca Ana Luisa Teixeira de Menezes (2012) em seu estudo sobre o modo de vida do povo Guarani, habitação é lugar de acolhimento aberto para os vizinhos que chegam para receber conselhos, alimentos e cuidados durante todo o dia.

As diferentes acepções aqui esboçadas, que não esgotam a complexidade do verbete em questão, evidenciam a força e ao mesmo tempo, a vulnerabilidade de cada família, como grupo que inscreve e imprime nos seus a marca do pertencimento, mediante um processo de reconhecimento mútuo (Pierron, 2010). Por esta perspectiva o conceito de família é aberto a múltiplas conceituações, que longe de esvaziar os seus sentidos, ampliam e consolidam a sua função e valor social. Tal compreensão não implica nem na valorização apressada contemporânea da família eletiva e afetiva, nem tão pouco na defesa exacerbada do modelo tradicional de família. Ademais, concordando aqui com Pierron (2010) o que insere uma pessoa em um conjunto familiar não são as amarras a um modelo histórico de família, mas sim a singularidade do vínculo estabelecido no grupo que assim se denomina. O desafio parece ser, assim, desvendar o que une e o que faz cada coletivo de pessoas afirmar-se família, independentemente do tipo de composição familiar.

É importante reafirmar que as reflexões convergem hoje aqui no Brasil, ainda que por vezes implicitamente, para o entendimento de que a família, como instituição de múltiplas raízes, passa por transformações estruturais, compondo grupos que se caracterizam pela diversidade (Rabinovich; Bastos; Cardoso, 2020). Essas organizações se distinguem da estrutura nuclear tradicional pautada em modelos culturais ocidentais, que, por muito tempo, retratou a família como um grupo unívoco, formado por pai, mãe e filhos. Entender a identidade familiar, neste caminho, para além de superficialidades e enquadramentos, exige abertura à pluralidade de percepções e concepções de mundo, muitas em diálogo com o que se encontra à margem – ou na fronteira – dos grandes sistemas de pensamento e investigações, contrárias, muitas vezes, às narrativas predominantes da modernidade (Mignolo, 2003, 2008).

É válido também denunciar que os preceitos definidores dos retratos de famílias brasileiras silenciaram o reconhecimento de importantes organizações familiares forjadas em vínculos e relações sociais aprendidos no continente africano e aqui reinventados por nossos ancestrais negros trazidos ao Brasil na condição de escravizados. Tais vínculos e relações, conforme apontam Albuquerque e Fraga Filho

(2006) certamente contribuíram para a organização de instâncias familiares negras, também formadas por esposo, marido, crianças e frequentemente, por outros parentescos consanguíneos ou por afinidade, no Brasil colonial. Dessa forma, aqui também, como observado por Davis (2016, p. 16) no contexto estadunidense, “[...] a vitalidade da família negra se mostrou mais forte que os rigores da escravidão [...]”. Tais famílias omitidas na literatura ou definidas tão somente como estruturas biológicas matrifocais, instáveis, ilegítimas e incompletas (Lessa, 2017), são ainda pouco estudadas. Desta forma, demandam um olhar para os registros, certamente presentes em escritos e em narrativas das famílias, que desvelam, ao lado da omissão forçada em muitos latifúndios do nome do pai em certidões de crianças negras, a continuidade dos laços afetivos que à escravidão não conseguiu romper (Davis, 2016).

Da mesma forma, é importante apontar que práticas como a matrilocalidade e a uxorilocalidade, delineadores de outros modelos de família essencialmente extensas, que ainda hoje caracterizam a constituição e a rede de proteção dos grupos familiares nativos das terras brasileiras, também são invisibilizadas (Moliterno, 2011). Mais ainda: muito nos apropriamos e incorporamos dessas culturas, que se constituem em nossas heranças, notadamente presente no modo de ser brasileiro, ainda que sem saber a origem específica e muito menos sem atribuir os devidos créditos aos povos que nos possibilitaram estes múltiplos legados legados.

Desvendar os emaranhados que definem os retratos das famílias brasileiras não significa negar os traçados que definiram aqui também as famílias patriarcais poligâmicas (Flexor, 2015), cujos desenhos foram amplamente mostrados em obras como casa grande e senzala (Freyre, 2006). Tal caminho, todavia, reclama visibilizar as redes familiares que se constituíram também nas senzalas e questionar o lugar de simples complemento da casa-grande, comumente reservado a essas famílias, na formação sociocultural brasileira, já que os preceitos que definiram esses grupos são evidentes nas características de muitas famílias brasileiras. Ao considerarmos, por exemplo, que nas famílias negras aqui escravizadas “o compadrio foi uma das formas simbólicas encontradas pelos escravizados para ampliar os laços familiares” e o fato de, aqui no Brasil, é comum que ainda hoje os parentescos sejam reconhecidos para além dos laços de sangue, tal olhar não é somente justificado, mas plenamente necessário (Amaral, 2010, p. 42). Assim sendo, estudar as diferentes configurações de famílias que emergem das nossas raízes é necessário não somente para entender o legado de cada uma delas, mas os reflexos de tais organizações na multiplicidade

de estruturas familiares aqui no Brasil na atualidade, entre as quais estão as recompostas, as monoparentais, as homoafetivas, e as unipessoais dentre outros.

É válido lembrar também que “ainda não nos encontramos aptos para medir as consequências das mutações familiares, fundamentais em todos os domínios da sociedade” (Segalen, 1999, p. 5). Além disso, como afirma Luc Ferry (2010, p.74) o único laço que notadamente na história e, em especial, nos últimos séculos “[...] se aprofundou, intensificou e enriqueceu foi o que une as gerações no seio da família. Frequentemente decompostas, situada fora do casamento ou sem dúvida recomposta, no entanto, menos hipócrita, mais autêntica e mais atraente [...]”.

Se diferentes dimensões de afeto, intimidade e privacidade fomentam sucessivas transformações no contexto familiar, por consequência, trazem consigo a exigência por mudanças em diferentes instituições sociais, a exemplo da escola, para reconhecer as nossas raízes ancestrais e acolher a diversidade, também silenciada em nossa história. Neste caminho, demandam também em um olhar renovado para o lugar e o papel dos seus diferentes membros, entre os quais destaco a mulher, tendo em vista que o estereótipo do familiar nuclear, com ranços que obstaculizam avanços para nós, ainda persiste.

Desta forma, desvendar o sentido e as possibilidades do legado que mulheres, como minhas avós, silenciadas na e pela história, nos deixaram, é apreender, em referências ancestrais também na família os “caminhos para a insubordinação e insurreição contra processos opressores e colonizadores” indispensáveis ao (auto)conhecimento. Nesse contexto é válido reconhecer que esses, em sua maioria, como reflete Hildália Fernandes Cunha Cordeiro (2020, p. 2) são transversalizados “por etapas que vão desde a (auto)rejeição, (auto)repugnância, (auto)sabotagem, mas, podendo desaguar, também em (auto)aceitação, (auto)revelação, (auto)cuidado, (auto)amor, (auto)cura e porque não, (auto)realização”. Destaco que tais caminhos, como verifiquei e ainda verifico em minha trajetória pessoal e profissional, são ainda indispensáveis, também nos estudos de famílias.

É certo que as raízes ancestrais das famílias são intrinsecamente relacionadas ao presente e um dos norteadores do futuro, o que talvez explique porque os ancestrais e as ancestrais em muitas culturas milenares, notadamente naquelas que compartilham cosmovisões de partilha presentificadas no que é sentido e vivido, são respeitados(as) e ocupam lugar de destaque na família. Neste caminho é importante acentuar que “[...] o ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural

na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro [...]” (Weil, 1996, p. 411). Tais tesouros possibilitados por diferentes grupos sociais são patrimônio de um coletivo, até “[...] porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco certa quantidade de pessoas que não se confundem [...]” (Halbwachs, 2006, p. 30).

É neste caminho que compreender o lugar e as implicações da ancestralidade, em especial das mulheres, na família não se traduz em uma simples contemplação individual da memória, mas no tônico para novas realizações, alicerçadas na constatação da superação de desafios pelas ancestrais. Este legado que constituiu a nossa herança, não é pertença apenas de uma mulher, mas de muitas outras mulheres, descendentes de muitas outras, silenciadas no passado e no presente da nação brasileira, chaves de possíveis mudanças reais no futuro. Neste contexto, concordando com Evaristo (2020a), nosso labor é e será, certamente, menor, pois os fios já nos foram legados restando-nos somente identificá-los, entretecê-los e cruzá-los, para dar vida, com mais direitos, liberdade e menos silêncio, também nos grupos invisibilizados nos bordados que retratam as famílias brasileiras. Nesse sentido, afirmo que há muito a apreender com as mulheres.

Nos bordados delicados que ora alinham e ora desalinham cores tão múltiplas como a vida, as mulheres ensinam não somente a arte de enlaçar o vivido e o sentido ao tecido escolhido, mas a compartilhar e acolher enquanto também são acolhidas por outras mulheres. Apreender esse ofício é conquista para poucos(as) que não se acomodam ou param no domínio dos pontos mais fáceis, traçados nos tecidos comumente experimentados por iniciantes. Assim também são os estudos sobre as famílias. Empreende-los, ainda que na simples tentativa de conceituá-las na moldura de uma casa que se revela muitas vezes inexistente, descortina o habitar e as famílias como espaços-tempos circulares de vidas e de vivências forjadas na diversidade. Tal movimento, que se distancia da homogeneização das diferenças, reclama, por consequência, suficiente abertura para diferentes formas de ver e dizer as famílias, mediante arqueologias também da nossa memória que tornam possível conhecer um pouco mais não somente as famílias, mas uma brasilidade digna de ser desvendada por nós, brasileiros(as).

4.4 CORPO: (RES)SIGNIFICAÇÕES SOBRE GESTAR EM FAMÍLIAS

Na pensão Sertaneja, depois da janta³⁸ dos caixeiros viajantes, feirantes e funcionários públicos que lá se hospedavam, era hora de “vô” Tristão³⁹ tomar o lugar na cabeceira da mesa, altivo como o cavaleiro da lenda da qual emprestou o nome. À sua frente, a garrafa de chá acompanhada por beiju, batata doce, carne assada e pisada no pilão com farinha, cuscuz, peixe frito ou outra iguaria, tudo preparado um pouco antes por “vó” Joaninha.

Aos poucos, os filhos e não por poucas vezes alguns hóspedes e compadres dele, se sentavam em um dos dois grandes bancos dispostos nas laterais da mesa, para escutar as várias histórias que a imaginação prodigiosa desse meu avô paterno produzia, enquanto comia. Vó Joaninha, não: era necessário ainda garantir que as brasas do fogão a lenha não mais crepitassem, que os filhos fossem orientados, que as luzes fossem apagadas, que as sobras dos alimentos fossem guardadas, que os ingredientes para o café da manhã do dia seguinte fossem organizados. Somente após realizar as ações mencionadas, ela se dirigia ao quarto para o ritual de aquietar o corpo.

O ritual que testemunhei nos dias em que pude dormir ao lado dela era rápido e consistia, depois de entrarmos no quarto, em despir e dobrar cuidadosamente o vestido; após, sem retirar as anáguas, ela vestia uma camisola de algodão e trançava os cabelos. Tudo sem expor o corpo para o qual ela não olhava e sobre o qual pouco falava.

Quais marcas ela desejava ocultar dos meus olhos de criança e dos espelhos ausentes daquele espaço íntimo, até hoje não sei. Lembro bem que ela parecia ansiar proteção, já que a fé que conduzia o seu olhar para as santas do oratório ao lado da cama, a fazia também benzer o travesseiro, mediante uma cruz imaginária que ela traçava com mão direita, enquanto murmurava uma reza, que assim dizia: “[...] Pelo sinal da Santa Cruz, livrai-nos, bondoso Deus, dos nossos inimigos; com Deus me deito, com Deus me levanto; com a graça de Deus e o Divino Espírito Santo”. Penso que no ato e no mantra repetidos, hoje também por mim reproduzidos, ela, temente como Sá Izora (Evaristo, 2020b) ao sono profundo, buscasse expulsar as lembranças

³⁸ Termo informal utilizado na região onde nasci para denominar jantar.

³⁹ A lenda conta a história do cavaleiro Tristão e da rainha Isolda que após beberem acidentalmente uma poção mágica, se apaixonam e são perseguidos pelo marido de Isolda e tio de Tristão, o rei Marco.

inimigas que se certamente revividas, levariam para longe aquele momento de quietude, somente interrompido para velar o meu sono. Era assim, como a mocinha Izorinha e sua tetravó Sá Izora (Evaristo, 2020b), que cuidávamos uma da outra, nos dias em que o meu avô se ausentava de casa.

À época, eu experienciava também minhas primeiras vivências na escola. Estávamos no apogeu da ditadura militar implantada aqui no Brasil, em 1964. Nessa instância respeitada e valorizada por minha família, fui ensinada a conformar o meu corpo a uma organização social norteada, à época, por Atos Institucionais que direcionavam a repressão, o silenciamento das forças de oposição, o cerceamento das liberdades públicas e o forte combate às denúncias de violação dos direitos humanos. Ali não havia espaço para uma pessoa pensar ou falar de si, ou mesmo de se perceber nos panoramas e verdades, por via de regra distantes dos fatos cotidianamente vividos por nós, apresentados como inquestionáveis pelos professores.

Éramos, na percepção da escola, tábulas rasas⁴⁰, desprovidos(as) de saberes e, por consequência, folhas em branco, corpos-receptáculos vazios a serem preenchidos com as informações escolares. Não sem razão eu, e certamente as demais crianças, pouco sentido percebíamos no ensinado naquela instância, que semelhante ao não-lugar⁴¹ descrito por Augé (1994), era para nós apenas espaço de trânsito, de passagem, situado distante da vida coletivizada em nossa comunidade.

Fora da escola tínhamos uma relação orgânica com a vida (Santos, 2023), que nos possibilitava aprender sobre nós e o mundo, mediante processos nos quais linguagem e realidade se prendiam dialeticamente e dinamicamente (Freire, 1989). Ali a educação fervilhava, sem modelos formais e centralizados de ensino, para possibilitar aprendizados circulares acerca de tudo o que nos rodeava em um sistema de partilha inter e transgeracional, possível no convívio comunitário, que revestia de sentido o aprender-ensinar-e-aprender (Brandão, 1995). Era desta forma que o modo de vida, assim como os saberes e valores forjados pelas gerações em um tempo mais

⁴⁰ O conceito de tábula rasa, como metáfora no processo de aprendizagem, tem suas raízes na Grécia Antiga e enfatiza que a mente inicialmente vazia, é preenchida com o conhecimento à medida que o mundo exterior permite. Na modernidade, o conceito foi usado pelo filósofo inglês John Locke, um dos protagonistas do empirismo. Para Locke todas as pessoas nascem desprovidas de conhecimento e todo o processo do conhecer, do saber e do agir é aprendido através da experiência.

⁴¹ Marc Augé elucida que diferente de um lugar antropológico, que é identitário, relacional e histórico, um não lugar fica no meio, na passagem, sem apresentar tais características. Como exemplo de não-lugares o autor cita aeroportos, autoestradas e outros lugares de passagem.

longo, teimava em se infiltrar nos ditames hegemônicos, insistentemente ensinados, para possibilitar e encorajar aprendizados misturados com a vida, sem tempos reservados exclusivamente para o ato de ensinar: protagonizávamos a vida, na experimentação dos sentidos ao livre e na observação, escuta e ação do sentir e do fazer em comunidade.

É certo que a leitura do mundo por nós, ignorada pela escola, precedia, de fato, a leitura da palavra (Freire, 1989): aprendíamos na escuta respeitosa aos(as) mais velhos(as), com a vida que pulsava nos rios e na caatinga, cenários das nossas brincadeiras, com os batuques das festas profanas, com os cânticos e rituais das missas e procissões em dias santos. Aprendíamos também com as marcas nos corpos e soluços das mulheres, quase sempre ocultados e apenas murmurados em orações, como fazia vó Joaquina em seu quarto de dormir, ou entre choros e consolos mútuos entre mulheres que compartilhavam dores e sonhos, nas casas e em seus espaços de trabalho.

Hoje percebo essas muitas pedagogias, possibilitadas pela escola e pela vida que se desenrolava dentro e no entorno das casas, moldaram inicialmente não somente o meu corpo, mas certamente os de muitos(as) da minha geração. Se por um lado tais práticas educativas oficializavam a conformação, a exclusão e a violência nem sempre simbólica como práticas comuns, por outro lado nos possibilitavam o acesso a saberes e práticas sociais que carecem ser estudadas. Os efeitos de todas, embora modificados pelas transformações sócio-históricas e pelas mudanças operadas em e por cada subjetividade em seu percurso de vida, sobrevivem e não estão encerradas no tempo pretérito. Este é dos motivos que justificam o olhar de um(a) pesquisador(a) para os corpos feitos ou que ainda se fazem nestes polos opostos, também nas produções acadêmicas.

O olhar aqui reclamado revela, por exemplo, que os reflexos da educação escolar estão presentes não somente em lógicas perversas, que excluem pessoas e grupos (Silva, 2020a), mas também, como denuncia a psiquiatra e psicanalista Neusa Santos Souza (2021), no custo da mobilidade social imposto aos(às) excluídos(as), e principalmente a aqueles(las) que sofrem as consequências severas do racismo. Esse custo, ainda de acordo com ela, impõe a introjeção de padrões, com a consequente sujeição, negação e apagamento de histórias, de culturas e dos corpos daqueles(as) que buscam essa mobilidade. Nas palavras do pesquisador e psicanalista Jurandir Freire Costa (2021), que escreveu o prefácio do livro aqui em pauta, os custos dessa

internalização forçada são altos: não recebemos a “alma branca” quando somos obrigados(as), persuadidos(as) ou seduzidos(as) a “perder a cor”, a esquecer o que somos para evitar a dor; recebemos, sim, a internalização da nossa cor, dos nossos traços fisionômicos e da nossas heranças como predicados pejorativos, mediante um discurso outorgado pelo branco que nos diz o que pensar sobre nós mesmos (Costa, 2021). Por isso a necessidade e urgência em elaborar um discurso sobre si não são sem razão.

É certamente assim que as engrenagens sociais, que menosprezam as nossas origens ancestrais, produzem diferentes formas de opressão contra os(as) estigmatizados(as), a partir de marcadores sociais da diferença, relacionados à raça/etnia, gênero e classe social e não por poucas vezes também de religião, como evidencia a socióloga Heleieth Saffioti (2013, 2015), que alimentam o racismo, o preconceito, a negação de direitos e diferentes formas de exclusão. Tais marcadores, como ela reflete em seus estudos, que estão entre os principais eixos na qual a sociedade brasileira foi estruturada, desenham e projetam imagens alienantes de nós mesmos(as). Certamente não sem razão, para aqueles(as) situados(as) no entrecruzamento desses eixos, como é o caso da mulher, que garante a sua sobrevivência e a da sua família em subempregos, a opressão é ainda pior (Davis, 2016; Engel, 2020).

Embora reconheça os ranços aqui descritos em meu percurso formativo, destaco que a minha educação foi beneficiada por um contexto sem mestres diplomados, mas de muitos(as) pedagogos(as), tão sábios(as) como os escravizados que receberam na história pela primeira vez este título. Com eles(as) fui instigada a apreender no cotidiano um saber que todos(as) que ali viviam aprendiam e sabiam de algum modo. Refiro-me aqui principalmente as minhas ancestrais, que sabiam ensinar, mediante a própria ação de fazer e narrar, trajetórias vivenciadas sentidas visceralmente por elas, também protagonistas e testemunhas oculares do narrado. São mulheres descendentes de outras mulheres, que tal qual a Maria Teresa, ficcionada por Luciany Aparecida⁴² (2023) no romance “Mata Doce”, não somente apreciavam os seus jardins, mas ousavam serem presenças inesperadas em cenários nos quais matavam bois e recolhiam vísceras. Nesse movimento, certamente,

⁴² Trata-se de uma história que ficciona a vida mulheres que ousaram trilhar o seu caminho no interior do Brasil. Esse é o caso de Maria Teresa, que se fez matadora de bois, uma profissão delegada historicamente aos homens (Aparecida, 2023).

forjavam caminhos e possibilidades para si e suas descendentes. Tudo construído à revelia daqueles para os quais “[...] água se represa, terra se incendia, árvore é para o corte e gente se derruba na unha” [...] (Aparecida, 2023, p.13). Gente, cujo corpo, único espaço geográfico⁴³ chamado seu (Campos; Silva; Silva 2020; Silva; Ornat, 2016), era território disputado de corriqueiras violações. Tudo sempre negado ou minimizado. Afinal, “[...] aquele conto de negar a verdade era cena antiga de homem branco que o povo conhecia. Era parte do jogo reinar: violar, matar e ter fama de bom dialogador. [...]” (Aparecida, 2023, p. 213). Como aprendi com as minhas ancestrais esse jogo no território do Velho Chico, que possibilitou a usurpação não somente terras, mas de legados e histórias está longe de ser ficção.

Sob o poder do Estado e concentradas nas mãos de poucos desde a chegada dos portugueses ao Brasil, as terras no Velho Chico não se desvinculam do poder político e econômico que pouco faz para minimizar a desigualdade e a exclusão historicamente aqui edificadas (Ribeiro; Oliveira, 2015). É desta forma que os traçados em linhas retas, que dividiram o Brasil em capitanias hereditárias, parecem hoje sobreviver neste território de antigos coronéis, agora nos sulcos abertos na terra pelas grandes máquinas do agronegócio, pouco favorável à agricultura familiar ainda comum na região. Foi nesse cenário que as mulheres construíam um “vir a ser” (Souza, 2021), mediante um movimento silencioso principalmente dentro da própria família. Como então continuarmos a não ver e (re)escrever suas histórias, notadamente imbricadas às nossas, se os seus legados, que se constituem em nossas heranças, ainda são desconhecidos ou deturpados? Como não pensar nas consequências desses silêncios se as violências física, psicológica, sexual, patrimonial e moral ainda hoje são fortemente sentidas principalmente por nós, mulheres?

Destaco que nem sempre nos reconhecemos dentro de uma história que poucos(as) de nós percebem como nossa. Obstaculizado por hierarquias que normatizam e normalizam prática de discriminação, de exclusão e violência a partir de critérios que incluem, entre outros, fenótipos físicos aqui no Brasil, sofremos os reflexos da historicidade que molda as culturas e a sociedade nas quais fomos

⁴³ Para autores como Joseli Maria Silva e Marcio Jose Ornat (2016) o corpo de cada pessoa é espaço e tem o e seu próprio espaço. Nesse caminho, é também tanto uma espacialidade política, tensionada pelas relações de poder como um lugar de resistência. Por assim se constituir, suas marcas podem localizar determina pessoa em uma determinada estrutura de relações de poder.

inscritos(as) ou que nos inscrevemos. É assim, por exemplo, fortalecida pela depreciação de heranças que legitimam o que somos em uma contenda que tem como principal campo de batalha o corpo (Costa, 2021), que a branquitude assegura os melhores lugares sociais para as pessoas brancas, mantidos e transmitidos para as novas gerações (Bento, 2022). É assim que nós mulheres, negras ou pardas predominantemente, embora com ganhos menores que os homens, lideramos milhões de lares aqui no Brasil (IBGE, 2024). É assim também que continua a ser comum o fato que três, a cada dez entre nós, ainda serem vítimas de violência doméstica (Instituto DataSenado, 2023).

Certamente, como alimento da realidade aqui evidenciada, como denunciam, Virginia Moreira, Georges Daniel Janja Bloc Boris e Nadja Venâncio (2011)⁴⁴, ainda nos é imputado o silêncio, mesmo quando somos espancadas e maltratadas. Como também lembram Saffioti (2015) e hooks (2019b), esse silenciamento quando utilizado pelas mulheres, é, na verdade, uma estratégia de fuga aos estigmas sociais que, de modo recorrente, transferem para as próprias vítimas a responsabilidade pelos crimes sofridos, cometidos pelos homens. Assim sendo, não é incomum que muitas mulheres se calem diante das violências sofridas, não pela ausência de sofrimento, mas em razão da carga de culpabilização e julgamento que lhes é socialmente imposta, perpetuando assim a lógica colonial e patriarcal de opressão que, como observa Kilomba (2019), insiste em calar as vozes subalternizadas.

Ao olhar para este cenário, aceito o convite de Janaina Portella⁴⁵ (2024) para entrar, sem medo, na terra da minha história e ir ao encontro de raízes profundas de uma ancestralidade que ainda careço desvendar. É neste movimento, sem romantizar e nem se desfazer as heranças que recebi, que busco desvelar os padrões transgeracionais (Portella, 2024), que não somente alimentam variadas formas de violência contra nós, mas o acesso aos legados necessários a um quadro mais equânime e menos excludente da realidade que hoje vivemos. Não é demais lembrar que tais desvelamentos, como destaca a romancista Chimamanda Ngozi Adichie (2019), que evidenciam também estereótipos criados e aprisionados, são

⁴⁴ Virginia Moreira, Georges Daniel Janja Bloc Boris e Nadja Venâncio (2011), tendo por referência os estudos de Goffman sobre estigma, analisam os resultados os dados de uma pesquisa realizadas com mulheres vítimas de violência no artigo intitulado “O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos” Os pesquisadores mostram, a partir desses dados, que as mulheres vítimas de violência se sentem psicologicamente estigmatizadas e, por essa razão, evitam a denúncia para não serem reconhecidas socialmente como mulheres espancadas e maltratadas.

⁴⁵Disponível em <https://www.instagram.com/p/C6vyeEsLqmc/>

possibilitados não pela contação da história de todos por um, mas pelas narrativas de muitos(as) as várias histórias compostas e sobrepostas por muitas histórias.

Evaristo (2019), no *podcast* *Águas de Kalunga*⁴⁶, alerta que usufruir as nossas heranças implica em coragem para imergir em águas profundas da memória e acessar o que jaz submerso há muito nas profundezas. Mediante um texto de múltiplas materialidades ela nos instiga a desafogar corpos ancestrais no fundo das rotas marítimas escravistas, em uma relação com um(a) outro(a) na qual certamente nos (re)conhecemos. Nesse movimento, como ela reflete, somente aquele(a) que não traz no corpo a memória ancestral da dor e da turbulência das águas, navega tranquilo (Evaristo, 2019).

Esclareço que a morte não é aqui tomada como sinônimo de fim da nossa existência. Como reflete o professor e teórico Achille Mbembe (2015, p. 125) em um contexto de necropolítica⁴⁷ “[...] a morte não se reduz ao puro aniquilamento do ser. Pelo contrário, é essencialmente autoconsciência; além disso, é a forma mais luxuosa da vida, ou seja, de efusão e exuberância: um poder de proliferação[...]”. Nesse sentido, é renascimento e recriação possível a cada pessoa na singularidade e pluralidade que a caracteriza, ainda que o contexto social, político, cultural e econômico assim não permita ou favoreça, até porque uma pessoa não se reduz à passividade diante das imposições sociais: ela pode tanto as incorporar como resistir às significações e mazelas que alimentam essas imposições. Esse é caso, aqui no Brasil, da escritora Carolina Maria de Jesus (2019), referência entre aqueles(as) que denunciam a realidade do racismo, da violência e da fome vivenciada por homens, mulheres e crianças. Para esses é reservado apenas um quarto de despejo⁴⁸, ou em outras palavras, as favelas, onde são despejadas as pessoas consideradas socialmente como indesejáveis ou insignificantes (Jesus, 2019).

Seguramente, por buscar entender a pessoa e principalmente a mulher, para além da ideia de passividade diante de imposições sociais e mais próxima do

⁴⁶ Disponível em <https://museudeartedorio.org.br/podcast/aguas-de-kalunga-por-conceicao-evaristo-1/>

⁴⁷ O termo traduz um conceito filosófico sobre o uso do poder social e político para direcionar distribuição desigual dos recursos e oportunidades no sistema capitalista. Por assim se constituir, tal poder direciona como alguns segmentos da população podem viver e como outras devem morrer (Mbembe, 2019).

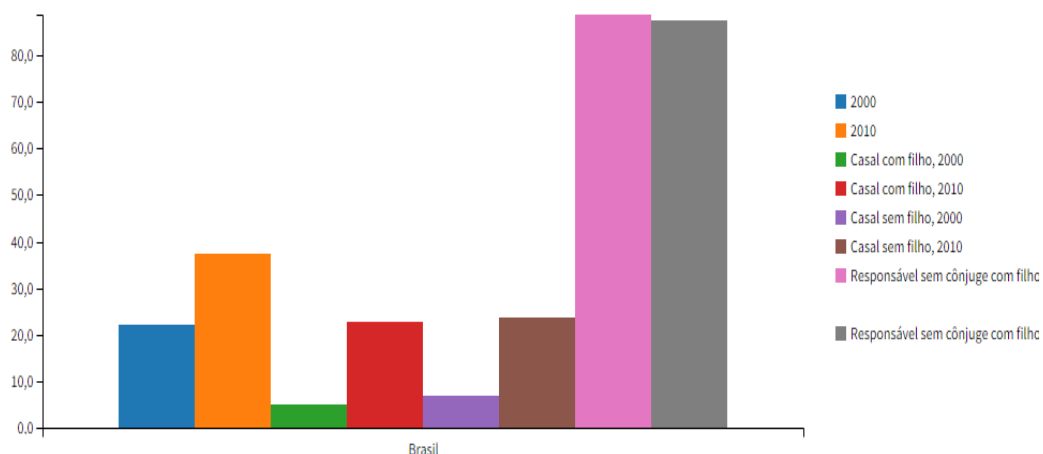
⁴⁸ Quarto de despejo é o título de um livro escrito por Carolina Maria de Jesus. A obra se fundamenta em diários escritos por ela durante cinco anos, quando vivia comunidade do Canindé, zona norte de São Paulo, com seus três filhos. O texto descortina não somente as dificuldades para contornar a fome – Carolina era então catadora de papel - mas, sobretudo os pensamentos dela sobre o quadro político, social e econômico da época.

protagonismo feminino nos espaços onde fui inserida desde a infância, as reflexões de Evaristo (2019) ecoam fortemente dentro de mim. Assim como para ela e certamente, para muitas de nós há forças ancestrais e esperança que nos permitem sobreviver (Evaristo, 2019) em uma navegação que, a despeito de difícil, possibilita resgatar dos nossos corpos de apropriações sociais perversas. É esse resgate, iniciado por aquelas que nos antecederam, que nos fortalece hoje a nos apresentar, a falar sobre nós e nos representar, com vistas a sermos, de fato, o que somos, nas diversas instituições e espaços sociais nos quais hoje estamos. Se, como destaca hooks (2019b), podemos transformar o silêncio em linguagem e em ação, é mister continuarmos a erguer a voz, também na instância familiar.

Não é demais lembrar que nas lógicas instituídas nas famílias, forjadas em modos múltiplos de convivência e em premissas de vínculos entre as pessoas que compõem cada grupo, são delegados e naturalizados papéis e lugares, nem sempre reclamados pelos membros que os desempenham. Para nós, mulheres, por exemplo, responsabilizadas pelos cuidados domésticos e do(as) filhos(as) se soma também um dever historicamente silenciado nas estatísticas, principalmente dentro dos grupos conjugais: o encargo de prover financeiramente a família. Assim foi com minhas ancestrais no Velho Chico e certamente, com muitas de nós, ainda hoje.

Sarti (2005) lembra que a presença masculina, fortalecida por um histórico de heranças do patriarcalismo, era um dos elementos que conferiam socialmente respeito e legitimidade à família, uma instância de referência primordial para a organização e sentido da vida social aqui no Brasil. Como ratifica Dessen (2010, p. 3), até a década de 50, “as famílias eram constituídas basicamente por pai, mãe e filhos que obedeciam ao pai, econômica e afetivamente”. Em minha família, por exemplo, escutávamos sempre que era importante para uma mulher estudar e trabalhar, mas que as casadas eram mais respeitadas. Certamente por essa razão, embora não por poucas vezes as mulheres sustentassem economicamente os seus membros, as famílias atribuíam a chefia do grupo a um homem. Esse talvez seja um dos motivos do predomínio na identificação do homem, pelo próprio grupo familiar, como responsável pela família em configurações matrimoniais e conjugais aqui no Brasil, ainda no período recente da história, como demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 2. Proporção de famílias que identificam as mulheres como responsáveis pela família (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010 ⁴⁹

A leitura das estatísticas de gênero possibilitada pelo gráfico anterior suscita reflexões, em se tratando da identificação da mulher como responsável pelo grupo familiar. Isso porque, se por um lado, no quadro geral, que também inclui os grupos familiares sem cônjuge, ela é identificada pela maioria como responsável pela família, nos grupos que se declaram conjugais é assim considerada apenas pela minoria. Dados mais recentes evidenciam que este quadro pouco se alterou:

Tabela 1- Distribuição percentual das famílias por tipo de arranjo familiar, segundo sexo do/a chefe de família – Brasil – 3º trimestre 2019 e 3º semestre 2022

Período	Sexo do Chefe da Família	Tipo de Arranjo Familiar							Total
		Casal com Filhos	Casal sem Filhos	Mulher com Filhos	Homem com Filhos	Unipessoal Feminino	Unipessoal Masculino	Outros	
3T2019	Masculino	53,0%	23,1%	-	4,3%	-	15,0%	4,6%	100,0%
	Feminino	33,1%	12,8%	32,2%	-	15,0%	-	6,8%	100,0%
	Total	43,8%	18,3%	14,9%	2,3%	7,0%	8,1%	5,6%	100,0%
3T2022	Masculino	46,4%	23,7%	-	4,7%	-	18,6%	6,7%	100,0%
	Feminino	34,2%	14,6%	29,0%	-	14,6%	-	7,6%	100,0%
	Total	40,2%	19,0%	14,7%	2,3%	7,4%	9,1%	7,1%	100,0%

Fonte: Dieese, 2023.

⁴⁹ A periodicidade da pesquisa é decenal. Tem como unidade de coleta a pessoa residente, na data de referência, em domicílio do Território Nacional.

As Informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua sintetizadas na tabela anterior elaborado pelo Dieese (2023) elucidam que a chefia da família é atribuída às mulheres em 50,8% dos 75 milhões de lares brasileiros. Neste lugar, no 3º trimestre de 2022, em 21,5 milhões de lares (56,5%) estão as mulheres negras, enquanto as não negras estão em 16,6 milhões (43,5%) de residências (Dieese, 2023). Portanto no quadro geral, no qual predomina o crescimento no número de arranjos de casais sem filhos e de núcleos unipessoais e famílias monoparentais com filhos ou parentes, somos nós mulheres, negras na maioria, que lideramos as famílias brasileiras. Tal panorama, todavia, não é assim anunciado nos grupos que se assemelham à estrutura tradicional de família (casal com ou sem filhos): nesses grupos a atribuição da chefia da família ao homem é expressivamente majoritária. Desta forma, embora identificadas como chefes na maioria das famílias, somos minoria nesse reconhecimento, nas organizações familiares conjugais.

Ao lado da invisibilidade na gestão da família e dos desafios no mercado de trabalho, quase todos relacionados à inexistência de equidade de gênero, não somente persistem, mas aumentou o crescimento de todas formas de violência contra a mulher, também nessa instância social (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023). O gráfico a seguir evidencia que é na residência, local considerado por muitos como sinônimo de abrigo, que o feminicídio mais acontece aqui no Brasil:

Gráfico 2 - Feminicídio no Brasil: Local de ocorrência do fato ano 2024



Fonte: Senado Federal Brasileiro. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/mapadaviolencia/#/inicio>

Desta forma, seja pelas tentativas de nos inviabilizar ou “seja no ser mantida presa à homens, que ainda hoje podem decidir o rumo das vidas de muitas mulheres, inclusive a tirando delas [...]” são corriqueiras aqui graves violações dos nossos direitos (Souza, 2021, p. 2). Esse cenário, certamente tem raízes, entre outros, no triângulo “mãe-esposa-dona-de-casa” apontado pelas pesquisadoras Leila Machado Coelho e Marisa Baptista (2009), apregoado no golpe de Estado de Getúlio Vargas em novembro de 1937, que silenciou, por um ato de força, ainda que por um curto período, até mesmo o direito ao voto feminino. É em um quadro social que ainda parece sofrer reflexos desse período, que gestamos as famílias no Brasil: com a responsabilidade de garantir a sobrevivência da família, para nós são atribuídas funções diversas, como ser a de mãe, dona de casa e provedora do grupo. Tais obrigações múltiplas, que se constituem em uma sobrecarga laboral expressiva para os nossos corpos, são atestadas, entre outros, também por dados estatísticos: mais de 80% do trabalho de cuidados com as famílias é feito por mulheres aqui no Brasil (IBGE, 2018).

O panorama aqui em pauta parece pouco se alterar para aquelas que trabalham fora ou que empreendem pequenos negócios no lar, também responsabilizadas por esses cuidados. Como nossas ancestrais, planejamos, organizamos e dirigimos a vida familiar, mediante papéis e lugares nem sempre visibilizados ou desejados. Nesse movimento elas, que não foram apresentadas aos livros, leram o mundo para nos legar um texto não escrito que nos permitiu desenhar horizontes, dentro e fora da família. Certamente é assim também que os escritos em tinta e as narrativas de muitas de nós, impregnados por essas heranças, são inspirações para projeções das gerações seguintes, em quadros no qual o gênero é desvelado não como traço biológico, mas como relação social, com poderes detidos por homens e sofridos por mulheres (Saffioti, 2013, 2015). De igual forma, essa perspectiva descortina também que a passividade não é uma característica inata ou internalizada por todas as mulheres, mesmo em territórios nos quais os princípios patriarcais prevaleceram socialmente, como é o caso do sertão brasileiro. Como evidenciam Maria das Graça Jacintho Setton e Mylena Nogueira Teixeira (2018), a partir de um estudo realizado em uma associação de pequenas produtoras rurais no sertão pernambucano, há, em territórios como esses, também processos emancipatórios de mulheres. Ainda de acordo com essas pesquisadoras, esses processos, forjados em experiências socioculturais que articulam disposições de gênero relacionadas tanto uma condição

de vida tradicional quanto a práticas de emancipação, atestam que as mulheres entrelaçam diferentes formas de viver e resistir no sertão brasileiro.

É fato que somos gestoras de família e não somente porque muitas de nós podem parir, mas principalmente porque empreenderemos para garantir a subsistência e a existência tanto dos (as) filhos (as) que geramos como de todos, na família (Silva; Rabinovich, 2023). Não sem razão em culturas como a lorubá somos matrizes de humanidade, a *Ìyá ou Yèyé*, assim definida pela pesquisadora e professora nigeriana Oyèrónkè Oyěwùmí:

Ìyá não é apenas a doadora do nascimento; Ìyá também é uma co-criadora, uma doadora de vida, porque Ìyá está presente na criação. O papel de Ìyá é considerado uma vocação ao longo da vida. Como ancestrais, as Ìyá são primus inter pares entre os que partiram, sendo primeiras na fila para serem reverenciadas por sua prole, para buscar sua benevolência e bênçãos a fim de que sua progenitura tenha vida bem-sucedida e sem problemas. A relação de Ìyá com a prole é considerada de outra dimensão, pré-terrena, anterior à concepção, pré-gestacional, pré-social, pré-natal, pós-natal, vitalício e póstumo. Assim, a relação entre Ìyá e prole é atemporal (Oyěwùmí, 2016, p. 8).

A tradução para a Língua Portuguesa do termo proposto por Oyěwùmí (2016) certamente não captura plenamente o significado central atribuída a essa palavra no contexto de origem. Ainda assim, mergulhar nas reflexões por ele suscitadas abre um leque de possibilidades para compreender melhor o protagonismo feminino na gestão da família. Tal compreensão, que não distancia essa ação do termo grego *gígnomai* (nascer, gerar), descortina para nós que não apenas administramos e gerenciamos o grupo familiar, como traduz a palavra gestão (lat. *gestio,ōnis*) em sua etimologia, ou que empreendemos e fazemos, como explana o termo *gestus* (gesto), raiz do verbo *gerere* (gerar) (Cunha, 2010; Houaiss, 2009). Nas famílias, de fato, somos potências criadoras, pois contribuímos para que essas sobrevivam e criem a sua própria coerência como grupo. É desta forma que nos constituímos em princípio da criação da família, em torno da qual a própria vida parece transitar e circular. É assim também que os fios que nos ligam as nossas ancestrais são fortalecidos para dar vida e longevidade a cada uma de nós na família, em uma dinâmica que parece romper os condicionamentos que teimam em separar o pretérito, o presente e o porvir.

Sem a pretensão de abarcar a totalidade dos estudos realizados principalmente por mulheres, sobre os vieses que legaram a nossas ancestrais o dever de prover a família, posso afirmar que as evidências históricas sobre a ação delas nesse sentido

são muitas: Angela Davis (2016) esclarece que o protagonismo feminino na realidade estadunidense, mesmo em grupos conjugais é verificado em épocas pretéritas, como foi o caso no período pré-industrial. Ela aponta que era comum à época que as esposas não apenas parissem, criassem as crianças e atendessem as necessidades dos maridos, mas também trabalhassem, ao lado dos cônjuges, nas lavouras que se centravam comumente em terras no entorno da casa. O labor das mulheres era acrescido por outras atividades necessárias à subsistência de suas famílias. Assim, “enquanto os homens lavravam o solo (frequentemente com a ajuda da esposa), as mulheres eram manufadoras, fazendo tecidos, roupas, velas, sabão e praticamente tudo que o era necessário para a família” (Davis, 2016, p. 44-45). Embora submetidas ao modelo de organização patriarcal, essa realidade não era estranha às mulheres brasileiras.

Eni de Mesquita Samara (1991) destaca que a condição feminina aqui no Brasil, já no período colonial, pode e deve ser entendida também a partir de um olhar para a presença itinerante ou ausência da figura masculina na chefia das famílias à época. Tal situação, ocasionada certamente por atividades econômicas relacionadas como a ocupação de terras, colocavam um número expressivo de mulheres na condição de chefes de famílias, entre o final do século XVII e o início do século XIX. A essas chefes de famílias se somavam à época “[...] mulheres trabalhadoras, mediadoras e intermediárias nas atividades de comércio e negócios [...]” (Samara, 1991, p. 230). A essas se somavam costureiras, lavadeiras, doceiras e quitandeiras que trabalhavam para o sustento das suas famílias (Samara, 1991).

Também em terras paulistanas do século XIX era comum que as mulheres casadas ocupassem o lugar de chefes de família, como elucida Maria Odila Leite da Silva Dias (1995). Em virtude das constantes viagens dos maridos que trabalhavam como tropeiros ou mineradores, cabia a elas, de acordo com a autora, cuidar não somente das famílias, mas das roças e dos pequenos comércios. Ao lado dessas mulheres estavam também as viúvas que optavam pelo não recasamento, as solteiras, em especial as pobres e sem dotes, e as mães solteiras Dias (1995, p. 180) esclarece ainda que nesses “[...] domínios concentradamente femininos, de mulheres pobres, a liderança das mães, das senhoras mais velhas, era o que as amparava em meio às tensões raciais e às contínuas rupturas de condição e situação de vida a que se viam repetidamente expostas [...]”.

Aqui na Bahia o protagonismo feminino, em especial das mulheres negras, em atividades comerciais, seguramente desenvolvidas para o sustento das suas famílias, é apontado por pesquisadores diversos. Este é o caso de Katia M. de Queirós Mattoso (1992) e de João José Reis e Maria Gabriela D. de Aguiar (1996). Presentes nas ruas soteropolitanas, as mulheres negras, de acordo com esses pesquisadores, circulavam aqui, no decorrer das primeiras décadas dos anos de 1800, para comprar e vender produtos, que iam do acarajé, doces, mingaus e legumes ao carvão (Mattoso, 1992; Reis; Aguiar, 1996). Mais ainda: essas mulheres participaram de movimentos organizados, como foi o caso de um motim contra a carestia na Bahia, ocorrido em 1858 (Mattoso, 1992).

No sertão da Bahia a tríade mulher, família e negócio, como esclarece a pesquisadora Idelma Aparecida Ferreira Novais (2021), também sempre foi fato presente. A partir de um levantamento em inventários, testamentos e petições em um município sertanejo, ela apresenta mulheres que bem longe estavam da imagem da passividade e fragilidade comumente associada ao feminino na história dessas terras. São mulheres proprietárias, produtoras, comerciantes e chefes de família, que no século XIX, sem se intimidarem com predomínio patriarcal, recorriam também à justiça para defenderem os seus interesses, inclusive de esposos não desejados. A figura masculina nessas situações apenas aparecia para garantir esses interesses, ora como fiador ou marido, ora para escrever as petições das requerentes, pois ler e escrever eram benefícios de poucas mulheres à época (Novais, 2021).

Embora introdutórias, as informações aqui apresentadas desvelam certamente quadros importantes sobre uma história que também é nossa, escassamente abordado na literatura escolar. Posso assim afirmar, pois não aprendi sobre mulheres como as aqui evidenciadas nas escolas onde estudei nem conheci suas histórias durante a minha formação inicial, como professora. Trago em meu corpo, certamente, as consequências desses silêncios, que ainda hoje teimam em impor a subalternidade do feminino nas famílias e em diferentes instâncias sociais. Aponto, todavia, que as encontrei na lida da roça, na cozinha das casas, à frente dos jiraus de tempero e nas rodas de costuras e bordados. Trago, portanto, também em mim a inspiração destas mulheres, que ao lado dos silêncios e violências sofridas, deixaram heranças certamente a serem recuperadas nas famílias e em nosso modo de ser, para serem apreendidas pelos(as) brasileiros(as).

O legado aqui em destaque não é pertença apenas de uma mulher ou família, mas de muitas outras mulheres e famílias, chave de possíveis mudanças em nosso presente e futuro. São aprendizados que nos mostram protagonismos possíveis, mesmo em contextos sociais desfavoráveis. Tais aprendizados, forjados em confrarias femininas, estabelecidas não por estatutos ou documentos, mas por vínculos fortalecidos pelas relações de amizade e confiança entre as mulheres, possibilitaram e ainda possibilitam a muitas de nós cuidar, educar, trabalhar e em períodos mais recentes, também estudar. São as avós, tias e primas, entre outras, nem sempre assim intituladas pela consanguinidade, ainda hoje identificadas em um número expressivo de famílias extensas, aqui no Brasil. Nas conversas com as muitas mães em minhas vivências na escola pública onde trabalhei atestei o valor dessas confrarias, que possibilitam a muitas delas garantirem o acesso diário dos seus filhos à escola, assim como o cuidado das pessoas idosas da família, enquanto trabalham. São mulheres que não somente se apoiam mutuamente na gestão de suas famílias, mas ajudam as gerações mais novas a se reconhecerem como também pertencentes ao grupo familiar, e a demonstrarem respeito a essa pertença.

É assim que nós mulheres continuamos a projetar, como as minhas ancestrais, um futuro diferente para nós e para aqueles(las) que geramos, com o apoio principalmente de outras mulheres. Neste caminho, buscamos equilibrar a balança que ainda nos coloca diante do desafio de ser e existir, ao desempenhar a multiplicidade de tarefas e papéis que nos são delegadas, sem deixar de enfrentar a premência de provocar a nossa própria mobilidade socioeconômica, aí incluída também a educacional⁵⁰, (Longo; Vieira, 2017). Ao se considerar que a educação formal é um dos componentes do capital cultural (Bourdieu; Passeron, 1975) que pode se constituir em um recurso não somente de acesso ao capital econômico, mas, em muitos casos, de reversão positiva da reprodução de relações sociais excludentes, evidencia-se a relevância deste enfrentamento.

Assim sendo, embora reconhecendo que educação formal se pauta em uma dialética que também inclui tentativas de alienação da pessoa – foi assim comigo durante a minha trajetória escolar - não há como negar que o acesso a ela favorece a

⁵⁰ De acordo com Longo e Vieira (2017) a mobilidade educacional intergeracional se refere à diferença entre os níveis de escolaridade verificados entre duas gerações sucessivas. Segundo elas, entre os fatores que podem implicar positivamente ou negativamente na mobilidade está a interdependência entre as pessoas e os contextos sociais nos quais se inserem.

“criação de novas objetivações a serem legadas ao coletivo social presente e futuro” (Ferreira, 2019, p. 503). Esse é um dos motivos que justificam a educação formal como um direito a ser garantido por um sistema nacional que ainda carece ser articulado, aqui no Brasil, para atender os segmentos da população que necessitam de um acolhimento mais equânime. Este é o caso de muitas gestoras de famílias, ainda sem acesso às condições objetivas, que considerem as demandas relacionadas aos cuidados com a família e em especial com a maternidade, para que essas não mais sejam obrigadas a escolher entre os estudos, o trabalho externo e a família ou a submetem a jornadas desumanas de afazeres.

O movimento aqui reclamado implica em desvelar os antagonismos presentes no quadro civilizatório vigente, que alimentam a degradação das condições de vida, a negativa de direitos e os obstáculos aos bens e equipamentos públicos para uma parte significativa da população (Ferreira, 2019). A ausência de condições motivadoras para acesso e permanência de uma parte significativa da população, que não teve acesso ou não logrou êxito na escola na idade regular, atesta a relevância desses desvelamentos.

Ao lado dos desvelamentos aqui reclamados é premente desatar os nós e amarras, fortalecidos historicamente, que desqualificam o protagonismo feminino em lugares, espaços e instâncias sociais diversas, como é caso da gestão das famílias. Tal movimento se constitui em um exercício difícil e exigente, que implica no reconhecimento e aceitação de um legado ancestral, gestado por outras mulheres que ousaram ser presenças inesperadas em também em contextos de violência, que as invisibilizaram. Foi assim com as minhas avós, que plantaram não somente sonhos para as suas descendentes, mas as condições para que esses se transformassem em realidade. Este é, certamente, um importante passo para nos apossarmos da escrita da nossa história como um direito e reescrevê-la, de uma forma mais honesta, em escritas que partem também dos saberes apreendidos com nossas ancestrais.

Desta forma, se a história escrita nos aprisionou e impôs a conformidade e a ocultação dos nossos corpos em não-lugares (Augé, 1994) que não reconhecemos como nosso, nossas escritas (Evaristo, 2020a) certamente ampliarão os espaços já abertos pelas palavras e ações de outras mulheres ao apreender e gestar o mundo, sem ocultar as marcas que nos impuseram. Minha ancestralidade é, portanto, um lembrete de que assim podemos.

4.5 INSUBMISSÕES E INSURGÊNCIAS: REBELDIAS ANCESTRAIS APREENDIDAS NAS RODAS PARA A RASPA DA MANDIOCA

Fui introduzida nas rodas para a raspa de mandioca em uma casa de farinha por minha avó materna. As duas pequenas marcas, visíveis ainda hoje em um dos meus polegares, feitas pela faca que eu manejava com a pouca habilidade de um aprendiz, denunciam que fui aceita naquela circularidade, organizada tal qual os(as) nossos(as) ancestrais faziam nos quilombos e nas comunidades dos povos originários, como bem descreve Santos (2015), não por minha destreza em proceder à época a raspa esperada, mas graças ao respeito conquistado por vó Bárbara nos anos vividos naquele local, também morada dos pais dela. Resgato essas recordações, que eu detalhadamente descrevi no texto “O contar-se entre o “nós outras”: a identidade narrativa na circularidade de uma casa de farinha” (Silva, 2023), no intuito de refletir sobre os véus que encobrem a realidade de mulheres situadas em fronteiras ora visíveis, e ora invisíveis, de um entrelugar geográfico, cultural, psicológico, onde estão muitos(as) dos(as) excluídos(as) e marginalizados(as) da cultura ocidental (Figueiredo; Hanna; 2017, p. 2.996).

Objetivo, a partir do olhar aqui proposto, favorecer a ampliação do olhar sobre as insubmissões e insurgências destas mulheres, herdeiras na singularidade de outras tantas mulheres – indígenas, africanas, brancas – que parecem reclamar para si e para suas descendentes as transposições e construções possíveis às *mestizas*⁵¹. Para a compreensão desses termos, tomo aqui a definição da chicana *neplantera*⁵² Gloria Anzaldúa (2005): ambos traduzem movimentos de rebeldia, que as mulheres parecem trazer no sangue, símbolos de uma energia inata de insubmissão e de negação de normas opressoras. Mais ainda: resistir, na perspectiva proposta por ela,

⁵¹ Registro aqui o termo em espanhol como proposto e ressignificado pela feminista, lésbica, chicana, ativista e escritora, Gloria Evangelina Anzaldúa, ao traduzir em sua obra um caminho possível a ser trilhado pelos(as) excluídos(as) que subvertem fronteiras, geográficas, étnicas ou de gênero ao não somente ver e ler o mundo, mas de escrever sobre o visto, sentido e vivido.

⁵² Anzaldúa (2005), filha de imigrantes mexicanos nascida no sul do Texas, fala em seus escritos de *Neplanta*, ou das *neplanteras* para se referir a aqueles(las) que facilitam a passagem e navegam entre mundos para acessar epistemes que incluem outros saberes para além das informações branca eurocentrada. Sua obra, que parte de retratos do cotidiano multilíngue e identitário não somente seu, mas de outros chicanos, teoriza, reflete e analisa sobre como elementos da nossa identidade, considerados inabaláveis, podem ser transformados, quando se abrem, sem homogeneizar, à compreensão e aceitação das diferentes herdades ancestrais e percursos que integram cada um de nós.

não é simplesmente uma ação de oposição ao domínio de outros, mas é também criar algo. É entre essas mulheres, de rostos familiares, que estão as minhas ancestrais.

Registro que a palavra insubmissão é aqui considerada também como a recusa das mulheres, muitas vezes sem palavras, de obedecer aos ditames sociais historicamente patriarcais, machistas e racistas no Brasil. Este modo de ser, silenciado nos discursos ocidentais de gênero, está fortemente relacionado não somente à nossa ancestralidade indígena, mas as concepções clássicas africanas que evidenciam cada mulher como uma *Ìyá*, uma “cocriadora de vida”, tanto dos filhos e filhas que gesta como da comunidade onde ela se insere (Oyěwùmí, 2016, p. 8).

O modo de conviver aqui em pauta, que se distancia do individualismo e da “invenção das mulheres” (Oyěwùmí, 2021) apregoados pelos colonizadores, reveste de sentido para nós, sertanejas, a expressão “eu sou porque nós somos”, tradutora da relação entre pessoa e comunidade em muitas sociedades africanas, como é caso da iorubá, terra ancestral de muitos(as) brasileiros(as). Foram essas insubmissões que possibilitaram às mulheres como minhas ancestrais, por via de regra, distantes do feminismo hegemônico, mas certamente próximas dos feminismos afro-latino-americano evidenciados pela ativista e escritora Lélia Gonzalez (2020) e das *neplanteras*, descritas por Anzaldúa (2005), traçarem as suas insurgências. Tais feminismos podem ser considerados como formas específicas de enfrentamento e de transposição a violência e a exclusão, no cotidiano ou nas fronteiras dos seus espaços de pertença. Não sem razão, as pesquisas e reflexões das autoras mencionadas, que se inscrevem como estudos pós-coloniais feministas, se constituem em contribuições inestimáveis para este trabalho.

Cabe-me apontar que os desvelamentos ora anunciados são tímidos, quer seja pelas limitações próprias das palavras em tinta, quer seja pelo pouco conhecimento de nossas heranças aqui no Brasil, presentes não somente na “*transpolinização*”⁵³ racial, ideológica, cultural e biológica que nos caracteriza, mas na

⁵³ Anzaldúa (2005) explica, a partir das ideias do filósofo mexicano José Vasconcelos, que a confluência de duas ou mais cadeias genéticas de origens diferentes em se tratando da pessoa humana, “gera uma prole híbrida, uma espécie mutável, mais maleável, com uma rica carga genética”. Essa “*transpolinização*”, ainda de acordo com ela, torna possível uma “consciência *mestiza*” não estática para as mulheres.

Considero aqui que o termo permite a negação de determinismos, impostos desde o nosso nascimento, que sujeitam principalmente as a nós, mulheres situadas no entrecruzamento de raça/etnia, gênero e classe social ao cerceamento da liberdade e a variadas formas de negação de direitos e de violência. Neste caminho, se a ideia da relação entre os gêneros, por exemplo, forjada no ocidente, se assemelha à polinização que determina a transferência de grãos de pólen da parte masculina para a parte feminina da planta, o acréscimo da partícula “trans” nega determinismos como esse, em se tratando da pessoa.

confluência de raízes ancestrais (Santos, 2023), que nos possibilita, entre outros, o direito de entrar, sair ou de estar em várias culturas ao mesmo tempo, se assim desejarmos. Aponto também que o lapso de tempo entre as vivências que experienciei em espaços como a casa de farinha e a escrita desta tese, certamente, é também um dos fatores que obstaculiza a plena recuperação desses desvelamentos. Daí porque tais desvelamentos merecem ser aprofundados.

Sobre a minha primeira vivência como partícipe da roda para a raspa de mandioca, narrada no texto “O contar-se entre o “nós outras”: a identidade narrativa em uma casa de farinha” (Silva, 2023), recordo que acordei cedo, bem antes dos primeiros raios de sol, para acompanhar vó Barbara na empreitada, que ocorreria em uma casa de farinha localizada na roça de um parente. Enquanto andava, recordo que sem deixar de sentir a brisa fresca e úmida que se emaranhava aos cheiros de umbus, de jatobás e de outras plantas da caatinga, eu olhava para o rosto forte e marcante dela.

Relembro, mais uma vez, que olhar para ela, naquele caminho largo de areia, ladeado pela vegetação ainda envolta em sombras, afugentava os perigos que a minha imaginação localizava na escuridão e ao mesmo tempo diluía as tensões que acompanhavam a antecipação de uma vivência da qual, até então, eu era mera espectadora. De fato, ela era forte e não sentia medo, pelo menos assim não demonstrava. Hoje penso que por essa razão dormíamos sossegadas, ao lado dela, na casa isolada da roça. Afinal, ela não rachava lenha, debulhava feijão, assava beijus e suspendia as pesadas e quentes pesadas de ferro, que queimavam as nossas mãos de crianças mesmo sem tocá-las? Não era ela, também, quem tangia os bois, que temíamos, para longe de nós e cuidava das nossas feridas, com os unguentos e chás, feitos com as folhas e cascas de árvores da caatinga?

Ao reviver essas lembranças, reconheço nesta minha ancestral, perita na arte de sobreviver, o dom e a sabedoria de fazer florescer não somente as ervas cuidadosamente cultivadas em seu jirau, mas saberes valiosos, legados aos(às) seus(uas) descendentes. Este é o caso do cuidado, pouco revelado por ela em palavras, mas largamente demonstrado nas suas ações com a nossa família.

Esclareço que a palavra cuidado, é aqui considerada como expressão de pessoas que “a partir de sua existência, eticizam o mundo e gestam seu modo próprio de ser no mundo”, como bem evidenciado por Fernanda Priscila Alves da Silva (2021, p. 92). Destaco o termo desta forma porque é assim que as mulheres da minha família

cuidam: mediante um modo próprio de ser no mundo que envolveu outrora, ora posicionamentos sorrateiros, ora a habilidade de se fazerem invisíveis e de serem suportadas na centralidade do grupo familiar, elas cuidaram e ensinaram a demarcação do cuidado como essencial a nossa sobrevivência e mobilidade, principalmente quando as assimetrias de gênero nos imputavam a normalização de violações e violências. Não sem razão, ser pessoa ao cuidar é característico entre as mulheres da minha família e parece se constituir em um saber que sobrevive entre as gerações.

Foi, certamente, graças ao modo aqui em destaque de cuidar que vó Bárbara forjou a mobilidade educacional das minhas tias e a mudança, às que desejaram, para a capital federal. Da mesma forma, foi assim também que todas aprenderam a garantir o seu próprio sustento financeiro e que algumas se permitiram o divórcio, quando assim julgaram necessário. Ao questionar como ela, educada para o silêncio e a submissão, se fortaleceu para tal posicionamento em um contexto social que não se disfarçava à época como pretensamente neutro, cheguei as circularidades nas quais ela, ao lado e à frente de outras mulheres, tão subordinadas e insubmissas como ela, compartilhavam e ouviam sobre o vivido. Esse era o caso da roda para a raspa da mandioca, na casa de farinha.

Relembro que na estrutura sem portas da casa de farinha, coberta por um telhado de sisal, sentávamo-nos em círculo no chão de terra batida na perfeita união dos vocábulos *mãdi* (o nome da criança) e *og* ou *oka* (casa tradicional dos povos originários) que formam o nome mandioca, vital para a sobrevivência das famílias nordestinas. No centro de nós, as raízes desse tubérculo, presentes no beiju do café da manhã, na farinha que acompanha o almoço e na mandioca frita ou cozida da janta, pareciam se constituir em um “símbolo de sustentação da vida”, de conexões ancestrais, tal qual o inhame descrito bell hooks (2023). Como as “irmãs de inhame” (hooks, 2023), parecíamos ali acessar um alimento e cura que nos fortalecia para escapar pelas frestas da violência de gênero e não mais silenciar o vivido, mediante a transformação do coletivo feminino presente a aquele espaço em uma irmandade.

Hoje percebo que a mandioca, rodeada pelas mulheres naquele espaço, parecia sustentar e selar a relação de confiança e lealdade entre mulheres que ali era estabelecida. Era, certamente, esse pacto não verbalizado, que permitia às mulheres compartilharem os seus percursos e histórias de negociações e aceitações, em contextos de imposições e de negações, comuns a todos que da roda faziam parte.

Na roda, sem bandeiras ou discursos elaborados e sem fazerem referências à luta coletiva feminina aqui no Brasil, que ocorria à época associada aos movimentos sociais de luta e resistência contra a ditadura militar e em prol dos direitos das pessoas negras e homossexuais (Costa; Sardenberg, 2008)⁵⁴, as mulheres compartilhavam a sua labuta diária. Tudo sem negar o sofrimento e a esperança que as faziam renascer diariamente, ora quando a chuva não vinha, ora quando a doença chegava, ora quando os maridos iam trabalhar em outras fazendas, roças ou cidades. Tais reinvenções cotidianas eram, certamente, formas de resistência seguramente não abarcada pelo feminismo hegemônico, mas certamente próximo dos feminismos afro-latino-americano, evidenciados pela ativista e escritora Lélia Gonzalez (2020). São desses feminismos plurais (Gonzalez, 2020) de onde advêm as lutas e reivindicações das mulheres afro-brasileiras e indígenas, marcadamente presentes também nas rodas para a raspa de mandioca.

Narravam ali parentes e suas amigas, entre outras muitas. Mulheres que se conheciam e, sobretudo, se reconheciam nas semelhanças e encontros nos percursos vividos. Ali cada mulher, ora narradora e ora plateia, parecia não ser considerada como figura estranha, mas como personagem ativa nas tramas compartilhadas. Não sem razão, acolhidas como parte de um “nós” que atribuía sentido ao que ali era narrado, cada mulher se permitia revelar o seu jeito de ser, de existir e persistir em histórias de enredos múltiplos, que desvelavam o âmago do vivido, comum a todas da plateia. Aponto que poder narrar, neste caminho, se relacionava também à possibilidade de ser escutado.

Embora distante dos encontros das mulheres nas casas de farinhas, o filósofo Paul Ricoeur (2006) elucida, em seus estudos, as possibilidades abertas pelas narrativas compartilhadas, a exemplo das que ocorriam entre as mulheres durante a raspa de mandioca: a primeira, por ele apontada, sinaliza como possível a compreensão da pessoa sobre si mesma, quando ela narra as suas próprias vivências e experiências; a segunda evidencia que a descrição da ação da pessoa é um texto possível de ser interpretado. Por sua vez, tal interpretação desvela como possibilidade que a pessoa ao narrar o texto do vivido, também se reconfigure na singularidade das

⁵⁴ É válido apontar que durante a década de 1970, e em especial ao final da década, quando participei das rodas, os debates sobre questões relacionadas à sexualidade da mulher, assim como sobre as estratégias de combate à violência contra nós ocorriam notadamente nas cidades e alcançaram também os meios televisivos (Costa; Sardenberg, 2008).

situações da sua vida cotidiana. Neste caminho [...] “a compreensão do si é uma interpretação; a interpretação de si, por sua vez, encontra na narrativa, entre outros símbolos e signos uma mediação privilegiada” [...] (Ricoeur, 1991, p. 138).

Para ilustrar as possibilidades do poder contar-se, Ricoeur (2006) recupera a poética aristotélica. Tal recuperação permite a esse autor elucidar que a construção de uma trama narrada pode ser traduzida como um processo mimético no qual a imitação ou a representação do outrora experienciado é caracterizada por diferentes mimeses. Essas diferentes representações se referem ao que pensamos diante do que recordamos no contexto em que atualmente vivemos, assim como ao uso de princípios de narrativas já existentes, para tornar possível a recuperação e compreensão do dito para a plateia. Mediante esse processo, tanto aquele(a) que conta, assim como aquele(a) que escuta ou que lê, interpretará, incorporará ou ressignificará o que contou, leu ou ouviu, a partir da sua subjetividade (Ricoeur, 2006).

Certamente, era assim com as mulheres na roda para a raspa da mandioca: subordinadas e ao mesmo tempo insubmissas, elas pareciam ali reconfigurar as assimetrias de gênero que normalizam violações e violências que sofriam na intimidade da família e em outras instâncias sociais. Nesse caminho, na reflexão coletiva possibilitada pela partilha, cada narrativa de si, como nas múltiplas imagens geradas por um caleidoscópio, compunha diferentes quadros e cenas e parecia se constituir em primeira evidência para uma ação reclamada. “Contar-se”, desta forma, sem se distanciar da correlação entre a dialética de concordância e discordância que caracteriza o próprio ato de narrar, era também fomento para a ação (Ricoeur, 2006).

É certo que, ao compartilhar o vivido, cada mulher na roda para a raspa de mandioca reconstruía, certamente o experienciado, embora em outro trecho do percurso de vida. A narração do vivido ou observado, neste caminho, a exemplo do observado por Beatriz Sarlo (2007), parecia unir corpo e a voz da narradora a uma vivência experienciada no passado, a inscrevia em uma temporalidade que não era exatamente a do acontecimento em si, mas da sua recordação. Nesse contexto, certamente, a ficção atravessava os fatos narrados, pois é esse um fato comum em narrativas, como bem provoca Evaristo (2016), ao lembrar que entre a ocorrência do fato e a narração, certamente, muito se perde, se altera ou se acrescenta.

Era assim que nas rodas a falta do meio quilo de arroz para o almoço no dia anterior, por exemplo, assim como a ausência de chuva que secou o milho ainda em boneca na plantação, a doença do filho, os gritos e tapas dos maridos ou dos pais e

os festejos nos meses dos santos de devoção narrados, sujeitos também aos vieses da temporalidade e dos empréstimos da ficção e da história mais ampla (Ricoeur, 2006), eram por vezes reconfigurados. Seguramente por isso a plateia ora corrigia e ora completava o compartilhado, com a segurança de quem antecipadamente conheceu intimamente as situações partilhadas. Destaco que tais interrupções para correções e acréscimos não geravam, aparentemente, constrangimentos para quem narrava. As narrativas, neste caminho, ampliadas pela irmandade que ali parecia se instaurar, não era apenas de uma, mas de todas.

Hoje, já algum tempo distante das rodas para a raspa de mandioca, percebo que essas circularidades tornavam possíveis para as mulheres as narrativas colaborativas, vivenciadas atualmente por mim no grupo de pesquisa FABEP. Tais narrativas, escritas e compartilhadas no grupo mediante um método de pesquisa que possibilita navegações à deriva, somente é possível quando o contexto de partilha é favorável a diferentes cursos, em oceanos de pesquisa abertos a diversidade e a diferentes cosmovisões, nem sempre conhecidas pela academia. Destaco que o olhar para as rodas de conversa das mulheres nas casas de farinha é coerente com essa perspectiva de pesquisa e se aproxima intimamente das escrevivências, termo criado pela professora, pesquisadora e escritora brasileira Conceição Evaristo.

“Escrevivência” resulta do encontro e entrecruzamento entre as palavras “escrever”, “viver” e “se ver” (Evaristo, 2020a). Sem negar o valor das narrativas, Evaristo (2020a;) provoca e amplia, através deste termo, a escrita de mulheres, por nós, afro-brasileiras, ao descortinar em seus livros as possibilidades para nos visibilizarmos e posicionarmos em nossos registros em tinta a partir também da nossa ancestralidade e vivências em nosso espaço de nascença, de pertença ou no qual fomos inscritas, como busco fazer nesta tese. É assim que podemos nos transformar em protagonistas da nossa história ao narrar não somente fatos vividos e observados, mas os legados e memórias entrelaçados ao nosso percurso de vida, que os(as) nossos ancestrais tornam possível chegar até nós.

Aponto que a escrita, em contextos como os aqui evidenciados, não é um movimento fácil, pois as histórias de resistência à violência, assim como os saberes que emergem dos nossos percursos e da memória de ancestrais como as minhas avós, não estão ainda registrados em livros. Tais herdades, todavia, não estão encerradas no tempo pretérito e chegam até nós através das rodas de conversa em nossa família e nos encontros em coletividades em nosso lugar de pertença, a

exemplo das casas de farinha. Ali, como nas sociedades orais de tradição africana, a fala parece se transformar em “[..] materialização, ou a exteriorização, das vibrações das forças”, conforme bem destacado por Hampaté Bâ (2010, p. 172) para as mulheres. Não sem razão, tais histórias contadas oralmente são recursos legados por nossa ancestralidade, que chega até nós para se entrelaçarem ao que buscamos compartilhar em nossos textos orais e escritos.

É certo que ao escrever não nos desvinculamos do nosso coletivo e da nossa ancestralidade. Neste caminho, podemos nos valer também da história maior e da realidade ficcionada na literatura, se a geografia que nos afeta assim reclamar. É assim empoderadas pela autoria, já senhoras e donas da escrita, que desvelamos as imagens das nossas ancestrais, antes obrigadas a contar histórias para ninar os filhos dos seus algozes da casa-grande (Evaristo, 2003) ou limitadas mais tarde nos discursos, à cozinha da casa e sujeições aos seus companheiros. É assim também que eu ousou incluir nesta tese, na qual a ciência teima em ser a palavra de ordem, a poética dos contos e cantigas aprendidos com as minhas ancestrais. Assim faço mediante a recuperação de aprendizados que delas recebi à sombra fresca de pés de jatobás ou nos alpendres ou quintais das casas que me aconchegou na infância, ao revelar acalantos e farpas do vivido, que misturados aos cheiros, cores e sabores das minhas recordações, transformam por vezes cada partilha em um amuleto, como bem fez Calila das Mercês (2022) no livro “Planta oração”.

São as escrevivências formas de insubmissões necessárias as nossas insurgências, aprendidas ancestralmente, cujas sementes estão, certamente, na oralitura descortinada por Leda Maria Martins (2021). Isso porque cada oralitura “[...] como *littera*, letra, grafa o sujeito no território narrativo e enunciativo de uma nação, imprimindo, ainda, no neologismo, seu valor de litura, rasura da linguagem, alteração significativa, constituinte da diferença e da alteridade [...]” (Martins, 2021, p. 25).

É, assim, em ritos que parecem encantar a palavra, que o vivido se entrelaça à memória ancestral de todo um coletivo de mulheres mediante um movimento entre o presente, o passado e o futuro que longe de ser linear é espiral, ou melhor, movente, circular, real, improvisada, como bem reflete Martins (2003; 2021). Em tais textos, emergem retratos de dororidade⁵⁵, como bem descrito por Vilma Piedade (2017). Esse

⁵⁵ Dororidade, termo criado pela pesquisadora Vilma Piedade (2017), traduz a transformação da dor da população feminina negra em potência, mediante, sobretudo, a empatia que se faz presente nas irmandades que estabelecemos para sobrevivermos.

é o caso de Maria do Rosário Imaculada dos Santos, de Rose Dusreis, de Aramides Florença, de Natalina Soledad, de Shirley Paixão e de Isaltina Campo Belo, personagens apresentadas por Evaristo (2016), entre tantas outras, no livro “Insubmissas lágrimas de mulheres”. São histórias, agora narradas também em tinta, nas quais as insubmissões, ora na altivez ancestral de rainha da personagem Regina Anastácia, ora no bailado da existência da dançarina Rose Dusreis, embora não sejam totalmente nossas, quase nos pertencem, ao se confundirem e se interligarem as nossas histórias (Evaristo, 2016).

Certo é que nossos textos podem evidenciar que como nossas lágrimas, somos insubmissas e dificilmente podemos ser contidas (Evaristo, 2016). É assim que a memória do coletivo feminino, no qual nos inserimos, na qual estão não somente sonhos desfeitos e as diversas de violência física, psicológica e simbólica contra os nossos corpos, mas também as variadas formas de resistência, se transforma em também nossa. Não sem razão, é este um acervo importante cujo conhecimento é imperioso para a nossa sobrevivência, dado principalmente o contexto de violência contra nós de negação de muitos dos nossos direitos que ainda nos é imposto. Aponto que este acervo, que não está fechado ou esgotado, é um convite também para vivenciarmos a narração e escrita, mediante um percurso de reflexões iniciado na palavra e que tem continuidade na atuação, ou, ou em outras palavras, na ação.

Não são, todavia, os palcos, palanques ou a história maior que favorecem e estimulam os textos que desvelam as nossas insubmissões e insurgências, mas os espaços de pertença, como é o caso do lar da nossa família e das rodas de mulheres em casas de farinha. Ali, sentadas na terra, na qual viveram as nossas ancestrais as mulheres, engajadas pelas narrativas compartilhadas, descortinavam também em suas palavras simples, mas sábias, os emaranhados e consequências de ideologias do colonialismo e do patriarcalismo, não estudados e nem desta forma nomeados por ela, mas plenamente sentidos por todas. Neste caminho, se desvelavam, embora sem assim saber, como “herdeiras de outra cultura ancestral cuja dinâmica histórica revela a diferença pelo viés das desigualdades raciais” (Gonzalez, 2020, p. 79), mas também as tradições de resistência, aprendidas com as mulheres indígenas e negras brasileiras.

Era assim que ora uma mulher contava na roda sobre a posse de pedaço de terra sonhada por seus pais e ainda ansiada por ela, ora outra vencida a vergonha, como se culpada fosse da violência sofrida, para contar que apanhava em casa. De

igual forma, sentadas em círculo nos alpendres e nos terreiros das casas, as mulheres proseavam, sem descansarem as mãos que traçavam bordados em tecidos caprichosamente esticados em bastidores de madeiras ou a entrelaçarem fios na arte do crochê ou tricô para fazerem emergir roupas, tapetes, toalhas, e tantas outras utilidades. O círculo, assim, na leitura de um mundo vivido que ali se estabelecia, como evidencia Santos (2015) longe de hierarquizar, era inclusivo, um espaço de expansão de cuidado e de esperança, necessário à vida melhor que elas moldavam ali.

Posso seguramente apontar, considerando o que nessas circularidades vivi e apreendi, que as mulheres, ao compartilharem ali os seus percursos e história com outras, transformam suas narrativas “em formas de enfrentamento e posicionamento social”, com reverberações na realidade por todas elas conhecida ou vivida (D’Ávila Neto; Baptista, 2007, p. 3).

Sobre os enfrentamentos aqui em destaque, relembro em especial de uma mulher, que se fazia presente na roda para a raspa de mandioca, e também à tarde, na casa da minha avó. Sempre calada, foi somente após muita insistência das mulheres que ela compartilhou o motivo das manchas roxas, sempre presentes em seu corpo. Ela explicou que quando o marido, quando bebia, se exaltava e a machucava, mas que no dia seguinte se desculpava. A plateia feminina, ao ouvi-la, não tinha uma posição única: algumas se inscreviam com autoironia e humor no quadro e compartilhavam que também já haviam apanhado; outras a orientavam para a denúncia na polícia e se disponibilizam a acolhê-la em sua própria casa; outras lembravam que criar um(a) filho(a) sozinha não é fácil; outras a aconselhavam a retornar à casa dos pais. Não recorro ao desfecho do caso, mas me lembro que vencida a vergonha que estava longe de ser dela pela violência que sofria, essa mulher passou a falar mais. Era assim que as dinâmicas viabilizadas pelos círculos abriam espaços, não somente ao acolhimento daquelas que narravam, mas à reflexões acerca de estratégias de enfrentamento à violência, na realidade vivida por elas. Tais processos de insurgir e resistir plurais, que se opõem as tentativas de individualização e unidade dos processos violentos de colonização (Santos, 2015), são, certamente, heranças também nossas.

Kay Pranis (2010) esclarece o fortalecimento de vínculos mútuos em círculo não é recente. Ela nos lembra que o encontro de famílias ao redor da mesa, semelhante ao agrupamento dos nossos ancestrais mais remotos em torno do calor das fogueiras, era fato corriqueiro comum. Posso apontar, considerando o que ainda

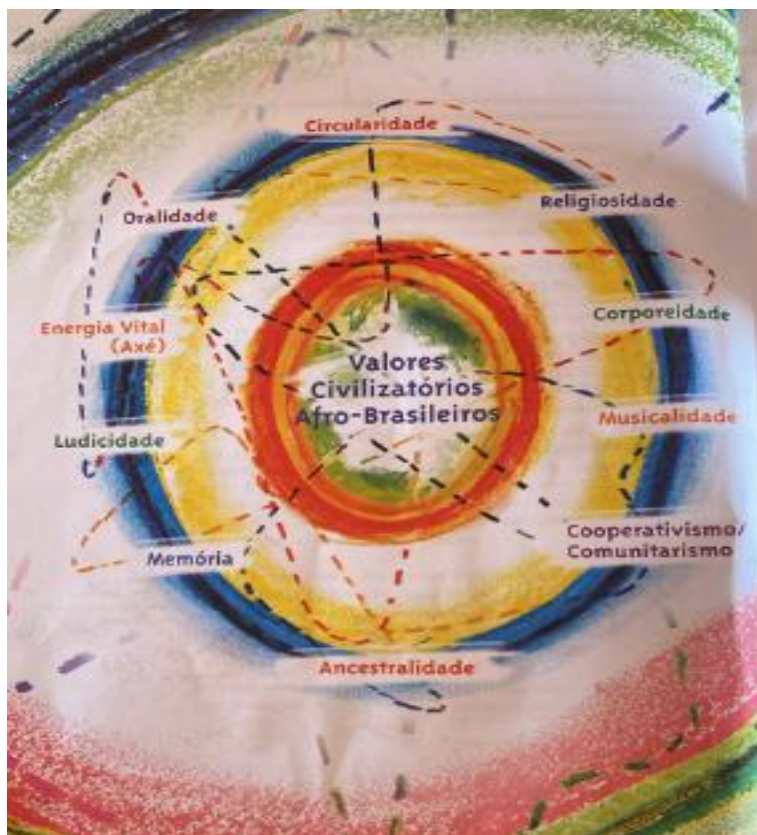
hoje experiencio em minha família extensa, e também na nuclear, que, em torno da mesa o grupo familiar compartilha não somente o alimento, mas a vida. Este modo de partilhar, presente no modo de ser quilombola e dos povos originários brasileiros (Santos, 2015), não elimina, todavia, na família, o silêncio de alguns em proveito de outros ou os conflitos e dores gerados pelas diferenças ou indiferenças. Ali também, por vezes, [...] “em nome do silêncio, cada uma de nós evoca a expressão de seu próprio medo – o medo do desprezo, da censura ou de algum julgamento, do reconhecimento, do desafio, da aniquilação” [...], como foi o meu caso por muito tempo, como se possível fosse desviarmos dos nossos próprios medos (Lorde, 2019, p. 46). Ainda assim, percebo que esses encontros diários não somente nos instigam a confrontar os nossos medos, mediante as perspectivas ali compartilhadas por diferentes gerações, mas a transformar os nossos silenciamentos em linguagem e em ação (Lorde, 2019).

As dinâmicas dialógicas estabelecidas nos círculos são aprendizados ancestrais experienciados não somente aqui no Brasil. Pranis (2010) relembra que entre os indígenas norte-americanos, por exemplo, falar e ouvir em círculo para conversar e solucionar as demandas do coletivo era comum. Em tais encontros, mediante o uso de um instrumento chamado bastão de fala, era possibilitado ao(a) portador(a) do artefato

o direito de relatar e de ser escutado(a). Tais tradições circulares inspiram hoje também sociedades ocidentais, inclusive na justiça criminal. Este é o caso da justiça restaurativa, iniciado em Yokun, no Canadá, na década de 1990 (Pranis, 2010). Nessa prática restaurativa a justiça parece emergir da circularidade desenhada pelo posicionamento geométrico das pessoas durante a resolução de conflitos. É assim que são visibilizados os(as) até então invisibilizados(as) e que é fomentado o acolhimento de pessoas em um espaço até então hostil a muitos que estão sob a égide da lei.

Em nosso país os saberes oriundos da circularidade, legados por nossos(as) nossos ancestrais nativos e africanos, não foram silenciados pela colonização. Estas heranças estão presentes não somente no modo de ser e de conviver de muitos(as) de nós, mas também entre os valores e referências afro-brasileiros, assim sintetizados e representados por Azoilda Loretto da Trindade (2006):

Figura 28 - Representação em diagrama dos valores e referências afro-brasileiros



Fonte: Trindade, 2006.

A leitura do diagrama elucida que os valores e referências civilizatórios afro-brasileiros, longe de serem lineares ou estanques, seguem a fluxos e conexões presentes em nosso cotidiano e não ditam a exclusão de uma raiz ancestral em nome da outra, mas se interpenetram e hibridizam, mediante também as várias ascendências que coexistentes dentro de nós (Trindade (2006)). Não sem razão, os verifico no lugar onde nasci não somente nos hábitos circulares, mas nas heranças orais, como é caso das histórias acessadas nas casas de farinha, nas rezas das benzedeiras e nas tradições ancestrais de cura através das plantas, hoje também por mim cultivadas no pequeno jardim em minha casa e transformadas em chás e emplastos, conforme aprendi com minhas avós. Reconhecer essas ascendências e legados como nossos é um movimento ainda necessário para muitas famílias formadas aqui no Brasil, como é o caso do meu grupo familiar extenso, necessário não somente para cindir as fendas que oprimem, excluem e ocultam os conflitos sob a ideologia da igualdade, mas para apreender os valores e referências dos quais somos herdeiros(as).

Levi Marques Pereira (2004) explica em sua tese doutoral que entre os nossos nativos a circularidade é percebida tanto formatação circular de aldeias de povos como os Guaranis e os Kaiowás, que tinham fogo, as famílias e a floresta como referências, quanto nos processos que ainda hoje possibilitam a partilha intergeracional de saberes pelos mais velhos(as). As heranças circulares estão aqui também, como explica Benedito de Jesus Pinheiro Ferreira (2019), nas tradições dos terreiros. Tais tradições possibilitam encontros, abertos a diálogos não prescritivos e a reflexões sobre os desafios experienciados, são quase sempre compartilhados por pessoas que se irmanam nos rituais religiosos. A circularidade ali, neste caminho, não se limita a traduzir a reunião de corpos posicionados em círculo, mas sim em um espaço aberto à possibilidade de reconhecimento de si e do outro, por pessoas que dialeticamente, se implicam e são implicadas para construir cenários onde direitos não são negados e a diversidade é respeitada.

Certo é que há, inegavelmente, considerando o aqui exposto, um mundo além do que comumente vemos, com legados valiosos que reverberam em nosso modo de ser e existir, assim como em outras formas e caminhos de resistir para sobreviver. Visibilizá-los é possibilitar minimamente inspiração para diferentes gerações. Tal movimento, que considera também a perspectiva daqueles que viveram ou que são implicados pela história maior, provoca o preenchimento de espaços vazios ou a reescrita de textos distorcidos sobre nós. É assim com mulheres que compõem as rodas da raspa da mandioca em casas de farinha.

Recordo que ao participar dessas rodas observava e ouvia tudo fascinada, com os sentidos divididos entre o olhar para as mãos habilidosas das mulheres que descascavam a raiz de tom terroso para acessar uma polpa fundamental à vida do sertanejo e a escuta de suas histórias. Escutava ali sobre perdas e dores acalentados pelo grupo, entre gracejos e palavras de conforto, como já aqui relatado, mas também ouvia sobre sonhos almejados principalmente para os filhos e filhas das mulheres ali presentes. Hoje associo essas recordações a um tempo de aprendizagens em um local que sem distanciar do sentido do nome mandioca, era local de convívio de famílias.

Relembro também que a presença masculina no espaço era sentida ao final da tarde e se fazia presente nas mãos que manuseavam a máquina e a lenha para o fogo. Era hora então de o barulho ensurdecido da máquina de moagem aquietar a conversa ativa ao triturar a mandioca para transformá-la na massa que posteriormente

seria assada e feita farinha. Destaco que mesmo nesse novo cenário as mulheres eram também protagonistas: ali, habilmente, elas recolhiam e dividiam irmanamente o líquido almejado, extraído da moagem para depositá-lo em cabaças e vasilhames. Na quietude da noite esse líquido em repouso, era transformado em tapioca.

A ordem inversa das cores das primeiras horas da manhã no céu anunciava que era chegada do retorno para as nossas casas. Antes de nos separarmos, recordo que um par de mãos femininas pilava o grão de café e outro colocava o pesado bule de ferro com água para ferver; enquanto isso, outras, em um movimento que parecia sincronizado e ensaiado, preparavam os beijus, no calor da grande pedra na qual a farinha foi torrada. Talvez inebriadas pelo cheiro do café, adoçado com rapadura, e dos beijus, feitos com massa fresca, só então as mulheres se permitiam descanso, para esse breve desfrute. Somente após, já na penumbra da noite, eu retornava para a casa de vó Bárbara, na segurança da presença dela, com uma mistura de sentimentos no peito, entre os quais identifico hoje a pertença (Silva, 2023).

Afirmo que ao acessar essas lembranças, amplio a minha compreensão sobre o valor da ancestralidade para aqueles(as) que não se identificam como os(as) “de fora”, como é o meu caso. Relembrar, neste caminho, nos permite evocar e reclamar heranças apagadas pela colonialidade (Santos, 2015, 2023), mas ainda presente no nosso modo de ser, de conviver e de produzir para existir. Nessa recuperação somos instigados(as) a olhar para a nossa singularidade sem desvinculá-la do coletivo ancestral no qual fomos inscritos(as), também por perspectivas e cosmovisões abertas a dinâmicas peculiares, como é o caso das rodas de mulheres em casas de farinha. É, certamente, assim que estão em mim as sementes da insubmissão e de insurgências plantadas por minhas ancestrais nas circularidades aqui evidenciadas.

Registro que, à medida que ousar registrar o que vivi, percebo que também compartilho, a partir de um novo olhar, o que aprendi em meu percurso escolar sobre a história e a vida comunitária do lugar onde nasci. Os textos que li quando criança e adolescente, por exemplo, reproduzidos em mimeógrafos, que chegavam as minhas mãos na escola ainda cheirando a álcool, invisibilizavam os nossos ancestrais, donos originais da terra, assim como as mazelas da colonização do município (Silva, 2023). Tal fato não é incomum aos (às) brasileiros (as), pois como denuncia Martins (2003, p. 64) “[...] a textualidade dos povos africanos e indígenas, seus repertórios narrativos e poéticos, seus domínios de linguagem e modos de aprender e figurar o real, deixados à margem, não ecoaram em nossas letras escritas.[...]”. Desta forma, nesses

textos não aprendi sobre os povos que hoje reclamo como minhas raízes ancestrais: eram eles nesses escritos os “colonizados” ou os “catequizados”, sem legados, história, legados gênero e rostos. Aprendi sobre os colonizadores, mas sobre os que os antecederam naquela terra, não.

De igual modo, fui apresentada em meu percurso formativo formal aos textos de mulheres como Simone de Beauvoir, Maria Rita Kehl e Ruth Cardoso, ímpares na luta em prol dos nossos interesses e da horizontalidade decisória entre homens e mulheres, mas somente em um período mais tarde conheci os textos-provocações da intelectual Lélia Gonzalez e as escrituras de Conceição Evaristo, que versam, entre tantos, sobre as formas de insubmissões e resistências às raízes históricas da exclusão sofrida pelas mulheres negras, debatidas timidamente pelo movimento feminista. Como, então, reconhecer os nossos legados?

Longe da pretensão de responder à questão, penso que alguns caminhos possíveis são aqueles que nos permitem recuperar as nossas heranças, mediante tanto a literatura que não se configura como pretensamente neutra, como nas tramas contadas por nós que não desqualificam o que somos. É assim, certamente, como anuncia Anzaldúa (2009), que teremos a nossa “língua de serpente” para romper a “tradição do silêncio” e não mais permitir que nos façam sentir vergonha de existir. Como ela, teremos finalmente a nossa voz: indígena, africana, branca, de mulher ou do mais identificarmos também como nosso. Tudo, certamente, mediante textos e círculos dialógicos de vários “nós” nos quais a palavra de ordem não é a prescrição, mas o apreender a vida, como nos ensinam os(as) nossos(as) ancestrais.

5 OS LEGADOS SUBMERSOS: EMERSÕES POSSIBILITADAS PELAS NARRATIVAS E OBJETOS

Os textos, a princípio sem escrita, sempre fizeram parte do meu mundo. Ao percorrer, tal qual Paulo Freire (1997), os caminhos da memória até uma infância que pelo constante reviver não se mostra tão distante, permito-me, como ele, traduzir nos textos que escrevo, a partir também das narrativas as quais tive acesso para esta tese, o gosto de ler o mundo.

Sem muito esforço, revejo-me descalça, correndo ao lado de outras crianças, para alcançar Cicina, já posicionada à porta. Esse era o sinal para encerramos as brincadeiras, de pega-a-pega, boca de forno ou roda, que repetíamos todas as noites, após jantar, nas ruas próximas as nossas casas. Ali, sob um céu de muitas estrelas, ela, mestra da oralitura (Martins, 2003), sem saber ler a palavra escrita, se posicionava, com os longos cabelos soltos, sentada à uma cadeira que nos parecia com um trono, para contar histórias. A completude desses textos, compartilhados por ela em um estilo difícil de ser imitado, nos possibilitava o acesso às crenças, modo de ser e valores, mediante enredos, personagens e temas, ambientados em contextos que todos nós conhecíamos. Era assim, ora com medo das muitas assombrações, e ora encantada com as princesas e príncipes que cavalgavam entre os cactos do sertão, que eu perdia a noção da hora e me transformava, pouco a pouco, na leitora que, ainda hoje, se encanta com histórias.

Ao ler as transcrições das narrativas das guardiãs e do guardião da memória na encruzilhada da análise reclamada, experienciei o mesmo encantamento possibilitado pelas “palavramundo” (Freire, 1997) de Cicina. Isso porque, semelhante às histórias dela, cada uma das narrativas desvelou um texto de sentido completo, no qual o contexto cultural, histórico não se fizeram ausentes. São estes textos, organizados a partir das convenções da língua escrita, que busco na sequência apresentar.

Aprender os sentidos que emergem destes textos implica em considerar que os saberes ancestrais, compartilhados na poética da oralidade de cada narrativa, necessitam de corpo e voz para se constituir enquanto linguagem (Martins, 2003). Tais sentidos, no caso das guardiãs e do guardião da memória em destaque nesta tese,

não estão explicitamente traduzidos nas palavras, mas também no que é sugerido, implícito ou simbolicamente representado nas narrativas e nos objetos da família por ele e elas guardados. Desvendá-los, portanto, demanda em muito mais do que o conhecimento enciclopédico do mundo, mas em abertura suficiente para considerar também o não dito, ao construir a interpretação que a interação leitor/texto/contexto possibilita.

Todos os textos na sequência apresentados partem, portanto, da escuta das narrativas individuais, associadas às observações em campo, no recorte espacial correspondente ao objeto em investigação. Para organizá-los, busquei fazer valer o compromisso ético que assumi com o narrador e as narradoras, ao registrar cada palavra, de modo a traduzir o narrado. Este compromisso foi ratificado com a leitura que antecedeu a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, compartilhado como um dos apêndices desta tese, realizada no início de cada encontro que possibilitou as narrativas.

Realizar as transcrições das narrativas, coletadas no ambiente vivo das casas, em um mês no qual o ambiente dessas residências estava plenamente habitado pela família, não foi tarefa fácil. Nas gravações, atravessadas pelos risos e barulho da correria das crianças, estão presentes também as constantes interrupções de familiares, que volta e meia esqueciam a reserva combinada e se inseriam na conversa, como é comum na casa.

Se a gravação não foi fácil, o desafio de organizar e sintetizar as muitas laudas de transcrições em um texto foi maior ainda. Certamente por essa razão, após decidir apresentar cada narrativa em um texto, indaguei-me, no planejamento da escrita, no melhor caminho para apresentar os personagens, o enredo e o modo de vida de cada narrador(a), no espaço e tempo por ele(a) evidenciado. A esse desafio se somou a responsabilidade de traduzir as motivações, assim como as implicações dos legados ancestrais, verificados principalmente no objeto por cada um(a) apresentado. Por essas razões, escolhi não recorrer a pseudônimos para nomear os(as) narradores(as). A forma que me pareceu mais justa foi reconhecê-los(as) no texto como identifico cada um(a) na família (tio(a) e primas) e mediante aos sentidos que se associam ao objeto ancestral de família que guardam. Assim, ele e elas no texto não são pessoas fictícias, mas presenças vivas, nomeado e nomeadas pela relação que sustenta — não apenas de sangue, mas de memória —, que faz ressoar a herança afetiva e simbólica que nos foi deixada por nossas ancestrais.

Foi, assim, o olhar mais atento para a apresentação dos objetos pelo narrador e narradoras que delinearão o caminho dos textos. Percebi, nessa apresentação, que cada um guardava estreita relação com a história narrada pelo guardião e guardiãs. Assim, tendo como ponto de partida os objetos das minhas avós, eu e a minha orientadora decidimos tomá-los também como referência para levantar os núcleos de sentidos (Aguiar; Ozella, 2006; Bakhtin, 1997; Ricoeur, 2011) e os parâmetros interpretativos que emergiram de cada narrativa, com foco na gestão do grupo familiar por mulheres. Essas informações possibilitaram a organização do seguinte quadro:

Quadro 2 - Núcleos e temáticas de sentidos

OBJETOS DAS MATRIARCAS E SENTIDOS PRINCIPAIS	OBJETOS DOS (AS) DESCENDENTES	NÚCLEOS DE SENTIDOS	PARAMETROS DE ANÁLISE
PILÃO: POTÊNCIA NA CONDIÇÃO DE IMPOTÊNCIA	Facão	Controle pela violência.	Múltiplas formas de violência contra a mulher.
	Caixa de guardados	Reconfigurações de profissões.	Expectativas e experiências relacionadas profissões.
	Balas de café	Propósitos dos aprendizados.	Usos dos aprendizados maternos.
JIRAU: PLANTIO E COLHEIRA DE MUDANÇAS	Foto da casa na roça	Saber para ser e ir.	Ambiguidade na mobilidade por escolha.
	Caderno de rascunho secreto	Educação oculta.	Aprendizados formais em família. Formas ocultas de acessar a educação formal
	Receita de picuá	Atrevimento da mudança	Transgressões sem silêncio.

Fonte: Autora da tese, 2025.

A organização dos textos foi realizada em estreita relação com os núcleos sintetizados no quadro 2. Assim, os textos constam em dois núcleos principais: o primeiro é derivado dos objetos e narrativas que emergiram da minha linhagem paterna, enquanto o segundo sintetiza os achados na família materna.

Como informações introdutórias, trago em cada um desses núcleos os desafios e marcos significativos que moldaram a trajetória e as experiências de cada uma das minhas avós na família.

Aguiar e Ozella (2006) apontam que transitar nos sentidos em um processo de análise requer “caminhar para as zonas mais instáveis, fluidas e profundas”, muito mais amplas que os significados. Apreendê-los, neste caminho, implica em se considerar que um sentido, por se relacionar tanto aos processos cognitivos, afetivos e biológicos da subjetividade que narra, quanto com o contexto social, político, econômico no qual ela se insere contém mais do que aparenta (Aguiar; Ozella 2006). É assim que os textos apresentados na sequência, que buscam não se restringirem a ponderações sobre o dito acerca das vivências e revivências narradas, mas deixar aberta a possibilidade de apreender a partir da polifonia de vozes neles presente, demandam ser lidos e apreendidos.

5.1 O PILÃO: A POTÊNCIA NA CONDIÇÃO DE IMPOTÊNCIA

Um pilão todos veem, mas o corpo que ergue o socador para transformar grãos em sustento, esse quase nunca é percebido. Assim talvez ocorra porque na sociedade do ter, o produto costuma encobrir a vida que o faz nascer. É assim, por vezes, com aquelas que lavam, cozinham e rezam. Era assim com vó Joaquina, fio invisível que alinhavava cada pedaço da nossa família, com um jeito manso de cuidar, desses que não se anunciam, mas que se percebem no silêncio: no prato que chegava antes da fome, no conselho que surgia antes da queda, na orientação dita sem gritos. Não sem razão, cada gesto dela ensinava mais do que qualquer palavra.

Talvez pela alquimia dos seus preparos culinários, era o conteúdo do pilão e não ela, que primeiro capturava os olhares. Assim afirmo ao relembra-la no uso do pilão, ora pilando milho ou carne assada com farinha, ora mexendo vigorosamente a massa cozida dos doces de saetas e murici que ela preparava para a sobremesa, em um grande tacho de cobre depositado sobre o pilão. É a história dela, que buscou nos ensinar a partilhar o que tínhamos, a respeitar o tempo das coisas e a reconhecer força, e cuja imagem é apresentada a seguir, associadas ao pilão (fotografia 27), dentro da casa que ela habitava, que será aqui, ainda que com muitas lacunas, apresentada.

Figura 29- Fotografia de vó Joaquina



Fonte: Arquivo da família, 2024

Figura 30- Fotografia do pilão de vó Joaquina



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2024

Esclareço que evidencio vó Joaquina nesta tese em uma espacialidade específica - a casa - pois as parentes-guardiãs da memória que dela descenderam, entre as quais estou incluída, a associam em suas narrativas a esse local. De fato, conforme será aqui exposto, longe da casa, de pouco espaços para suas experimentações, a vida parecia estar interdita para ela. Assim afirmo porque nunca a vi, por exemplo, nas missas para os quais os(as) católicos(as) como ela, iam aos domingos; da mesma forma, sair da casa para ir a casamentos, aniversários ou outras comemorações era fato raro para ela.

A casa era, assim, moradia da minha avó paterna e seu espaço de vida do qual ela não saía, certamente porque, como me confidenciou certa vez, temia os dias e pernoites na rua, local para o qual a pobreza extrema parece que sempre ameaçou encaminhá-la. “O mundo da rua ensina, mesmo a cabeça mais dura, mas cobra também. Tira o filho da mãe e a mãe do filho. Sem casa a gente não sabe quem a gente é” – ela me dizia. Como ela assim aprendeu, não me explicou, mas a história da família dela desvela: as meninas da sua família extensa, desde a infância, trabalhavam em casa de família, longe das suas mães. Eram, nos dizeres da época, “dadas a famílias para criá-las”.

A estratégia utilizada por minha bisavó era comum entre muitas mães pobres da época, principalmente as negras como a ela, forçadas a fazer uso da esperança para tentar garantir o alimento e a educação formal para as filhas. Tal medida, na verdade, incentivada pelas famílias abastadas da época, não objetivava preencher um vazio hereditário ocasionado pela não geração de filhos biológicos pelas famílias que recebiam as crianças, mas, sim, disfarçar a exploração da mão de obra das meninas no trabalho doméstico. Para fortalecer tudo, os castigos físicos e ameaças “Se não fosse por mim, você estava na rua, passando fome”. Conforme ela me disse, esta era uma frase comum que ouvia da família para a qual a mãe dela a entregou. Assim sendo, ela e suas irmãs não trabalhavam fora de casa, já que não retornavam para junto das mães ao final de um dia ou período de trabalho, mas pertenciam, como se objetos fossem, às famílias que as recebiam.

É válido lembrar que a exclusão de crianças negras, assim como de curumins⁵⁶ da educação formal aqui no Brasil, denunciada por Mary Del Priore (2003), iniciada com a chegada dos jesuítas e que prevaleceu até o início da Segunda República, foi

⁵⁶ A palavra curumim deriva da língua indígena Tupi, *kunu'mi* ou *kuru'mi*, e significa, entre outros, menino, jovem, rapaz (Houaiss, 2009)

fato comum por muito tempo no nordeste brasileiro. À época, para as oligarquias que se fortaleceram aqui no início da República, escola não era necessária para as crianças indígenas, negras, pobres, filhas de imigrantes e da roça. Para elas era destinado o trabalho, desde a mais tenra idade, na casa-grande, então disfarçada em casas de família, para continuar a ninar (Evaristo, 2013), sem assombrar, os filhos dos outrora donos das senzalas. Nesse contexto a referência de lar, que não necessariamente se relacionava a uma casa específica, mas à convivência de crianças como a minha avó com as suas mães e demais membros da família extensa de origem, era forçosamente anulada com a doação delas a outras famílias. Tal separação resultava como consequência para a maioria no rompimento de vínculos familiares, antecipadamente sentida e denunciada pelas crianças, conforme me relatou uma das tias-guardiãs ao compartilhar um trecho de uma das suas conversas com vó Joanhina:

[...] mãe me contou que uma das suas irmãs, quando criança, foi dada e levada por uma família que morava na capital. Na despedida, essa irmã disse: “até o dia do juízo final, minha irmã”. Mãe morreu sem reencontrar essa irmã (Tia-Guardiã 1).

Era, assim, que desde pequenas as meninas pobres brasileiras aprendiam na prática que a escravização, abolida aqui no Brasil, era realidade apenas na lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Nos primeiros anos de 1900, época de infância de vó Joanhina, para o coletivo de crianças descendentes de mulheres negras, como foi o caso dela e de suas irmãs, a escravização, com direito à separação forçosa de suas famílias, começava e era disfarçada na agregação delas à vida de trabalho na casa, e não necessariamente do grupo familiar para os quais eram doadas. Esse foi um dos pontos de partida para a continuidade da exploração de muitas delas, também na vida adulta. Desta forma, semelhante ao que denunciou Davis (2016, p. 17), embora em contexto estadunidense, cada uma dela, mesmo após a maioridade e semelhante a suas ancestrais, “[...] era antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa [...]”.

Ao lado do trabalho precoce das meninas, uma parte significativa da família da minha avó paterna, sem terras na totalidade, sofria os reflexos da seca no interior da Bahia. Foi assim que muitos, entre os quais alguns primos dela, foram forçados a aderir à condição de retirantes da seca e migrar para o sul e sudeste brasileiros em

busca de melhores condições de vida. Deles, até o final da década de 1980, minha avó recebia somente notícias espaçadas, através de pessoas da região que viajavam para as regiões mencionadas. Essas notícias reportavam, de acordo a Tia-guardiã 1, que à situação de extrema pobreza que já eles experienciavam no interior do nordeste se somou a falta de acesso à moradia ao chegarem à capital. O crescimento dos polos industriais e das metrópoles verificados a partir da década de 1930 (Abreu, 1992), que atraiu os(as) jovens pobres nordestinos para os grandes centros urbanos não deu conta, assim, de suprir essa demanda. Como os que migraram não mais enviaram notícias ou retornaram, ocorreu a perda de vínculos dela também com esses familiares.

Não se sabe ao certo quantos foram os irmãos e irmãs de vó Joaquina. Durante a pesquisa realizada para esta tese, indaguei a todos os filhos e filhas dela, assim como nossos parentes que residem hoje em Minas Gerais, mas ninguém ousou afirmar um número correto. Como os nossos ancestrais, obrigados a dar voltas na Árvore do Esquecimento antes de embarcarem nos navios negreiros, para não mais lembrarem quem e de onde eram (Silva, 2019c), esses filhos e filhas da minha bisavó esqueceram de retornar e foram esquecidos pela família. Assim, embora a árvore ali não existisse, a doação das meninas e a migração dos homens para o sul e sudeste brasileiro ocupou o lugar da árvore, para cobrar o esquecimento daqueles(las) que partiam, mediante o rompimento dos vínculos familiares. Tais fatos, aliados à extrema pobreza que ela experienciou na infância, na adolescência e nos primeiros anos do casamento, certamente explicam em grande parte o apego de vó Joaquina à casa, que parece emergir como um forte e lugar seguro, na qual ela morou até a sua morte.

Os documentos de vó Joaquina registram que ela nasceu no dia vinte e quatro de junho, no ano de mil novecentos e dezessete e que foi registrada pela mãe com o nome de Joanna Baptista Britto. Há, todavia, dúvidas sobre o ano real de nascimento, dada a dificuldade das pessoas pobres e da roça à época para acessarem os órgãos que faziam esse registro. Como apontou a Tia-guardiã 1:

mãe não tinha certeza do ano que nasceu; sabia apenas, pelo que contava a mãe dela, que o dia foi vinte e quatro de junho, data de São João. Foi por essa razão que minha avó deu a ela o nome de Joana.

Nos documentos dela o nome do pai, com o qual a mãe e vó Joaquina não conviveram, não foi mencionado. Tal ausência era não somente aceita socialmente,

mas legalmente determinada, pois o Código Civil Brasileiro, estabelecido pela Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (Brasil, 1916) e vigente à época, proibia o reconhecimento de paternidade, quer seja voluntário ou judicial, para as crianças “incestuosas e adúlteras”. A leitura desse código, em especial do capítulo quatro, tanto pelos verbetes atribuídos aos filhos e filhas nascidos(as) fora do matrimônio quanto pela negação de direitos a eles(as), descortina o perverso quadro social imposto às mães solteiras e às suas crianças, à época. Minha bisavó era uma dessas mulheres.

Antônia Maria de Britto, a mãe de vó Joaquina e minha bisavó, como muitas mulheres negras e pobres à época, não teve uma vida fácil. Pelo que contava a minha avó, para sustentar os filhos, ela vendia bebida na pequena casa onde morava e lutou muito para proteger e proporcionar melhores condições de vida aos filhos. Esse cuidado era verificado, entre outros, na proibição de contato entre as filhas e os homens que frequentavam a casa, à noite. Quando algum se anunciava ou chegava antes da hora ela tinha um código, para dizer as filhas que era o momento delas se recolherem ao quarto e não mais saírem. O código era o seguinte: “” Tá na hora de recolher as galinhas”. Era assim que evitava os olhares masculinos para as filhas, certamente para protegê-las do assédio e da violência sexual que à época não excluía as crianças de mulheres pobres.

Sobre a abordagem do trabalho da minha bisavó em casa minha avó assim me contou certa vez, enquanto enrolávamos as balinhas de café que eu comercializava em sociedade com ela: “Mãe nunca me disse o que fazia com os homens e nós nunca perguntamos, mas o povo falava. Ouvi muito que eu era filha de uma mulher de vida fácil”. Tal afirmação desvela a percepção social à época de “mulheres da e na batalha”, como denomina a pesquisadora Fernanda Priscila Alves da Silva (2021) em sua tese de doutorado. Como as mães e filhas que colaboraram com o trabalho da pesquisadora em pauta, minha bisavó, em um contexto social excludente e de marginalização das mulheres que faziam uso da prostituição, buscou manter para as filhas uma organização familiar. Essa organização não se traduzia apenas na tentativa de garantir um teto por ela alugado para a família, mas nas orientações às filhas, quase sempre tão duras como a vida que ela levava. Como relatou a Tia-guardiã 1, minha bisavó materna não fazia uso de palavras carinhosas ou de afagos com os filhos, e sim, quando julgava necessário, de pequenos galhos de plantas para disciplinar as filhas, mas cuidava da família.

Aos dez anos, a irmã que morava com vó Joaninha, foi entregue a uma “família de bem”, como ela chamava. No compromisso firmado sem papel, a família se comprometeu a tratá-la como filha e lhe garantir educação escolar. Em troca, ela não teria mais contato com a mãe, pois, de acordo com aquela família, o ambiente da casa materna não era apropriado para ela. Apesar dos rogos em contrário das irmãs, minha bisavó aceitou. Era aquela uma oportunidade, como ela confidenciou à minha avó mais tarde, que não podia negar à filha.

O relato da Tia-guardiã 1 revela o quão precocemente as crianças amadureciam, talvez porque o contexto assim cobrasse dela. Essa tia relatou que, ao se despedir, apesar de bem pequena, minha tia-avó verbalizou, ao abraçar a minha avó, a certeza que em vida ela e a irmã não mais encontrariam, o que de fato aconteceu.

No ano posterior, certa de que a filha estava sendo bem tratada – “família de bem não mente” é o que dizia minha bisavó, de acordo com a Tia-guardiã 2 - vó também foi entregue a uma família para ser “criada” e educada.

Na nova família, desde os primeiros momentos, a família apresentou à minha vó qual seria o papel e a realidade naquele ambiente: trabalhos domésticos, cuidar das crianças tão pequenas como ela e castigos físicos, caso desobedecesse. Em virtude dessas obrigações, a dona da casa disse que escola para ela somente quando fosse criada uma turma noturna no local, o que não ocorreu enquanto a minha avó com essa família viveu. Ela me contou que sonhava com essa turma. Anos mais tarde, ingressei como professora na Educação de Jovens e Adultos e lá permaneci, até me aposentar, certamente porque via a minha avó nas mulheres que teimavam em estudar, naquele lugar sonhado por ela. Nesse cenário desigual de acentuada tendência patriarcal, no qual a sobrecarga de trabalho das mulheres era considerada natural, muitas desistiam de estudar. Era assim que os reflexos da educação tecida pela colonização brasileira, na qual etnia, raça e gênero justificavam exclusões de segmentos populacionais das instituições escolares, e que negou o acesso das mulheres à escola e nos imputou as tarefas domésticas até meados do século XIX (Del Priore, 2006; Freitag, 2005), ainda eram sentidos.

Vó Joaninha não falava muito do seu passado comigo, mas do período que viveu com a família para a qual foi doada, sim. Ao refletir hoje sobre os motivos por que essas vivências eram pauta constantes das nossas conversas no meu encontro com ela à noite para nosso pequeno empreendimento de balinhas de café, percebo

que eu tinha, à época, a mesma idade que ela, quando viveu com aquela família. Nessas narrativas, para muito além das surras, dos mal tratos físicos e psicológicos e da negação do direito à escola, vejo que ela me mostrava sempre as possibilidades de resistir, mesmo em condições de extrema fragilidade, para existir. “Estude e tenha sempre um trabalho. Se fizer isso, a gente não passa fome e ninguém quebra a gente” – é o que ela me falava, nesses momentos. Era assim que ela me apresentava o conhecimento advindo das suas dores, não apenas como uma ferida, mas como uma possibilidade de cura, mediante saberes que hoje reconheço como ancestrais, capazes de me fortalecer a minha navegação para onde eu desejasse ir (Evaristo, 2019).

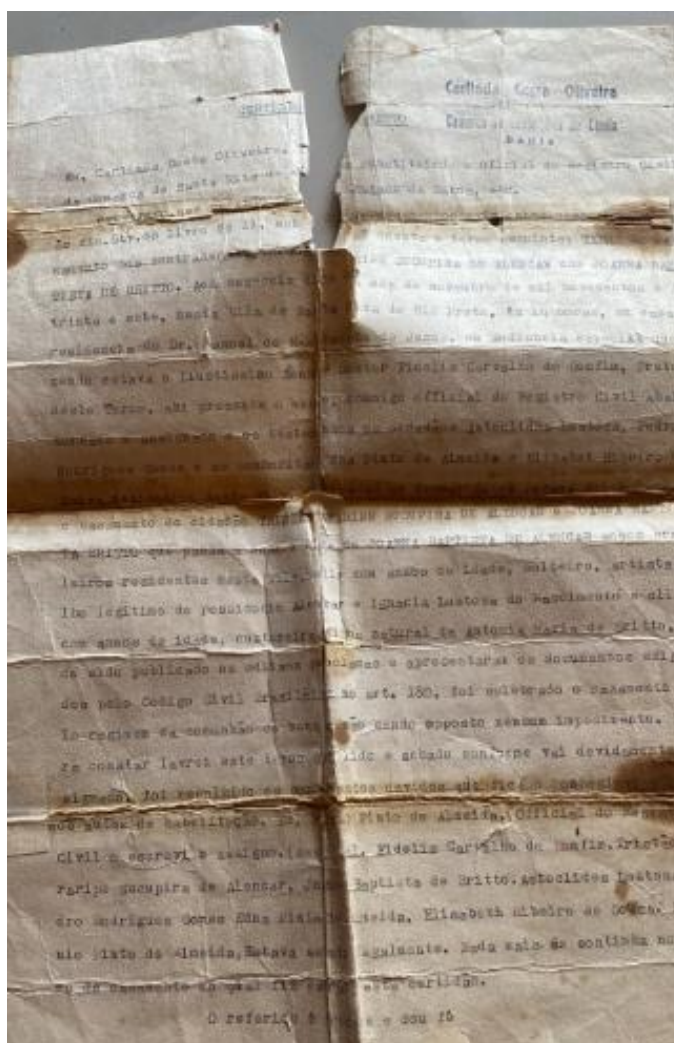
Alguns anos mais tarde, a família para a qual vó Joanhina foi doada mudou de endereço e a devolveu para a minha bisavó. De acordo com vó, uma criança de outra família tão necessitada como a nossa à época, passou a ocupar o lugar dela, na nova residência da família. Ela me descreveu várias vezes a alegria de voltar para junto da mãe e sempre ressaltou que não sofreu represálias. A essa informação acrescentou que trabalhava direito, talvez porque temesse que lhe atribuíssem a culpa pela devolução. “O dono da casa explicou direitinho para mãe a situação e ela entendeu. Tanto que ela disse que as condições de dinheiro daquela família tinham piorado” - assim vó me relatou. Recordo-me que, em resposta a uma pergunta minha, ela disse que jamais contou a minha bisavó o que sofreu, pois entendia que a vida era muito dura para a mãe.

Um ano após retornar à casa, minha avó conheceu o futuro marido. O encontro entre ambos, de acordo com um dos meus tios, ocorreu, não por desejo de vó, quando ela retornava de uma fonte onde ia todos os dias buscar água. Após, ele resolveu “reparar o erro” cometido, mediante o casamento. Assim era, até um período recente, no interior da Bahia: sexo não consentido pela mulher, mesmo fora do casamento, era ato não questionado, quando o agressor “aceitava” se casar com a agredida. Outro caminho era “lavar a honra” da agredida com sangue, quase sempre o dela. Violência sexual, neste contexto, era motivo de vergonha para a família da agredida, a ela sendo imputada muitas vezes também a culpa pelo ocorrido. Isso porque, nos costumes da época, as alegações de uso de roupas que “incitavam o desejo dos homens”, a origem da mulher – principalmente das filhas geradas fora do casamento -, assim como o fato da vítima transitar em lugares que não devia, entre outros, eram motivos que legitimavam um perdão social não verbalizado ao agressor, principalmente quando

ele se colocava à disposição para se casar com a agredida. A dominação masculina, que prevalecia nas relações sociais e direcionava não somente a desigualdade, mas várias formas de violência de gênero, assim permitia (Gonzalez, 2020; Jelin, 1994; Longo, 2017). Não foi sem razão que a minha bisavó e a minha avó aceitaram o casamento proposto.

Em dezesseis de novembro de mil novecentos e trinta e sete ela se casou. Embora deteriorada pelo tempo, pude extrair várias informações de uma via da certidão de casamento, preservada na caixa de guardados de vó, hoje em posse de uma das guardiãs. Entre as constatações, confirmei o nome da vila, na comarca de Santa Rita de Cássia em que o casal viveu inicialmente, a profissão declarada de ambos e a afirmação de legitimidade do nascimento de um e de ilegitimidade do outro.

Figura 31- Fotografia da certidão de casamento de vó Joaquina



Fonte: Arquivo da família, 2024.

Este foi um documento que me possibilitou informações não somente para afirmações nesta tese, mas para ampliar futuramente a investigação sobre a origem da mãe dela, que pretendo realizar futuramente.

As núpcias foram realizadas sem festas, pelo menos para vó Joaquina. De acordo com ela, somente o meu avô e os amigos deles saíram para comemoraram.

Pouco tempo depois do casamento, minha bisavó faleceu. Embora casada e a despeito do tempo em que viveu longe dela, minha avó sempre afirmou que sentia muito a falta da mãe. Essa falta, ainda de acordo com ela, era motivo de seus pedidos nas rezas diárias, para sonhar com a mãe. Ainda que não mais reais, esses encontros eram ansiados e a acalentou, por toda a vida.

No casamento, o trabalho para ela não se fez ausente na pequena casa que ela passou a habitar. O artista que meu avô declarou ser na certidão de casamento, como profissão, se revelou pouco eficaz para manter a família. A renda para o sustento da família derivava principalmente de pequenas costuras a mão, do aluá⁵⁷ - uma bebida que ela preparava, à base de milho - e da venda de tampas de madeira para potes, que o meu avô preparava. De acordo com a Tia-guardiã 1, o comércio era difícil, pois meu avô não admitia homens próximo a casa. Dado o fracasso do empreendimento, ela passou a comercializar balas de café e doces, mas em virtude do parto do primeiro filho e da falta de condições para custear a matéria-prima – o pouco que entrou foi usado nas despesas da família – eles passaram sérias dificuldades financeiras. Foi nesse período que ela resolveu entrar em contato para pedir ajuda para o homem que sua mãe informou como pai dela.

O contato foi feito por carta, posteriormente encaminhada através de um viajante, escrita por ela. “As letras nas palavras, eu aprendi a organizar. Foi esse um dos ensinamentos das meninas da casa onde morei” – ela contou à Tia-guardiã 2. De acordo com o que me contou uma das guardiãs, esse primeiro contato foi feito sem o conhecimento do meu avô. Essa tia também me disse que não havia expectativas quanto a um retorno positivo por parte do pai, pois se não era cobrada a paternidade para os filhos e filhas gerados fora do casamento, para aqueles(las) e especialmente gerados por mulheres “que faziam a vida”, o descaso era maior ainda. Em resposta à

⁵⁷ O aluá é uma bebida fermentada, ao que tudo indica, de origem afro-indígena. Em minha família é feita a partir da fermentação de grãos de milho e adoçada com rapadura. Geralmente é colocada em um pote de barro, durante o processo de fermentação.

correspondência da vó, o pai a reconheceu como filha, embora sem certidão, e a orientou a ir com a família para Barra, à época um município mais desenvolvido do que o aquele onde morava. Disse-lhe também que na nova morada, a família teria o seu apoio.

Após obter a promessa de apoio do pai, vó Joaquina enfrentou o desafio de propor ao meu avô a mudança, como uma alternativa para os problemas financeiros da família. Posso seguramente afirmar, diante do contraste entre a forma discreta e silenciosa dela ser, com o autoritarismo que não admitia réplicas do meu avô, o quão difícil foi para ela visibilizar a sabedoria que ela parecia se obrigar a ocultar durante toda a vida. Camuflar o brilho para existir no contexto do patriarcalismo colonizador que prevaleceu aqui no Brasil parecia ser uma estratégia das mulheres que, longe de qualquer passividade, buscavam teimosamente transformar a realidade principalmente para os(as) filhos(as) que geravam. Este era o caso da minha avó: Como as águas do Rio São Francisco e do Rio Grande, que ainda hoje correm ao lado da casa onde ela morava, que moldam diariamente o leito onde correm, a sua mansidão era só aparente. Era sorrateiramente, mediante uma força de não confronto, que ela contornava os muros da negação e da privação (Davis, 2016) e abria frestas na impossibilidade para vislumbrar e construir os caminhos para uma realidade possível. Certamente, foi dessa forma que meu avô foi convencido, não somente a se mudar, mas entender que a decisão da mudança foi dele.

Foi meu pai quem me contou a história da viagem da família para a Barra, em uma das nossas conversas à porta da nossa casa, alguns anos após a morte dela. Relembro que a história emergiu após uma pergunta que fiz sobre a localização do pilão de vó Joaquina pois, em uma visita que fiz à casa dela, que sofrera uma pequena reforma, não o tinha visto. “O pilão está lá, no quintal. Acho que o destino dele vai ser o fogo. Ninguém o quer” – disse ele. Soube, dessa forma, que diferentes dos demais móveis da casa, a madeira desbotada, com muitos cortes desiguais feitos pela lâmina afiada do facão ao recortar os ossos que temperavam o feijão, não o tornavam objeto de desejo dos parentes. Por essa razão, como uma madeira qualquer, ele foi depositado em um canto ermo do quintal de vó. Certamente pelas vivências que revivia ao vê-lo na casa de vó, fiz a minha inscrição para dele me tornar guardião, naquela ocasião. O desejo se fortaleceu ao escutar o meu pai contar a história do deslocamento dos meus avós à Barra. “Saímos de Santa Rita para Barra em uma balsa feita com troncos de Buriti. A viagem foi longa, de vários dias. As coisas que a

gente tinha era pouca. Eu só tinha um camisolão. Além de algumas panelas, mãe tinha esse pilão, que foi feito por pai” – assim ele me contou.

Como narrei no texto “De onde vim e para onde vou: memórias e afetos de um pilão de família” (Silva, 2019c), publicado no livro “Objetos de família: vozes e memórias” (Rabinovich *et al*, 2019), não foram os perigos ocultos na correnteza tranquila do Rio São Francisco, temidos até mesmo pelos condutores de grandes embarcações como os vapores, o meu foco maior de atenção e, sim, o pilão, certamente porque constatei que- aquele bem, no qual parecia estar a força da árvore do Jatobá do qual foi entalhado, ajudou a materializar o sustento para a família que ela criou. Foi assim durante a trajetória desses meus ancestrais pelo rio: pela manhã, era nele que era pilado o milho que vó transformava em cuscuz; mais tarde, deitado, era também nele que os peixes pescados no rio eram tratados e cortados para a segunda refeição do rio. Foi assim que às minhas recordações de infância dos cheiros e sabores que minha vó produzia nele, se somaram as memórias de um tempo que não vivi. Meu desejo, despertado pelo destino do pilão na ocasião, se fortaleceu. Pedi, então, permissão ao meu pai e aos meus tios para trazê-lo para a minha casa e a obtive. Tornei-me, assim, guardiã do pilão, hoje preservado em minha casa, na cidade de Barra-BA.

De acordo com o meu pai, em Barra, o pai de vó alugou uma casa, cedeu alguns móveis usados e fez comprar de mantimentos para a família. Ainda assim, a situação financeira da família continuou incerta, pois o meu avô demonstrou pouco interesse pelo trabalho que o meu bisavô podia possibilitar: ser tropeiro viajante para conduzir pelo sertão o gado que ele comercializava. Na defesa dele, o meu pai apontou que criatividade dele, que o fez se declarar como artista na certidão de casamento, ia da fabricação de tampas de pote, portas e janelas em madeira à garimpagem de metais preciosos que ele nunca encontrou.

Embora a fabricação de doces, ao qual se somava venda de aluá, garantisse uma renda melhor no novo endereço, a situação financeira da família ainda era difícil. Foi então que a minha avó, com a visão empreendedora que parece que sempre a acompanhou, viu uma oportunidade de melhorar a renda, na vida de que se desenvolvia na cidade: à época, o trânsito de mascates e viajantes e Barra era grande. Como a casa era ampla, ela teve a ideia de transformá-la em uma pequena pensão e confidenciou o desejo ao pai, que aprovou o projeto e prometeu a apoiar. O obstáculo maior, todavia, estava por vir, de acordo com a Tia-guardiã 1: convencer o meu avô a

aceitar um empreendimento que traria outras figuras masculinas à casa. Ao apresentar a ideia, ele recusou e ela, a despeito de não o contestar, não desistiu e voltou a apelar para o pai, agora para convencer o marido.

A Tia-guardiã 1 relatou que a primeira conversa ente o meu avô e o meu bisavô não foi proveitosa e apenas resultou na insatisfação do meu avô, demonstrada por ele em várias semanas sem dirigir a ela qualquer palavra. Meu bisavô, embora vó não insistisse em novas intervenções, não desistiu e após outras conversas, convenceu o meu avô sobre a viabilidade do empreendimento. Obtida essa autorização, em pouco tempo a pensão, de acomodações simples, foi aberta aos hóspedes, com o nome de Pensão Sertaneja.

A vida na pensão era de muito trabalho para vó Joaninha, e ela somente parava na ocasião dos partos. “*Mãe não tinha resguardo direito*” - contou-me a Tia guardiã 1. “*Era parir e voltar para a labuta*” – prosseguiu. Foi assim que, entre muitos abortos espontâneos, nasceram duas meninas e três meninos, aos quais se somou o meu pai, gerado no primeiro ano do casamento.

Em poucos anos, a pensão prosperou; embora não tivesse uma conta bancária – ela tinha o hábito de trazer o dinheiro em dois grandes bolsos do vestido - minha avó conseguiu comprar duas pequenas casas, com o objetivo de alugar, aumentar a renda e futuramente comprar uma casa maior para a pensão e residência da família. Até então, parte da renda dela era destinada ao pagamento do aluguel da casa onde moravam e trabalhavam. Meu avô, todavia, tinha outros planos e vendeu as casas para comprar um barco e uma radiola. O barco em pouco tempo ele vendeu, mas a radiola foi mantida entre os bens dele até o dia da sua morte. A casa própria, que voltou a ser projeto distante para a minha avó, somente emergiu como possibilidade quinze anos após a chegada dela à Barra, através de uma sugestão da filha mais velha. Com o mesmo espírito empreendedor da mãe, essa filha sugeriu que ela conversasse com o dono de um terreno e acertasse fazer o pagamento semanalmente. Assim ela fez, sem pedir autorização ao marido. Como era respeitada na cidade, o dono do terreno, após conversar com o meu avô, aceitou.

A Tia-guardiã 2 relatou que um ano após a compra do terreno, meu avô tentou vendê-lo, mas a minha avó, apoiada pela filha, se recusou. Diante da negativa e sob os rogos da filha, ele iniciou a fabricação dos tijolos para a construção, em uma olaria improvisada em uma das ilhotas do Rio São Francisco. “*Eu e meus irmãos carregamos os tijolos para a casa. Lembro que era duro subir a rampa para levar os tijolos até a*

casa. Animava a caminhada a radiola, que pai insistia em manter no pacote” – contou-me a Tia-guardiã 2.

Após erguer a casa, a pensão foi reinaugurada no novo endereço, com o nome dado por meu pai de Hotel Sertanejo. A estrutura simples abrigava nos quartos principais os hóspedes e nas acomodações do quintal, a família. Essa construção, com portas e janelas esculpidas por meu avô, ainda hoje resiste ao tempo, embora com deteriorações. As poucas fotos expostas nas paredes, todavia, se perderam. Foi nessa casa que a minha avó gerou a maior parte dos filhos e viveu durante a maior parte da vida dela. Foi lá também que eu vivi com os meus irmãos, nos longos períodos de adoecimentos da minha mãe, em períodos que incluíam alternância de moradia com a casa da minha avó materna.

Recordo que a casa, de portas sempre abertas, era um ambiente de passagem e, ao mesmo tempo de retorno, para as pessoas que lá se abrigavam. Na relação dos meus avós com os mascates e viajantes que muito pouco era comercial, vínculos eram fortalecidos mediante o apadrinhamento de crianças e fortalecimento de amizades que estendiam a família para além dos laços sanguíneos. Ali ela também acolhia e alimentava ribeirinhos(as) que não podiam pagar pelas acomodações, muitos(as) trazidos(as) por meu avô em suas andanças pelo rio. Alguns permaneciam na casa por longos períodos, ou deixavam os filhos para estudar, após retornarem para suas residências.

Não sem razão, tive na infância, muitos parentes não sanguíneos, que eu considerava como tios, tias, avós e avôs. O meu padrinho, por exemplo, foi um hóspede da casa, que se transformou, após o meu batismo, em membro da família. Foi assim que mesmo após a Barra deixar de constar na rota do trabalho dele e a despeito da distância do local onde passou a residir, ele não deixou de retornar à casa da minha avó. Desta forma, como aprendizado das famílias extensas constituída por nossos ancestrais escravizados, das quais faziam parte “padrinhos, madrinhas e afilhados além de parceiros trabalho”, nossa família assim foi ampliada (Amaral, 2010, p. 42)

Se, para muitos, a casa de vó Joanhina era um ambiente de passagem, aberto à acolhimentos e retornos como foi o caso do meu padrinho, para ela não era assim, pois lá permanecia. Naquele espaço físico, de intenso movimento interno, que parecia assumir também um sentido simbólico na orientação e sentido que minha avó aparentava atribuir à sua existência, ela transitava em um espaço que nunca reclamou como mínimo, sem denunciar estresses e desgastes, talvez somente confidenciados

ao pilão, nas muitas vezes ao dia em que manjava vigorosamente o seu bastão. Era ali, certamente, que era extravasada a indignação pelas constantes traições do meu avô – era ele homem de muitas mulheres que legaram a ele filhos e filhas – e o cansaço pelos dias exaustivos de trabalho.

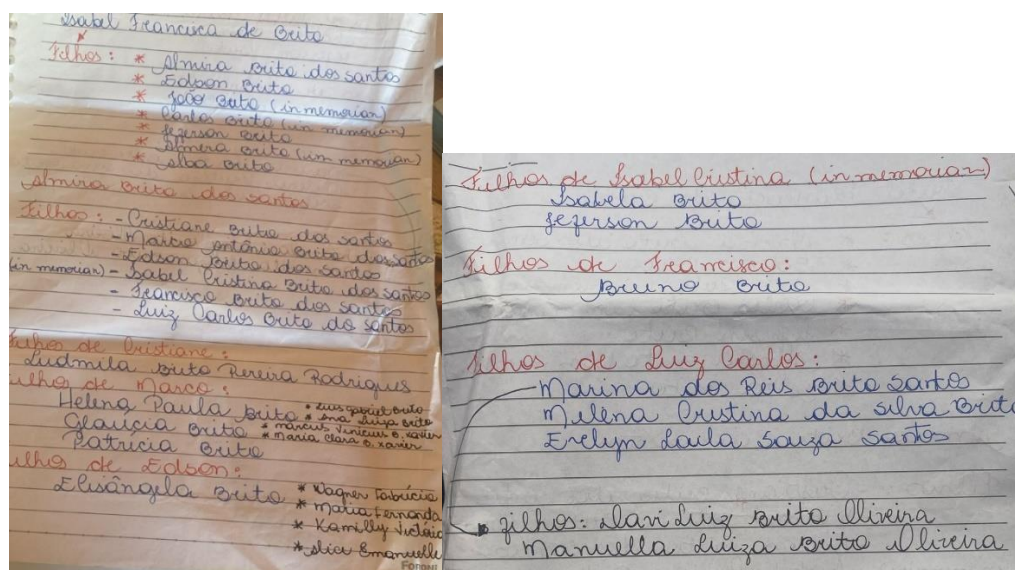
No contexto vivencial da casa, com limites invisíveis para a minha avó, as relações sofriam contínuas transformações, muitas fomentadas por ela. Foi assim com os meus tios e tias. Todos frequentaram a escola e após concluírem o segundo grau, foram incentivados por ela a estudar e trabalhar em Brasília. À época, a futura capital brasileira estava em construção e atraía os filhos e filhas da classe média barrense. A primeira a seguir foi a filha mais velha, que desistiu de um noivado, para desgosto do meu avô. *“Sem discutir com pai – pelo menos na nossa vista – mãe me deu o dinheiro para ir para Brasília. Na época, fui morar com uma família conhecida da nossa, mas mãe me orientou a não permanecer por muito tempo lá”* – disse a Tia-guardiã 1. A preocupação e recomendação é certamente explicada pela própria trajetória da minha avó na infância, em uma casa de família que não era a dela, conforme relatei anteriormente. Graças a esse apoio, o ciclo de “adoção”, que transformou por muitas tempo as mulheres da minha família em trabalhadoras domésticas não remuneradas, foi rompido.

Anos após, com os filhos longe da casa e viúva há mais de duas décadas, minha avó encerrou, com relutância, as atividades da pensão. Relembro que, à medida que reduzia o ritmo de trabalho na casa, por insistência principalmente dos filhos, o silêncio dela aumentava, como se o cansaço por muitos anos de trabalho fosse finalmente sentido. O brilho do olhar, porém, não diminuiu, principalmente quando ouvia as netas partilharem as suas conquistas, quando a visitavam nas férias de junho. Relembro que nos reuníamos no fundo da casa ao redor de uma fogueira improvisada na rua ao, no dia do aniversário dela. Ali ela escutava tudo com atenção e, não por poucas vezes, ensaiava risos de triunfo, diante dos nossos relatos, que poucos ali entendiam. Em outros momentos, o vigor voltava para reclamar a atualização do enxoval para o seu funeral, que ela conservava desde o início da vida adulta. Composto por um vestido de cor clara, de modelo idêntico aos vestidos que ela sempre usou, nesse enxoval era guardado também uma anágua, uma meia e um lençol. Peças sem uso, virgens, como ela chamava, que ela fazia questão de manter e trocar, quando amarelavam, como se temesse muito mais a penúria, que a privaria do vestuário adequado para o velório, do que o próprio ato de morrer.

No dia primeiro do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, vó Joanhina faleceu, após cinco anos acamada. Faleceu silenciosamente, como sempre viveu, sem alardes, na casa onde ela morou, como desejou. Em seu velório, o trânsito de pessoas, há muito extinto, retornou ao ritmo de outrora e a casa se tornou pequena para receber a família que se tornou extensa ao longo dos anos, composta também pelas inúmeras pessoas, acolhidas por ela nos anos de sua existência. Relembro que foram dias de encontros entre parentes, amigos e agregados que retornaram à Barra, de várias partes do Brasil, para o último adeus a ela. Foi, assim, que ela, mesmo não mais presente, nos reuniu e fortaleceu o elo que a migração não rompeu.

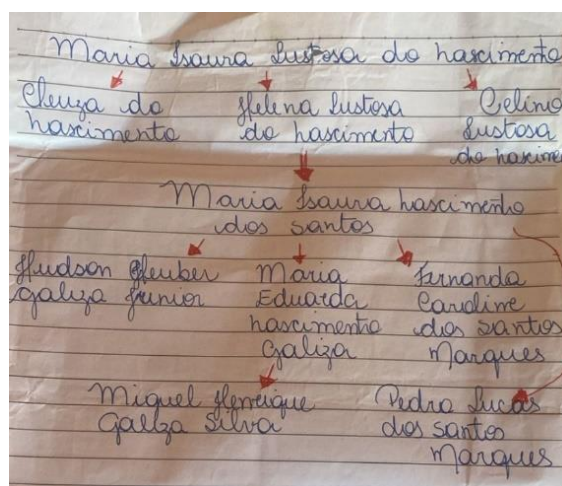
Nos anos que se seguiram à morte dela, a minha família paterna voltou a se reencontrar. Nesses retornos visitamos a casa de vó Joanhina, mas como o grupo cresceu muito, reservamos o dia do aniversário dela para um encontro na roça de um dos meus tios. Foi em um desses encontros que percebi o quanto possível é desfazer as voltas na árvore do esquecimento e desvelar a nossa história, mediante principalmente os fios que nos conectam, não somente aos nossos ancestrais, mas a parentes de gerações distintas. Ali, ao lado dos parentes que eu já conhecia, tive acesso a uma parte dos familiares de vó Joanhina, descendentes de uma das irmãs delas, desconhecida para mim, até então. Essa irmã, que conviveu por um breve período com minha avó em Barra, fugiu posteriormente para Minas Gerais com uma das irmãs do meu avô. Foram essas duas mulheres - uma irmã da minha vó e outra irmã meu avô - que formaram a raiz da nossa família extensa, residente naquele estado. Foi uma das filhas delas quem me entregou em Barra um envelope enviado pelas mais velhas que moravam em Minas Gerais, após saber, por uma das tias-guardiãs da minha pesquisa e da dificuldade em identificar os parentes de vó Joanhina. Dentro do envelope, em dois pacotes distintos, tive acesso a identificação dos descendentes das minhas tias-avós que fugiram juntas para Pirapora, em uma relação ordenada escrita por uma delas, retratada na figura a seguir:

Figura 32 - Fotografia do rol de descendentes de Maria Isabel, irmã de vó Joaninha



Fonte: Arquivo da autora, 2024.

Figura 33- Fotografia do rol de descendentes de Maria Isaura, irmã de vô Tristão



Fonte: Arquivo da autora, 2024

No envelope que recebi havia também diversas fotografias que os parentes, descendentes dessas minhas ancestrais, me enviaram. O mosaico a seguir, cujo topo traz as fotos de Maria Isaura e Maria Isabel, do qual sou hoje guardiã, apresenta uma parte dessas fotografias:

Figura 34- Fotografias de Maria Isabel e Maria Isaura junto aos seus descendentes



Fonte: Arquivo da família, 2024.

Ao olhar cada uma das fotografias, reconheci a minha avó e sobretudo a mim mesma nas fisionomias capturadas. Foi assim que mediante a generosidade de parentes que eu não sabia que tinha, compreendi que a despeito de desgarrados(as), os galhos da nossa família renovados, nutridos e ampliados principalmente por mulheres, nos unem e nos sustentam. Basta-nos identificar essas ramificações.

Hoje, na tradição dos reencontros no mês de junho, mediante a partilha das recordações dos(as) mais velhos (as) e o acolhimento das crianças que nascem a cada ano, superamos a aparente ruptura entre as vivências da nossa família no passado e os quadros sociais nos quais nos inserimos no presente, com incorporações que, certamente, delineiam o nosso futuro. Nesse movimento, as recordações dos(as) mais velhos, aberta ao acolhimento às narrativas dos mais

novos(as), deixa de ser somente de uns para se transformar em uma memória coletiva (Halbwachs, 2006) e, portanto, de todos(as).

É assim, sem anulações, mas em confluências (Santos, 2023) intergeracionais que a família gestada por minha avó paterna parece se abrir às múltiplas narrativas daqueles(las) que se afirmam e são reconhecidos(a) como parte do grupo, para compartilhar valores e visões de mundo por vezes transgressores e delinear diferentes expressões e modos de ser, em liberdade. Vó Joaninha, que pouco se ausentou da casa onde viveu, mas ousou sonhar esta realidade para nós, nos abriu as portas para este legado. O pilão no qual ela transformava grãos em sustento, que ainda hoje ecoa a força das suas mãos, nos lembra que esta é a nossa herança maior.

5.1.1 O facão: a vida sob controle da violência

Não planejei incluir a narrativa dos homens nesta pesquisa. Entranhada desde sempre no campo do meu objeto, julgava antever as possibilidades de eleger as mulheres como colaboradoras do estudo, não somente por fazer parte do objeto a ser pesquisado, mas por julgar conhecer muito bem a minha família. Neste caminho, entendia, até então, que a minha familiaridade com as pessoas e situações deste grupo me possibilitaria definir, com segurança, os critérios de inclusão e exclusão para eleição das colaboradoras da pesquisa.

Os pressupostos mencionados, fortalecidos, entre outros, pela leitura do estudo⁵⁸ do antropólogo Marc Augé (1994) sobre as potencialidades de ser parte do objeto a ser pesquisado, levou-me por um breve período a esquecer um dos aspectos comuns que emergem nas pesquisas realizadas pelo grupo FABEP: famílias não são instâncias de certezas, nem mesmo em se tratando do objeto ou dos(as) colaboradores(as) de uma pesquisa, mas campos movediços de vivências de pessoas que se reconhecem e são reconhecidas por aqueles(as) considerados(as) como seus(uas). Esse reconhecimento, conforme verifiquei em alguns desses percursos do grupo como pesquisadora, ocorre mediante afetos nem sempre mútuos, e são quase

⁵⁸ No estudo em questão, Augé (1994) apresenta os resultados de uma pesquisa real cujo público participante foram os usuários de um sistema de transporte coletivo. Por ser ele próprio também usuário daquele sistema, era familiarizado com as pessoas, situações e o ambiente da pesquisa. Augé evidencia, através deste estudo, possibilidades para pesquisas realizadas em ambientes e situações conhecidas pelo pesquisador.

sempre alimentados e direcionados por palavras, atos e até omissões. Assim foi com os homens que entraram por brechas que eu não havia identificado, para reivindicar a participação nesta pesquisa.

Eles chegaram à minha casa, em Barra, no primeiro mês de junho de escuta das narrativas. Conforme consta em meu diário de campo, a brisa da manhã, que muito cedo cede lugar ao calor intenso em Barra, ainda era fresca. Por esta razão e em virtude do gozo de férias pela maioria da minha família – junho é o mês preferido para o descanso e lazer -, estávamos ainda à mesa para um café da manhã que tradicionalmente é prolongado na minha casa nessas ocasiões até próximo ao meio-dia. Após a acolhida alegre à qual se seguiu o pedido de bênção aos mais velhos, eles se sentaram a uma pequena distância da mesa onde estávamos. Relembro o meu estranhamento, posteriormente anotado no diário de campo, diante da geometria formada pela organização das cadeiras, feita por eles: como as mulheres da nossa família, que assim faziam nos terreiros, nos alpendres das casas e até mesmo nas casas de farinha, eles dispuseram as cadeiras em círculo e iniciaram a prosa. Aos poucos, à medida que concluíam o café e lavavam a louça, os demais homens da casa juntaram outras cadeiras ao círculo.

Absorvida pelas tarefas domésticas e ocupada com a preparação para um encontro que teria com uma das parentes-guardiãs no dia em questão, eu não me aproximei do círculo. Após a prosa animar, uma pergunta de um dos tios mais velhos me convocou para a conversa e abriu brechas para uma colaboração imprevista inicialmente, que, ao mesmo tempo, reivindicava participação e validava a pesquisa: “Diana, você não vai perguntar à gente sobre mãe e o pilão para a sua pesquisa?”

No curto espaço de tempo entre a indagação e a resposta reclamada, experienciei um conflito não previsto na trajetória metodológica que delineei para a pesquisa, traduzido em questionamentos que me fiz silenciosamente: fugiria à rigorosidade reclamada pela ciência (Lakatos; Marconi, 2003) ao ouvi-los sem prever inicialmente essa escuta? Se não os ouvisse, feriria os valores que direcionam o respeito aos mais velhos em minha família? Naquele momento, constatei que um percurso metodológico, ainda que rigorosamente cartografado, pode, de fato, em se tratando de famílias, apresentar trechos incertos, pois nem o campo, nem tão pouco os nativos da pesquisa, se delineiam como às vezes esperamos. Esclareço que o grupo FABEP há muito tempo reconhece essa possibilidade nas pesquisas acadêmicas e a traduz no termo à deriva. Tais pensamentos me fizeram lembrar

que estava em campo para tratar de uma realidade que, embora concreta, é como tal, quase sempre tateante (Minayo, 2007). Assim, e por também lembrar que a observação direta estava prevista entre os instrumentos de coleta de informações para esta pesquisa, optei por ouvi-los.

As quase quatro horas de gravação que fiz nessa manhã atestaram que os homens também guardam memórias, entrelaçadas a diferentes objetos de família. Embora ainda hoje experiencie a tentação de desvendar o que eles me autorizaram a revelar nessas narrativas, considerei nesta tese, pelo tempo e recursos que disponho para a pesquisa, apenas um desses objetos – um facão - ao qual se associa uma parte significativa de um dos sentidos evidenciados também pelas demais guardiãs em suas narrativas: a violência. Tais agressões notadamente ocorridas na instância familiar, são hoje tipificadas no capítulo II, art. 7º, incisos I, II, III, IV e V da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) como formas de violência doméstica e familiar contra a mulher e são, não somente físicas, mas psicológica, moral, sexual e patrimonial.

Ao lado da tipificação, a lei em pauta estabelece mecanismos, como é o caso dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, para prevenir, punir e erradicar as várias de formas de discriminação e de violência contra a mulher, que resultaram em 2023, em 1.467 feminicídios aqui no Brasil (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2024). As variadas pesquisas de diferentes observatórios, como é o caso do da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher⁵⁹ realizada pelo Instituto de Pesquisa DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV) e do Anuário Brasileiro de Segurança Pública⁶⁰, que apontam o crescimento considerável de ameaças, agressões e *stalking* especialmente contra as mulheres negras, evidenciam a importância dessas ações.

O facão era um utilitário que o meu avô paterno fazia uso em suas longas excursões pelos Rio São Francisco e Rio Grande, conforme está registrado em minhas recordações de infância. Guardado geralmente em uma bainha de couro de

⁵⁹ Trata-se de um levantamento, realizado a cada dois anos desde o ano de 2005 com o intuito de ouvir cidadãs brasileiras sobre questões relacionadas à desigualdade de gênero e a agressões contra mulheres no país. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=pesquisa-nacional-de-violencia-contra-a-mulher-datasenado-2023> Acesso em 28 dez.2024.

⁶⁰ Neste documento, organizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, são sintetizadas informações fornecidas pelas secretarias de segurança pública estaduais, pelas polícias civis, militares e federal, entre outras fontes oficiais da Segurança Pública Brasileira. Disponível em <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0>. Acesso em 28 dez.2024.

boi e carregado à cintura, compunha, ao lado do casaco de couro cru e do chapéu raramente retirado, o traje dele, nessas ocasiões. O uso desse objeto nessas viagens era diversificado: de acordo com um dos meus tios, além de ser um instrumento ostensivo de segurança contra atos violentos, abria a vegetação no entorno dos rios para os acampamentos improvisados, cortava a lenha para as fogueiras e servia para descamar os peixes para a alimentação do dia.

Guardado pelo meu tio paterno mais novo no depósito do prédio que é sua residência, o facão percorreu viajou quase mil quilômetros, para a capital onde reside o seu guardião.

Se nas viagens do meu avô o facão assumia um papel utilitário, em casa ocupava um lugar diferente, conforme narrou o seu atual guardião:

Pai tinha umas cismas, principalmente quando mãe negava o financiamento de algum dos projetos ou viagens dele. Nas ocasiões em que ficava contrariado com ela, ele passava o dia calado, amolando o facão, em uma grande pedra que era usada para afiar as facas lá em casa. À noite, guardava o facão dentro da batinha e colocava embaixo do travesseiro dele. Ele não batia nela e se ele gritava, escondia bem de nós. Lembro que mãe chamava uma amiga dela, a quem todos nós, os filhos, chamava de tia, para dormir lá em casa, quando isso ocorria. Acho que era por medo. Ela não dizia nada para nós, mas que tinha medo, tinha. A gente via no olho dela. (Tio-guardião 1)

Era assim, sem palavras ou atos diretos contra ela, que a violência se infiltrava para o leito onde minha avó dormia. Certamente, embora sem se perceber como vítima e sem saber que a violência psicológica é uma das formas mais sutis e devastadoras de agressão, hoje considerada como um problema de saúde pública que afeta sobremaneira a saúde mental e física das vítimas (Teixeira; Paiva, 2021; Waiselfisz, 2015), ela sentia os efeitos da violência psicológica a qual era submetida. O silêncio dela, portanto, como bem destaca Lorde (2019) ao falar das agressões que ainda hoje são sentidas pelas mulheres negras, não a protegia.

É importante apontar que, ainda hoje, é um desafio para as mulheres identificarem, e principalmente denunciarem, condutas que caracterizem violência psicológica, principalmente quando essas ocorrem em instâncias privadas (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2024). Esse desafio era maior ainda no final de década de 1930, período no qual a minha avó se casou. À época, os ideais de ordem e disciplina propagados pelo governo de Getúlio Vargas, que se perpetuaram pelas

décadas seguintes, refletiram significativamente na percepção dos brasileiros sobre o lugar da mulher não exatamente nas fábricas, mas na educação dos filhos (Coelho; Baptista, 2009).

No contexto em pauta, a despeito do avanço do feminismo no cenário internacional, o ideal de mulher a colocava no lar, como esposa dócil ou filha obediente. Para as que fugiam a essa regra, as agressões e até mesmo a privação de liberdade, eram socialmente normalizadas. Tal cenário, certamente, dificultou por muito tempo a identificação e a denúncia de diferentes formas de agressão contra a mulher e, em especial, da violência psicológica. A partir dos anos 2000, esse panorama começou a ser alterado, pelo menos no plano legal, com o advento de documentos legais, como a Lei Maria da Penha. No artigo 7º, inciso II dessa lei, entre outros importantes conceitos, é elucidado que violência psicológica contra a mulher é toda e qualquer conduta que provoque dano emocional e diminuição da sua autoestima ou que prejudique e perturbe o seu pleno desenvolvimento ou vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões (Brasil, 2006).

O tio que guarda hoje o facão é o caçula dos filhos de vó Joaninha e, ao final da adolescência, por incentivo principalmente dela mudou-se para Brasília. “Mãe não via chances para nós em Barra e fez de tudo para que eu e os meus irmãos saíssemos para estudar e trabalhar. Para mim, foi mais fácil, pois a minha irmã mais velha estava em Brasília. Não sei como mãe, que não saia de Barra, tinha essa visão”. Assim relatou o tio guardião 1.

No período, de fato, a atual capital do país estava em expansão e fomentava o fluxo intenso de nordestinos para o local. Entre esses, estavam, de acordo com a Tia-guardiã 1, alguns hóspedes da pensão, que traziam notícias sobre a ampla oferta de trabalho em Brasília.

Após um breve silêncio, ele continuou:

Pensando hoje na dureza do trabalho dela na pensão e na situação que ela vivia com pai, vejo que o medo maior dela não era dele, mas de nós, os filhos, sermos alvo da miséria. Ela dizia que o que podia nos dar era o estudo. Acho que honrei o que ela me deu (Tio-guardião 1).

É válido esclarecer que esse tio, embora sem cursar o ensino superior, ingressou e fez carreira em uma estatal de telecomunicações. Ao analisar este trecho

da narrativa, percebo que vó Joaninha mergulhava na sua própria memória para enxugar as dores e plantar, na esperança e em suas ações, um futuro melhor para os filhos e filhas dela e transformá-los, como consequência, não em descendentes de uma vítima, mas em “herdeiras e herdeiros de quem sabe verter e enxugar as lágrimas com as próprias dores” (Evaristo, 2019). É desta forma que eles(as) têm acesso a um presente multifacetado no qual diferentes ramificações familiares, carreiras, aspirações pessoais e liberdade de ir e vir são fatos e abrem caminho para outros futuros almeçados.

Como Fio Jasmim, personagem do livro “Canção para ninar menino grande” (Evaristo, 2022), o tio-guardião que guarda o facão, tem uma história na qual se fizeram presentes diferentes mulheres da família, cujas vidas se entrelaçam aos enredos vividos por ele em Barra e no local para onde migrou:

Em Brasília, morei por um tempo com minha irmã, mas apesar de gostar muito dela, logo saí. Ela tinha marido e filhos e era complicado. Quando comecei a trabalhar, passei a mandar uma ajuda para mãe. Voltava para Barra sempre que podia (Tio-guardião 1).

Foi o que ele relatou. Anos após, a despeito de residir em Brasília com a família, ele comprou e reformou uma casa em Barra. Dessa forma, diferente de Fio Jasmim, esse tio-guardião, antes na casa dos pais e posteriormente na casa adquirida, sempre teve um porto, para o qual ele retorna, hoje para reencontros com os familiares e participar da vida em comunidade, certamente porque como afirma é na mesma cidade na qual viveu ele viveu com a mãe, que estão as suas raízes.

É assim que ele corrobora que ter uma raiz é, de fato, “necessidade mais importante e mais desconhecida do ser humano” (Weil, 1996, p. 411). No mesmo caminho, parece moldar uma estratégia para fugir aos “desenraizamentos e enraizamentos, nem sempre por escolha, e muitas vezes forçados e violentos, como foi o caso dos povos originários e africanos aqui no Brasil”, (Silva, 2020c, p. 102), também vivenciados por aqueles(as) que como ele, migraram do interior nordestino para as capitais brasileiras, em busca de melhores condições de vida.

Embora sem ter feito uso do facão ou das armaduras de couro usadas pelo pai, o tio guardião 1 também abriu brechas em um emaranhado complexo, para expor e confrontar, através da narrativa, outras agressões, por ele reprovadas:

Mãe era batalhadora demais, mas pai era um sonhador. Vivia de

planos. De garimpeiro a marceneiro ele dizia saber tudo. As vezes sumia de casa nesses projetos. Voltava sem um tostão e sempre trazia dessas viagens pessoas que necessitavam de auxílio que ficavam morando lá em casa. Isso era muito normal lá. Mãe não dizia nada. Só trabalhava (Tio-guardião 1).

À medida que revelava em palavras as camadas de memórias guardadas, o corpo do Tio-guardião 1 também parecia querer falar. Era assim que, ora as mãos inquietas, ora o rosto crispado, rivalizavam com as pernas que, mesmo sentadas, se recusavam a descansar para denunciar uma inconformidade ainda sentida com o que não ficou para trás. Ao lado das transcrições das narrativas, essas observações, registradas em meu diário de campo, favoreceram a compreensão de herdades, nem sempre positivas, que se inscrevem e impactam não somente nas mulheres de minha família, mas nos homens também. Esse é o caso da violência imputada às mulheres. Esse entendimento demandou, algumas vezes, em um distanciamento que, sem me conduzir para longe do meu objeto, permitiu-me retirar as lentes moldadas pela convivência familiar e pelos pressupostos iniciais da pesquisa, para analisar, sem preferências, os saberes advindos daquele narrador guardião. Entre esses saberes se evidenciou o meu próprio estranhamento diante da tensão que experienciei ao ter acesso a olhares e narrativas que ampliaram os significados sociais implicados pelo fenômeno que busquei estudar. Esse foi o caso da aproximação dos homens da minha família com esta pesquisa.

Certo é, diante do aqui relatado, que a violência contra as mulheres marca também os homens. É assim com o guardião do facão. Suas recordações descortinam as camadas de um homem que parecesse ter guardado o facão não para os usos de outrora, mas no intuito que esse que esse não mais espalhasse dor. Talvez por essa razão hoje o facão está retido não embaixo do travesseiro, como o meu avô fazia em suas zangas com vó, mas longe da residência do tio que o guarda, em um depósito do prédio onde o seu guardião mora em família. Naquele lugar pouco nobre, ao lado de outros objetos de usos esquecidos, ele jaz, hoje perdido, longe dos olhos de todos. Assim aponto porque o facão não mais localizado no depósito por meu tio, quando posteriormente ele retornou à Brasília. Ouso pensar que por trás deste desaparecimento se esconde o esvanecer de um símbolo que um dia provocou medo e silêncio. É assim que o facão, que viajou por tantos quilômetros, perdeu-se em um depósito qualquer, como se o destino quisesse soterrar ali a ameaça sob o pó do esquecimento.

Um pouco antes do meio-dia, o tio guardião anunciou a sua saída e nos disse: “Vou preparar hoje o arroz. Prometi preparar um arroz com carne de sol para a sua irmã, Diana”. Indaguei se ele sabia, cozinhar e ele me respondeu:

Depois que me aposentei, assumi a cozinha de lá casa, lá em Brasília. Foi um novo acerto, pois eu e minha mulher combinamos após os filhos nascerem que ela cuidaria deles e da casa, enquanto eu trabalhava. Depois da aposentadoria, com mais tempo em casa, passei a preparar mais que o churrasco e os petiscos de final de semana. Aos poucos, a cozinha ficou sob minha responsabilidade. Eu gosto e o povo não quer me tirar mais de lá (Tio-guardião 1).

De fato, os dotes culinários dele, que incluem até a fabricação de pão de queijo, atestam que ele, como vó e as minhas tias, também se aperfeiçoou na arte da culinária. Aponto que é esta uma mudança importante, pois as gerações masculinas anteriores da família se mostraram pouco favorável para desenvolver tais habilidades. Ele é ruptura e transição, em um processo que parece cortar literalmente a violência machista dos homens na família. Nesse caminho não linear e sem fim, de “começo, meio e começo” (Santos, 2023, p. 102), ele confronta, sem apaziguamento, os fantasmas da violência pretérita e mostra a capacidade que a maioria dos seus ancestrais não evidenciou: cuidar da família também através do trabalho doméstico. É assim, caminhando junto à esposa, que ele transcende a violência e se fortalece. Em um momento ainda de muitos abismos e vazios nas relações de gênero, ele mostra que os homens começam a caminhar ao lado das mulheres para refazer as trilhas de um passado difícil em um presente ainda desafiador, mas que já delinea passos para um futuro que merece ser decifrado. Nossa ancestralidade, ainda que por caminhos que nem sempre enxergamos como certos, nos guia.

5.1.2 A caixa de guardados: a reinvenção de profissões

Quando ela nasceu pelas mãos de uma parteira no ano de 1949, em um dos quartos daquela pensão alugada, ninguém poderia imaginar que se tornaria em dirigente de uma grande organização sem fins lucrativos, que prestava assistência social a pessoas e famílias em situação vulnerável. A exceção era vó Joaninha, a sua mãe. Em vó, no lugar escondido que há dentro de cada uma de nós, mulheres, crescia um espírito firme que se opunha ao pesadelo de fraqueza e impotência que a vida tentara impor a ela (Lorde, 2019). Conforme constatei ao ter acesso à caixa de

guardados de vó, com esse espírito ela ajudou os seus filhos, e em especial a sua filha mais velha, a cultivar. É a narrativa dela, hoje guardiã da caixa de guardados de vó, cuja imagem é apresentada a seguir, que serão aqui abordadas:

Figura 35 - Fotografia da caixa de guardados de vó Joaquina fechada



Fonte: Tia-guardiã 1, Barra-BA, 2024.

A caixa de madeira não é grande e mesmo com o desgaste do tempo, preserva relíquias que vó Joaquina escolheu guardar. Dentro do seu interior forrado com papel cujas cores e ornamentos ainda são visíveis, de forma bem organizadas, estão guardados fotografias, receitas, cartões comemorativos, cartas, nos respectivos envelopes, a certidão de casamento dela, uma camisa masculina de meu pai e uma camiseta comemorativa, feita pela família, para a comemoração de aniversário dos seus 80 anos. Todos esses objetos, conforme mostra a fotografia a seguir, estavam cuidadosamente organizados:

Figura 36 - Fotografia da caixa de guardados de vó Joaquina aberta



Fonte: Tia-guardiã 1

Ao abrir, identifiquei facilmente alguns itens, como foi o caso de das uma camisa prediletas do meu pai. Certamente porque acompanhou o meu olhar a Tia-guardiã 1 explicou:

Pedi esta camisa à sua mãe, quando o seu pai faleceu para guardar como recordação. Na época, a caixa já estava comigo e julguei que dentro dela era o local correto para abrigá-la (Tia-guardiã 1).

Diante desta informação, percebi que um(a) guardião(ã) pode não somente preservar objetos herdados, mas atualizá-los com outros que ele(a) relaciona aos seus afetos. É assim que ele(a) amplia os objetos afetivos, considerados por Dassié (2010) como aqueles para os quais é delegado não somente um cuidado e um valor patrimonial atribuído, mas o papel de âncoras memoriais, capazes de conectar memórias e identidades de uma pessoa e de suas famílias. É desta forma que os objetos afetivos contribuem para que a memória do grupo familiar não se dissolva ou se perca própria correnteza na vida ou margens do esquecimento.

Referência para os irmãos, a tia que preserva a caixa de guardados de vó Joaninha, aqui intitulada de Tia-guardiã 1, mesmo não sendo a primogênita, foi a primeira dos filhos de vó que saiu de casa para estudar e trabalhar. Coube, portanto, a ela, uma mulher, ampliar os caminhos abertos pela mãe para outras possibilidades educacionais profissionais para os irmãos.

Superar os obstáculos para percorrer os cerca de 951 km que separam Barra e Brasília não foi fácil para ela. O primeiro deles, de acordo com ela, foi driblar a resistência do pai, conforme relatou:

Não estava nos planos de pai eu morar fora. O destino que ele pensou para mim era casar e continuar em Barra, mesmo após eu concluir o segundo grau, com boas notas. Ele até admitia que eu fosse professora, mas sair de casa sem ser casada, não. Para ele foi surpresa quando falei que queria ir para Brasília. Acho que ele nem imaginava esse meu desejo, até porque um ano estava noiva, com um rapaz do agrado dele. Mãe não. Ela sempre soube que eu pretendia ir embora e me apoiava. A surpresa maior dela foi o contrário de pai e aconteceu quando eu fiquei noiva (Tia-guardiã 1).

O respeito atribuído ao pai, que a silenciava diante dele, mesmo quando ela mentalmente discordava, assim como o jeito dela calmo e gentil de se expressar escondia uma vontade firme, até então pouco percebida pelos homens da família. Ela

revelou ao manter a sua decisão de ir para Brasília:

Como continuei a insistir na viagem, pai ficou vários dias sem me dirigir uma palavra. Meus irmãos também se revoltaram. Não entendiam como eu, que não ia nem mesmo a uma festa sem eles, podia ir para Brasília. De certo modo, eu até os entendia, pois sempre estiveram comigo. Acho que queriam me proteger, embora exagerassem. A vigilância comigo era total. Lembro que teve uma festa na cidade e, por pedir muito, pai deixou que eu fosse, com o meu irmão mais velho. Passei dias felizes, esperando a festa, mesmo com a exploração do meu irmão, pois passei a fazer o serviço dele e o meu para garantir que ele fosse. Mãe me deu o dinheiro para o tecido e juntas fizemos um vestido. Ficou lindo! Na hora da saída, pai fez a recomendação: “Seu irmão determina a hora de sair.” Eu nem me importei. No percurso de casa para a festa, não andava, voava de felicidade. Infelizmente, a alegria durou pouco. Quando cheguei lá um amigo do meu irmão me chamou para dançar e disse a ele que era bonita. Mesmo sem aceitar, bastou isso para ele me dizer: “A festa acabou. Vamos para a casa”. Voltei com ele, aos prantos. Era assim com pai e meus irmãos. Vigilância total. Essa foi uma das razões que me fizeram ficar noiva, embora sem ter. Queria um pouco mais de liberdade e achei que, com o noivado, conseguiria. Como o noivo era também controlador, terminei o noivado. Pai que gostava muito dele, reprovou. Mãe me abraçou (Tia-guardiã 1).

Certo é que dentro dela a submissão não criou raízes, certamente porque minha avó teve o cuidado de esmagar qualquer semente de subalternidade no pilão para legar à filha os segredos da sobrevivência. Assim, me disse:

Mãe dizia que o fato da gente se calar não significava aceitação. Ela falava que era burrice dar murro na ponta em faca, e que era sábio pensar em como enfraquecer a faca. Como eu sabia muito da história dela, entendia o que dizia (Tia-guardiã 1).

Desta forma, enfrentar sem muitas vezes confrontar de frente era uma estratégia que a fazia erguer a cabeça e encarar o presente. Ao lado e certamente alimentada por essa resistência, sobrevivia e crescia dentro dela uma reserva de poder e criatividade, semeada por suas ancestrais (Lorde, 2019) que a instigava para movimentos e possibilidades ansiados também por sua mãe. Foi essa reserva que a levou à Brasília, mesmo com a contrariedade do pai.

Em sua narrativa, ela revela que, ao pedir a bênção aos pais na despedida, a tristeza pela contrariedade que o pai fez questão de demonstrar e o temor pelo desconhecido, turvaram a alegria decorrente daquele sonho realizado. Por essa razão, em muitos trechos da viagem, que na época era realizada em vários dias, ela

chorou escondido, mas as lágrimas foram contidas pela esperança que viu nos olhos da mãe. Em virtude dessa lembrança, o abatimento sentido inicialmente se dissipou e na etapa final da estrada não mais existia.

A caminhada em Brasília, rumo à autonomia almejada, não foi fácil. Acolhida inicialmente por uma família amiga dos pais, ela relatou o estranhamento diante de uma cultura que tinha elementos novos tanto na intimidade da casa quanto fora dela. Assim, relatou:

Os homens e as mulheres daquela família trabalhavam fora. Saíam pela manhã, após o café e a preparação das marmitas e só retornavam a noite. Eram candangos que construíam Brasília (Tia-guardiã 1).

Candango, como ela esclareceu, era o nome dado aos operários geralmente nordestinos, que trabalharam na construção da infraestrutura daquela que seria a futura capital brasileira.

Distante de casa, a tia-guardiã pouco a pouco se distanciou dos ditames masculinos familiares. A obediência imposta, que impunha silêncio, perdeu controle sobre ela. “*Eu sabia o que queria: trabalhar e estudar. Não pensei em nenhum momento em voltar para casa*” – ela disse.

Um mês após a sua chegada à Brasília, ela foi contratada para trabalhar como professora em uma organização sem fins lucrativos. O diploma de magistério facilitou, de acordo com ela, vencer a concorrência, e garantir a vaga desejada. Em sua narrativa, ela afirmou:

Desse tempo inicial, recordo particularmente do meu primeiro salário. Ninguém pode imaginar a alegria que foi. Desse dinheiro, separei um pouquinho para mandar para mãe e fui em busca de uma casa para alugar. Queria muito ter um canto meu.

Assim determinada, em pouco tempo ela alugou uma casa.

Ela permaneceu por pouco como professora no trabalho, pois sua habilidade e inteligência como administradora, forjada na lida ao lado da mãe na pensão, logo foi percebida pelos órgãos gestores da instituição. Ela relatou:

Mãe sempre conversou muito comigo. Sabia do dinheiro que entrava e do que saía. Ouvia as questões delas com as mulheres que trabalhavam com ela e o malabarismo que ela fazia para não nos deixar faltar nada a nós e aos hóspedes gratuitos de pai.

Em virtude desses aprendizados ela opinava, com sugestões que foram acolhidas pelos chefes. Nesse caminho ela afirmou:

A instituição que eu trabalhava acolhia a crianças em situação de vulnerabilidade, sem separá-las das famílias. Para as crianças tinha escola pela manhã e à tarde e para as famílias, cursos profissionalizantes, cesta básica e até médicos.

Como a procura era muito grande, nem sempre os recursos disponibilizados davam para atender a todos. Nesses momentos, a habilidade de administrar a escassez, que ela testemunhou a mãe demonstrar, a permitiam opinar com segurança e a colocou em destaque, reconhecido com promoções sequenciais.

Dois anos após sua chegada a Brasília ela se casou e logo teve o primeiro filho e, apesar de trabalhar, assumiu a responsabilidade pela casa, como a mãe fazia. Assim, a Tia-guardiã 1 disse que:

Meu marido sempre foi carinhoso e atencioso com as crianças, mas o cuidado era meu. Acho que me acostumei a ver mulher cuidando da casa e dos filhos e não o homem (Tia-guardiã 1).

A despeito dessa rotina queria mais e resolveu prosseguir nos estudos, em faculdade, pois como disse, via oportunidade de carreira para quem ingressasse em cursos superiores. Assim, iniciou os estudos em uma universidade para cursar Pedagogia à noite. Essa ação a ajudou na promoção, nos anos subsequentes, ao cargo mais alto da unidade: a coordenação geral.

Certamente, em decorrência do aprendizado materno, a casa dela, por muitos anos, foi porto para os familiares e amigos que iam a Brasília para tratamento médico ou em busca de emprego. Desta forma, ela acolheu a todos os irmãos, que sequencialmente, migraram para Brasília, tão logo concluíam o antigo segundo grau em Barra. A única exceção foi o mais velho – meu pai – que se casou e ingressou no serviço público em Barra, antes da viagem dela.

Certo é que ela possibilitou o acesso dos irmãos a caminhos que não eram possíveis em Barra. Alguns, incentivados por ela, também ingressaram no ensino superior e outros, em cursos profissionalizantes, o que resultou na mobilidade educacional intergeracional ascendente (Longo; Vieira, 2017) da fratria. Essa conquista abriu caminhos para avanços no campo profissional para todos os irmãos, pois esses lograram êxito em Brasília, no mercado de trabalho público e particular.

O conteúdo da caixa de guardados de vó Joaquina diz muito sobre o valor atribuído por ela a essas conquistas. Registro que esta compreensão não foi imediata e exigiu um olhar para cada um, para entender por que foram guardados e preservados por ela. Se, como observou Moles (1981, p. 16) os objetos tornam um contexto social mais “acessível, intimista e personalizável”, abrem espaço, no mesmo caminho, para a compreensão dos modos de ser, de se relacionar e de viver das pessoas nos contextos nos quais se inserem. Por essa razão, entender o possível valor atribuído por ela àqueles objetos guardados evidenciou-se como importante para esta pesquisa.

Com o consentimento da Tia-guardiã 1, relatei todos os objetos da caixa. De acordo com essa relação, na caixa estão guardadas três cartas com os respectivos envelopes, seis fotografias, cinco cartões de Natal, uma receita de sabão escrita à mão contendo também uma observação em nota de rodapé, uma via da certidão de casamento de vó Joaquina, um cartão do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)⁶¹ de meu avô, vários laços de presentes, uma camisa masculina e uma camiseta feita pela família para a comemoração aniversário de oitenta anos de vó Joaquina.

Com exceção da receita, todos os objetos possuíam elementos que tornaram possível a identificação das pessoas às quais esses se referiam. O passo seguinte, então, foi a verificação da relação entre vó Joaquina e essas pessoas. Essa ação, que foi facilitada pelo apoio da tia-guardiã da caixa, permitiu constatar que as fotografias eram dos filhos, ainda jovens e de uma amiga de vó, que se mudou para São Paulo, em busca de trabalho.

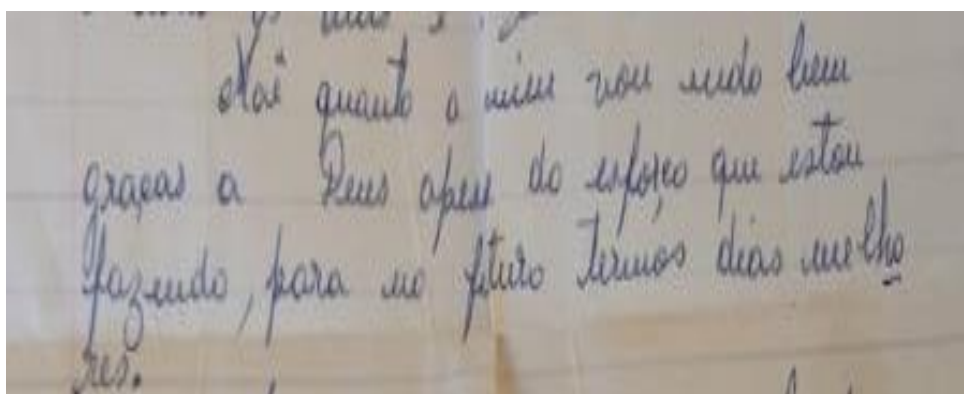
Dois fatos emergiram desse primeiro olhar: o primeiro foi que nenhuma das fotografias retratavam momentos em Barra, mas no local para onde as pessoas em pauta migraram; o segundo foi que o ambiente, em quase todas as fotografias, era o local de trabalho dessas pessoas.

O predomínio dos filhos também ocorreu nas cartas guardadas, assim como a referência ao trabalho. A maioria, embora com menções também à vida privada vivida em família em Brasília, apresentavam notícias e expectativas positivas em relação ao

⁶¹ Criado em 1966, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que se originou da fusão de todos os Institutos de Aposentadoria e Pensões existentes à época, tinha por objetivo administrar dos benefícios previdenciários, como aposentadorias, pensões e auxílio-doença, aqui no Brasil (Brasil, 1966).

porvir. É assim que em um trecho de uma das cartas de um dos filhos, compartilhado na imagem, que segue diz o seguinte: “Mãe, quanto a mim vou indo muito bem, graças a Deus, apesar do esforço que estou fazendo, para no futuro termos dias melhores”:

Figura 37 – Trecho de uma as cartas guardadas na caixa



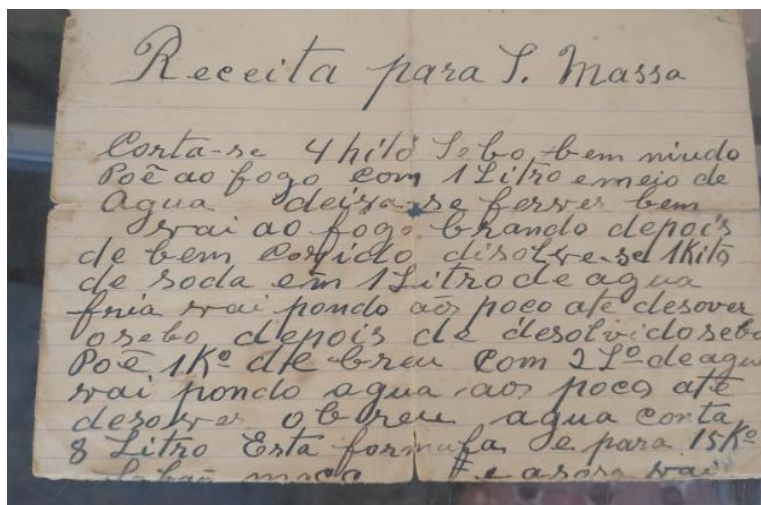
Fonte: Tia-guardiã 1, 2024.

A leitura dos cartões revelou que todos foram enviados pelos filhos de vó e apresentavam felicitações a ela, alguns pelo festejo do aniversário dela e outras com homenagens pelo dia das mães. Ainda assim, havia referência ao trabalho, através de manifestações de expectativas em relação a férias. Quanto ao cartão do INPS, um fato se evidenciou: o registro da condição de dependente da Tia-guardiã 1 do meu avô. A dependência, outrora sinônimo de possessão que ele insistia em impor a ela, se invertia e se reconfigurava. Era ela, agora, a responsável por garantir os cuidados à saúde também do pai.

Dos elementos guardados por vó na caixa, somente a autoria de um não foi identificada. Trata-se da receita para “sabão em massa” (Fotografia 38), que registra em letras cursivas e bem organizadas, o passo a passo para a produção de um sabão caseiro.

A presença da receita entre os objetos afetivos guardados na caixa atesta que o sentido prático demandado pela vida a vó se infiltrava também entre os afetos que eram evocados por ela através dos objetos guardados na caixa.

Figura 38 - Fotografia da receita de sabão caseiro guardada na caixa



Fonte: Tia-guardiã 1, 2024.

Diante do aqui exposto é possível afirmar que não há um valor lucrativo nos objetos que foram preservados na caixa de guardados e, sim, uma importância simbólica, notadamente afetiva. Tal afeto está associado ao êxito profissional dos(as) filhos(as) dela, como ela evidencia ter planejado. Ali estão preservadas as palavras dos seus filhos, que ela ajudou a ser administradores(as), professores(as), enfermeiras, especialistas em telecomunicações e agentes federais, entre outros, mediante também um casamento cuja lembrança ela escolheu preservar. Esses pareciam ser os seus maiores tesouros e não sem razão foram preservados, através das cartas, cartões e fotografias, em sua caixa de guardados.

Na narrativa da Tia-guardiã 1, é visível a admiração que ela tinha por vó. Na mesma medida desta admiração, ela reconhece algumas heranças que lutou para não transmitir as filhas. Após relembrar que todos os seus filhos e filhas fizeram um curso superior e que têm também uma profissão consolidada, ela afirmou:

Não consegui me desvencilhar da responsabilidade pela casa. De certo modo, faço como mãe fazia. As minhas meninas, não. Hoje casadas, agem diferente: os maridos dividem a responsabilidade e as vezes assumem os afazeres domésticos.

É assim que vó parece ajudar os(as) seus(uas) descendentes a prosseguir, para garantir o nascimento da mudança que está não somente em nossas herdades ancestrais, mas também no que ousamos ressignificar e legar, como faz a Tia-guardiã 1.

5.1.3 As balas de café: propósitos dos aprendizados

Ela nunca estava sozinha. Ora com a mãe e ora com a irmã mais velha, a vida da guardiã 2, cuja narrativa será aqui abordada, foi “amaciada por elas” na infância e na adolescência, conforme ela me relatou. Graças a ambas, ela, como destacado a seguir, ao contrário dos demais irmãos, estudou na adolescência também em um colégio particular:

Eu era peralta na escola e, mesmo assim, cheguei a estudar na melhor escola lá de Barra. Na época, a situação lá em casa não era de folga, mas dava para mãe pagar a mensalidade, comprar o fardamento e os meus livros (Tia-guardiã 2).

Foi também através da mãe e da irmã que ela teve acesso à balinha de café: ela aprendeu a receita com a mãe, mas foi a irmã que ensinou o ponto certo de enrolar e a organizar da melhor forma as balinhas em papel manteiga. Assim também ocorreu com o processo de comercialização:

Mãe dava o preço, mas foi a minha irmã quem me ensinou a hora certa de vender na escola, pois alguns professores não gostavam dessas vendas. Diziam que atrapalhava as aulas (Tia-guardiã 2).

Como anos mais tarde eu assumi o lugar dela nessa comercialização, atesto o valor desses ensinamentos.

Para fazer a receita, que não consta no caderno de receitas dela, mas apenas em sua memória, ela segue ainda hoje, conforme descreveu em sua narrativa, o passo a passo ensinado por vó Joaninha:

A receita da balinha é água e rapadura. E café. Você faz um café amargo depois que derrete a rapadura. Você bota uma água para derreter a rapadura, e depois que derrete, você bota café, bota um pouquinho de manteiga, e é só esperar dar o ponto. Ela vai fervendo até pegar uma textura bem grossa; aí você vai pingando em um pires com a água, para ver o ponto; o ponto certo é quando esse pingo endurece; aí é a hora de você tirar, passar manteiga num prato, e despeja lá. Despeja e depois vai esfriando; vai tirando pelas beirinhas, porque a massa é muito quente, mas se esfriar totalmente, fica dura, não dá pra enrolar (Tia-guardiã 2).

A Tia-guardiã 2 apontou, como destacado no trecho da sua narrativa a seguir, que a renda decorrente da venda das balas de café não tinha um impacto significativo

na subsistência da casa.

O retorno era pequeno quando comparado às despesas da casa. Acho que o objetivo de mãe não era o lucro, mas me ensinar um meio de aprender que a gente sempre podia se virar. Não era para ajudar ela, mas para nos ajudar (Tia-guardiã 2).

Ao considerar essa afirmação e o trabalho que ela protagonizava na pensão, ratifica-se que vó Joaninha se distanciava da imagem da dona de casa, mantida pelo homem, e ensinava suas filhas também a romperem com os preceitos que fortaleciam esse retrato, mediante a arte de aprender a empreender.

Empreendedorismo é aqui considerado como a arte de, não somente identificar um problema, mas de transformá-lo em uma oportunidade mediante soluções e investimentos criativos que impactam positivamente um grupo e uma sociedade (SEBRAE, 2021). Essa arte, que ainda hoje garante a subsistência de muitas de nós, foi historicamente praticada pelas brasileiras dentro de casa e fora dela e direcionou muitas mulheres para as atividades de ganho, mediante o preparo e a venda de doces, bordados, costura e artesanato, assim como em pequenos comércios de bolos, leite, broas, biscoitos, acarajés e abarás, entre outros, fora da casa (Dias, 1995; Matoso, 1992; Novais, 2021; Reis; Aguiar, 1996; Samara, 1991).

É válido lembrar que a imagem da dona de casa responsável apenas pela casa e pelos filhos e mantida pelo marido é, de acordo com Davis (2016), uma invenção recente. Ela explica que no período colonial, por exemplo, o trabalho da mulher garantia quase todos os produtos utilizados pela família. Mais ainda: tudo o que era produzido na casa ocorria sob a sua orientação. Era a mulher quem, por exemplo, fiava e tecia os fios para produzir as vestimentas; era ela quem cultivava os alimentos, garantia as reservas para os demais meses do ano; fazia ainda outros produtos, que iam do sabão à manteiga e o queijo; no mesmo caminho, era a mulher que atuava como parteira, médica e enfermeira em sua família e, não por poucas vezes, na comunidade. Davis (2016) esclarece ainda que, à época, era comum ver as mulheres desempenhando papéis em diferentes atividades econômicas fora da casa, como era do roçado para o plantio em torno das casas e da coordenação de tabernas. À medida que a industrialização avançou, o trabalho antes realizado pelas mulheres em casa e em torno dela foi transferido para fábricas. Foi no contexto de desgaste sistemático ocasionado por essa transferência, que separou a economia doméstica da industrialização voltada para o lucro, que surgiu um “importante subproduto

ideológico dessa transformação econômica radical”: a “dona de casa” (Davis, 2016, p. 230).

Certamente porque em Barra os efeitos da industrialização demoraram a se fazerem sentir, a economia lá por muito tempo, continuou assentada na produção familiar, na qual a ação das mulheres predominava. Assim aponto porque são as pequenas roças familiares e a produção de doces, bordados, artesanato em barro e a pesca que garante a subsistência de muitas famílias na região. Por essa razão, era comum as mais velhas ensinarem as mais novas as atividades que garantiram ou ajudaram ancestralmente a sobrevivência da família, como minha avó fazia com as filhas e mais tarde com as netas. Era assim, sem dúvida com as balinhas de café (figura 39), cuja receita simples, garantia os primeiros experimentos das mulheres mais novas na arte de empreender:

Figura 39 - Fotografia das balinhas de café produzidas pela Tia-guardiã 2



Fonte: Tia-guardiã 2, 2024.

Aos dezessete anos, após concluir o antigo segundo grau, a Tia-guardiã 2 foi morar em Brasília com a irmã mais velha. O pai, à época, tranquilizado pelo fato de outros irmãos já residirem em Brasília e pelo êxito da primeira filha e confortado pelo fato que ela moraria com a irmã, não colocou obstáculos para a viagem. Assim, ela disse:

Minha irmã e o marido garantiram a casa e a comida para mim. Eu

ajudava, tomando conta dos meus sobrinhos. Um tempinho depois que eu cheguei, ela me arrumou um trabalho como professora no lugar onde já trabalhava. Com ela lá, foi mais fácil (Tia-guardiã 2).

A narrativa dela ratifica que a mobilidade educacional conquistada pela irmã mais velha, de fato, abriu caminhos para os irmãos.

Em Brasília, conforme me relatou, ela experimentou uma liberdade que não havia sonhado. Conforme ela disse entre sorrisos:

Parece que eu era doida, ia para tudo o que era festa, até sem ser convidada. Tomava só cuidado para ficar longe dos olhos dos meus irmãos. Entrava com as amigas, comia, dançava e depois ia embora. Tempos bom da juventude.

A tranquilidade e a liberdade dos primeiros momentos em Brasília, de acordo com a narrativa dela, foram curtas e interrompidas por uma gravidez, aos dezoito anos:

Quando eu engravidei, foi muito sofrido. A rejeição de meus irmãos foi terrível, pois eu não era casada. Um deles era ódio puro... Que Deus dê um bom lugar para ele, pois me xingou muito. Parecia um monstro. Chegou a me bater. E, com tudo que houve, o marido da minha irmã me defendia muito. Foi ele e minha irmã que me deram apoio com isso. Eu mandei contar à minha mãe e, nisso, meu pai teve que sair da Barra para vir aqui, porque meus irmãos queriam ficar me batendo. Ainda quebraram a casa do pai do meu filho, que morava na mesma área onde eu morava. Invadiram a casa do menino, quebraram tudo. E meu pai veio aqui em Brasília com o seu o meu irmão mais velho.... Aí os homens conversaram e parou a briga. Para evitar confusão, eu me mudei para longe da minha irmã, pois meus irmãos moravam bem perto dela. Foi muito difícil minha gravidez (Tia-guardiã 2).

O final da década de 1970 e início da década de 1980 também não foi fácil para os brasileiros. Nesse período, no qual ocorreu a gravidez e, posteriormente, o primeiro parto da Tia-guardiã 2, o Brasil registrou índices de inflação, que chegaram a superar 82% ao mês, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (IBGE, s.d.). Agravada pela necessidade de assumir um aluguel, ela, ainda que empregada, sentiu os efeitos da instabilidade da economia, que diminuiu o poder de compra da população, mas era a relação com irmãos que mais a afetava. Nesses momentos, eram as recordações da mãe que a acalentava e a inspirava:

Lembro sempre de mãe nos momentos difíceis. Na gravidez não foi diferente. A lembrança dela me dava forças para levantar. Lembro que

quando eu chegava do colégio, minha mãe mandava a gente tirar o uniforme, chamava farda; a gente tirava pra ajudar, ajudava a botar e tirar a mesa. Da forma como a gente dava para ajudar, a gente ajudava. Em casa eu sempre buscava ficar perto dela. Se minha mãe levantasse dez vezes na noite, eu levantava com ela. Morrendo de sono, ficava encolhida em cima do fogão, porque na Barra não tinha lugar pra comer à noite. O único hotel que dava comida à noite era a mãe. E eu aprendia com ela. Ela cozinhava as carnes de noite, no tempo que o pessoal ia pra tirar empréstimo pra fazer roça. Ficava legal, porque era tanto de gente. Ela botava a carne no fogo e ficava. Ficava olhando... porque a carne estava dura... e brincava... “mais cru comeu a onça e mata um de um tapa”. E eu ficava ali no pé... onde ela ia eu ia atrás... eu só deitava a hora que ela deitava. Se ela levantasse dez vezes à noite eu levantava junto com ela... porque eu via as pisadinhas dela. A agonia não foi com o trabalho, porque eu aprendi a trabalhar com ela. Era com meus irmãos. Só quando pai e meu irmão mais velho veio aqui o “bafô”⁶² acalmou (Tia-guardiã 2).

Se com a mãe ela aprendeu a fazer do trabalho um aliado, o mesmo não aconteceu com a criação do filho. Em casa via que a mãe, apesar de gestar a família com a responsabilidade de garantir a subsistência financeira do grupo, tudo suportou, para manter e criar os filhos em uma família matrimonial. Assim, me relatou que a imensa alegria de ser mãe foi logo substituída pelas dúvidas plantadas pelas indagações de amigos e dos familiares sobre a sua capacidade de criá-lo, tão nova, sem marido, longe da casa. Como se não bastasse, quando o bebê fez oito meses, ela teve pneumonia. A mãe, então, ofereceu um caminho: cuidaria da criança, até ela se curar e se estabelecer. O pai, que como ela diz “*sempre foi muito bom para mim, apesar de jamais ter vestido nem uma calcinha comprada por ele*”, concordou. Em um momento histórico no qual as creches eram raras e sem contar com a ajuda do pai da criança, ela aceitou.

Viver longe do filho não foi fácil, mas, revigorada pelo incentivo de enviar uma ajuda financeira para ele mensalmente, ela prosseguiu. Como era seu desejo ingressar na área de saúde, fez um curso técnico e logo foi aprovada em um concurso público. Conforme afirmou:

Nunca fui de fazer economia, mas o básico não faltava. Eu aprendi a confeitaria também. Sempre que podia ia para Barra, ver meus pais e meu filho (Tia-guardiã 2).

Em um endereço próprio e estabilizada economicamente, ela decidiu ir buscar o filho, mas o estado do pai, que à época havia sido diagnosticado com uma doença

⁶² Conflito entre muitas pessoas.

cardíaca, a demoveu do intuito. Na sua narrativa ela disse que:

Pai ficou muito apegado a meu filho a um ponto que dormia com ele. Quando fui buscá-lo, pai ficou dias sem comer e me pediu para não o levar. Como eu podia tirar meu filho de lá, no estado que pai estava? Tia-guardiã 2).

Após alguns anos, ela se casou e logo engravidou. O marido, após esse filho nascer e sem que ela pedisse, fez, então, uma surpresa: registrou o primeiro como se também dele fosse. Embora o marido apoiasse a sua intenção de trazer o filho para morar com ela, a situação da mãe com o falecimento do pai e o fato dela ser extremamente ligada à criança, a demoveu desse intuito.

Apesar de afirmar ter sido feliz com o marido nos primeiros anos de casamento, ela se separou. Como evidenciado no trecho da sua narrativa a seguir, diferente da mãe, não aguentou as traições e se posicionou de forma contrária à esperada pelos homens da família, ainda arraigados nos valores do patriarcalismo:

Homem muda quando começa a trair e não é difícil perceber, por mais que ele disfarce. Tinha tanta raiva das enganações de pai que pensar em passar pelo que mãe passou com ele foi a gota d'água: na primeira traição, separei. Meus irmãos não gostaram Tia-guardiã 2).

Inaugurar uma vida diferente da ensinada pela mãe pela irmã apresentou-se como uma possibilidade, que foi mais um desafio. Ela conta que a tristeza pela separação e o temor do retorno dos ressentimentos dos irmãos, emergiram. Diante desse quadro, ela vendeu a casa, formalizou em documento o pedido de afastamento do trabalho, sem vencimentos, por dois anos e se mudou para Minas Gerais, para uma cidade onde vivia os descendentes de uma irmã de vó Joanhina e outra de vó Tristão. Essas irmãs, conforme aqui relatado, haviam fugido juntas, em décadas anteriores de Barra para o interior desse estado. A Tia-guardiã 2, conforme informou, queria viver em paz, com liberdade, e não via essa possibilidade perto dos irmãos.

Em Minas, ela foi acolhida pelos parentes e se sentiu em casa. Esse acolhimento foi assim descrito por ela:

Quando cheguei, conhecia poucos da família, mas sentia que estava perto dos meus. Ninguém criticava a minha separação. As mulheres eram danadas lá. Poucas tinham companheiros e criavam os filhos sem eles (Tia-guardiã 2).

Nesse momento, os aprendizados possibilitados pela mãe garantiram a sua subsistência:

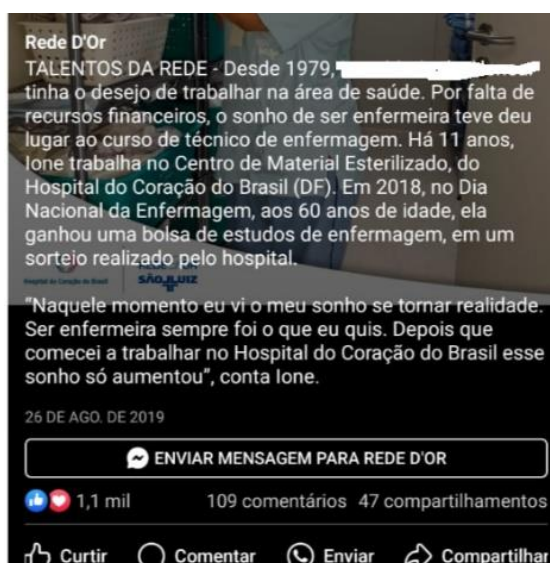
Eu sabia trabalhar. De comida a costura eu enfrentei de tudo e me virei. Logo arrumei trabalho em minha área. Trabalhava em duas cidades, mas foi um período tranquilo (Tia-guardiã 2).

Após dois anos em Minas, ela retornou à Brasília, com a ajuda da irmã. Assim fez porque pretendia retomar o emprego e abrir caminhos para oportunidades que os filhos no interior, não teriam. Na volta, uma surpresa: a formalização do pedido de afastamento não havia sido entregue pela colega que se encarregou dessa ação. Como ela comentou:

Foi complicado, pois voltei ao aluguel em Brasília. Necessitei acumular emprego, para pagar as despesas. A minha saúde também já não era a mesma (Tia-guardiã 2).

Foi nessa luta que ela viveu por muitos anos até aceitar um novo desafio: sexagenária, resolveu participar de um sorteio no trabalho para uma bolsa integral ofertada pela instituição para cursar enfermagem. Participou e ganhou. Esse fato foi destaque em uma das redes sociais da instituição, curtido por mais de mil pessoas, conforme ela compartilhou comigo:

Figura 40 – Notícia sobre a bolsa de estudos, conquistada pela Tia-guardiã 2, em uma rede social



Fonte: Tia-guardiã 2, 2024.

Vencer o sorteio foi o primeiro passo para um período de muitos desafios. Como ela disse

Pensei muitas vezes em desistir. No trabalho, recebi incentivo da maioria das colegas, mas ouvi muitas piadas, por conta da minha idade. Se não fosse por meu filho mais novo, teria desistido. Ele havia concluído o curso de Direito e me incentivou (Tia-guardiã 2).

Ela não desistiu: como sua mãe, aprendeu a sustentar a casa e a esperança. Na trajetória, que teve a educação como motor, transformou o ato de empreender não apenas em possibilidade de sustento, mas um mapa que levou a novos horizontes.

Até o final do curso, que concluiu de forma solene, embora não fosse obrigada, ela disse que fazia questão de mostrar as suas notas no trabalho. No meio de tudo, ainda tinha tempo para fazer as balinhas de café, que vez ou outra, ao receber uma rapadura enviada pelos parentes de Barra, ela fazia e compartilhava com os colegas no trabalho. Em sua narrativa, ela assim afirma e indaga:

Foi luta, mas eu passei a gostar de estudar. Queria ser também exemplo para minha neta, filha do mais velho, que veio morar comigo desde pequena. Ela concluiu o ensino médio e logo entrou em uma faculdade. Acho que fiz um bom trabalho, não é? (Tia-guardiã 2).

Suas ancestrais, que utilizaram os aprendizados para plantar a subsistência e a esperança, certamente, respondem que sim.

5.2 O JIRAU: SOBRE ERGUER PARA PLANTAR SONHOS E COLHER MUDANÇAS

Há mulheres que florescem à medida que cuidam dos seus canteiros. Esse era o caso de vó Bárbara. Sem tempo em sua rotina diária para cultivar flores, era no canteiro suspenso, por ela intitulado de jirau, que ela extravasava a sua criatividade para fazer nascer as plantas, que ora alimentava e ora curava a família, que ela cuidava. É a história dela, ainda que em recortes, e as narrativas das suas descendentes – as parentes-guardiãs que deram corpo e sentido para esta tese - que serão na sequência apresentadas.

No processo de pesquisa questionei-me muitas vezes porque sempre associei as lembranças que guardo de vó Bárbara ao jirau. Sem negar que, certamente, essa

associação foi uma forma que escolhi para senti-la ainda hoje por perto, desvendei que é esse um objeto que marca e ocupa um tempo não somente nas recordações que dela preservo, mas das suas descendentes. Em outras palavras, todas que conviveram com ela relembram com detalhes as plantas cultivadas por vó nessas armações construídas por ela nas casas da roça e da cidade. Fato é que o jirau integrava o modo de vó Bárbara habitar a casa, o mundo e, certamente, o seu corpo (Merleau-Ponty, 2006), em uma forma de ser que tal as raízes nele suspensas, parecia lhe permitir se desprender do lar, nem sempre para ela um ambiente acolhedor, de segurança e tranquilidade. Era assim, semelhante às plantas que sobreviviam no jirau, que ela teimava em escapar dos enraizamentos, nem sempre visíveis, que por vezes nos imobilizam na família e em crença por outros forjadas.

Antes de adentrar na história de vó Bárbara e nas narrativas das guardiãs, cabe aqui um esclarecimento, diante da indagação que se tornou corriqueira ao compartilhar o meu objeto com os(as) interlocutores(as) que tive o privilégio de contar ao longo do doutorado: “Mas o que é um jirau?” Posso explicar em resposta a esse questionamento que se trata de uma estrutura feita com varas de madeira e fixadas em suportes cravados ao chão. Tal estrutura necessita ser forte o suficiente para amparar o peso das varas e do que sobre a estrutura se depositará.

Nos lares simples como o da minha família materna, um jirau, por muito tempo, podia integrar ambientes diversos dentro e no entorno da casa. Nas áreas próximas às cozinhas, o jirau, nas próprias varas ou em madeiras mais largas ou de pedra polida, servia para amparar as bacias nas quais a louças e roupas de casa eram lavadas. Nos quartos, desde que no comprimento certo e coberto com couro ou palha, podia ser transformado em cama; esse mesmo estrado, como me relatou a Tia-guardiã 3, podia servir de apoio para as mulheres, ao passar a ferro as roupas engomadas com água de tapioca. Como ela informou:

[...] forrava o couro do girau da cama com um pano mais grosso e depois de engomar as roupas lavadas, desamassava cada peça com o pesado ferro de passar aquecido com brasas. Mesmo pobres, minha mãe não admitia que saíssemos de casa com roupas amassadas.
(Tia-guardiã 3)

Apesar dos jiraus terem sido substituídos após o falecimento de vó Bárbara na casa da família por outras estruturas de cimento, verifiquei, em uma visita ao brejo da Barra no ano de 2023, que o uso continua a ser comum nas casas das roças, conforme

pode ser visto a seguir:

Figura 41 - Casa familiar no Brejo da Cachoeira em Barra, BA



Fonte: Arquivo da autora, 2023.

Figura 42 - Jirau como fogão – Brejo da Cachoeira em Barra, BA



Fonte: Arquivo da autora, 2023

Figura 43 - Jirau como pia – no Brejo da Cachoeira em Barra, BA



Fonte: Arquivo da autora, 2023

Outro uso comum que vó Bárbara explorava era o aproveitamento da estrutura para hortas e jardins suspensos, para evitar principalmente as galinhas, que ciscavam livre no entorno ou no quintal das casas. A fotografia a seguir, também no ano de 2023, exemplifica essa estrutura, no quintal de uma casa das roças que visitei no município de Barra:

Figura 44: Jirau de temperos, hortaliças e plantas medicinais



Fonte: Arquivo da autora, 2023.

Nem minha avó, nem tão pouco as mulheres com as quais convivi, nomeiam

os jiraus de hortaliças, temperos ou plantas medicinais como hortas suspensas. Elas o chamavam de jirau. Por essa razão, conservei esta nomeação também aqui nesta tese.

De acordo com o que me contou vó Bárbara, a arte de construir jirau, de uso muito antigo aqui no sertão nordestino, é fruto de um aprendizado ancestral, transmitido de mãe para filha. Assim foi com ela e certamente com a mãe dela. Hoje percebo que na feitura dessa peça ela aprendeu e ensinou as suas filhas a arrimar também a vida em família, mesmo nos momentos de turbulência, nos quais o silêncio não era sinônimo de paz. Não sem razão jirau é *yu'ra* na língua Tupi e significa “suspenso em águas”, a estrutura que torna possível a firmeza do chão aos(as) ribeirinhos(as) beiradeiros(as) na época de enchentes dos rios. Assim parece ser com vó Bárbara: ela é a base sobre o qual se estruturou a minha família materna, conforme relatam as parentes-guardiãs da memória, que participaram deste estudo.

Na família, não é difícil recuperar recortes da história de vó Bárbara, principalmente quando associada ao jirau. Nas rodas de conversa durante o mês de junho, por exemplo, as pessoas a ela alinhadas ou relacionadas, assim como os fenômenos sociais característicos da época em que ela viveu, são repetidamente mencionados por suas filhas, netas, comadres e amigas, nas diferentes tramas ali narradas. Tudo, porém, parece ocorrer na casa da roça e da cidade na qual ela viveu, após o casamento. Recuperar parte da sua história antes do matrimônio, ainda que em parte, foi um desafio que necessitei enfrentar durante o processo de escrita para esta tese, principalmente para entender o legado que as suas descendentes compartilharam comigo, através das narrativas.

Filha de João Batista dos Santos e Ana Marques dos Santos, ela nasceu no ano de 1914 em Buritirama, que à época era distrito do município de Barra-BA e foi registrada com o nome de Bárbara Marques dos Santos. Seus traços fisionômicos, assim como o modo de ser, se assemelhavam aos predominantes entre os primeiros ancestrais nativos dos brasileiros. Tal similaridade, que ia do cabelo liso e preto ao tom avermelhado da pele, incluía hábitos característicos desses ancestrais, não somente no uso das plantas, mas de preparar utensílios domésticos, como as cestas de palha e os utensílios em barro.

Outro dado que reforça essa aproximação são os nomes de origem indígena, da maioria das filhas dela. Considerando estas informações e o fato de o município ter sido terra originária de vários povos nativos conforme já relatado nesta tese, é uma

suposição válida que os ancestrais dela estão entre esses povos.

Sobre esses ancestrais, muito pouco se sabe na família. Acerca da origem dos pais dela sabe-se que eram casados e que residiram em uma área próxima ao Timbó. Pelo que me contaram as mais velhas da família e uma tia não consanguínea que foi muito amiga de vó Bárbara, o casal inicialmente não possuía bens e sofria agruras próprias da pobreza, como era o caso da comida sempre incerta à mesa. “D. Ana era uma lutadora. O marido era vaqueiro e tropeiro, e ela ficava sozinha com os filhos. Tinha que tirar da roça o “de comer”. Era duro” – assim me contou a tia, amiga da minha avó. Essas informações iniciais foram confirmadas pelas tias-guardiãs participantes da pesquisa.

Alguns anos após o casamento, a situação financeira da minha bisavó e do meu bisavô materno foi alterada positivamente. Há duas versões que explicam essa mudança. Na primeira, narrada pelas mais velhas, foi revelada à mãe de vó Bárbara a existência de um tesouro, em moedas da época e também em ouro, enterrado aos pés de uma árvore, próximo a casa onde ela morava. “Eu não sei se D. Ana fez algum pacto, mas dizem que ela desenterrou muito dinheiro e ouro. Ela foi lá, fez da saia do vestido uma grande trouxa, pegou tudo e levou para casa. Era tanta coisa, que ela só conseguiu pegar porque as saias das mulheres eram enormes”. Ela também me informou que, em agradecimento, minha bisavó destinou um terreno para a construção de uma capela e um cemitério para a família.

Como confirmei presencialmente, a capela, com o cemitério de fato existiram, embora já em ruínas, em uma área central da atual cidade de Buritirama, como pode ser constatado nas imagens a seguir:

Figura 45- Fotografia da fachada da capela dos Marques em ruínas, localizada na Av. Cel. Antônio Rodrigues Viana- Buritirama, BA



Fonte: Arquivo pessoal de Maria Chagas, 2024.

Figura 46 - Fotografia da lateral da capela dos Marques em ruínas



Fonte: Arquivo pessoal de Maria Chagas, 2024.

A estrutura simples e bastante deteriorada pelo tempo, dado o estado precário, foi demolida em período recente.

Outra tia-guardiã atribui a mudança na situação financeira dos pais de vó Bárbara ao pai dela:

Minha mãe contava que o pai dela conseguiu o patrimônio que tinha porque ele era vaqueiro. Quando ele chegava de tardezinha da lida, ele trazia um feixe de manaíba⁶³; antes mesmo de comer ou de fazer qualquer coisa, ele sentava na porta cortando as manaíbas; no dia seguinte, cedinho, antes de ir cuidar do gado dos outros, ele ia para a roça plantar esses pedaços de manaíba. Tinha assim a comida para a família em parte garantida e para o gado também. Ele tinha muita sorte, pois como vaqueiro, tinha direito a uma pequena porcentagem do gado que nascia. E aí ele foi fazendo o pé de meia dele: fazia a plantação para alimentar o gado que recebia como pagamento, alimentava e depois vendia. Com o dinheiro ia após pouquinhos comprando terras. Ele comprou muita terra. Eu sei que ele tinha terra a perder de vista. Em Buritirama ele tinha muitas roças. Todos os filhos dele, inclusive mãe, receberam terras como herança (Tia-guardiã 3).

É válido destacar que até meados do século XX a escravidão e a posse da terra definiam as relações de poder nos sertões baianos. Certamente por essa razão o meu bisavô e a minha bisavó, pais de vó Bárbara, desprovidos de terras e sem outras perspectivas à época, percebiam a aquisição de terra como um caminho para a ascensão socioeconômica da família.

É importante também apontar que por muito tempo, como destaca Lígia Osório Silva (1996), a própria legislação brasileira fortalecia a concentração de grandes propriedades áreas nas mãos de poucos. Esse foi o caso da Lei no 601, de 18 de setembro de 1850 (Brasil, 1850), mais conhecida como Lei de Terra, que legalizou novos latifúndios e fortaleceu os antigos, iniciados durante a ocupação do território pelo sistema de sesmarias⁶⁴.

Legislações como a mencionada, dificultaram aqui no Brasil à época em pauta, o crescimento de pequenas propriedades, ao possibilitar que os grandes latifundiários recorressem ao Estado para ampliar as suas propriedades (Brasil, 1950). O privilégio para os grandes latifúndios e o acesso restrito à terra pelas famílias menos abastadas, todavia, como destaca Vera Lúcia Amaral Ferlini (1989) não impediu a formação das pequenas propriedades. Esse foi o caso da minha bisavó e do meu bisavô materno,

⁶³ Pedaço do caule da mandioca utilizado para fins de muda.

⁶⁴ Em território brasileiro, as sesmarias traduziam um sistema pelo qual o sesmeiro receptor da terra assumia o compromisso de guardar e defender a propriedade para coroa portuguesa. O intuito era garantir a ocupação e a soberania portuguesa na vastidão territorial do Brasil, à época colônia de Portugal. Para explorar e garantir as terras legalizadas pelas sesmarias, os sesmeiros exploravam o trabalho dos ocupantes naturais da terra, para dar status de terra ocupada e manter o título legalizado pela exploração dela. (Motta; Zarth, 2012)

cujos recursos, de origem confusa, possibilitaram ao casal a posse de terras. Tais aquisições, todavia, não os incluíram no rol dos benefícios destinados às famílias privilegiadas da época. A casa da família, por exemplo, continuou modesta e nenhum dos filhos foi enviado para estudar nas grandes metrópoles, como era comum nas famílias abastadas até então. O trabalho no campo ou no pastoreio do gado, agora em terra própria, continuou sendo a realidade de toda a família, nas quais estavam incluídas também as mulheres. A infância e a adolescência de vó Bárbara, foi, desta forma, de trabalho.

Quanto à sua educação, as tias-guardiãs informaram que ela não frequentou a escola e nem as aulas particulares que o pai dela possibilitou aos filhos homens. Essas aulas ocorriam na própria casa da família e eram ministradas por um professor leigo, que ensinou os meninos da casa a ler e a escrever. As mulheres não participavam desse processo. Dada essa proibição, vó Bárbara, sempre que o professor chegava à casa, buscava ficar por perto, para escutar as aulas. Sobre essa educação negada ela disse que:

Mãe dizia que o pai dela falava que mulher não podia aprender a ler e escrever para não se desencaminhar na vida. Mas ela queria e ficava escutando escondido a professora ensinar. Depois riscava as letras no quintal. Tudo escondido (Tia-guardiã).

Foi assim, na escuta disfarçada nos afazeres domésticos e nos treinos posteriores das letras no chão do quintal da casa, que ela aprendeu a ler e escrever.

Em outubro do ano de 1935, minha avó se casou e o escolhido foi um dos vaqueiros que trabalhava para o pai dela também como tropeiro. O casal, logo após as núpcias, passou a residir em uma pequena casa de taipa, construída em uma área doada por meu bisavô.

Na certidão de casamento que oficializou a união entre os meus avôs maternos, tive acesso a informações que comprovam não somente o município de residência de ambos e dos seus respectivos pais, mas das profissões a cada um deles atribuídas. Em conformidade com as fortes tendências patriarcais da época, minha avó, a despeito de trabalhar também na roça, foi identificada como trabalhadora doméstica e o meu avô como lavrador.

A leitura atenta da certidão de casamento traz, entre outros, um dado que aponto como relevante para atestar a insubmissão de vó: na mudança do nome em virtude do casamento, ela insistiu em conservar o sobrenome da mãe dela e não o do

pai. Essa posição, que contrariou à época o desejo paterno, evidencia a forte ligação entre ela e mãe e a insistência dela em afirmar esse vínculo, também após o casamento. Tal ligação, conforme se percebe nas narrativas das minhas tias-guardiãs, também prevaleceu entre ela e suas filhas.

Dos filhos que o casal gerou, sobreviveram oito mulheres e um homem, todos inicialmente preparados para a lida na roça, conforme relatou a Tia-guardiã 3.

Lá em casa tinha mulher como Cleusa (a filha mais velha) que não fazia feio no roçado. Todas nós acompanhávamos mãe na roça, enquanto pai cuidava das criações (Tia-guardiã 3).

Quanto à educação, todas as tias afirmam que foram alfabetizadas por minha avó, ainda na casa da roça. As narrativas das guardiãs apresentadas na sequência, descrevem os métodos utilizados por ela.

Apesar de ter sido “professora leiga” dos filhos e de saber ler e escrever, a sua carteira de identidade registra o contrário. Isso porque no local destinado à assinatura dela consta o carimbo que ainda hoje identifica o contingente populacional à margem da educação escolar aqui no Brasil: em letras ampliadas, ao lado da sua foto, está registrado “não alfabetizada”, conforme pode ser constatado na imagem a seguir:

Figura 47 - Fotografia do anverso da carteira identidade de vó Bárbara expedida em 22/11/1989



Fonte: Arquivo da autora, 2024.

Nenhuma das filhas de vó Bárbara soube explicar o motivo de não constar a assinatura dela na carteira de identidade. Hoje, ao me aproximar um pouco mais da história dela, questiono se não foi essa uma forma de ocultar a educação que ela teimou em também ter e que de fato adquiriu, espiando entre as frestas das portas da casa, apesar das negativas do seu pai.

Após a morte dos pais, minha avó recebeu outros terrenos como herança, que passaram a ser administrados por meu avô. De posse das terras, ele ajudou os irmãos dele, mediante a doação de uma parte considerável desses terrenos. O fato, até hoje, é motivo de mágoa entre as suas filhas, principalmente quando elas narram a revolta de vó, diante dessas doações, conforme relata a Tia-guardiã 4:

mãe ficou muito chateada, mas não contestava as decisões de pai, pelo menos não diante de nós. Quanto a mim e minhas irmãs, nem pensávamos em dizer nada. A palavra dele não era contestada (Tia-guardiã 4).

Outra – a Tia-guardiã 3 - assim revela:

A situação, quando mudamos aqui para Barra anos depois para estudar, não foi fácil. O alimento, muitas vezes, estava longe de ser farto. Mãe sempre dava um jeitinho e priorizava nos servir primeiro. Ela distribuía a comida em pratos iguais para todos os filhos e só depois se servia. A ordem somente mudava quando pai estava na cidade. Nesse caso, ele era servido antes de nós. Eu me perguntei muitas vezes porque as terras que nossa família tinha não resultava em benefícios para nós. Mas cadê a coragem para perguntar alguma coisa para pai? Não podíamos (Tia-guardiã 3).

Na cidade, o meu avô trocou o cuidado das terras por um emprego em uma estatal, que um dos irmãos dele conseguiu para ele, Anos depois, após a extinção desse órgão em Barra, um outro irmão conseguiu um trabalho para ele na biblioteca de uma universidade pública na capital da Bahia, na qual ele permaneceu até se aposentar. Sozinha, com os filhos na cidade, coube a vó a tarefa de gestar e zelar pela família, em todos os aspectos, inclusive o financeiro. De acordo com uma das tias-guardiãs, meu avô mandava o que podia, mas cabia a ela dar conta do resto. Uma das estratégias que ela colocou em prática para esse processo de gestão foi alternar a moradia entre a casa na roça e na cidade. Era desta forma que, nos meses de plantio e da colheita do feijão, do milho e da mandioca, ela estava na roça, para garantir a farinha e tapioca, na partilha das casas de farinhas, e os demais sacos de

alimento que serviriam de alimento para a família na cidade. Como eu e os outros(as) netos(as) dela a acompanhavam sempre que era possível nessa alternância, nos familiarizamos com a vida na roça.

Em agosto de 1994, ela deixou a família. Faleceu sem adoecimentos prévios, na casa da cidade e não roça, como sempre afirmou para a família que era o seu desejo: “Quero morrer em pé, no Timbó, e não depois de apodrecer em cima de uma cama” – era o que ela rotineiramente dizia. Sua vontade foi, assim, em parte atendida.

A casa do Timbó, conforme já relatei neste trabalho, somente existe em nossas lembranças e no alicerce, que ainda hoje resiste. Quanto a residência onde ela viveu na cidade se encontra preservada, com todo o mobiliário por ela deixado. Posso afirmar que entrar nessa casa é como retornar no tempo em que muitos de nós da família lá vivemos com ela. É assim que a mesa de madeira, que guarda embaixo dela um esconderijo perfeito para as brincadeiras de criança, faz recordar a uns as peraltices e os brinquedos que ali eram feitos; outros, ao olharem a cristaleira, relembram os usos que fazíamos das louças que eram o orgulho de vó, sempre longe dos olhares dela; outros tantos, como eu, reveem o local onde antes existia o jirau de vó.

Posso assegurar, diante do que ainda hoje escuto, que cada canto e objeto da casa da minha família materna acionam recordações em quem nela viveu, quase sempre coletivas, das vivências em família. A essas lembranças, a cada ano, são somadas novas recordações, pois é nesse espaço que a família se reúne todos os meses de junho, não somente para os festejos tradicionais na cidade, mas para partilhar memórias, muitas ainda em construção. É assim que, além de lembrar e contar para os mais novos as histórias da família, são apresentadas as crianças dos(as) parentes que hoje residem, em diferentes partes do Brasil e a parentela ampliada, por casamentos e uniões diversas. São comuns também nessas ocasiões os batismos na igreja matriz da cidade, apesar da diversidade religiosa que hoje predomina no grupo.

É guardiã dessa casa a filha mais nova, hoje uma matriarca respeitada por todas as irmãs mais velhas e demais membros da família. Atribuo este reconhecimento, não somente ao zelo que ela tem com a casa e aos objetos preservados naquele espaço, mas principalmente ao cuidado que ela devota à família. Quando vó faleceu, por exemplo, ela, na época com quatro filhos, passou a residir entre Brasília e Barra, no intuito de cuidar do meu avô, que estava doente na época.

Os filhos, então adolescentes, permaneceram em Brasília. Hoje ela reside na casa da família e se responsabiliza, entre outros, por uma das tias, há muito tempo acamada, assim como pela administração da casa da minha mãe.

Apesar dos vários afazeres, minha tia materna caçula acolheu o meu pedido para propor à família um encontro mais formal. Como expliquei a ela, o objetivo era coletar informações para esta tese em uma roda de conversa. O encontro ocorreu, mas a ampla adesão e o desejo de todos participarem, impossibilitou a roda e transformou a reunião em uma festa de família, à qual mais de cem parentes compareceram.

Ao som dos fogos e músicas juninas, pude dimensionar um pouco o quão grande e forte foi a árvore da família que vó Bárbara plantou. Árvore de muitos galhos e folhas, que espelham várias gerações de filhos(as), bisnetos(as) e tataranetos(os), como bem retratou uma neta e duas bisnetas, em um desenho (figura 48) feito por elas, para representar a nossa família.

Figura 48 - Árvore da família Marques Chagas desenhada por uma neta e duas bisnetas



Fonte: Arquivo da família Chagas, 2024.

No desenho produzido, que apresenta nos galhos os nomes de todas aos filhos de vó Bárbara e nas folhas os nomes dos netos(as), bisnetos(as) e trinnetos(as), estão todos os(as) descendentes dela nascidos(as) até o ano de 2023. Todos(as) unidos(as) por um tronco que permanece ereto e firme, assentado em raízes que parecem voar, tais quais as sementes que germinavam no jirau de vó Bárbara. Certamente foi graças a esse movimento que ousamos nos inserir em outras mobilidades, em diferentes instâncias, e ir além do território onde vó Bárbara plantou a realidade que ela esperançou para a nossa família. Isso é o que revelam as narrativas das parentes-guardiãs que dela descenderam, apresentadas a seguir.

5.2.1 A foto da casa na roça: saber para ser e ir

Há mulheres cuja realeza e liderança não demandam em coroas. Respeitadas nos espaços sociais onde se inserem, elas são os pilares que sustentam as suas famílias e a própria comunidade. Como tais, trazem no corpo a dignidade e a altivez somente possível às grandes monarcas, como é o caso da rainha Jinga⁶⁵, que se inscreveu na história pela arte de enfrentar as variadas formas de violência e de superar os obstáculos impostos ao nosso gênero. Um olhar mais atento para as instâncias sociais nas quais nos inserimos desvelam o quão próximas de nós muitas delas estão: sem títulos herdados, mas com a altivez e habilidades dignas de grandes monarcas, elas são, não por poucas vezes, nossas avós, mães e tias, peritas na arte de garantir a sobrevivência das pessoas ou dos grupos sociais pelos quais se responsabilizam. Não sem razão, elas são ao mesmo tempo, guardiãs e sementes de resistências, cuidados e mudanças que merecem ser desvelados. Este é o caso da minha tia-guardiã a seguir em destaque.

⁶⁵.A rainha Jinga (1582-1663) governou no século XVII os reinos de Ndongo e de Matamba, áreas atuais de Angola. Alvo da violência do irmão Ngola Mbande, que percebeu, quando ainda era rei, a força que dela emanava, ela e as outras irmãs foram esterilizadas por Ngola, que também assassinou o filho dela. Após ser derrotada pelos portugueses, Ngola, pelo prestígio que a irmã conquistou entre os ambundos, enviou-a como diplomata para negociar com os portugueses. A partir de então, ela foi pessoa decisiva na política da África Central. Carismática e perita na arte de negociar, ela liderou vários guerreiros e se destacou como estrategista na guerra contra o avanço da colonização portuguesa em seus reinos (Heywood, 2019).

Aqui no Brasil o conhecimento da história da rainha Jinga, também conhecida nessas terras como Nzinga ou Ginga, foi favorecido pela memória preservada e divulgada por irmandades como a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de diferentes partes do país e pela invocação do nome dela em canções e práticas de rodas de capoeira, maracatus e congadas.

Aos 71 anos de idade esta tia, que é mãe, católica, professora aposentada e parte de uma fratria nas quais as mulheres predominam, têm sob os seus cuidados, não um reino de terras e riquezas materiais cobiçados externamente, mas uma instância por ela revelada como inspiração e escopo da sua existência: a família. Em tal grupo, que não é reduzido por ela aos filhos que gestou, estão inscritos parentes, nem sempre consanguíneos, com os quais ela mantém vínculos de afinidade e afetividade. Como me revelou em sua narrativa, foi deste coletivo, defendido por ela com uma amorosidade que não se desvincula da consciência de saber ser, que ela partiu, embora sem jamais se fazer ausente.

Como as demais parentes-guardiãs que participaram da pesquisa, ela também se responsabiliza por um objeto da nossa família. Trata-se de uma fotografia de vó Bárbara (imagem 49), à frente da moradia na qual essa tia viveu até o início da adolescência e onde eu também fui abrigada na infância: a casa do Timbó.

Figura 49 – Vó Bárbara à frente da casa do Timbó



Fonte: Arquivo pessoal da Tia-guardiã 3

Ao ter acesso à fotografia, chamou a minha atenção o valor que minha tia-guardiã parece atribuir a essa imagem: cuidadosamente envolta em uma folha de papel alcalino, protegido por uma embalagem plástica e guardado dentro de um caixa de papelão, o artefato tem por morada um recanto do seu quarto pessoal, na casa onde ela hoje reside.

Registro que julguei o artefato a princípio singelo, não somente pela quantidade e diversidade de objetos preservados na casa da minha avó materna, mas pela posição e respeito entre as mais velhas que esta tia-guardiã conquistou. Nesta posição ela pode escolher qualquer um dos objetos hoje disponíveis na casa. Ademais, como testemunhei durante os seus vários retornos nos períodos de férias à casa da família, suas habilidades no uso de vários desses objetos são múltiplas. Como ela é, por exemplo, exímia costureira, versada no uso da máquina de costura, não seria estranho que guardasse consigo a que pertenceu a vó. No mesmo caminho, me questionei o motivo dela não ter guardado um dos móveis da casa ou mesmo uma das colchas de retalho, confeccionadas por vó.

Ao relembrar que os norteadores da escolha e da guarda de um objeto de família são únicos e subjetivos para cada guardiã, venci a estranheza inicial e confirmei que, por assim constituir, cada um tem um valor afetivo, não comparável aos objetos preservados por outras guardiãs. Um aspecto, porém, parece ser comum a todos: a relação entre os processos de constituição e rememoração da vida familiar pelo grupo com o objeto preservado por cada guardiã. É assim com a fotografia de vó Bárbara à frente na casa do Timbó: a imagem, que parece negar a linearidade do tempo ao fixar em um papel uma espacialidade de outrora, é afetiva e possibilita o acesso a um repertório de acontecimentos e vivências não apenas da tia-guardiã que escolheu preservá-la, mas de muitos membros da família, de diferentes gerações. Foi assim comigo, ao ter acesso à fotografia pela primeira vez.

Ao olhar a imagem retratada fui transportada ao tempo em que naquele espaço vivi: recordei as peraltices com os meus primos longe da pequena cerca que rodeava a casa, que nunca nos impediu o nosso ir e vir. Senti o cheiro de terra molhada do interior da casa, aguada todas as manhãs e cuidadosamente varrida com as vassouras feitas com gravetos secos coletados no entorno da casa. Ouvi o barulho harmonioso da mata da caatinga, que nos convidava para as artimanhas, dentro e fora de casa, nem sempre aprovadas pelos mais velhos. No mesmo caminho, revi eu e os meus primos à noite, na disputa por um dos lugares no banco de madeira da pequena varanda, para deitar a cabeça no colo de vó e receber os seus cafunés, disfarçados na ação nomeava por ela de “catar piolhos”. Relembrei também o aconchego que dela recebi, embaixo da goiabeira retratada na foto, nos momentos de adoecimentos da minha mãe. No centro e à frente de tudo, a minha avó: à porta da casa, ela, eternizada na fotografia e nas recordações da nossa família, parece

convidar não somente a mim, mas a todos(as) seus(as) a retornarem a casa, há muito tempo demolida, mas cujo alicerce, perfeitamente preservado no meio da caatinga, ainda hoje resiste. E retornamos, talvez em busca dos cuidados e afetos que dela recebemos.

Assim afirmo porque constatei que a casa do Timbó, cujos alicerces sem paredes e sem teto insistem em resistir, é constantemente lembrada na narrativa das mulheres da nossa família, sempre associada à vó Barbara. Entre essas mulheres estão aquelas inscritas no movimento migratório que as levou para o centro-sul brasileiro, conforme já relatei neste trabalho. Este é o caso da tia-guardiã aqui em pauta. Suas recordações mais longínquas, nas quais a minha avó está sempre presente, fazem referência a essa casa e ao entorno dela. É assim que a casa como abrigo se funde à imagem da mãe para transformá-la em fonte de proteção e aconchego da qual ela, entre idas e vindas, tardou a sair, como revela em sua narrativa:

Eu saí da casa do Timbó para vir para a cidade, por assim dizer, à prestação. Minhas irmãs, com exceção da mais velha que era casada, já estavam aqui, mas eu só vim em definitivo mesmo quando minha mãe resolveu vir pra cá para eu ficar aqui em Barra estudando. Porque antes eu chegava aqui voltava. Queria ficar com ela. Me recusava mesmo a sair do lado dela. Quando eu finalmente entrei para a escola, já tinha quase 12 anos (Tia-guardiã 3).

Na relação entre pais e filhos é esperada uma lógica de cuidados, que atribui aos genitores o zelo pelos filhos na infância e adolescência e a inversão dessa relação a partir do envelhecimento dos pais. Não foi, todavia, essa lógica que motivou a recusa desta tia-guardiã em sair ao lado da mãe. A narrativa que ela compartilhou revela que a relação entre ambas, desde a infância da primeira, era caracterizada por cuidados recíprocos. Por essa lógica, a filha, à medida que era cuidada pela mãe, se responsabilizava por ela:

Minha mãe era muito forte, mas sentia que podia fortalecer mais ela, pra ela saber reagir e agir. Por ela enfrentei até meu pai, que todos nós respeitávamos muito. Lembro que um dia, minhas irmãs foram comprar um tecido para fazer um vestido. Quando chegaram lá, viram uma mulher comprando um monte de coisas. Aí, quando ela viu as meninas, eu não sei se ela já estava no final ou se ela fez pra provocar mesmo, disse assim: “olha, pode pôr tudo na conta de Pedro Chagas”. Quando elas chegaram em casa, contaram para minha mãe. Minha mãe pegou um pedaço de mangueira, de mangueira velha, bem grossa, encheu a mão de sal grosso, colocou no bolso e rumou em direção à porta. Eu falei “mãe, espera aí que eu vou com a senhora,

espera que eu vou junto, espera...” E eu era pequena, assim, em relação às outras. Aí ela pegou e disse assim: “não, você não vem não, fica quieta, que eu vou sozinha, eu já sei onde é a loja, eu sei onde é que ela vai passar”. A criatura estava retornando, cheia de compras. Era amante de pai. Ela cheia de tudo e lá em casa faltando... Mãe, baixinha, partiu para cima dela e deu uma surra nela, ali mesmo na rua... faltou foi arrancar todo o cabelo da outra... E jogou tudo o que foi comprado na areia. Sabe o aconteceu depois? Lembro que aqui nesta sala era a cozinha antiga nossa. Quando chegou em casa, pai fez um paredão com gente, aqui mesmo. Aí ele tentou ir para cima de mãe. Foi quando eu gritei: “Filhas aqui somos nós! minha mãe não é filha sua, não!” E eu não era a mais velha das filhas... Estávamos todas ali, caladas, de cabeça baixa, na fila que ele nos colocou. Ele disse: “Ô “nega” atrevida!”. Eu respondi: “Eu sou não atrevida, não; só estou falando para senhor que filhas somos nós, e o senhor até que pode fazer o que quiser. Com a gente tudo pode. Com minha mãe, não. Minha mãe é diferente: ela não é filha sua. Não é objeto seu! Olhe, tudo o que ela fez com aquela rapariga, foi com consentimento nosso. Eu não fui junto porque mãe me proibiu, mas se tivesse ido, eu tinha ajudado a pisar no pescoço dela.” Ele abaixou a cabeça, disse que a minha irmã que contou o fato à mãe ia acabar com a gente, e recuou. Ele recuou e acabou (Tia-guardiã 3).

É válido lembrar que a violência intrafamiliar foi por muito tempo normalizada socialmente no Brasil e, em especial, aqui no nordeste brasileiro. O trecho da narrativa em destaque ratifica que se constituía em um direito dos pais, de quem era esperado o dever de proteger, educar os filhos e castigá-los fisicamente, quando considerassem necessário. No mesmo caminho a violência contra a mulher também era fato comum. Neste contexto, o enfrentamento narrado pela guardiã é surpreendente, em face da idade dela à época do episódio, do respeito e temor ao pai e da tolerância social para com o fenômeno da violência contra a mulher e, em especial dos filhos que até então vigorava. Na mesma medida, a narradora destaca os cuidados que a mãe lhe devotava:

Minha mãe sempre foi uma santa, minha filha. Sempre foi uma santa de corrigir a gente. Isso aí toda mãe corrige, né? Ela sempre corrigiu, sempre foi aquela mãe firme. Mãe sempre foi uma mãe firme, mas amorosa. Ninguém pode negar isso, não. Firme e amorosa. Porque às vezes a pessoa pensa, olha, é só abraçar que é amor. Não, de jeito nenhum. o cuidar bem, o tomar conta da gente com carinho, ensinar o bom viver. Isso pra mim é amor (Tia-guardiã 3).

Explico, considerando o exposto, que, em minha família extensa, as manifestações de amor não são abertamente verbalizadas. Carinhos físicos ou palavras afetivas são dirigidas apenas pelas mulheres às crianças, nos primeiros anos

vida. Como a tia-guardiã aqui em destaque, afirmo que ainda assim nunca me senti menos amada. O amor aparece na bênção diária, na atenção com a nossa saúde, nos cuidados diários. A amorosidade das mulheres da família, como ela evidencia em sua narrativa, ocorre na ação concreta, no cuidado que sustenta a vida e não em palavras. É a amorosidade da escuta, do estímulo à pronúncia do mundo em palavras ditas não como prescrição, mas compartilhadas na dialogicidade em uma relação entre as pessoas que não produz silenciados (as) (Freire, 1997). Foi, certamente, mediante a amorosidade e para não mais permitir os silêncios que a minha avó, que nunca frequentou uma escola, se fez sozinha educadora leiga para alfabetizar todas as filhas como revela a Tia-guardiã 3:

Quando entrei para a escola aos doze anos já sabia ler, já sabia escrever, fazer as operações todas, adição, subtração, multiplicação. E quem ensinou? Minha mãe! Era minha mãe. Estou falando para você que ela fazia os caderninhos para a gente, com os papéis de embrulho. Olha o tanto de livro que eu estudei com ela: O ABC, que era aquele pequenininho, com as letras grandes e também pequeninhas? Aí, depois que saísse das letras, que já soubesse todo o ABC, ela avançava. E como é que ela ensinava? A gente tinha que ter uma memória boa, viu? Ela pegava um pedacinho de papelão velho, abria um buraco no meio, e colocava em cima das letras, pra gente ir decifrando que letra era. Primeiro ela ensinava tudo, não sei quantas vezes. É, e ela fazia salteado, não era a mesma coisa que ela fazia com a tabuada, ela fazia salteado o alfabeto. Saído do alfabeto, a gente ia pra outro livro chamado Cartilha. Na Cartilha, a gente já via palavras. Ela perguntava: “Essa palavra aqui significa isso e aquilo. Com essa daqui, formo o quê?” Para mim, não tem método melhor pra ensinar aluno do que esse (Tia-guardiã 3).

A Tia-guardiã 3 revela que os estudos na escola, após os ensinamentos iniciais da mãe, foram fáceis. Tanto é que foi promovida pelos conhecimentos escolares que já possuía. Além disso, sua mãe, já na cidade, continuou a orientar a rotina de estudos dela e das irmãs.

Os reflexos das práticas de alfabetização acompanharam a tia-guardiã posteriormente, em sua vida adulta. Como ela revela, anos após concluir o curso de magistério em Barra, já casada e com filhos, ingressou em uma faculdade pública no Distrito Federal, após tentar o vestibular pela primeira vez. Também nesse momento sua mãe-professora se fez presente: “*Estou falando para você que eu fiz uma redação, na faculdade, e eu tirei 9,2. Na redação apresento a minha mãe como a minha primeira professora. Ela foi a minha alfabetizadora.*” Essa memória, conforme ela revela, ajudou também na prática docente, após ser aprovada em um concurso público:

Não tem forma melhor de alfabetizar que a utilizada pela minha mãe. Não tem, não. Porque eu peguei muitos alunos de 16 anos, numa zona rural, que não sabia ler a palavra casa, asa, nem tão pouco escrever! Nada liam e não avançavam. Tentei tudo que aprendi na faculdade e nada. Aí eu lembrei de mãe e falei: “Se aprendi, vocês vão aprender. Vocês não vão sair daqui analfabetos, não”. Aí, o que que aconteceu? Usei o método de mãe. Em pouco tempo, muitos formulavam e escreviam as palavras. Daí para formar os períodos direitinho e as orações foi um salto pequeno. Não foi assim que eu aprendi tudo com a minha mãe? (Tia-guardiã 3).

Como a tia-guardiã, minha avó certamente intuía que o analfabetismo perpetua as mais severas formas de exclusão da cidadania, principalmente para as mulheres. A insistência em possibilitar a alfabetização às suas filhas, mediante estratégias de rigorosamente metódicas, que ela refinou na vivência de um processo no qual ela parecia aprender ao ensinar, comprovam essa afirmação. Sem desconsiderar a importância da formação acadêmica, afirmo a partir da minha trajetória como professora, que a *práxis* aberta a trocas e a transformação dos ensinantes também em aprendizes, como feito por minha avó, é o pilar da formação docente. É assim, no diálogo entre ensino e aprendizagem, que teorizamos e, certamente, tematizamos a nossa prática, mediante um processo que ao possibilitar a reflexão sobre a ação, fortalece a formação crítica de educandos(as) e educadores(as) (Weisz, 2000), Reafirmo que, sem essa criticidade, como nos lembra Freire (2005), é impossível a superação da contradição opressor-oprimido. Talvez porque também percebesse que essa superação demanda também em outras decifrações que escapam à palavra escrita, minha avó, concomitante à alfabetização, letrava as filhas para decifrarem o mundo, com os valores, objetos e demandas do seu cotidiano, no chão da casa da roça que ela muito conhecia:

Mãe me ensinou muito. Me ensinou a respeitar o outro. Me ensinou a ser o que eu sou, no mais simples ao mais difícil. Eu lembro de uma mesa de madeira rústica, com a maquinazinha de costura dela do lado. Naquela mesa a gente fazia de tudo com ela: a gente estudava e trabalhava. Lembro que na roça, nunca vesti uma roupa sem passar, não. Eu tenho uma marca que hoje, que quase não se vê, mas eu sei o local. A marca é de e ferro, aqueles ferros de passar roupa que era tudo na brasa. Ela me botava em cima do banquinho pra passar roupa. Eu, oito anos. Oito anos eu ficava em cima do banquinho passando roupa. Ela me ensinou a lavar roupa e a quarar roupa, porque a gente não tinha água sanitária. Lembro que mãe usava um quarador, que era só no capim, aquele capim chamado capim de burro, na beira da Lagoinha. Ali ela pegava folha de mamão. ou de melão São Caetano.

Ela esmagava na bacia de água. Aquilo ali é um alvejante que você precisa ver. Fazia aquela salmoura e a gente salpicava nas roupas brancas que ela estendia. Meu pai vestia linho branco. Era linho branco. A gente nunca teve água sanitária na vida. O sabão era o sabão de dicuada ou feito de semente, com gorduras animais. Quando matava os animais, a gente pegava as gorduras para fazer o sabão (Tia-guardiã 3).

Ao refletir, a partir da narrativa aqui compartilhada, sobre o mundo das primeiras leituras da minha Tia-guardiã 3, percebo que eram nos textos, quase sempre sem palavras escritas, delineados no contexto da casa na roça e sempre ao lado de vó, que ela encarnou o seu modo de ser. Esse mundo imediato de crenças, valores, esperanças e sonhos, do qual nunca ela “tomou distância”, tem reflexos na forma particular como ela lê o mundo, escolhe recriar a sua mobilidade e forja as suas estratégias de resistência. Tal forma de ser que emergiu na infância e que não permitia desrespeito a sua dignidade, foi predominante durante à sua adolescência, mesmo nos momentos em que se distanciou da sua mãe:

Relembro que, um dia, pai me levou a uma festa, no melhor clube da cidade. Eu tinha completado quinze anos. Festa bonita, com as famílias mais importantes presentes. Não recordo porque minha mãe não foi. Não lembro dela indo para essas festas. A gente queria dançar, mas ninguém se atrevia a sair do lado de pai. Nenhum rapaz se aproximava. Pois bem, o chefe do meu pai, que estava lá com a mulher, se aproximou e sussurrando bem próximo ao meu pescoço, de uma forma bem desagradável, me pediu para eu dançar com ele. Eu recusei e ele me ameaçou dizendo: “Se você não dançar comigo, eu vou despedir o seu pai, eu vou colocar ele para fora do emprego.” Eu respondi: “Você pode até colocar o meu pai para fora do emprego, mas se você colocar a Barra inteirinha vai ficar sabendo quem é você, inclusive o seu chefe geral que eu nem sei de onde é, mas eu vou descobrir quem é. Aí ele ficou todo desconcertado e se distanciou de mim. Pai, sem saber de nada, me perguntou por que eu não queria dançar com o tal chefe. Respondi apenas que tinha ido ali para dançar e me calei. Não queria prejudicar o meu pai (Tia-guardiã 3).

Os encontros experienciados a fortaleceu a não aceitar a violência contra si na vida adulta, como revelou ao narrar um episódio entre ela e o marido, quando ainda era casada:

[...] Chateado pelo questionamento, ele pegou no meu braço e me puxou. Quando ele puxou no meu braço, meu relógio caiu. O relógio que meu pai tinha me dado, bonitinho, pequenininho. Mas não era o relógio em si. Aí, menina, ele puxou esse braço meu e me puxou assim, me jogou para trás, e eu caí aqui sentada no sofá. Mas, minha filha, da mesma hora eu levantei, peguei ele aqui pelo colarinho e

“taquei” em cima da porta fechada; a porta caiu lá do outro lado. E aí, eu falei: “Nunca mais! Nunca mais você se atreva “triscar” um dedo em mim. Por quê? Se você me deixar levantar, você cai e não levanta.” Ele passou a noite inteirinha chorando, sentado no sofá. Não dormiu, chorando lá (Tia-guardiã 3).

Ela destacou que o episódio mencionado foi o único, nas muitas décadas em que com ele foi casada. Informou também que se separou após comprovar as traições do cônjuge.

Após a separação, ela, católica como a mãe, não se afastou de suas crenças religiosas e nem deixou de frequentar a comunidade religiosa da qual faz parte há muitas décadas. É ali que, além da fé, ela busca compartilhar o auxílio material, como comprovei ao visitá-la em sua casa em Brasília. Na ocasião, enquanto conversávamos, ela retirava o sabão que havia preparado das formas, tal qual fazia vó Bárbara na casa do Timbó, para compor as cestas que seriam doadas à igreja. Percebi, embora sem nada perguntar, que a separação foi mais um enfrentamento do qual ela não recuou, ainda que, como me verbalizou, se casou imaginando uma separação futura. Se assim o fez foi porque:

a aliança de fidelidade e amor havia sido rompida por ele (Tia-guardiã 3).

Desta forma, o sentido de permanecerem juntos, de acordo com o que ela relatou, não mais existia.

Após a separação, os filhos do casal já crescidos continuaram sobre a sua responsabilidade. Tal fato em nenhum momento foi apontado por ela como uma sobrecarga maior após a separação:

continuei a manter a casa e a sustentar os meus filhos, nesse momento em paz (Tia-guardiã 3).

Hoje, ela mantém uma relação de amizade com o ex-marido e com a sua atual mulher, que inclui visitas mútuas entre ambos. Um fato, porém, chama a atenção: ainda hoje ela conserva no dedo a aliança do casamento. Como bem evidenciado em sua narrativa, é esse um símbolo de uma relação circular, não mais de amor romântico, mas hoje de respeito e amizade entre ela e o seu ex-marido, que é fortalecida e alimentada pela existência dos filhos que o casal gerou.

É válido ressaltar que o cuidado e a atenção dela com os filhos foram sempre

extensivos também à família. As minhas tias, por exemplo, não fazem segredo da ajuda financeira e apoio emocional que dela recebeu em diferentes momentos da vida. Posso afirmar que essa atenção e cuidado também inclui os(as) sobrinhos(as), entre os quais eu estou: foi ela, nos raros intervalos da sua jornada de trabalho dentro e fora de casa, que me ensinou, quando eu a visitei em uma férias escolares, a arte da costura a mão que domino até hoje: ponto a ponto, aprendi as artimanhas das barras de calça invisíveis, feitas em espinha de peixe ou em pontos simples; do mesmo modo, aprendi sobre os segredos do alinhavo e do ponto corrido, cujos espaçamentos eu nem sempre conseguia igualar, apesar de muito tentar. Nesses momentos, dos quais eu recordo em detalhes, aprendi certamente, não somente a unir tecidos em costuras temporárias ou não, mas estratégias para tracejar o caminho que me conduziu até aqui.

Sem se distanciar da família, ela também foi mobilizada a acolher outras mulheres, certamente porque entendia o sofrimento que advém dos marcadores de gênero, raça e classe social aqui no Brasil. Coroada com cabelos crespos, precocemente embranquecidos e nunca alisados ou tingidos, ela, em ações certamente explicadas pela dororidade (Piedade, 2017), não se calou também diante da violência sofrida por outras mulheres:

[...] A moça que morava passou a ser assediada pelo companheiro dessa parente. Ela não queria nada com ele e gostava muito da minha irmã. Ela me procurou e pediu ajuda. Disse que estava com muito medo dele, que ele disse que caso ela não cedesse a mataria. E naquela época não tinha esse negócio de você viver na cadeia se matasse uma mulher. Na época eu estava na faculdade. Um dia ela me ligou e disse: “D.... venha aqui me acudir. Ele falou que é para eu sair com o vestido vermelho, porque ele vai transar comigo hoje. Disse que tenho que ir encontrar com ele. Pelo amor de Deus, ele vem me buscar. Eu não quero fazer isso”. Eu já estava na parada de ônibus, mas fui encontrar com ela. Ele chegou depois, me viu conversando com a menina e foi embora. No outro dia, eu chamei ele e falei: “Olha, pelo amor de Deus, eu vou lhe pedir uma coisa. Eu não sou contra você sair, transar, ter quantas mulheres você quiser, mas deixa a minha irmã em paz e a moça em paz. Você vai viver com as mulheres que você quiser. Mas não faça isso com nem sua mulher porque ela não merece e nem com a moça (Tia-guardiã 3).

Após o enfretamento aqui narrado, ela disse que passou a ser perseguida pelo marido da parente:

A partir desse dia ele passou a me perseguir. Eu ia para a parada de ônibus e ele ia também com o carro e portando um revólver 38 à minha

frente dentro do carona parada, ele me oferecia carona e eu, sempre com outras colegas, falava: “Olha, tem cinco ou seis colegas aqui, tem dois homens e tudo. Cabe aí dentro? Eu vou. Eu vou. Mas se couber todos nós, porque todos nós vamos juntos no mesmo ônibus”. Aí ele não saía. Passou não sei quanto tempo isso, assim. Um dia, na faculdade, eu desci do ônibus, e ele estava lá! [...] Para chegar ao campus universitário, a gente passava por um capinzal imenso. Passei a perceber um fusca sempre em meu caminho. Um dia, em um aniversário, ele me encurralou em um quarto. Estava com as crianças, filhos dele. Ele fechou a porta. Aí ele disse, pegou o revólver, e fala assim: “Olha, o que você fez comigo, o que você tá fazendo comigo, você vai me pagar. E é agora. Aí pegou 38 e colocou na minha testa. “Fala que eu não tenho coragem” – ele disse. O filho dele gritou: “Não, minha tia, não! Não, minha tia, não!” Aí deu-lhe um chute no menino, que o bichinho caiu pra lá Na hora, gelei, acolhi o menino, pedi coragem a Deus e respondi: “Eu sei que você tem coragem, porque você é um militar. Você é um homem corajoso e eu tenho certeza que você faz. Você não é um covarde, mas com esse 38 se estourar a minha cabeça vai esconder como dos outros?” Ele respondeu: “Você acha que eu sou trouxa, rapaz? Pode ir pra sua casa sossegada. Se você não quiser que eu faça o pior, você vai pra sua casa”. Tomei a decisão e dei queixa dele e ele foi intimado. O delegado disse que eu rezasse para nada me acontecer. Aí ele parou (Tia-guardiã 3).

Ela disse que somente revelou o fato à mulher do agressor anos mais tarde, após a separação entre ele e a parente. Sem que eu perguntasse, explicou que o seu silêncio foi motivado pelo temor em prejudicar e ser fonte de sofrimento para a parente, cujos filhos à época eram pequenos. Disse também que somente contou porque ela lhe confidenciou que o marido era violento, tendo inclusive atentado contra a vida dela.

Ao refletir sobre a violência narrada pela tia-guardiã aqui em pauta evidencia-se que esse fenômeno ainda corriqueiro aqui no Brasil, que transforma muitas de nós em vítimas da violência perpetrada no ambiente doméstico e em outras instâncias sociais (Instituto DataSenado, 2023), também nos imputa a dificuldade de comunicar a experiência sofrida (Moreira; Boris; Venancio, 2011), conforme já evidenciado nesta tese. É assim que tais estigmas, longe de favorecerem o acolhimento social das mulheres espancadas e maltratadas, as inserem também na responsabilidade pela relação agressivo-abusiva.

É certo que, embora crime, muitas mulheres não denunciam ou temem também agir diante da violência que testemunham ou em acolher o clamor por ajuda daquelas que não se calam, talvez porque ainda acreditem no ditado popular que assim afirma: “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. Por outro lado, o acolhimento a uma vítima por minha tia-guardiã, embora não publicado, atesta a existência de irmandades entre as mulheres, certamente fortalecidas por identificações e empatia.

Em um contexto de muitos silêncios sobre a violência contra a mulher, ainda cotidianamente noticiada nos meios de comunicação, é válido não somente refletir sobre os fatores que ainda impedem a necessária denúncia, mas também visibilizar os percursos e estratégias de enfrentamento experienciados por mulheres como a minha tia. O mulherismo, evidenciado por autoras como Alice Walker (2021), que busca abraçar a coragem e a força de mulheres não-brancas, para fortalecer o amor por si e pela humanidade, assim como a dororidade (Piedade, 2017), atestam que há caminhos para a nossa emancipação e acolhimentos, mesmo quando os contextos são excludentes as nossas necessidades.

À medida em que grafava em tinta os trechos da narrativa aqui compartilhados, questionei-me sobre os processos que, ora permitidos ou ora forçosamente impostos, nos ensinam a ser o que somos. No mesmo caminho, indaguei também sobre como muitas mulheres mantêm vivo em si o “gosto da rebeldia” (Freire, 1997, p. 25). Essa parece ser uma qualidade, tal qual apontado por Freire (1997), daquelas que aguçam continuamente a curiosidade e fortalecem a capacidade de se arriscarem e se aventurarem contra o poder apassivador que teima em determinar os excluídos e a normalizar as várias formas de violência, a exemplo das apontadas nos trechos da narrativa aqui compartilhada.

Sem a pretensão de esgotar as indagações mencionadas, aponto, a partir da escuta da Tia-guardiã 3, nas várias horas que ela me destinou para esta pesquisa, que somos instigadas a nos permitir esta rebeldia também através das palavras generosas daquelas que nos acolhem. Tais palavras, quase sempre emaranhadas aos fios pelos quais transitam a nossa ancestralidade, nos convocam e nos mobilizam a pensar nos silêncios que, por vezes, cerceiam o que somos e o que desejamos ser. Não sem razão, ao escutá-la, me questionei sobre meus possíveis silenciamentos aqui nesta tese diante do que ela corajosamente compartilhou. Posso seguramente apontar, sem tentar me justificar, que, longe de aprender em minha família que nosso silêncio não nos protege (Lorde, 2019), fui ensinada que a tirania do silêncio protege a família e por consequência, a mim também. É desta forma, que “roupa suja”, como acredita e ensina minha família, “se lava em casa”, preferencialmente ao ritmo dos sussurros e sufocos do choro contido. Talvez por essa razão, ao aceitar o convite das minhas ancestrais para me desvencilhar das amarradas que nos tornam cúmplices dos algozes protegidos pelos segredos guardados pela família, interroguei-me sobre

as implicações do que aqui escrevo para os filhos e filhas dos agressores por ela denunciados.

Certo é, diante do aqui exposto, que as palavras compartilhadas sem prescrições ou imposições, são abertas a possibilidades de encontros com o(a) outro(a) com o(a) qual muito aprendemos. Tais encontros, quando abertos à dialogicidade, desvelam historicidades tecidas por pessoas que referenciam a própria existência, não em palavras ocas e vazias, mas em ações concretas, nas quais a amorosidade é preceito que não se desvincula da liberdade de ser (Freire, 1997). Como evidencia a guardiã aqui em pauta, esta amorosidade genuína, que nos instiga a viver a nossa existência sem desvinculá-la do outro, nos transforma em sementes e, ao mesmo tempo, em semeadoras dos cuidados e mudanças que alicerçam a nossa sobrevivência e das nossas famílias, como fizeram as nossas ancestrais. É assim que cada uma de nós, que ora crê e se acomoda e ora duvida e se rebela, constrói e torna possível outros alicerces, em um mundo que não é somente físico, mas aberto a diferentes formas de apreendê-lo.

5.2.2 O caderno secreto de rascunho: a educação oculta

Quando eu era menina, adorava o ritual que antecedia o início do ano letivo. Era hora de preparar os livros, herdados das minhas primas ou comprados de “segunda mão”, novos, portanto, apenas para mim. Recordo que livre nesse momento, escancarava as portas da criatividade para deixar um pouquinho de mim nas capas que eu revestia com embalagens de presente recicladas, cuidadosamente escolhidas e posteriormente revestidas com plástico transparente, para fazer os livros durar até o ano seguinte. Relembro ainda da emoção ao abrir os cadernos, cujas folhas em branco pareciam me convidar a uma experiência que era, ao mesmo tempo, de liberdade e preenchimento. Sem ousar transgredir, eu resistia à tentação do convite, pois era regra não escrita, mas respeitada por todos, iniciar o uso do caderno somente após a autorização dos professores.

De igual modo, também pensei recentemente em minha estranheza diante das lixeiras das salas de aula, que hoje transbordam com folhas de papel em branco. Tal realidade parece desvelar a crença dos estudantes em um ardil nas palavras, talvez porque esses entendam que elas apenas ferem, destroem e excluem. No mesmo caminho, parecem negar que a palavra pode ser tradutora de transgressões,

construções, inclusões e sonhos, quer seja na alvura do caderno ou nas folhas ásperas de papel reciclado, como fazia a catadora de palavras Carolina Maria de Jesus (2019) e, certamente, a guardiã da memória familiar aqui em destaque.

Certo é que, diferente de um caderno em branco, a memória é grávida de palavras, algumas muitas vezes bem guardadas, mas sempre à espera de serem reveladas. Elas afloram na abertura à escuta e nos conduz a interrogações e, não por poucas vezes, a retomadas e reconsiderações diante da narrativa do(a) outro(a) e do que também recordamos. É dessa forma que uma memória, que quase sempre traz dentro de si inúmeras memórias, se implica mutuamente a outras, no fluxo espiral do tempo em movimento (Bosi, 2003). Foi assim comigo, ao ter acesso às lembranças de um caderno de rascunho escondido, hoje apenas preservado nas recordações da Tia-guardiã 4.

Nascida no ano de 1954 na primeira casa erguida por nossa família no Timbó, essa tia veio ao mundo pelas de uma parteira, que fazia, à época, o parto de muitas mulheres da região. Tudo, certamente com rezas e banhos de plantas, “bem debaixo do nariz da igreja católica” tal qual fazia Benedita, personagem ficcionada por Jeovanna Vieira no livro “Virginia mordida” e, certamente, também as nossas ancestrais (Vieira, 2024, p. 9).

A casa, na qual a tia aqui em pauta nasceu, era, de acordo com ela, de taipa, com paredes de barro e teto de cobertura de palha, como a maioria das demais moradias familiares do local. Casa de tijolo à época, conforme ela me relatou, somente era possível:

[...] para poucos que tinha muito dinheiro, o que não era o caso dos meus pais (Tia-guardiã 4).

Sobre o mês de nascimento, ela disse que conforme a sua mãe sempre a lembrava, o oficial não é o real:

Fui registrada por meu pai meses depois do meu nascimento. Nasci no mês de julho, mas ele informou no cartório que foi em junho. Acho que anotou na cabeça errado, pois não estava lá no Timbó quando nasci. Ficou valendo a informação dele (Tia-guardiã 4).

Como muitas de suas irmãs, essa tia-guardiã também migrou para o centro-oeste brasileiro, mais especificamente para Brasília, após concluir o curso de magistério na cidade de Barra. Saiu para trabalhar, pois as oportunidades de emprego

para mulheres diplomadas na região eram escassas. Como ela informa

era um esforço enorme para conseguir o diploma. Quando a gente formava, ficava esperando uma oportunidade, mas os cargos só apareciam para os filhos dos políticos ou das famílias de dinheiro. Era uma humilhação só conseguir algum trabalho aqui (Tia-guardiã 4).

O apoio das irmãs em Brasília foi fundamental para ela. Quando chegou, foi morar com uma delas, que era então solteira. A ajuda da mãe chegava, mas em forma de alimentos enviados através dos viajantes que, à época, transitavam entre Barra e Brasília. A expansão da capital era intensa e muitos(as) barrenses migravam para lá em busca de trabalho. Sobre a ajuda da mãe ela informa:

Mãe enviava sempre que podia tapioca, feijão de corda, farinha, mel, saeta e sacos de peta... Vontade ela tinha, mas a dificuldade era demais. Mas do que os produtos que elas mandava, o que nos alimentava era as suas orações por nós, todas as noites (Tia-guardiã 4).

Sobre essas remessas ela informou que além dos escassos recursos da mãe,

era difícil enviar essas encomendas, pois quem viajava já ia com muita bagagem, na qual estava também encomendas de várias outras famílias (Tia-guardiã 4).

Desta forma, nem sempre era possível enviar o que a minha avó materna pretendia.

Poucos meses após a sua chegada à Brasília, essa tia-guardiã recebeu uma importante ajuda da cunhada de uma de suas irmãs, chefe de uma unidade de uma organização sem fins lucrativos. A ajuda chegou na forma de um emprego. Foi nessa instituição que ela trabalhou até a aposentadoria, embora a época não mais em Brasília, mas aqui na capital baiana. Após o casamento da irmã com quem ela morava, essa cunhada da outra irmã a ajudou também com a moradia em uma área cedida pela instituição nas quais ambas trabalhavam, nos arredores de uma das cidades satélites de Brasília. Foi lá que ela conheceu o marido e consolidou um encontro entre as raízes da minha família extensa: ela se casou com o irmão do meu pai, irmão também da minha tia paterna que a ajudou. Embora muitas décadas após esse casamento foi encerrado, os laços entre essas duas raízes da minha família extensa não foram rompidos, mas consolidados por outras alianças, entre as quais se

destacam os compadrios, comuns nas famílias extensas aqui no Brasil.

Calada e sempre disponível para todos os sobrinhos, esta tia-guardiã, embora não tenha parido, educou várias gerações de criança não somente do nosso grupo familiar. Nunca indaguei o motivo, talvez porque sempre a considerei também mãe das crianças da família, pois ela sempre esteve próxima a todos e não se negava a cuidar de nenhuma. Foi assim comigo, com minhas primas e também hoje com muitos(as) do(s) nossos(as) filhos(as), como é o caso da minha filha mais velha. Um dos primeiros nomes que ela ensaiou falar foi o apelido familiar dessa tia.

Como as irmãs, essa tia-guardiã também foi alfabetizada pela mãe. Sobre a mãe nesse processo assim disse:

Ela tinha um jeito de ensinar muito prático. Aprendi a contar, por exemplo, com sementes de feijão, sempre pertinho dela, enquanto ela cozinhava. Foi ela quem me ensinou as letras e a juntá-las em palavras (Tia-guardiã 4).

Todavia, talvez porque fosse uma das filhas mais novas, a ajuda das irmãs também aparece nesse processo:

Lá em casa tinha uma regra simples e todas nós obedecíamos: cada irmã mais velha cuidava da mais nova, de nascimento próximo a ela. [...]. Era muitas filhas para mãe dá conta sozinha... A mais velha tinha que orientar a irmã mais nova, zelar pela higiene pessoal, instruí-la para não andar errado e ajudar mãe na hora da lição. Se uma não agisse certo, ambas eram disciplinadas por mãe. Depois que a gente entrava para a escola, a reponsabilidade continuava: fiscalizamos a pontualidade, o jeito na escola e o dever de casa (Tia-guardiã 4).

Das suas recordações, após ser matriculada na escola, emerge que o pai também fazia o acompanhamento da vida escolar das filhas:

Depois que a gente entrava para a escola, pai passava a corrigir os nossos cadernos. Não era exatamente corrigir, mas olhar o capricho na letra, se as contas estavam certas... Ele não admitia erros. Borrões, não podia. Dizia que tínhamos que pensar antes de escrever. Borracha nem pensar, pois manchava o caderno. Qualquer rasura era punida. Lembro que eu tinha medo dos castigos (Tia-guardiã 4).

Atreladas às lembranças dos cadernos, essa tia denuncia outras marcas, quase todas dolorosas e aos olhos invisíveis. Marcas que ficaram nela, não pelas rasuras nos cadernos, mas pelos choros e silêncios escondidos da mãe, diante das traições do marido, conforme ela me revelou:

Pai tinha outras mulheres e sabíamos. Nenhuma de nós falava sobre isso com mãe e nem ela falava. Acho que doía mais quando faltava as coisas para nós. Como se conformar, se quase tudo o que tínhamos havia sido dado a eles pelo pai dela? (Tia-guardiã 4).

Foi a partir dessas recordações que ela revelou o objeto sob a guarda da sua memória:

Lembro que mãe, talvez porque sentisse também a dor que sentíamos dos castigos e das críticas de pai, criou um caderno, que ficava sempre escondido dos olhos dele. Ela juntava as folhas de embrulho e os sacos de papel de pão, limpava com cuidado, cortava todas no mesmo tamanho e passava ferro para ficar bem retas. Fazia isso uma a uma, com o ferro a lenha. Depois fazia a encadernação das folhas, com goma que ela preparava com tapioca. Algumas vezes, quando o caderno ficava mais volumoso, ela costurava. Tudo com um capricho só: esses cadernos tinham até capa. Com o caderno pronto, ela fazia assim: antes de escrever nas folhas da escola, escrevíamos no caderno de rascunho. Ali havia ordem, capricho e sequência, semelhante ao fazíamos no caderno escolar. Depois que escrevíamos, ela corrigia as respostas, nos orientava sobre a estética das letras e, diferente de pai, deixava a gente apagar e fazer de novo, quando era necessário. Somente depois dessa correção é que as respostas eram passadas para o caderno que pai ia ver (Tia-guardiã 4).

hooks (2013) afirma que qualquer pedagogia radical, cujo objetivo é a prática da liberdade na educação, insiste no reconhecimento de todos(as) que compõem o processo de ensino e aprendizado. Ela alerta, todavia, que não basta apenas essa insistência: é preciso transformá-la em uma prática pedagógica sem deixar de crer que o trabalho docente “não é simplesmente o de partilhar informação, mas, sim, o de participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos” (hooks, 2013, p. 25). A docência, assim, de acordo com ela, tem um aspecto que é também sagrado.

Reconhecer cada educando(a), no sentido aqui em pauta, implica em possibilitar o aprendizado a cada estudante, com estratégias muitas vezes equânimes para garantir o acesso de todos(as) ao aprendizado não somente dos conteúdos conceituais, mas dos saberes necessários à vida. Posso afirmar que é assim, quase sempre em condições adversas e, por via de regra, transgredindo, que muitos professores ensinam.

Asseguro também, diante das narrativas das minhas tias maternas, que era mediante a tal pedagogia que a minha avó materna, embora sem ser professora,

ensinava. Nesse contexto, ao considerar que o direito de estudar para além do Ensino Fundamental se tornou possível para nós, mulheres, aqui no Brasil apenas a partir da Lei Geral, de 15 de outubro de 1827 (Brasil, 1827), e que o nosso acesso ao Ensino Superior somente ocorreu em 1879, com restrições - cabia às solteiras apresentar licença de seus pais e às casadas o consentimento de seus maridos – evidencia-se o valor dessas práticas educativas não escolares.

A Tia-guardiã 4 revela que, além da mãe, somente ela e as irmãs sabiam da existência dos cadernos de rascunho secretos. Ao fazê-los emergir das suas recordações subterrâneas, ela revela o pesar de não ter guardado pelo menos um, ao assim me dizer:

Somente muitos anos mais tarde me dei conta da importância desses cadernos. Sinto que mãe estava nas letras que neles escrevemos. O que aprendi a ser veio principalmente dela. Se soubesse disso naquela época, teria guardado esses cadernos em um cofre (Tia-guardiã 4).

Hoje, ao escutá-la, reafirmo que nessas letras estavam implícitas principalmente leituras, que longe de acomodar as minhas tias, geraram a inquietude comum a todo(a) aquele(a) que não mais aceita a condição de oprimido(a) (Freire, 2005).

Não é, todavia, somente a inquietude que emerge da narrativa da tia-guardiã aqui em destaque. O aprendizado do silêncio também se faz presente para ela:

Aqui em Barra, as coisas eram difíceis para mãe. Lá no Timbó, parecia haver mais fartura de alimento. Ela nunca se queixou. Parecia que era vergonhoso falar sobre isso. Lembro que um dia uma irmã do meu pai, que tinha uma vida financeira melhor do que a nossa, nos visitou na hora do almoço. Não havíamos almoçado. Faltou o que preparar. Ela perguntou: “Vocês já comeram?” Respondemos em coro que sim. Minha mãe não nos mandou dizer nada, mas sabíamos que essa era a resposta correta. Dizer o contrário era humilhar os meus pais. Mais tarde, mãe fez um escaldado com os ovos que as galinhas botaram no dia, bem temperado, pois coentro e cebolinha não faltavam no jirau. E que escaldado! (Tia-guardiã 4).

As lágrimas dela, neste momento da narrativa, desvelaram feridas ainda hoje impressas em sua alma. Como nos machucados ocasionados pelas quedas e arranhões de brincadeiras da infância, essas feridas foram aliviadas pelos sopros da mãe, mas ainda estão lá, recobertas por silêncios, tão escondidas como os outrora cadernos de rascunhos. Como ela afirmou, ainda hoje,

o nó ainda vem a garganta quando me recordo desses acontecimentos (Tia-guardiã 4).

No mesmo caminho, diz também que na vida adulta, continuou a aguentar os reveses na vida pessoal e profissional, tal qual fazia a minha avó:

de cabeça erguida, sem chorar as mágoas com ninguém, mesmo quando essas doíam (Tia-guardiã 4).

Ao ouvir a narrativa aqui compartilhada, recordei de muitas mulheres com as quais convivi ao longo de vinte e nove anos na Educação de Jovens (EJA) em uma escola da rede pública de ensino, na qual permaneci até a minha aposentadoria. Iniciei o trabalho na instituição após ser aprovada em um concurso, porque residia no mesmo bairro dessa escola, localizado em um bairro periférico da cidade de Salvador.

Sempre acreditei que a EJA e o noturno foram uma escolha cômoda: o turno me oportunizava prosseguir no trabalho em outra instituição particular, que não era de educação, cuja remuneração era significativa para a renda da minha família. Hoje, ao refletir sobre a narrativa aqui compartilhada, percebo que não foi a comodidade o principal motivo da minha decisão e sim o reencontro com as minhas avós e muitas mulheres da minha família, na pessoa das várias mães, tias e sobrinhas que foram minhas alunas. Foram elas que direcionaram o meu percurso formativo, em um movimento que a despeito de me impulsionar a prosseguir, não me conduziu para longe delas. Em outras palavras, devo também a elas a inquietude em prosseguir os meus estudos em cursos de pós-graduação diversos, iniciados com uma especialização em Educação de Jovens e Adultos. No mesmo caminho, os(as) colaboradores(as) da minha pesquisa no mestrado foram os(as) estudantes da EJA. Nenhuma das formações, porém, nem os pedidos da minha família após nos mudarmos para um bairro distante dessa escola e nem tão pouco os convites para atuar em diferentes cargos em outras unidades públicas, me seduziram ou me convenceram a sair daquela escola ou do turno em questão.

Percebo hoje também que a minha aposentadoria não rompeu os laços que ainda me unem aos(às) educandos(as) dessa modalidade de ensino. Assim aponto porque ainda hoje eles(as) estão em meus escritos e na literatura que ora mergulho, certamente ainda movida pela mesma indignação e curiosidade que me engajou a ensinar não apenas as relações letra-som, mas a apreender as palavras significativas (Freire, 2005) que emergiam do contexto em que eles(las) se inseriam, para

alfabetizá-los. Percebi que nesse processo me tornei aprendiz de meus educandos(as) e de suas estratégias de decodificarem o mundo.

Reafirmo, a partir da pesquisa que fiz para esta tese, que foi em uma realidade semelhante à de muitos(as) desses(as) educandos(as), na qual era comum a inserção de crianças no mercado de trabalho informal e a ausência ou evasão da maioria da educação escolar, que minhas avós foram educadas. São essas crianças mais tarde, quando adolescentes ou adultas, versadas em múltiplas leituras não ensinadas pela escola, que se transformam em educandos(as) da EJA. Para elas, alcançar o êxito na educação escolar é um desafio pois, como denuncia Tomaz Tadeu da Silva (1999) em seus estudos sobre o currículo, os norteadores e diretrizes do processo de ensino e aprendizagem, que delineiam a trajetória dos(as) estudantes na escola, pouco acolhe a aqueles que não leem as palavras prescritas pelos currículos formais.

Do mesmo modo, os norteadores em pauta reforçam a perpetuação das concepções implícitas de pessoa, de educação e de sociedade ensinadas pelos currículos das escolas, produtoras da exclusão de subjetividades. Essas concepções certamente explicam a ausência da EJA em um importante norteador atual da educação brasileira: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018). Conforme eu e as professoras Teresa Leal e Carla Verônica Almeida (Almeida; Silva; Leal, 2022a, 2022b) apontamos em dois capítulos do livro “Envelhecimento e Educação: travessias de vida e formação” é este um silêncio que reforça a segregação da EJA e rechaça as conquistas adquiridas pelas lutas sociais, mesmo diante de um quadro que evidencia os(as) idosos(as) como o segmento populacional com menor escolaridade aqui no Brasil (IBGE, 2023).

Sem negar que a escola é espaço que pode possibilitar o acesso ao conhecimento privilegiado pelas sociedades letradas, aponto que, ao lado do currículo escolar, há outras formas de ensinar e ler e de escrever sobre o mundo. Elas estão na “grafia-desenho” que transforma um graveto em lápis e o barro do chão em caderno, para fazer nascer a escrita, em desenhos posteriormente descritos (Evaristo, 2020). Foi desta forma que Conceição Evaristo (2020), como muitas de nossas mais velhas, teve acesso aos primeiros sinais gráficos, em um processo que assim ocorria: “[...] de cócoras, com parte do corpo quase alisando a umidade do chão, ela desenhava um grande sol, cheio de infinitas pernas. Era um gesto solene, que acontecia sempre acompanhado pelo olhar e pela postura cúmplice das filhas [...]” (Evaristo, 2020, p. 49).

Formas de ensinar, como as vivenciadas por Evaristo (2020) não desconsideram, quando na roça, os cheiros e sons das matas nos processos de apreender o mundo. Do mesmo modo, foi assim também que Santos (2023) fez suas primeiras leituras, posteriormente transformadas por ele em “cuia de sementes” traduzidas em palavras. Embora não-escritora, foi assim também que a tia-guardiã, que guarda na lembrança os cadernos de rascunhos secretos nos quais aprendeu a apreender o mundo, fez germinar as aprendizagens, cultivadas pela minha avó materna. Hoje, as sementes desses cultivos são semeadas por ela para as gerações mais novas nos encontros da nossa família.

Evaristo (2020) descortina em suas escrituras que a pobreza quando vencida, pode resultar em aprendizagens e que o contrário dessa superação gera somente revolta, impotência e imobilidade. Ouso acrescentar que essas aprendizagens não são de uma pessoa só, mas de todo um coletivo. Foi assim com minhas ancestrais e com a tia-guardiã aqui em destaque. Seus legados, embora ainda hoje ocultos em rascunhos escondidos, mas ainda vivos nas recordações das minhas parentes, descortinam processos educativos protagonizados por mulheres essencialmente cognoscentes, que criam e transformam saberes, mediante também o conhecimento produzido por suas ancestrais. Em tais processos, vivenciados notadamente na família e em torno dela como visto aqui, a alfabetização necessária ao acesso ao código alfabético parece ocorrer concomitante às práticas sociais e abrem caminhos às suas descendentes para predizerem um outro porvir, como certamente elas traçaram no chão e em cadernos ocultos. Desvendá-los, certamente, amplia as nossas palavras, agora não mais em cadernos secretos, mas em diferentes textos que desejamos. Será assim que faremos brotar outros galhos e outras tantas árvores para legar as mulheres que nos sucederão os saberes que impulsionarão outros sonhos e escritas.

5.2.3 A receita de picuá: o atrevimento da mudança

É preciso, antes de qualquer coisa, averiguar a qualidade de tudo o que escolhido. Não economize e nem caia na tentação de selecionar o que você sabe que não presta (Prima-guardiã 1).

Essas foram as palavras que iniciaram a descrição de uma receita, durante a narrativa provocada pela questão motivadora da pesquisa realizada para esta tese. Ao analisar estes escritos, questiono-me: não seria este princípio, fielmente seguido por minha prima-guardiã ao dar vida a uma receita forjada pelas mãos de vó Bárbara, também aplicado por ela, à vida?

Residente em Brasília, ela, quando hoje retorna à Barra, traz um queijo específico, não disponível na cidade para o preparo da receita. Do mesmo modo, insiste na qualidade da tapioca, conhecida por muitos como polvilho. Graças às minhas tias, que aprenderam a extrair a tapioca na casa de farinha, mestres nessa identificação, ela tem sempre na cidade a tapioca que deseja. Do mesmo modo, ela não “abre mão” dos ovos de quintal, quase sempre fornecidos pelas galinhas criadas por uma das tias, no fundo da sua casa. Sobre a aproximação dela com a receita ela assim revela:

Aprendi a fazer observando como mãe fazia. Ela não parou para me ensinar. Aliás, como parar para explicar se a vida demandava que ela corresse o dia todo? Ela esticava o dia para dar conta, nas quarenta horas de trabalho na escola como professora, de educar a mim e aos meus irmãos, comparecer a todas as reuniões de pais, nos levar ao médico e dar conta de tudo em casa. Ao lado disso, cuidava das irmãs e dos demais membros da família que residiam distante de nós, aqui na Bahia. Ela queria resolver tudo! Mas ela também foi bastante ajudada pelas irmãs (Prima-guardiã 1).

Ela me relatou que a ocupação da mãe era tanta, que não havia tempo para abraços da mãe. Não estranho essa afirmação e nem atribuo essa ausência à falta de tempo. De fato, demonstrações ou verbalizações, de afeto ocorrem mediante o cuidar e não em afagos entre as mulheres da minha família. Foi desta forma que ela me relatou a sua aproximação com a receita de picuá, um bolinho frito de polvilho conhecido por todas as mulheres da minha família materna, da qual ela hoje é guardiã. Assim afirmo porque todos da família reconhecem a qualidade da iguaria que ela prepara. Sem competição, não discutem que o dela é o melhor.

No mês de junho, por exemplo, basta a postagem da primeira fritada da iguaria no grupo virtual da família, para todos os que estão na cidade se deslocarem para a casa de vó Bárbara onde ela geralmente está. A quantidade dos bolinhos (figura 50) parece nunca ser suficiente, como testemunhei em 2024: em uma algazarra que revela a alegria de estar juntos, todos da família pedem que ela prepare mais.

Figura 50 – Fotografia dos picuás: receita da minha avó materna alterada pela Prima-guardiã 1



Fonte: Arquivo pessoal autora

Não foi, todavia, em Barra a primeira vez que degustei os picuás por ela preparados e, sim, em uma visita à casa onde essa prima vive no Distrito Federal. Talvez porque também fosse o período da tarde do dia em questão, o cheiro e o sabor da iguaria, que se misturavam ao café recém-coado, me transportaram à copa próxima à cozinha de vó Bárbara, na qual esse bolinho era preparado e servido à nossa família, em porções que nunca saciavam a quem os provavam. Não sem razão reconheci ali um legado imaterial da minha família, sob os cuidados de uma prima-guardiã.

Sem temer perder o lugar que conquistou como mestre do legado que recriou, ela não fez segredo sobre o modo de preparar a iguaria:

São quatro xícaras de polvilho, polvilho doce; aí você vai pegar 100 a 120ml de água fervente e esquentar o polvilho. Acrescente uma colher cheia de açúcar e sal a gosto e uma xícara e meia de queijo ralado; misture bem e coloque aos poucos os ovos: sete a oito ovos no máximo. Amasse bem, enrole em forma de tubinhos ou roscas e frite em óleo de frio a morno. Não pode colocar em gordura quente. Busque a temperatura certa pois, além de estragar a massa, você pode se queimar (Prima-guardiã 1).

A pausa neste momento da narrativa foi significativa. Seu olhar e, certamente, os seus pensamentos se distanciaram, talvez por ainda sentir cicatrizes dolorosas, feitas não somente pelo óleo da fritura em uma trajetória de aprendizados, mas pelo enfrentamento às imposições e violências em seu percurso de vida, como me revelou

em sua narrativa. Mais ainda: ela buscou evitar as repetições de aceitação, mesmo na receita reproduzida ancestralmente pelas mulheres da família:

Testei, adaptei e aprendi com outros modos de fazer... queria o picuá, mas não exatamente aquele que mãe fazia. Acrescentei outros ingredientes. O picuá está lá, mas não exatamente igual, entende? O de mãe não: segue à risca a receita de vó (Prima-guardiã 1).

A transgressão ao legado das nossas ancestrais, verificada na receita, não foi a única que ela revelou: diferente da mãe, ela não se casou. Diferente da mãe, seus filhos não são do mesmo pai. Também diferente da mãe, ela retornou à casa materna para viver, na fase adulta, ao lado dos pais. Contraditoriamente tais diferenças, longe de afastá-la, parecem aproximá-la da sua genitora, presente em todos os trechos da sua narrativa:

Minha mãe sempre foi muito rígida, até mesmo em questão de meus namorados. Eu estava nas festas e ela ia atrás. Quando engravidei pela primeira vez aos vinte e sete anos, foi a pior coisa do mundo. Nossa, ela me falou coisas absurdas! Como assim, se eu não era casada? (Prima-guardiã 1).

Ela explicou que, na ocasião da primeira gravidez, era independente e que foi bem acolhida na instituição onde trabalhava. Financeiramente, não havia problemas. Sobre a posição do seu pai que à época vivia na casa da família, assim relatou:

Meu pai era mais tranquilo. Não me disse nada (Prima-guardiã 1).

Esclareceu também que a revolta da mãe foi breve:

a zanga de mãe durou pouco. Em pouco tempo ela, que já estava aposentada, me ajudou a preparar tudo para o nascimento do meu filho e me ajudou a cuidar dele. Ela me ajudou demais. Se ela esqueceu que eu não tinha marido, não sei (Prima-guardiã 1).

Na narrativa ela aponta reflexos dos cuidados de sua mãe em sua relação com o seu primogênito:

Meu primeiro filho considera a avó mais mãe dele do que eu. Ele me trata como trata qualquer colega dele. Ele me chama de mãe, mas o respeito de mãe é por ela. Com o meu segundo filho é diferente (Prima-guardiã 1).

Ela revelou que a segunda gravidez foi mais tranquila para a mãe, mas difícil para ela:

Após dois anos de convivência, engravidei. O relacionamento foi complicado. Ele vinha de uma família onde a mulher serve e eu não tenho esse propósito. Eu estudei e venho de uma família onde as mulheres não são assim (Prima-guardiã 1).

Firme, decidida e destemida, minha prima-guardiã revelou uma trajetória na qual a violência contra o seu corpo não se fez ausente:

A violência entrou na relação com o pai do meu segundo filho. Aguentei o quanto pude as humilhações. Um dia não quis mais. Larguei, por assim dizer, alguém que se intitulava, mas não era na vida, o meu companheiro (Prima-guardiã 1).

Diferente da nossa avó, mas igual à sua mãe, ela se liberou, de um compromisso não mais desejado. Como relatou:

Meu pai traiu minha mãe diversas vezes, mas ela sofreu ao se separar, pois até seu ritual de comungar na igreja foi afetado. Ela passou algum tempo sem comungar (Prima-guardiã 1).

É válido explicar que a mãe dessa prima é católica e sempre participou ativamente das atividades da sua paróquia. Daí o sofrimento aqui destacado.

A prima-guardiã apontou-me que a sensação de não mais experienciar uma convivência que se tornou indesejável é incomparável. Assim disse:

Voltei a viver, a respirar de fato. Libertei-me de uma relação que não era nem de longe um casamento. Pus o ponto final e voltei para a casa da minha mãe, onde estou até hoje, mas não foi muito fácil (Prima-guardiã 1).

No desenrolar da narrativa seu filho caçula, que brincava com outras crianças, reclamou atenção. Enquanto ela servia o lanche por ele solicitado, observei a agilidade do seu corpo, ao transitar velozmente entre a sala e a cozinha, em um movimento que parecia ensaiado, tal qual fazia a nossa avó. Ela então compartilhou:

Apreendi com este filho a ser mais forte. Foi longo o caminho até chegar ao diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade que hoje percebo também em mim. Psicólogos, psiquiatras e fonoaudiólogos... sofri, mas aprendi a procurar e receber ajuda. Ele é uma criança inteligente e perspicaz que se desenvolve e me

surpreende a cada dia. Tem também o jeito atrevido que eu tinha com a minha mãe (Prima-guardiã 1).

Talvez pelos cuidados por ele requeridos e pela atenção da nossa avó às crianças, a lembrança desta nossa ancestral emergiu com mais força na narrativa da minha prima-guardiã ao falar sobre o filho. Ela contou que, embora pequena, recorda da nossa avó preparando os picuás e muitas outras receitas para uma mesa sempre repleta de nossos familiares. Como disse que nunca esquece um tempero, lembra com detalhes o sabor dos pratos preparados por vó. O seu relato, todavia, evidencia que não somente desses sabores ela recorda:

Lembro daquele jeitinho de vó. Eu sempre tive uma coisa com aquela questão de pedir a bênção, que é obrigatória em nossa família. Eu sempre esquecia esse costume. O dia que eu esquecia, meu avô não falava comigo. Ele não olhava nem na minha cara. Na verdade, ele sempre teve um chamego maior pela minha irmã, que é mais clarinha. Minha avó, não. Vó era diferente. Eu gostava de ficar ao lado dela, pois ela transmitia paz. Ela era o tipo da pessoa que tratava a gente com carinho. [...] o dia que ela via minha mãe me tratando com ignorância, ela ia conversar comigo, com aquele vestidinho dela e aquele cabelo que não tinha um fio de cabelo branco. Ela era também muito decidida. Minha mãe também é assim. Outra semelhança que eu via entre elas é que minha mãe, como minha vó, é muito sofrida. Eu via sofrimento no olhar de vó, embora perto da gente ela não deixasse transparecer. Você pode reparar que a minha avó sempre foi muito forte. Ela não deixava ninguém tratar a gente mal. Ela não aceitava que meu avô falasse algo ríspido para a gente. Quando o meu avô olhava de cara feia para mim, ela não aceitava (Prima-guardiã 1).

Ela relatou também que a sua mãe lhe falou muito sobre a avó, principalmente sobre a educação que dela recebeu:

Minha mãe me contou que quem a ensinou e a ler e a escrever foi vó e que ela era analfabeta. Recordo que quando ouvi isso pensei: “como alguém que é analfabeto consegue ensinar o outro a ler e a escrever?” Nunca entendi como (Prima-guardiã 1).

Faço aqui um aparte: vó Bárbara, apesar de não ter frequentado a escola, lia e escrevia. As narrativas das filhas-guardiãs ratificam essa informação. Daí porque conseguiu ensinar as filhas a ler, a escrever e certamente, como revela a prima-guardiã aqui em pauta, também a transgredir. Não era assim quando ela não aceitava a forma ríspida e a “cara feia” do meu avô? Contrariando, certamente, o que aprendeu com a mãe dela, foi assim que ela plantou os frutos de liberdade que as gerações

posteriores da família colheram. É assim também que reconfiguramos o que recebemos como legado, sem deixar de reconhecer o que fica de nossas ancestrais em nós, como aponta a minha prima, guardiã da receita do picuá da nossa família:

Tenho muito em mim da garra e da determinação da minha mãe. Tenho também o jeito explosivo dela, que às vezes é até ignorante. Não levo desaforo para casa. Tenho outra coisa que minha mãe também tem: comigo não tem tempo ruim: se alguém precisa, pode contar comigo, mas não aceito que pise em meu calo ou que tente me humilhar. Só faz isso comigo uma vez. Conscientemente, busco também ser tão boa profissional como ela como foi. Espelhei-me também na lição de vida dela, que é muito bonita: ela trabalhava pela manhã e à tarde; a noite estudava em uma época no Distrito Federal na qual estudar era muito difícil. Aprendi com ela que se queria liberdade, deveria estudar (Prima-guardiã 1).

Como a mãe, essa prima-guardiã estudou. Como a mãe, ela é professora. Também, como a mãe, prestou concurso para o magistério e hoje atua como docente. A gratidão pela mãe é aí por ela verbalizada:

se hoje sou funcionária pública, devo a ela. A primeira vez que prestei concurso, passei. Com os recursos, fiquei na lista de espera. Me revoltei, mas ela me animou a tentar novamente. Passei então para três cargos diferentes. Pude escolher! (Prima-guardiã 1).

Há estratégias de resistência vivas que não aprendemos na escola. É assim, certamente, com a prima-guardiã em foco aqui. O pensamento linear instaurado pela colonialidade (Santos, 2023) aqui no Brasil bloqueou a nossa visão para não as percebermos, pois se assim fizéssemos, enxergaríamos também a violência estrutural que aqui se instaurou a partir da chegada daqueles que se apropriaram das terras pertencentes aos nossos ancestrais nativos e posteriormente com a violência contra os nossos que chegaram a esta terra na condição de escravizados. Tal pensamento, como viseiras que conduz o olhar para apenas um caminho, nos impede de olhar para o horizonte maior, de contextos, relações e resistências múltiplas que aqui se desenharam. É assim que ainda hoje, a despeito de ditames legais como é o caso das leis 10.639/2003 (Brasil, 2003) e da 11.645/2008 (Brasil, 2008), pouco sabemos sobre os saberes e os fazeres dos povos originários e dos nossos ancestrais africanos. Este horizonte, que tem por alimento cosmovisões que não estão encerradas em um passado longínquo, fazem florescer inquietudes e insurgências, está certamente entre as nossas heranças. Por assim se constituir, merece ser desvendado e estudado.

Ouso apontar que a perspectiva aqui em evidência se distancia de um fluxo linear e se aproxima de um movimento em espiral, no qual as transformações, inclusive dos nossos pensamentos, são abertas à impermanências e abraça às nossas referências pretéritas e futuras, sem negar o que somos. Neste caminho, mediante um processo que possibilita a cada uma de nós nos fortalece. Nossas insurgências brotam, como sementes, deste processo e nos permitem, quando necessário, aproximações, distanciamentos e mudanças também no legado que recebemos. É assim que nos constituímos, como afirma Renata Tupinambá (2016), em sementes dos sonhos de nossos avós. Tais sementes, certamente, plantadas e regadas por nossas ancestrais, florescem hoje na prima-guardiã aqui em pauta e a ensina a transgredir.

Ao relembrar o revolucionário pensamento de bell hooks no livro “Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade” (2013), reafirmo que são essas sementes que nos instigam à inquietude também em nossos estudos, como ocorreu com essa escritora, hoje inspiração para muitas de nós. No esforço de aprender para ensinar, ela não se furtou em contextualizar os seus estudos também na estrutura de várias gerações. Ao lado disso, contrariou valores ensinados e entrou em zonas de perigo, inclusive em sua família, ao não se curvar à obediência esperada e a enfrentar o fato de que a ânsia de aprender das mulheres era comumente considerada como uma ameaça. Foi assim que ela fortaleceu uma “pedagogia revolucionária de resistência” (hooks, 2013, p.11), notadamente e profundamente anticolonial, traçada aqui no Brasil por educadores como Freire ((1979, 1992, 1997, 2000; 2005), de cujas teorias ela se aproximou.

O relato da minha prima-guardiã e o que apreendi sobre as minhas avós, evidenciam que elas, mediante uma pedagogia traduzida em atos contra-hegemônicos, não formulados em termos teóricos ou anunciados nas ruas em bandeiras, não se furtaram ao perigo para plantarem em nós as sementes das insurgências necessárias às escolhas que hoje fazemos. Em outras palavras, devemos a elas as chaves que estão em nossas mãos para abrir as portas de várias instâncias e instituições sociais, que ainda insistem em nos aprisionar. Cabe-nos o atrevimento para olhar, apreender e fazer uso dessas chaves, como fez a prima-guardiã, no relato aqui em análise.

6 COMEÇO, MEIO E COMEÇO: CONSIDERAÇÕES SEM FINAL

A afirmação valiosa do líder quilombola de São João do Piauí, Antônio Bispo dos Santos, conhecido como Nêgo Bispo, que deixou esse plano aos 63 anos de idade, quando eu escrevia esta tese, traduz muito bem como eu, pessoa de raízes afropindorâmicas, não somente percebo hoje a minha relação com a ancestralidade, mas o processo no qual me inseri para a pesquisa que aqui apresento. Não sem razão, tomo esses termos como as primeiras palavras do título deste texto, que ganha forma através da minha escrita: experiencio, realmente, neste momento, não o sentimento de finalização de um percurso, mas de constatação de que sou parte de uma circularidade na qual “a geração avó é o começo, a geração mãe é o meio e a geração neta é o começo de novo” (Santos, 2023, p. 102). Assim, com a consciência plena da minha ancestralidade e do reconhecimento de que não percorri o caminho para esta tese sozinha, retorno ao rio para prosseguir nos registros.

Como certamente se evidenciou nos capítulos desta tese, desde pequena, o Rio São Francisco e o Rio Grande sempre me inspiraram admiração, respeito e reverência. Suas águas largas, profundas e misteriosas que na cidade onde nasci ainda hoje confluem, guardavam interdições para aventuras que incluíam proibições para as crianças de atravessá-los à nado. Como confessei anos depois aos meus pais, transgredi algumas vezes essa proibição e me lancei a essas águas, junto a outras crianças, animada pela emoção que a minha imaginação entendia. Recordo que nas ocasiões dessas aventuras, ao aflorar a consciência do meu corpo pequeno diante da imensidão do rio, o medo parecia se confundir com a coragem, para acelerar o meu coração, na ponte interna onde se localizava o receio do invisível e a emoção da conquista. Nessa travessia, de correntezas sempre incertas, o silêncio submerso das águas parecia calar a algazarra da criançada, para possibilitar uma conversa secreta entre mim e os rios.

Durante a pesquisa, segui em um movimento que ora exigiu força, fôlego e coragem para não me deixar submergir, e ora demandou em contemplação e reflexão, não foi fácil. Semelhante ao que vivenciei no rio, cada braçada e palavra escrita exigiu esforço e entrega, que demandaram conciliar a vida cotidiana com a escrita e enfrentar as correntezas que teimaram em me arrastar para longe do estudo. Era assim, por

exemplo, que ocorria nos momentos de muitas demandas do trabalho. Felizmente consegui, dia a dia, ressurgir, para cada momento de estudo. No movimento, tal qual na travessia das águas, o temor também se fez presente em muitos momentos, principalmente quando me interroguei sobre a dimensão do objeto pesquisado e responsabilidade diante do que seria revelado.

O medo, todavia, não foi o senhor do meu percurso e me permiti navegar na memória de uma coletividade, que se revelou também minha. É assim que chego hoje, sob a força desta memória, a este momento e percebo que não sou o que era antes de partir para a pesquisa. De igual modo, compreendo que a pesquisa que realizei não nasceu apenas do meu esforço, mas também da força invisível de tantas vozes ancestrais que me antecederam. Com memórias firmes, elas me guiaram e sustentaram o curso da minha travessia. É assim que a ancestralidade me lembra que, nem na pesquisa e tão pouco na vida, caminho sozinha: como no tempo que parece ditar o fluxo do rio, percebi que sou continuidade, em uma correnteza que se prolonga entre gerações, parte portanto, de um fluxo maior que segue sempre, sem linearidade.

Como já relatado, apesar de apenas seis narrativas terem sido selecionadas para fundamentar os núcleos de sentidos que deram corpo aos textos finais desta tese, quinze parentes-guardiãs e um guardião, todos da minha família extensa, se constituíram em interlocutores deste estudo. As contribuições indiretas, todavia, que incluíram a partilha de fotos, documentos e informações abrangeram um número bem maior. Todos – tios(as), netos(as) e sobrinhos(as) das minhas avós – que foram consultados ou que espontaneamente me procuraram ao tomar conhecimento da pesquisa, ofereceram colaborações valiosas. Essas contribuições não apenas enriqueceram a compreensão sobre o cotidiano e a educação das mulheres da minha família, mas também possibilitaram reflexões mais amplas acerca da vida social e da gestão de grupos familiares no território do Velho Chico.

Também como já informado, a pesquisa ocorreu principalmente nas casas onde viveram as minhas avós, matriarcas do grupo familiar. Esses espaços, centrais para a minha família extensa, guardam objetos relacionados a memórias do grupo e fomentam reencontros, principalmente no mês de junho, que parecem renovar pertencimentos e afetos entre gerações, a despeito da dispersão da maioria, para diferentes partes do Brasil. Tais residências, localizadas no município de Barra-BA, são, ainda hoje, reconhecidas como o teto e o lugar de referência e pertencimento

para todo o meu grupo familiar. É para essas residências que a minha família extensa retorna, principalmente durante as festas juninas. Não sem razão, a coleta das narrativas, a observação e o contato direto com os diferentes membros da família, ocorreram principalmente no mês de junho.

Os resultados revelaram que as histórias culturais das famílias podem se perpetuar nos gestos cotidianos e nos objetos domésticos que evocam a presença das ancestrais. É este o caso do jirau e do pilão, aos quais se somam os diferentes objetos apresentados pelos guardiões que participaram da pesquisa. A partir destas primeiras considerações, destaco algumas descobertas: esses artefatos, guardados por guardiões e guardiãs que se responsabilizam ou são responsabilizados(as) por eles não pertencem apenas a quem os preservam, mas a todo o grupo familiar. É através das narrativas, associadas a esses objetos, que o modo de ser e conviver da família em tempos pretéritos, por exemplo, são compartilhados entre as gerações. É nesse entrelaçar de memórias e vozes que essas heranças resistem, recusando-se a esvair-se na ampulheta do tempo.

À luz dos estudos desta tese, posso afirmar que um objeto herdado ou apropriado, quando preservado por um(a) guardião(ã), transfigura-se em objeto ancestral da família, pois esse guarda não somente a história de uma pessoa, mas de um grupo familiar. Isso porque em tal objeto parece repousar as marcas do tempo e das mãos que o tocou, e é por meio dele que os antepassados se fazem presentes, convocados nas histórias que o acompanha e que são transmitidas de geração em geração. Neste contexto, quem o guarda não é apenas zelador(a) de lembranças pessoais, mas guardião(ã) da memória coletiva familiar, tecendo a continuidade de uma linhagem que resiste ao esquecimento.

A pesquisa revelou também que apesar do acesso à educação formal para as mulheres aqui no Brasil ocorrer de forma tardia, elas sempre verbalizavam que a escola abre caminhos, principalmente para as mulheres. Na situação específica das ancestrais das mulheres que colaboram com suas narrativas para esta tese, evidencia-se que essas relacionavam a educação formal a uma possibilidade de fomento à mobilidade socioeconômica intergeracional ascendente. Tal percepção parece avançar em direção a um empoderamento desejado por elas, como um processo que as direcionam à autonomia econômica e liberdade almejadas. De igual forma, também evidenciou que apesar do pensamento patriarcal ter historicamente atribuído à mulher o lugar de dona de casa, subordinada ao homem, as narrativas e

diálogos teóricos demonstram que as mulheres sempre protagonizaram ações significativas para o sustento familiar, em contextos conjugais. Isso porque, no território em questão, as mulheres historicamente se evidenciaram como provedoras a partir de atividades diversas, como na fabricação de doces, de quitutes, de bordados, no plantio em pequenas roças ou na fabricação de produtos a partir do que plantavam e colhiam, a exemplo da farinha e da tapioca. Essas práticas, para além de expressarem saberes tradicionais e modos de vida transmitidos entre gerações, constituíam muitas vezes como a principal fonte de renda das famílias, e asseguravam não apenas a sobrevivência material, mas um processo de transmissão intergeracional de práticas hoje denominadas de empreendedorismo. Por esta razão, confirma-se que essas, a despeito de não se identificarem ou serem identificadas como chefes de famílias, são gestoras de família, aqui consideradas como as mulheres que não somente são provedoras de recursos materiais, mas organizadoras do cotidiano que garante a vida em família.

Foi verificado ainda que a transmissão de saberes relacionados à gestão familiar ainda hoje ocorre, mediante repasses às descendentes de saberes aprendidos pelas mais velhas. Tais conhecimentos incluíam, no grupo pesquisado, não apenas a fabricação de produtos, mas também as estratégias de comercialização que garantiam a sua inserção no mercado local. Um exemplo significativo encontra-se nas narrativas sobre as balas de café, em que tanto o processo de produção quanto as formas de venda foram cuidadosamente transmitidos entre gerações, reforçando a presença das mulheres na economia doméstica.

A realidade constatada no território no qual a pesquisa foi realizada guarda relação com dados de pesquisas governamentais, que identificaram, em tempos atuais, uma pessoa do sexo feminino como responsável pelo grupo familiar em 49,1% dos lares brasileiros (Brasil, 2024). No entanto, a despeito do crescimento nos percentuais que reconhecem essa responsabilidade, verifica-se, a partir das informações coletadas para esta tese, que a posição da mulher na chefia ou gestão da família ainda é silenciada em estruturas familiares tradicionais, nas quais a chefia é majoritariamente atribuída ao homem, ainda hoje. Assim, mesmo figurando como responsáveis em muito lares, as mulheres permanecem em minoria no reconhecimento formal dessa função, quando inseridas em organizações familiares conjugais.

Quanto aos sentidos e significados atribuídos pelas mulheres ao papel de suas

ancestrais na gestão da família, observa-se nas narrativas que as múltiplas pedagogias possibilitadas, tanto pela escola quanto pela vida que se desenrolava dentro e no entorno das casas do narrador e das narradoras, têm reflexos, principalmente no modo ser das guardiãs, nos grupos familiares nos quais hoje elas se inserem. Tais narrativas, nas quais se evidenciaram práticas educativas, que institucionalizavam por um lado, a conformação, a exclusão e até mesmo a violência — nem sempre simbólica — como comuns, possibilitavam, por outro lado, o acesso a saberes e práticas sociais que ainda carecem de estudos mais aprofundados.

No contexto investigado foi possível observar que os legados transmitidos entre as gerações, apresentam repercussões significativas na gestão da família, sobretudo nos sentidos e significados que cada mulher atribui ao seu próprio lugar nesse processo. Como uma evidência destas alterações pode ser citada a mudança na estrutura dos núcleos familiares, verificada, entre outros, nos divórcios das guardiãs, que implicaram em novos arranjos nos grupos familiares por elas constituídos. Tais alterações parecem guardar relação com as mudanças operadas nas sociedades ocidentais contemporâneas, notadamente a partir do final da década de 1960, que visibilizaram não somente retratos de famílias em mudança (Pierron, 2010; Roudinesco, 2003), mas mudanças nas relações operadas entre os membros dessa instância social (Kehl, 2013). No mesmo caminho, essas mudanças parecem também ter relação com as insubmissões (Evaristo, 2016) no modo de ser das ancestrais retratadas nesta pesquisa. Tal modo de ser, no qual a esperança (Freire, 1992) não se traduziu em espera, mas em ações para possibilitar às suas descendentes uma realidade na qual a autonomia, a liberdade e a ausência de violência fossem os verbetes de ordem, se distanciava do feminismo hegemônico e se aproximava mais do modo de ser e resistir das mulheres, descrito em textos como o de Lélia Gonzalez (2020) e Oyèrónké Oyěwùmí (2016; 2021).

Os resultados apontaram ainda que as alterações e permanências na gestão familiar são implicadas pela educação formal e familiar das mulheres, assim como por transmissões entre as gerações que ainda hoje ocorrem, em rodas de conversa, dentro das casas de famílias, no entorno dessas residências e nos espaços de trabalho. Nessas transmissões se evidenciaram, entre outros, ações das avós matriarcas para possibilitar às filhas uma realidade diferente da vivenciada por elas no casamento, manifestada principalmente no direcionamento das descendentes para a educação formal.

Finalmente e não menos importante, em atenção à questão que norteou a investigação, é possível afirmar, em síntese, que a gestão familiar contemporânea evidencia mudanças profundas, rupturas significativas e, também, permanências históricas. Entre as mudanças, observa-se a passagem de uma estrutura familiar fortemente marcada pela ideia de centralidade do homem provedor, para estruturas nas quais as mulheres passam a ser percebidas neste lugar, historicamente ocupado por elas, mas sem o necessário reconhecimento. Tal percepção, caminha, lado a lado, com a crescente participação feminina no mercado de trabalho e em estruturas familiares mais diversas, que incluem hoje, no grupo pesquisado, também famílias monoparentais cuja mulher é única provedora. As rupturas tornam-se visíveis na dissolução dos casamentos, inexistente para as ancestrais, na maior autonomia das mulheres sobre a maternidade e a vida conjugal, na desconstrução, ainda que parcial, do modelo patriarcal rígido, que organizava a vida familiar, e no olhar e denúncia dos homens, para a violência verificada na família.

Observa-se também, algumas permanências, nem sempre positivas: a sobrecarga das mulheres na conciliação entre trabalho remunerado e responsabilidades domésticas, a persistência de papéis de gênero que associam a maternidade ao cuidado e a provisão financeira, bem como desigualdades estruturais que limitam a plena equidade. Ainda nesse cenário, verificou-se como permanência a transmissão dos legados familiares principalmente pelas mulheres, via narrativas e a guarda de objetos, denominados nesta tese de objetos ancestrais da família. Em tais narrativas, evidencia-se que os princípios de empreendedorismo, moldados ancestralmente pelas mulheres no grupo pesquisado, também são transmitidos. Desta forma, constatou-se que a gestão familiar atual continua a refletir heranças do passado, evidenciando tanto avanços quanto resistências na reconfiguração da gestão do grupo por mulheres.

Por fim, certamente porque a pesquisa, a análise e a escrita para esta tese foram-me dadas como águas que nunca cessam de correr, lembrei, no instante em que registrei estas palavras, as sensações que experienciava nas pausas que se seguiam à travessia, à nado, nos rios: como naqueles momentos, o tempo, que não se apresentava em linha reta nem em simples sucessão de instantes, escorre agora entre as margens da vida e reclama um breve repouso, aqui nessas considerações, escritas sem a pretensão de uma conclusão.

Assim, após estas constatações, cujo ponto final insiste em não se fazer

presente, permito-me descansar brevemente o corpo, tal qual fazia após a travessia nos rios, nas quais desfrutava o direito de flutuar, às margens, para também planejar outras navegações, que a minha imaginação insistia em desenhar. Desta forma, na quietude prevista, considerando o que sou e que eu desejo expressar, percebo que novas rotas serão traçadas, em direção às memórias evocadas através de objetos ancestrais de famílias e das narrativas de mulheres, que lavam roupa e esvisceram dores, à beira do rio. A ancestralidade na qual me inscrevo me convoca, com voz sussurrada, a seguir adiante, em um movimento de “começo, meio e começo” (Santos, 2023), nas decifrações dos contextos nos quais resido ou transito e dos legados que me habitam, para não somente compartilhar e legar o que aprendi, mas transformar cada descoberta em mais um caminho para nós.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, Crescimento e Modernização Autoritária: 1930-1945. *In*: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A Ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AGRONEWS. Melão de São Caetano – Saiba tudo sobre e como usá-lo. **Vida Rural MT**, 15 de agosto de 2022. Disponível em <https://vidaruralmt.com.br/Publicacao.aspx?id=329489>. Acesso em 01 dez 2023.
- AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELLA, Sergio. Núcleos de Significação como instrumentos para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia, Ciência e Profissão*. 26 (2), p. 222-245, 2006.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. FRAGA FILHO, Walter. Família, terreiros e irmandades. *In*: ALBUQUERQUE, Wlamyra R. FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-ocidentais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALMEIDA, Carla Verônica Albuquerque; SILVA, Diana Leia Alencar da; LEAL, Teresa Cristina Merhy. Entre silêncio e resiliências: um olhar sobre a Educação de Jovens e Adultos. *In*: ABREU, Elmar Silva de; LEAL, Teresa Cristina Merhy; REIS, Wanderlene Cardozo Ferreira. **Envelhecimento & Educação: travessias de vida e formação**. CRV: Curitiba, 2022b.
- ALMEIDA, Carla Verônica Albuquerque; SILVA, Diana Leia Alencar da; LEAL, Teresa Cristina Merhy. História de vida e travessias de uma mulher negra: da infância à universidade. *In*: ABREU, Elmar Silva de; LEAL, Teresa Cristina Merhy; REIS, Wanderlene Cardozo Ferreira. **Envelhecimento & Educação: travessias de vida e formação**. CRV: Curitiba, 2022a.
- ALMEIDA, Carla Verônica Albuquerque; SILVA, Diana Leia Alencar da; RABINOVICH, Elaine Pedreira (org.). **Religião e religiosidade: o *relegere* e o *religare* em família**. Curitiba: Appris, 2024.
- AMARAL, Sharyse Piroupo do. **História do negro no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2010.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/6b3e3a1b-3bd2-40f7-b280-7419c8eb3b39>. Acesso em 20 mai.2024.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364. Disponível em <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0>. Acesso em 20 mai.2025.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 229, 2000. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 3 ago. 2025.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(3): 320, setembro-dezembro/2005.

ANZALDÚA, Gloria. Como domar uma língua selvagem. In: **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa**, no 39, p. 297-309, 2009.

APARECIDA, Luciany. **Mata Doce**. 1ª edição. São Paulo: Alfabeta; 2023.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ASSARÉ, Patativa. **Antologia poética**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

ATHAYDE, Félix Augusto de. Sertão. In: O poema-processo de Félix Augusto de Athayde. **Jornal GGN**. Publicado em 20 de junho de 2015. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/literatura/o-poema-processo-de-felix-augusto-atayde/>. Acesso em 20 nov.2023.

AUGÉ, Marc. Un ethnologue dans le métro. Paris. Hachette. 1987 (traducido al castellano de Alberto Bixio. **El viajero subterráneo. Un etnólogo en el metro**. Col. El Mamífero Parlante. Serie Menor. 2ª ed. Barcelona: Editorial Gedisa S.A, 1998.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994.

BÂ, Hampaté Amadou. **A tradição viva**. In KI-ZERBO, Joseph (editor). História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010.

BA-BHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2013.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BADINTER, Elisabeth. **Um é ou outro**: relações entre homens e mulheres. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

BAGGIO, Luíza. O Velho Chico está sendo soterrado. **Revista do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**. CBHSF, Nº 06, DEZ 2019, 22-26.

BAHIA. **Lei nº 10.705 de 14 de novembro de 2007**. Institui o Plano Plurianual da Administração Pública Estadual para o período de 2008-2011, e dá outras

providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-10705-2007-bahia-autoriza-a-abertura-de-credito-especial-na-forma-que-indica-e-da-outras-providencias>. Acesso em 05 mai.2023.

BAHIA. **Lei nº 13.468 de 29 de dezembro de 2015**. Institui o Plano Plurianual Participativo - PPA do Estado da Bahia para o quadriênio 2016-2019. Disponível em <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-13468-2015-bahia-institui-o-plano-plurianual-participativo-ppa-do-estado-da-bahia-para-o-quadrienio-20162019>. Acesso em 05 mai.2023.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução feita a partir do francês por Maria Emsantina Galvão G. Pereira revisão da tradução Marina Appenzellerl. São Paulo Martins Fontes, 1997.

BANDEIRA, Lourdes M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 449-469, maio/ago. 2014. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269922014000200008&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em 02.jan.2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, Ana Cecília de Sousa [et al]. **Famílias no Brasil**: Recurso para a Pessoa e Sociedade. Curitiba: Juruá, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida** Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2021

BENTO, Cida. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERND, Zilá. Em busca dos rastros perdidos da memória ancestral: um estudo de Um defeito de cor, de Ana Maria Gonçalves. **Revista Estudos de literatura brasileira contemporânea**, n.40, jul./dez. 2012, p. 29-42. Disponível em <https://www.scielo.br/j/elbc/a/Xqvk9XKyGR8dwNHPM8M5rHr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 nov.2022.

BONNOT, Thierry. Itinerário biográfico de uma garrafa de sidra. In: CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte; RUOSO, Carolina (org.). **Museus e patrimônio**: experiências e devires. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2015.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembranças dos velhos . São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **A casa e outros poemas**. São Paulo: Editora Com-Arte, 2018.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: Ensaio de Psicologia. São Paulo, SP: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Trad. Reynaldo Bayrão. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da ciência**. Trad. Pedro Elói Duarte. São Paulo: Edições 70, 2017.

BRANDÃO, Ana Paula (org.) **Saberes e fazeres**: modos de interagir. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL, **Lei de 15 de outubro de 1827**. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1827, Página 71 Vol. 1 pt. I. Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html . Acesso em 12 set.2023.

BRASIL. **Lei no 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Chancellaria do Império, 20 de Setembro de 1850. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03///LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em 01 fev.2024.

BRASIL. **Decreto n.9.963 de 26 de dezembro de 1912**. Autoriza a inovação do contrato para o serviço de navegação do rio São Francisco. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9963-26-dezembro-1912-528204-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 10 jun.2023.

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1º de Janeiro de 1916 (Vigência revogada pela Lei nº 10.406, de 2002). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em: 01 mar.2024.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934**. DF: Senado Federal, 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em 18 set.2023.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 15 de novembro de 1937**. DF: Senado Federal, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm . Acesso em 18 set.2023.

BRASIL, **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Coleção de Leis do Brasil - 1961, Página 51 Vol. 7. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 15 set.2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 72, de 21 de novembro de 1966**. Unifica os Institutos de Aposentadoria e Pensões e cria o Instituto Nacional de Previdência Social. Diário Oficial da União - Seção 1 - 22/11/1966. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-72-21-novembro-1966-375919-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 01 set.2025.

BRASIL, **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília, 13 de dezembro de 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em 20. Mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1977**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. D.O.U de 09/01/1997, pág. nº 470.

BRASIL. **Lei n. 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm Acesso em: 27 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 27 dez 2024.

BRASIL. **Lei n.º 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso 10. mar.2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Agência gov. de notícias. **Mulheres são responsáveis por chefiar quase a metade dos lares brasileiros**. Brasil: Agência gov. de notícias, 2024. Disponível em <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202410/censo-2022-em-12-anos-proporcao-de-mulheres-responsaveis-por-domicilios-avanca-e-se-equipara-a-de-homens>. Acesso em 03 set.2025.

BRILHANTE, Aline Veras; MOREIRA, Claudio. Formas, fôrmas e fragmentos: uma exploração performática e autoetnográfica das lacunas, quebras e rachaduras na produção de conhecimento acadêmico. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. 20 (59) • Oct-Dec 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/icse/a/8S9dbpbvbtbgrn34bZFnKZSF/abstract/?lang=pt#>: Acesso em 01 mai. 2022.

BRITO, Raquel Cardoso; KOLLER, Silvia Helena Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. *In*: CARVALHO, Alysson Massote (Org.) **O mundo social da criança: natureza e cultura em ação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.

CAIXETA, Juliana Eugênia. **Guardiãs da memória: tecendo significações de si, suas fotografias e seus objetos**. (Tese). Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. Universidade de Brasília, 2006. 224p.

CAMARA MUNICIPAL DE BARRA. **História do município da Barra** [sd.], Câmara Municipal de Barra. Disponível em <https://cmbarra.ba.gov.br/historia-do-municipio/>. Acesso em 01 nov.2023.

CAMPOS, Mayã Polo de; SILVA, Joseli Maria; SILVA, Edson Armando. Teu corpo é o espaço mais teu possível: Construindo a análise do corpo como espaço geográfico. **ANPEGE [online]**. v. 16, n.31, p.101-114, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/10750> . Acesso em 01 fev.2024.

CARDOSO, Lorena Marcia Nascimento. **A descoberta do método no percurso**. *In*: RABINOVICH, Elaine Pedreira; BASTOS, Ana Cecília; CARDOSO, Lorena Marcia Nascimento. **Raízes da família extensa no Brasil** (re)conexões colaborativas. Coleção Família, (Auto)Etnografia e Poética (vol. 2). Curitiba: CVR, 2020.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini. Gerhardt Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

CASTRO, Júlia Fonseca de. Geografia e literatura: da aproximação ao diálogo. *In*: SUZUKI, Júlio César; LIMA, Angelita Pereira de; CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Geografia, Literatura e Arte: epistemologia crítica e interlocuções** [livro eletrônico]. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2016.

CASTRO, Mary Garcia .Gênero e poder: leituras transculturais - quando o sertão é mar, mas o olhar estranha, encalha em recife. Dossiê: Feminismo em Questão, Questões do Feminismo ,**Cad. Pagu** (16), 2001.

CHANG, Heewon. **Autoethnography as method**. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2008.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. **Direito a Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania**. São Paulo: Departamento do

Patrimônio Histórico, 1992. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000842430>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa**: experiência e história em pesquisa qualitativa. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEI/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

COELHO, Leila Machado; BAPTISTA, Marisa. A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público **Rev. psicol. polít.** vol.9 no.17 São Paulo jun. 2009; Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000100006. Acesso em 28 dez.2024.

COELHO, Ricardo; BARROS, Delane; SANTANA, André. É hora de virar carranca! **Revista do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**. CBHSF, Nº 04, mai. 2014, 14-16.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31, Número 1 Janeiro/Abril, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=html&lang=pt> Acesso em 01 set. 2025.

COLLINS, Patrícia Hill . **Pensamento Feminista Negro**. Tradução de Jamile Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. Tradução de Bruna Barros e Jess Oliveira. São Paulo: Boitempo, 2022

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO (CBHSF). **Os Povos do Velho Chico**: cartilha. CBHSF, junho de 2023. Disponível em: https://issuu.com/cbhsaofrancisco/docs/cartilha_povos_tradicionais Acesso em 02 jan.2024.

CORDEIRO, Hildália Fernandes Cunha. A epistemologia narrada nas águas de Logum Edé: Literatura Abèbè - um relicário de sal e cura. (entrevista). **Revista Publiquei online**, julho, 2020. Disponível em: <http://www.publiqueionline.com/2020/07/a-epistemologia-narrada-nas-aguas-de.html>. Acesso em 20 set. 2021.

CORDEIRO, Hildália Fernandes Cunha. **Literatura Abèbè**: uma abordagem teórico-crítica e metodológica negrorreferenciada das obras o olho mais azul e Deus ajude essa criança de Toni Morrison. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2023.

COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia Maria. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. *In*: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia Maria (orgs.). **O feminismo no Brasil**: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

COSTA, Jurandir Freire. Prefácio. SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro, Zahar, 2021.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa.** São Paulo: Lexikon, 2010.

DASSIÉ, Véronique. **Objets d'affection. Une ethnologie de l'intime.** Paris, Éd. du Comité des travaux historiques et scientifiques, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raças e classes.** São Paulo: Boitempo, 2016.

D'ÁVILA Neto Maria Inácia; BAPTISTA, Cristiana Moniz de Aragão. Páthos e o Sujeito Feminino: Considerações Sobre o Processo de Construção Narrativa Identitária de Mulheres de Grupos Culturalmente Minoritários. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 2(1), São João del-Rei, Mar./Ag., 2007.

DEBERT, Guita Grin. Gênero e envelhecimento. **Revista Estudos Feministas**, 2(3):33-51, 1994. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16288>. Acesso em 01 set. 2023.

DELEUZE, Gilles. **Cursos sobre Spinoza** (Vincennes, 1978-1981) trad. Emanuel Angelo da Rocha Fragoso, Francisca Evilene Barbosa de Castro, Hélio Rebello Cardoso Júnior e Jefferson Alves de Aquino. – 3. ed. – Fortaleza: EdUECE, 2019

DELEUZE, Gilles. **Espinoza: Filosofia Prática.** São Paulo: Escuta, 2002.

DEL PRIORE, Mary. A criança negra no Brasil. **Construir Notícias**, 2(12), 09-12, 2003.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil.** 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DERRIDA, Jacques. Uma certa possibilidade impossível de dizer o acontecimento. **Revista Cerrados**, v. 21, n. 33, 2012.

DESSEN, Maria Auxiliadora. Estudando a Família em Desenvolvimento: Desafios Conceituais e Teóricos. **Rev. Psicologia: Ciência e Profissão**, 30 (núm. esp.), p. 202-219, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000500010> Acesso em 28 mar.2025.

DEWEY, John. **Escola e a sociedade: a criança e o currículo.** Tradução Paulo Faria; Maria Joao Alvarez; Isabel Sa. Lisboa: Relógio D'Água, 2002.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. L. da S. **Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos socioeconômicos. **As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho.** Boletim

Especial 8 de março Dia da Mulher Março – 2023. Brasília: Dieese, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/>. Acesso em 01 abr.2024.

DOLWITSCH, Julia Bolssoni. **Narrativas (auto)biográficas: a mediação da Literatura Infantil nas trajetórias de uma professora de classe multisseriada.** Dissertação. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/7116/DOLWITSCH%2C%20JULIA%20BOLSSONI.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 10 set.2022.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia.** Trad. Stephania Matousek. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E. ; BOCHNER, Arthur P. Autoethnography: An Overview. *In. Forum: Qualitative Social Research*, Volume 12, No. 1, Art. 10 , 2011. Disponível em <https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1589/3095> . Acesso em 05 abr.2022.

ELLIS, Carolyn. **Revision: Autoethnographic Reflections on Life and Work.** New York: Routledge Education Classic Edition. (English Edition) 1ª Edição, eBook Kindle, 2020.

ENGEL, Cíntia Liara. A violência contra a mulher. *In* FONTOURA, Natália de Oliveira; REZENDE, Marcela, QUERINO, Ana Carolina (orgs) **Avanços e desafios no Brasil contemporâneo:** Brasília : Ipea, 2020. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10307> Acesso em 05 abr.2022.

ESPINOSA, Helen Kaufmann Lambrech. **Alma dos objetos:** abordagens memoriais e biográficas de objetos do Museu Cláudio Oscar Becker. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas), 2019. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/5470?show=full> _ Acesso em 02 mar.2024.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio.** São Paulo: Pallas Editora, 2003.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita. *In:* DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado Nunes(Org.). **Escrevivência:** a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres.** Belo Horizonte: Editora Malê, 2016a.

EVARISTO, Conceição. **Histórias de leves enganos e parencças.** Rio de Janeiro: Editora Malê, 2016b.

EVARISTO, Conceição. **Águas de Kalunga.** Rio de Janeiro: Museu de Arte do Rio, 2019, podcast (15:30min.). Disponível em:

<https://museudeartedorio.org.br/podcast/aguas-de-kalunga-por-conceicao-evaristo-1/>
Acesso em 05 jan.2024.

EVARISTO, Conceição. A Escrivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. (org.) **Escrivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020a.

EVARISTO, Conceição. Não me deixe dormir o profundo sono. **Revista Piauí**, edição 167, ago. 2020b (conto). Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/nao-me-deixe-dormir-o-profundo-do-sono/>
Acesso em 18 mai.2024.

EVARISTO, Conceição. A escrivência serve também para as pessoas pensarem. [Entrevista concedida à] **Tayrine Santana**, Itaú Social, e **Alecsandra Zapparoli**, Rede Galápagos, São Paulo. *In* **Portal de Notícias Itaú Social**. 9 de novembro de 2020c. Disponível em <https://www.itausocial.org.br/noticias>. Acesso em 20 out. 2022.

EVARISTO, Conceição. Um piano para Yá Dulcina. São Paulo: Sesc Pompéia, 2020d. Disponível em: <https://folhetimsescpompeia.medium.com/o-piano-um-piano-para-ya-dulcina-por-concei%C3%A7%C3%A3o-evaristo-ep-6-285d2fef8b70> Acesso em 16 jan.2024.

EVARISTO, Conceição. **Canção para ninar menino grande**. Rio de Janeiro: Pallas, 2022.

FARIAS, Isabel Maria Sabino *et al.* **Didática e docência**: aprendendo a profissão. Brasília: Liber, 2011.

FELIPPE, Maíra Longhinotti. Casa: uma poética da terceira pele. **Psicologia & Sociedade**; 22 (2), 2010, p.299-308. Disponível em <https://www.scielo.br/j/psoc/a/DLXJYPmHNY7tNwnNMH7pcgj/?lang=pt>. Acesso em 14 jan.2024.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, trabalho e poder**: o mundo dos engenhos no nordeste colonial. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FERREIRA, Benedito de Jesus Pinheiro. Educação Pública como direito social: desafios para a construção de um sistema articulado no Brasil. **Revista Katálysis**, v. 22, n. 3, p. 502-512, set/dez, 2019.

FERRY, Luc. **Família, amo vocês**: política e vida privada na época da globalização. Tradução Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

FIGUEIREIDO, Carlos Vinícius; HANNA, Vera Lucia. Entre mestizas e nepantleras: a autohistória, De Gloria Evangelina Anzaldúa, em Borderlands/La Frontera. *In*: **XV Congresso Internacional ABRALIC**. Anais, p-2994-3000, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ct/a/TXKHC57xz54j7tTxsTJ8BhF/?lang=pt#:~:text=Transcria%C3%>

A7%C3%A3o%20%C3%A9%20um%20termo%20bastante,condizente%20%C3%A0s%20re invindica%C3%A7%C3%B5es%20do%20mesmo. Acesso em: 2 fev. 2022.

FLEXOR, Helene Ochi. História da Família no Brasil (parte 1). *In*: Bastos, Ana Cecília de Sousa [et al]. **Famílias no Brasil: Recurso para a Pessoa e Sociedade**. Curitiba: Juruá, 2015.

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saude soc.** 14 (2) • Ago 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/WGpvJkq4tm4wmZJbGcMkHGg/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 01 set.2023.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12.^aed. Trad. de Moacir Gadotti & Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **A importância de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAG, Barbara. **Escola, Estado & Sociedade**. 7^a ed. São Paulo: Centauro, 2005.

FREITAS, Ana Elisa de Castro. Território ameríndios: espaços de vida nativa no Brasil Meridional. *In*: BERGAMASCHI Maria Aparecida; ZEN, Maria Isabel Habckost Dalla; XAVIER, Maria Luisa Merino de Freitas. **Povos indígenas & Educação**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51^a ed. São Paulo: Global, 2006.

FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. Tradução de Áurea B. Weissenberg. Petrópolis, RJ: Vozes [Edição original: (1963). *The feminine mystique*. New York: W. W. Norton Company.], 1971.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. São Paulo, EdL, 2011.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã - uma aula sobre a autonomia da escola**. São Paulo: Cortez, 1992.

GARCEZ, Pedro. Transcrição como teoria: a identificação dos falantes como atividade analítica plena. *In*: MOITA-LOPES, Luis Paulo da; BASTOS, Liliana Cabral (Orgs). **Identidades**: recortes inter e multidisciplinares. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.

GOETTNER-ABENDROTH, Heide. **Matriarchal societies**: studies on indigenous cultures across the globe. New York, Peter Lang, 2012.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GONÇALVES, Andreia Santos. **Corpos modificados ao extremo**: o eu, o outro e a sociedade. 2014. 201 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos; GUIMARÃES, Roberta Sampaio; BITAR, Nina Pinheiro; (Orgs.). **A alma das coisas**: patrimônio, materialidade e ressonância. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2013.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Sujeito e Subjetividade - uma Aproximação Histórico-cultural** São Paulo: Ed. Thomson, 2003.

GOUVEIA, Aparecida. Joly; HAVIGHURST, Robert J. **Ensino médio e desenvolvimento**. São Paulo: Ed. Melhoramentos e Ed. da USP, 1969.

GUATTARI, Félix; ROLNICK, Suely. **Micropolítica**: cartografia do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. *In*: ROSENDAHL, Zeny, CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, p. 169-190.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 07-42, 1995. Disponível em Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em 07 jan.2024.

HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe**: Uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

HARTMAN, Saidiya. **Vênus em dois atos**. Revista Eco-Pós, v. 23 n. 3, p. 12-33, 2020.

HARTMAN, Saidiya. **Vidas rebeldes, belos Experimentos**: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais. (e-book). São Paulo: Fósforo, 2022.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Tradução do alemão: Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petropolis: Vozes, 2005. Tomo I 325 p. Tomo II 262 p.

HERBETTA, Alexandre Ferraz. **Peles braiadas: modos de ser Kalankó**. 2011. 339 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

HERBETTA, Alexandre Ferraz. Kalankó, 13 de julho de 2018. *In: Povos indígenas no Brasil*. Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kalank%C3%B3> . Acesso em 08 set.2023.

HEYWOOD, Linda M. **Jinga de Angola**: A rainha guerreira da África. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Editora Todavia, 2019.

HOHENTHAL Jr., William. Revista do Museu Paulista, N. S., vol. XII, 1960. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Ahoenthal-1960-tribos/Hohenthal_1960_TribosMedioBaixoSFrancoisco.pdf. Acesso em 10 nov.2023.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fonte, 2013.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Dossiê Feminismo E Antirracismo. Rev. Bras. Ciênc. Polít.** (16) • Jan-Apr 2015 • <https://doi.org/10.1590/0103-335220151608> [linkcopiar](#)

HOOKS, bell. Heranças estéticas: história feita à mão. *In: HOOKS, bell. Anseios: raça, gênero e políticas culturais*. Tradução Jamille Pinheiro. São Paulo: Elefante, 2019a.

HOOKS, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. Trad. Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019b.

HOOKS, bell. **Irmãs do iname**: Mulheres negras e autorrecuperação. Trad. Floresta. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUTTA, Jan Simon. Territórios afetivos: cartografia do aconchego como uma cartografia de poder. Trad. Silvana Prado. **Caderno Prudentino de Geografia**,

Presidente Prudente, n. 42, v. 2, Número Especial “Múltiplas e Microterritorialidades nas Cidades”, p. 63-89, junho, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7883/5682>. Acesso em 28 dez.2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **História & Fotos**. [2016] Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/barra/historico>. Acesso em 21 set.2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais: Estudos e Pesquisas: **Informação Demográfica e Socioeconômica**. IBGE, 2018. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf . Acesso em 18 set. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste**. IBGE, Agência IBGE notícias, 07.06.2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em 01 fev.2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais: Estudos e Pesquisas: **Informação Demográfica e Socioeconômica**. 3ª edição. IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=publicacoes> . Acesso em 20 mai. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2024** / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Painel de Indicadores**. IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores>. Acesso em 01 mar.2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IPCA 40 anos**. IBGE, Agência IBGE notícias, [s.d.]. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/lentes-doc/26571-40-anos-ipca-inpc.html>. Acesso 03 set. 2025.

IMARISHA, Walidah. **Reescrevendo o futuro**: usando ficção científica para rever a justiça. Tradução Jota Mombaça. 32ª Bienal de São Paulo, 2016. Disponível em: https://issuu.com/amilcarpacker/docs/walidah_imarisha_reescrevendo_o_fut Acesso em: 05 mai. 2024.

INSTITUTO DATASENADO. **Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher**. Brasília: Senado Federal, 2023. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=pes>

[quisa-nacional-de-violencia-contra-a-mulher-datasetado-2023](#). Acesso em 01 fev.2024.

JAYO, Martin; CALDAS, Eduardo de Lima. A cisterna que caiu do céu: políticas públicas e desenvolvimento local no semiárido brasileiro. **Revista Alcance**, vol. 24, núm. 2, pp. 272-284, 2017.

JELIN, Elizabeth. Mulheres e direitos humanos. **Revista Estudos Femininos**. V.2, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16293>
[Acesso em 15 out.2022](#).

JELIN, Elizabeth. Família y Gênero: notas para el debate. **Revista Estudos feministas** IFCS/UFRJ, 1995. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16447/15028> . Acesso em 29 out.2022.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo**. 3ª edição. São Paulo:Ática, 2019.

JOVCHELOVICH Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. *In*: BAUER, Martin W.; Gaskell George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes; 2008.

KEHL, Maria Rita. **Em defesa da família tentacular**. Salvador: Fronteiras, 2013. Disponível em: <https://www.frenteiras.com/leia/exibir/maria-rita-kehl-em-defesa-da-familia-tentacular>. Acesso em: 10 set.2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios do Racismo Cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. *In*: APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**. Niterói: EDUFF, 2008.

KRENAK Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAMAS, Maria Aparecida da Silva. **São Francisco: o rio pelo seu povo**. 2013. 113 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2013.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis, RJ: Vozes; 1994. p. 35-86.

LASSITER, Luke Eric. **The Chicago guide to collaborative ethnography**. Chicago: The University Chicago Press, 2005.

LEAL, Teresa Cristina Merhy. **O estudo da família no itinerário formativo do pedagogo/ professor**: concepções de docentes e formandos de um Curso de Licenciatura em Pedagogia da Cidade de Salvador. 2011. 203 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.] – Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LÉON, Magdalena. El empoderamiento de las mujeres: encuentro de primer y tercer mundos en los estudios de gênero. **La Ventana**, n. 3, p.94-106, 2001.

LESSA, Luciana Falcão. **Construção, subjetividades e inclusão social em contexto de marginalidade**: a irmandade da Boa Morte de São Gonçalo. *In*: GOMES, Patrícia Godinho; FURTADO, Cláudio Alves. Encontros e desencontros de lá e de cá do atlântico (org.). Salvador: EDUFBA, 2017.

LEWIN, Kurt. **Teoria do Campo nas Ciências Sociais**. Trad. José Awning. 1ª edição eletrônica. Rio de Janeiro: Convivim Brasil, 2024.

LIMA, Fátima. Carta à Conceição Evaristo. **Escrevivência**: Sujeitos, Lugares e Modos de Enunciação - Corpus Literário em Diferença. Vídeo (138 min.). Instituto de Estudos Avançados da USP, 3 de out. de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Sv_VUp7RcFY&t=3609s. Acesso em 03 ago.2025.

LONGO, Flávia Vitor; VIEIRA, Joice Melo. Educação de mãe para filho: fatores associados à mobilidade educacional no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 141, p.1051-1071, out.-dez, 2017.

LOWENTHAL, David. (trad. Lúcia Haddad). Como conhecemos o passado: Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, 17. São Paulo, v.17, p. 63 – 201, nov.1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110> . Acesso em: 16 abr.2023.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. São Paulo: Autêntica, 2019.

LORDE, Audre. **Sou sua irmã**: Escritos reunidos e inéditos. Org. Djamila Ribeiro (Compiladora). Trad. Stephanie Borges. São Paulo: Ubu, 2020.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A pesquisa e o acontecimento**: compreender situações, experiências e saberes acontecimentais. Salvador: EDUFBA, 2016.

MACHADO, Adilbênia Freire. **Saberes Ancestrais Femininos na Filosofia Africana**: Poéticas de Encantamento para Metodologias e Currículos Afrorreferenciados. Tese (doutorado), 2019 – Universidade Federal do Ceará.

Faculdade de Educação, 268p, Fortaleza. Disponível em:
<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/51976>. Acesso em 10 abr.2024.

MACHADO, Adilbênia Freire. Filosofia Africana desde Saberes Ancestrais Femininos: bordando perspectivas de descolonização do ser-tão que há em nós. **Revista da ABPN**, v. 12, n. 31, jan – fev 2020, p. 27-47. Disponível em:
<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/835>. Acesso em 01 mar.2024.

MACHADO, Adilbênia Freire; OLIVEIRA, Eduardo David de. Filosofia africano-brasileira: ancestralidade, encantamento e educação afrorreferenciada. Cuadernos de Filosofía Latinoamericana, Vol. 43 Número. 126, 2022. Disponível em
<https://revistas.usantotomas.edu.co/index.php/cfla/issue/view/638>. Acesso em 20 set.2023.

MAGALHÃES, Andrea Seixas; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Transmissão psíquico-geracional na contemporaneidade. Belo Horizonte: **Psicologia em Revista**, v. 10, n. 16, p. 243-255, dez. 2004. Disponível em
<https://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/211>. Acesso em 08 out.2023.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Tradução de Sergio Magalhaes Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1972.

MARANDOLA JR, Eduardo. GRATÃO, Lúcia Helena. **Geografia & Literatura**: ensaios sobre geofricidade, poética e imaginação.Londrina, Eduel, 2010.

MARANDOLA JR, Eduardo. OLIVEIRA, Livia de. **Geofricidade e espacialidade na literatura**. Geografia, Rio Claro, v 34, n 3, p. 487-508, set/dez.2009.

MARTINS, Leda. Performances da Oralitura: corpo, lugar da memória. **Letras**, [S. l.], n. 26, p. 63–81, 2003. DOI: 10.5902/2176148511881. Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11881> . Acesso em: 10 ago. 2024.

MARTINS, Leda. **Afrografias da memória**: o reinado do Rosário do Jatobá. São Paulo: Editora Perspectiva, 2021.

MATTA, Roberto da. A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. In: ALMEIDA, Angela Mendes de. *et al.* (Orgs.) **Pensando a família no Brasil**: da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987. p.115-36.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia século XIX**: uma província do Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**: formas e razões de troca nas sociedades arcaicas. Trad. Paulo Nevez. São Paulo: Edições 70, 2008.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 1ª edição São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MENEZES, Ana Luisa Teixeira de. Educação Guarani: compartilhando saberes, construindo conhecimento. *In.*: BERGAMASCHI Maria Aparecida; ZEN, Maria Isabel Habckost Dalla; XAVIER, Maria Luisa Merino de Freitas. **Povos indígenas & Educação**. Porto Alegre: Mediação 2012.

MERCÊS, Calila das. **Planta oração**. São Paulo: Editora Nós, 2022.

MERLEAU- PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Rio de Janeiro: Freitas Barros, 2006.

MISHLER, Elliot. **Research interviewing: Context and narrative**. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

MIGNOLO, Walter. D. **Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado da identidade política. Trad. Ângela Lopes. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê Literatura, Língua e Identidade**, n 34, 2008.

MINAYO, Maria Cecília Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

MINAYO, Maria Cecília Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu (orgs.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MINAYO, Maria Cecília Souza; COSTA, António Pedro. Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa **Revista Lusófona de Educação**, núm. 40, 2018. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=34958005002> Acesso em: 02 abr.2025.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. Ponciá Vicêncio: narrativa e contramemória colonial. **Anu.Lit.**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 15-29, 2019. ISSN 2175-7917. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/2175-7917.2019v24n2p15/41875>. Acesso em 01.set.2025.

MOLES, Abraham. **Teoria dos objetos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.

MOLITERNO, Aline Cardoso Machado. **O cuidado de saúde de famílias de idosos kaingang na terra indígena Faxinal, PR**. (dissertação de mestrado). Maringá: Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, 2011. Disponível em <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/2414>. Acesso em 20 out. 2021.

MOREIRA Virginia; BORIS Georges Daniel Janja Bloc; VENÂNCIO, Nadja. O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos. **Rev. Psicologia & Sociedade**; 23 (2): 398-406, 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/psoc/a/4xyhTgzY4CpZ8W5xmV78JJS/>. Acesso em 08 set. 2024.

MORIN, Violette. **L'objet biographique. Communications** Année 1969 13 pp. 131-139. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/comm_0588-8018_1969_num_13_1_1189. Acesso em: 27 fev. 2025.

MORRISON, Toni. **Amada**. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MORRISON, Toni. **Voltar para casa**. Trad. José Rubens Siqueira. 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

MORRISON, Toni. **A fonte da autoestima: ensaios, discursos e reflexões**. Trad. Alceu Chiesorin Nunes. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MOTTA, Alda Britto da. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. Dossiê: A Atualidade do Conceito de Gerações na Pesquisa Sociológica. **Revista Sociedade e Estado**. volume: 25, número: 2 (versão on-line) Maio / Agosto 2010. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 2010. p. 225-250. Disponível em <https://www.scielo.br/j/se/i/2010.v25n2/> . Acesso em 08 out.2023.

MOTTA, Aline. A água é uma máquina do tempo.. **eLyra: Revista da Rede Internacional Lyraempoetics**, [S. l.], n. 18, p. 333–337, 2022. DOI: 10.21747/2182-8954/ely18d1. Disponível em: <https://elyra.org/index.php/elyra/article/view/422> Acesso em 31 ago.2023

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). **Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito 1795-1824**. São Paulo: Alameda, 2012.

MUNDURUKU, Daniel. **Histórias de índio**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1996.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In MINAYO, Maria Cecília Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu (orgs.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

NOGUEIRA, Juliana Keller Nogueira. SCHELBAUER, Analete Regina. Feminização do magistério no Brasil: o que relatam os pareceres do primeiro congresso da instrução do Rio de Janeiro. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n.27, p.78 –94, set. 2007.

NOGUEIRA, Sidnei. Você sabe quem é o Orixá Orí? **Carta Capital**, 05.08.2025. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/voce-sabe-quem-e-o-orixa-ori/> Acesso em: 08 set. 2025.

NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. Mulher, família e negócio: o papel da mulher no sertão da Bahia **Pol. Hist. Soc.**, Dossiê temático história social, história local/regional Vitória da Conquista, v. 20, n. 2, p. 61-73, jul.-dez. 2021.

OLIVEIRA, Eduardo David de. **Filosofia da ancestralidade**: corpo e mito na filosofia da Educação Brasileira- UFC. 2005. 353f. - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/36895> Acesso em: 02. Mar. 2024.

OLIVEIRA, David Eduardo de. **Ancestralidade na Encruzilhada**: dinâmica de uma tradição inventada. Rio de Janeiro: Editora ApeKu, 2021.

ONU MULHERES; FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA); ALTO-COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS(ACNUR), 2022. Carta - Manifesto: Zero violência contra mulheres e meninas. In: **MOVESE** - Convite à Ação: Compromisso conjunto para a integração econômica e social de mulheres refugiadas e migrantes no Brasil. São Paulo: ONU Mulheres, UNFPA, ACNUR, 2022. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/biblioteca-digital/publicacao.php>. Acesso em 26 jul.2023.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. Matripotência: iyá nos conceitos filosóficos e instituições sociopolíticas. Tradução para uso didático de Wanderson Flor do Nascimento. In: OYĒWÙMÍ, Oyèrónké **What Gender is Motherhood?**. *Gender and Cultural Studies in Africa and the Diaspora*. New York: Palgrave Macmillan, 2016. Capítulo 3, p. 57-92, Disponível em https://filosofiaafricana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%E1%BA%B9%CC%81_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_matripot%C3%Aancia.pdf . Acesso em 11 jun.2022.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo** um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. - 1. ed - Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021.

PENSSAN. **Insegurança alimentar e desigualdades de raça/cor da pele e gênero** [livro eletrônico] : II VIGISAN : inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil: Suplemento II / Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. – 1. ed. – São Paulo : Fundação Friedrich Ebert, 2023.

PEREIRA, Adriana Rodrigues. Os Vapores do Rio São Francisco: Sobre vivências dos moradores ribeirinhos (1957/1972). **XVII Encontro Regional de História da ANPUH-PR**. Paraná: Anais do ANPUH-PR, 2020. Disponível em https://www.encontro2020.sp.anpuh.org/resources/anais/14/anpuh-sp-erh2020/1597689717_ARQUIVO_33c11fdade21ee9dc49e9f9804dcf3cc.pdf. Acesso em 10 jun.2023.

PEREIRA, Érico Rodrigues Mineiro. Território de identidade Velho Chico (Ti Velho Chico): possibilidades para transformação de condições socioeconômicas vigentes e observadas na Bahia do século XXI. **XX Semana de Economia da UESB**: Desafios em um cenário pandêmico (Anais). Vitória da Conquista: UESB, 2021. Disponível em http://www2.uesb.br/eventos/semana_economia/2021/index.php?pagina=anais-2021. Acesso em 05 mai.2023.

PEREIRA, Levi Marques. **Imagens Kaiowa do sistema social e seu entorno**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PESSOA, Fernando. **Livro do Desassossego por Bernardo Soares**. Brasiliense.

PICHÒN-RIVIÈRE, Enrique. **Teoria do vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PIERRON, Jean-Pilippe. La photo de famille. Entre ressemblance et reconnaissance. **Le Divan familial**, v. 24, n. 1, p. 167-181, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/difa.024.0167>. Acesso 01 abr.2023.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 8ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. Rio de Janeiro: Estudos históricos, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol, 4, n10, 1992.

PORTELLA, Janaina. Debaixo da árvore(poema).Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C6vyeEsLqmc/> Acesso em 18 mai.2023.

PRANIS, Kay. **Processos Circulares**. Tradução de Tônia Van Acker. - São Paulo : Palas Athena, 2010.

QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO ; Lima : Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2020.

QUINTANA, Mario: **Poesia completa**: em um volume. Org. de Tania Carvalhal. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.

RABINOVICH, Elaine Pedreira. A casa dos sem-casa. **Rev. Psicol. cienc. prof.** 12 (3-4), 1992, p.16-23. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/cGbRF78bWzPxpYb67N9Jrsd/?lang=pt>. Acesso em 16 jan.2024.

RABINOVICH, Elaine Pedreira. Vitripelhos transicionais da identidade: um estudo de moradias e do ornamental em espaços sociais liminares brasileiros. 1997. **Tese** (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997a. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-25092013-151906/es.php> Acesso em: 09 set. 2023.

RABINOVICH, Elaine Pedreira. A casa como tempo: a bilheira e as três temporalidades. **Rev. Psicol. cienc. prof.** 17 (3), 1997b, p. 2-11. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/9nYfJJGfdNLgTYRQbByC8vC/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em 10 jan.2024.

RABINOVICH, Elaine Pedreira; BASTOS, Ana Cecília de Sousa (orgs.). **Poética da família e da comunidade**. São Paulo: AnnaBlume, 2012.

RABINOVICH, Elaine Pedreira; et al. **Família e poéticas da infância**. Relatos autobiográficos. Curitiba: Juruá, 2013.

RABINOVICH, Elaine Pedreira *et al* (orgs). **Objetos de Família: Vozes e memórias**. Curitiba: CRV, 2019.

RABINOVICH, Elaine Pedreira; BASTOS, Ana Cecília de Sousa; CARDOSO, Lorena Márcia Nascimento (Orgs.) **Raízes da família extensa no Brasil: (re)conexões colaborativas**. Curitiba: CRV, 2020.

RABINOVICH, Elaine Pedreira; SILVA, Diana Léia Alencar (Orgs.) **Teoria e Prática da Autoetnografia à Deriva** Curitiba: CRV, 2025.

RABINOVICH, Elaine Pedreira. Sobre autobiografia, poética e autoetnografia: o método. *In*: RABINOVICH, Elaine Pedreira; SILVA, Diana Léia Alencar (Orgs.) **Teoria e Prática da Autoetnografia à Deriva** Curitiba: CRV, 2025.

RAIMONDI, Gustavo Antonio; MOREIRA Claudio; BRILHANTE, Aline Veras; BARROS Nelson Filice de. A autoetnografia performática e a pesquisa qualitativa na Saúde Coletiva: (des)encontros metodológicos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36 n. 12, Dezembro 2020. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0102-311X00095320> . Acesso em 05 abr.2023.

REIS, João José; AGUIAR, Maria Gabriela. D. de. Carne sem osso farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. **Revista de História**, Salvador, n. 135, p. 135-159, 1996.

REIS, Vilma. Virando a língua lá e cá: mulheres africanas ao sul do Saara e mulheres negras brasileiras em nossas produções, trocas possíveis. **Encontros e desencontros de lá e de cá do Atlântico**. Mulheres africanas e afro-brasileiras em perspectiva de gênero. Salvador: EDUFBA, 2017.

RIBEIRO, Carolina Silva; OLIVEIRA, Gilca Garcia de. Poder político e propriedade da terra no território do Velho Chico, Bahia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº17. Brasília, maio - agosto de 2015, p. 179-207. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151707>. Acesso em 02 jan.2022.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como um outro**. Trad. Luci Moreira Cesar. Campinas: Papirus, 1991.

RICOEUR, Paul. A epopéia de um sentido. [Entrevista concedida à]. Roger-Pol Droit. *Lé Mond*. *In* **Jornal Folha de São Paulo**. Trad. De Paulo Neves. São Paulo,

domingo, 29 de fevereiro de 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2902200407.htm>. Acesso em 23 out. 2022.

RICOEUR, Paul. **O percurso do reconhecimento**. Trad. Nicoláis Nyimi Campanário. Editora Loyola. São Paulo, 2006.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica**. Tradução de Renato Aguiar. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

ROCHA, Nívea Maria Fraga; LEAL, Raimundo Santos; BOAVENTURA, Edivaldo Machado (orgs). **Metodologias qualitativas de pesquisa**. Salvador: Fast Design, 2008.

ROCHEDO, Aline Lopes. **Dinastias afetivas: a produção de ancestralidade através da transmissão de joias de família. (Tese)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

ROUDINESCO, Elizabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SÁ, Carolina Mafra de; ROSA, Walquíria Miranda. História da feminização do magistério no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Congresso Brasileiro de História da Educação**, 3, 2004. Anais., Curitiba: PUC-PR 2004.

SÁ, Sumaia Midlej Pimentel *et al.* (org.). **Irmãos: o outro em mim**. Curitiba: CRV, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. Heleieth Saffioti. 3ª edição. São Paulo: Editora expressão popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2ª edição, São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres das Américas: um repasse pela Historiografia Latino-Americana recente. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 227-240, 1991.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significados**. Brasília: -INCTI, UnB, INCT, CNPq, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético**. In: RIBEIRO OLIVA, Anderson. **Tecendo Redes Antirracistas: Áfricas**, Brasis, Portugal. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Cupim que vai pra festa de tamanduá**. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 246-252, 2020.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos; MAYER, Joviano. Início, meio, início: Conversa com Antônio Bispo dos Santos. **Indisciplinar**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 52–69, 2020. DOI: [10.35699/2525-3263.2020.26241](https://doi.org/10.35699/2525-3263.2020.26241). Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/26241>. Acesso em: 2 ago. 2025.

SANTOS, Antônio Bispo; RODRIGUES, Maria Sueli Rodrigues; RUFINO, Luiz; MUMBUCA, Ana. **Quatro cantos**. São Paulo: N-1 Edições, 2022.

SANTOS, Marcos Ferreira. A ancestralidade e convivência no processo identitário: a dor do espinho e a arte da paixão entre Karabá e Kiriku. *In*: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.24.1, 2017. **Plural**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/113972> . Acesso em: 16 out. 2022.

SANTOS, Vagner José Rocha. É santa ou não é? O caso dos “santos cassados” e a devoção a Santa Bárbara em Salvador-BA. PLURA, **Revista de Estudos de Religião**, ISSN 2179-0019, vol. 10, nº 1, 2019, p.91-107. Disponível em <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/1647> . Acesso em 09 set.2022

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG 2007.

SARTI, Cynthia Anderson. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. - 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem simbólica. IEE-PUCSP. **Psicologia USP**, 2004, 15(3), 11-28.

SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003

SEBRAE. **Mas afinal, o que é empreendedorismo?** Sebrae, 2021. Disponível em: <https://www.sebrae-sc.com.br/blog/o-que-e-empreendedorismo> Acesso em: 02 abr. 2023.

SCHRÖDER, Peter. “Curt Nimuendajú”. *In*: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2023. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/autor/curt-nimuendaju>. Acesso em 10 abr.2024.
SEGALEN, Martine. **Sociologia da Família**. Lisboa: Terramar, 1999.

SEIBEL, Bruna Larissa. *Et al.* Rede de Apoio Social e Funcionamento Familiar: Estudo Longitudinal sobre Famílias em Vulnerabilidade Social. **Pensando Famílias**, 21(1), jul. 2017.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento humano com liberdade**. Trad. Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Teorias da socialização: um estudo sobre as relações entre indivíduo e sociedade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 711-724, dez. 2011.

SETTON, Maria da Graça Jacintho; TEIXEIRA, Mylene Nogueira. Feministas no sertão: percursos emancipatórios. **Sociologia da socialização**: novos aportes teóricos. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em:

<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/209/188/916-1> . Acesso em: 12 set. 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24^a ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SILVA, Diana Léia Alencar da. Tessituras de missangas: o desafio de ser o fio em relatos de irmãos. *In*: SÁ, Sumaia Midlej Pimentel et al. (org.). **Irmãos**: o outro em mim. Curitiba: CRV, 2019a.

SILVA, Diana Léia Alencar da; LEAL, Teresa Cristina Merhy. Considerações sobre o método: a iluminação em um navegar à deriva. *In*: RABINOVICH, Elaine Pedreira et al. **Objetos de família**: vozes e memórias. Coleção Família, (Auto)etnografia e poética (vol. 1). Curitiba: CRV, 2019b.

SILVA, Diana Léia Alencar da. De onde vim e para onde vou: memórias e afetos de um pilão da família. RABINOVICH, Elaine Pedreira et al (orgs). **Objetos de Família**: Vozes e memórias. Curitiba: CRV, 2019c.

SILVA, Diana Léia Alencar da. **Implicações do ensino de história e cultura afro-brasileira para o desenvolvimento humano**. Salvador: CRV, 2020a.

SILVA, Diana Léia Alencar da. Entre a consanguinidade e a cumplicidade: reflexões sobre a extensão da família, como grupo de pertença. Salvador: CRV, 2020. *In*: RABINOVICH, Elaine Pedreira; BASTOS, Ana Cecília de Sousa; CARDOSO, Lorena Márcia Nascimento (Orgs.) **Raízes da família extensa no Brasil**: (re)conexões colaborativas. Curitiba: CRV, 2020b.

SILVA, Diana Léia Alencar da. (Des)raízamentos. *In*: RABINOVICH, Elaine Pedreira; BASTOS, Ana Cecília de Sousa; CARDOSO, Lorena Márcia Nascimento (Orgs.) **Raízes da família extensa no Brasil**: (re)conexões colaborativas. Curitiba: CRV, 2020c.

SILVA, Diana Léia Alencar da; AVENA, Maura Espinheira; AMORIM; Rita da Cruz; LEAL, Teresa Cristina Merhy (Orgs.) **Envelhecimento & Pandemia**: autoetnografias em prosa e verso. Curitiba: CRV, 2022.

SILVA, Diana Léia Alencar da. O contar-se entre o “nós outras”: a identidade narrativa na circularidade de uma casa de farinha. *In*: BASTOS, Ana Cecília de Souza; SOUZA, Cinthia Barreto Santos; SÁ, Sumaia Midlej Pimentel; REIS, Wanderlene Cardozo. **A poética do encontro dom Elaine Rabinovich**. Curitiba: Appris, 2023.

SILVA, Diana Léia Alencar da; RABINOVICH, Elaine Pedreira. Gestar e Educar em família: (res)significações que emergem do legado ancestral de mulheres. **ContraCorrente**: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, [S.I.], n. 20, p. 70-84, dez. 2023. ISSN 2525-4529. Disponível em: <https://periodicos.uea.edu.br/index.php/contracorrente/article/view/3308>. Acesso em 02 mar. 2024.

SILVA, Fernanda Priscila Alves da. **Fazer o corre e ter o pão de cada dia**: participação política, dinâmicas de socialização e educação em famílias de putas. Tese (Doutorado). Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. Salvador, 2021.

SILVA, Joseli Maria. M.; ORNAT, Marcio José. Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica. *In*: PIRES, Cláudia Luisa Zeferino; HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós. da. (Orgs.). **Plurilocalidade dos sujeitos**: representações e ações no território. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2016.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. Reflexões sobre a geografia do afeto: a excepcionalidade identitária em meio às distorções do espaço-tempo. **Revista do departamento de Geografia da Universidade de São Paulo**. Volume 42 [S. I.], v. 42, p. e190818, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/190818>. Acesso em 01 ago.2023.

SILVA, Lúgia Osório. A apropriação territorial na Primeira República. *In*: SZMRECSÁNYL, Tomás; SILVA, Sérgio. (orgs.). **História econômica da Primeira República**. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos e Identidades**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SIMAS, Luiz Antonio. **Almanaque Brasilidades**: Um inventário do Brasil. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2018.

SIMAS, Luiz. **Brasil institucional vive em guerra com a brasilidade**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/12/brasil-institucional-vive-em-guerra-com-a-brasilidade-diz-luiz-simas.shtml> Acesso em 01 mai.2023.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Sobre o Behaviorismo**. Tradução Maria da Penha VillaLobos. São Paulo: Editora Cultrix, 2011.

SLUZKI, Carlos E. A rede social: proposições gerais. *In*: SLUZKI, Carlos E. **A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas**. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SOUZA, Caroline Matias de. A maternidade perigosa: uma reflexão sobre a maternidade preta. **Portal Geledés**, 13 jun.2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-maternidade-perigosa-uma-reflexao-sobre-a-maternidade-preta/>. Acesso em 10 abr.2024.

SOUZA, Elizeu Clementino de. Pesquisa narrativa e escrita (auto)biográfica: interfaces metodológicas e formativas. *In*: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; SOUZA, Elizeu Clementino de. (Orgs.). **Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro, Zahar, 2021.

SPINOZA, Baruch de. **Ética**. Trad. Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI) . Perfil dos Territórios de Identidade. Salvador: **SEI**, 2018. 3 v. p.252 (Série territórios de identidade da Bahia, v. 3)

TERENA, Marcos. Posso ser quem você é, sem deixar de ser quem sou. *In*: NOGUEIRA, RAMOS, Marise; ADÃO, Jorge Manuel.; BARROS, Graciete Maria Nascimento (coord.). **Diversidade na educação: reflexões e experiências**. Brasília: Secretaria média de Educação Tecnológica, 2003.

TEIXEIRA, Júlia Magna da Silva; PAIVA, Sabrina Pereira. Violência contra a mulher e adoecimento mental: Percepções e práticas de profissionais de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 31(2), e310214, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/physis/a/7CRjQTCrkX7RXrC7XFT3jDs/>. Acesso em 28 dez.2024.

TRINDADE, Azoilda Loretto da (org.). **Africanidades brasileiras e educação: salto para o futuro**. Rio de Janeiro: TV escola /MEC, 2013.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Valores civilizatórios afro-brasileiros na Educação Infantil. *In*: **Valores afro-brasileiros na Educação**. Boletim, v. 22, 2005. p. 30-36. (Salto para o Futuro).

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Fragmentos de um discurso sobre afetividade. *In*: BRANDÃO, Ana Paula. **Saberes e fazeres: modos de ver**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.

TUPINAMBÁ, Renata. Somos as sementes dos sonhos de nossos avós. **Combate racismo ambiental**, Radio Yande, 22 de fevereiro de 2016. Disponível em <https://racismoambiental.net.br/2016/02/22/somos-as-sementes-dos-sonhos-de-nossos-avos/>. Acesso em 28 ago.2025.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da História**: micro-história. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

VERSIANI, Daniela G.C.B. 2005. **Autoetnografias**: conceitos alternativos em construção. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

VIEIRA, Jeovanna. **Virgínia Mordida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2024

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A Construção do Pensamento e da Linguagem** São Paulo. Ed. Martins Fontes, 2001.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Flasco: Brasília (DF): 1ª Ed, 2015.

WALKER, Alice. **Em busca do jardim de nossas mães**. Trad.: Stephanie Borges Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

WEBER, Florence. **Trabalho fora do trabalho**: uma etnografia das percepções. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

WEISZ Telma. **O Diálogo entre Ensino e Aprendizagem**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

WEIL, Simone. O desenraizamento operário. *In*: BOSI, Ecléa (org.). **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. 2.ed.ver. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

ZAPATA-OLIVELLA, Manuel. **Changó, el gran putas**. Bogotá: Ministério de Cultura da Colômbia, 2010.

APENDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Estudo: UM JIRAU, UM PILÃO E A EDUCAÇÃO: A ANCESTRALIDADE NOS LEGADOS INTERGERACIONAIS DE MULHERES DO VELHO CHICO

Pesquisadora Responsável: Diana Léia Alencar da Silva

A Senhora está sendo convidada a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que a senhora não consiga entender, converse com a pesquisadora responsável pelo estudo desta pesquisa para esclarecê-los.

Objetivo do Estudo

O objetivo do estudo é apreender os processos relacionados à ancestralidade feminina e à educação que direcionam as mudanças, as rupturas e as permanências do lugar da mulher na gestão familiar. Especificamente busca-se:

- ✓ Conhecer os processos de transmissão da história cultural das famílias através dos hábitos domésticos, em torno e gerados pelos objetos relacionados às ancestrais (jirau e pelo pilão).
 - ✓ Identificar as estratégias femininas para se constituírem como provedoras e responsáveis pela educação dos filhos em famílias patriarcais.
 - ✓ Analisar os sentidos e os significados atribuídos pelas mulheres ao papel de suas ancestrais na gestão da família.
 - ✓ Compreender as repercussões na gestão da família ocasionadas pelos sentidos e os significados atribuídos pelas mulheres ao seu próprio lugar, nessa gestão.
-

Duração do Estudo

A duração total do estudo é de aproximadamente 4 (quatro) anos.

A sua participação no estudo será de aproximadamente 1 (um) ano.

Descrição do Estudo

Participarão do estudo aproximadamente 1 indivíduo;

Este estudo será realizado no município de Barra-BA.

A Senhora foi escolhida a participar do estudo porque é filha ou neta das matriarcas Joana Batista de Alencar ou Bárbara Marques Chagas e tem características de guardiã da memória, ou seja não somente guarda ou tutela os objetos da família, mas também narra e aceita ser posicionada como narradora das histórias da sua família.

A Senhora poderá participar do estudo se aceitar conceder entrevistas narrativas na casa na qual a sua matriarca viveu na cidade de Barra-BA.

Procedimento do Estudo

Após entender e concordar em participar, serão realizadas duas entrevistas entre os meses de abril a setembro de 2024 de uma roda de conversa em junho de 2024.

Os resultados da pesquisa estarão disponíveis com esta pesquisadora, com suas informações protegidas de qualquer quebra de confidencialidade.

Riscos Potenciais, Efeitos Colaterais e Desconforto

A presente pesquisa apresentará riscos mínimos aos investigadores, ao trabalhar com gravações, máquinas fotográficas, papéis e canetas. Para os entrevistados, apresentará risco de perda de confidencialidade de dados, mesmo sendo esse risco bastante diminuído e controlável, visto que tem-se apenas um pesquisador na pesquisa, além do risco de desconforto em decorrência da gravação dos relatos e da possível abordagem, nas respostas, de assuntos da intimidade pessoal e familiar. Caso seja necessário seu atendimento em decorrência das entrevistas, você será encaminhada à psicóloga ou ao serviço de psicologia da Universidade Católica de Salvador, situada Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 – Pituçu, CEP: 41740-090 – Salvador / BA.

Benefícios para o participante

Não há benefício direto para o participante desse estudo. Somente ao final do estudo, a partir dos resultados das análises, poderemos concluir a presença de algum benefício. Os resultados obtidos com este estudo poderão ajudar a pesquisa favorecer um olhar o reexame do papel da mulher em famílias, de origem patriarcal. Ademais, esta pesquisa poderá ajudara cada participante a refletir sobre os resultados das dinâmicas que direcionaram e que direcionam o seu próprio papel na família e, por consequência, na sociedade.

Compensação

Você não receberá nenhuma compensação para participar desta pesquisa, mas também não terá nenhuma despesa.

Participação Voluntária/Desistência do Estudo

Sua participação neste estudo é totalmente voluntária, ou seja, você somente participa se quiser. A não participação no estudo não implicará em nenhuma sanção. Após assinar o consentimento, você terá total liberdade de retirá-lo a qualquer momento e deixar de participar do estudo se assim o desejar, sem quaisquer prejuízos.

Utilização de Registros e Confidencialidade

Todas as informações colhidas serão analisadas em caráter estritamente científico, mantendo-se a confidencialidade a todo o momento, ou seja, em nenhum momento os dados que o identifique serão divulgados, a menos que seja exigido por lei. Os registros que trazem sua identificação e esse termo de consentimento assinado poderão ser inspecionados por agências reguladoras e pelo CEP. Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em reuniões ou publicações, contudo, sua identidade não será revelada nessas apresentações. Desta forma, será mantida a confidencialidade, a sua privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização ao tempo em que as informações não serão utilizadas em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros.

Quem Devo entrar em Contato em Caso de Dúvida

Em qualquer etapa do estudo você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. A responsável pelo estudo nesta instituição é:

Diana Léia Alencar da Silva que poderá ser encontrada no endereço: Avenida Orlando Gomes, 2002, Condomínio Villa Tropical, casa 250, Piatã. Cep: 41.650-010 e telefone (71) 99923-2900.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: DIANA LÉIA ALENCAR DA SILVA
ENDEREÇO: AVENIDA ORLANDO GOMES, 2002, CONDOMÍNIO VILLA TROPICAL, CASA 250,
PIATÃ. CEP: 41.650-010
FONE: (71) 9923-2900, SALVADOR – BA. E-mail: dianaleia.silva@ucsal.edu.br

CEP - COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
ENDEREÇO: Universidade Católica de Salvador, situada Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 –
Pituaçu, CEP: 41740-090 – Salvador / BA FONE: (71) 3203-8913

Declaração de Consentimento

Eu, _____, li e entendi o documento de consentimento e o objetivo do estudo, bem como seus possíveis benefícios e riscos. Aceito voluntariamente participar do estudo intitulado “Um jirau, um pilão e a educação: a ancestralidade nos legados intergeracionais de mulheres do Velho Chico”, estando ciente de que estarei livre para, a qualquer momento, desistir de colaborar com a pesquisa, sem que isso acarrete qualquer prejuízo Registro que tive oportunidade de perguntar sobre o estudo e todas as minhas dúvidas foram esclarecidas. Entendo que estou livre para decidir não participar desta pesquisa. Entendo que ao assinar este documento, não estou abdicando de nenhum de meus direitos legais.

Eu autorizo a utilização dos dados coletados pela pesquisadora, autoridades regulatórias e pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição.

O presente TCLE é emitido em duas vias assinadas pelo sujeito e pela pesquisadora e uma das vias ficará com o participante da pesquisa.

Nome do Sujeito de Pesquisa Letra de Forma

Data

Assinatura da Pessoa Obtendo o Consentimento

Diana Léia Alencar da Silva

Data

Pesquisadora Principal

APENDICE B



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – UCSAL
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FAMÍLIA NA
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

ROTEIRO DE ENTREVISTA NARRATIVA COM AS GUARDIÃS DA MEMÓRIA DA FAMÍLIA

Esclarecimentos iniciais:

Confirmando as informações do termo que você assinou sobre a sua participação na pesquisa intitulada UM JIRAU, UM PILÃO E A EDUCAÇÃO: A ANCESTRALIDADE NOS LEGADOS INTERGERACIONAIS DE MULHERES DO VELHO CHICO, gostaria saber o que você pensa sobre o lugar das nossas ancestrais na gestão da família, assim como sobre o seu lugar, nesta gestão.

Você só vai responder o que quiser, e também pode no meio da nossa conversa, dizer que não quer mais falar.

O que você me falar, ficará gravado no meu celular. Quando eu escrever sobre nossa conversa, vou trocar seu nome para que ninguém saiba quem disse aquilo.

Se quiser depois ler o que escrevi sobre a nossa conversa, você pode me pedir. É só telefonar para o número 71-99249853.

Caso você queira falar com a professora responsável, pode entrar em contato pelo e-mail ou telefone: Dra. Elaine Pedreira Rabinovich E-mail: elaine.rabinovich@pro.ucsal.br Telefone: (11) 99861-4504.

Questão motivadora:**Questão para as mulheres da família materna:**

Em qual medida os objetos que você guarda de vó Bárbara se relacionam ao lugar dela na educação dos filhos e netos que ela gerou, e como esse lugar e ações se relacionam ao seu lugar na família que você constituiu?

Questão para as mulheres da família paterna:

Em qual medida os objetos que você guarda de vó Joáquina se relacionam ao lugar dela na educação dos filhos e netos que ela gerou, e como esse lugar e ações se relacionam ao seu lugar na família que você constituiu?

APENDICE C



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – UCSAL
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FAMÍLIA NA
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

		Resposta
1	Naturalidade:	
2	Idade:	
3	Você é descendente de :	() Joana Batista de Alencar () Barbara Marques das Chagas
4	Grau de parentesco com Joana ou Barbara:	
5	Endereço de residência atual:	
6	Total de anos que morou na cidade de Barra-BA:	
7	Formação:	
8	Profissão atual:	
9	Carga horária diária de trabalho remunerada atual:	
10	Carga horária de trabalho com os afazeres domésticos e com a educação dos filhos.	
11	Renda familiar atual:	
12	Sua renda individual:	
13	Total de casamentos ou uniões estáveis:	